

1 **ATA 268ª PLENÁRIA ORDINÁRIA**

2

3 Aos quinze de outubro de 2021, realizou-se a ducentésima sexagésima oitava Plenária
4 Ordinária do CEAS, coordenada pela presidente do Conselho Patrícia Gomes que assumiu a
5 condução da 268ª Plenária Ordinária, onde estavam presentes os seguintes **Conselheiros**
6 **Titulares:**, Mariana de Resende Franco – Subsecretária Sedese; Silvestre Dias – SEF; Elder
7 Gabrich Júnior – Sedese; Ana Maria Mezonato – Cmas Juiz de Fora; Anédia Miranda Farias
8 – Fórum Municipal dos Usuários do Suas/BH; Thaís Correa Damasceno – SEE; Luciana Mara
9 de Freitas – SES; Lucas Estevão Ribeiro da Silva – Conselho Central de Curvelo; Natália Lisce
10 Fioravante Diniz – Federação das Apaes; Stella Samara de Paula Faria – Seapa; Isaura dos
11 Santos Lopes – Asquis; Ivone Pereira Castro Silva – Cogemas; João Victor de Almeida Chaves
12 – Seplag; **-Ainda os seguintes Conselheiros Suplentes:** Suzanne Horta (Subas); Marinete
13 da Silva Moraes – Cogemas; Cristiano de Andrade – Sedese; Sandra Januária da Silva – SEE;
14 Luanda do Carmo Queiroga – CRP; Alison Pereira Ramos – Adra; Warles Rodrigues –
15 Fetsuas; Elerson da Silva – Cáritas; Domingos Sávio de Araújo – Cmas/BH; Márcio Alves
16 Evangelista – Cmas Itabira; Laureci Alves - O Movimento Graal do Brasil; Lúgia Camargos da
17 Silva – Secretaria de Estado de Saúde; Vinícius de Queiroz Castanheira – SEF; e também os
18 seguintes membros da secretaria executiva: Daniel Henrique da Cunha Campos; Rosalice
19 Tassar de Almeida, Regina Varela Caldeira, Vera Lúcia Rodrigues, Maria de Paula Ribeiro,
20 Adelmira Gomes Cerqueira, Angelo Santos Machado, Jeane Araújo Jorge Magnane, Eliane
21 Maria Alves Bissoli. Os convidados: Jéssica Isabel, João Humberto Zago, Marcela Santos,
22 Márcio Oliveira, Mariana Patrus, Rosilene Teixeira, Mábel Fulgêncio, Nilson Pereira Borges,
23 Roberta Kelly Figueiredo, Camila, Isabela Monteiro. **PRESIDENTE:** Bom dia a todas e a todos.
24 Vamos iniciando a nossa 268ª Plenária. Eu gostaria de pedir para a Secretaria Executiva fazer
25 a menção dos presentes. **DANIEL – CEAS:** Estamos na presença da Presidente Patrícia
26 Gomes, da Vice-Presidente Mariana Resende, temos a dona Anédia Farias. Bom dia Dona
27 Anédia, Conselheiro Cristiano de Andrade, Conselheiro Elder Gablich, Conselheiro Élerson.
28 Bom dia a todas e todos, Ivone. Ivone, Presidente do COGEMAS está presente, Isaura Santos,
29 Jéssica Isabel, João Humberto Zago, Lúgia Camargo, Luanda de Carmo Queiróz, Marcela
30 Santos, Márcio Oliveira, Marinete Moraes, Silvestre Dias, Stella Samara, Suzanne Horta, Thaís
31 Damasceno e o Alisson Rodrigues. Esqueci alguém, Paula? **PAULA:** Não, só que esses dois
32 vão tomar posse hoje. **DANIEL – CEAS:** Perfeito. Muito obrigado. Presidente, os presentes já
33 estão mencionados. **PRESIDENTE:** Ok, obrigada. **IVONE:** O Élerson entrou. **PRESIDENTE:**
34 Bom dia, Élerson. Temos agora, conforme a pauta, apreciação da 267ª Plenária Ordinária,
35 enviada pelo *e-mail* para os conselheiros. Questiono se há alguma ressalva ou se os
36 conselheiros aprovam a referida ata. Vou verificar no *Chat*. Não havendo nenhuma
37 manifestação contrária, aprovada a ata 267. Conforme a pauta, a gente passa agora para

38 justificativa de ausências. Secretaria Executivo recebeu algum registro de justificativa de
39 ausência? **ÉLERTON:** Patrícia, você me ouve? **DANIEL – CEAS:** O Élerson está pedindo a
40 palavra. **PRESIDENTE:** É no momento dos informes. Eu estou seguindo a pauta, Daniel.
41 **DANIEL – CEAS:** Ok. **PRESIDENTE:** Eu vi a mensagem dele, obrigada. **DANIEL – CEAS:**
42 Só um instantinho, Élerson. Presidente, a gente não recebeu nenhuma por *WhatsApp*. Vou
43 conferir com a equipe se a gente recebeu justificativa por *e-mail*, mas imagino que não. Pedir
44 à Regina ou Ângelo para falar se a gente recebeu alguma por *e-mail*. No *WhatsApp* aqui não
45 recebi nenhuma. Maravilha, Ângelo. Muito obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigada. Eu recebi a
46 justificativa de ausência da Conselheira Gabriela, do Fort Salinas, por motivo de férias. Indo
47 com a pauta. Agora seria o momento da apreciação da pauta. 9h previstos os informes.
48 Conselheiro Élerson solicitou uma inclusão de informe sobre os migrantes venezuelanos em
49 Belo Horizonte. Em seguida, a posse dos novos conselheiros. Retorno do pedido de vistas do
50 Conselheiro Elder sobre a denúncia de fechamento dos postos de atendimento social do
51 Projeto Hidroagrícola de Jequitaiá. 10h Rede Cuidar. 11h Emenda Parlamentar. 11h45
52 Indicação de Representante do CEAS. 12h horário previsto para intervalo de almoço. 13h
53 horário previsto retorno com a pauta do Processo Conferencial, que engloba pontos de pauta.
54 16h a resposta sobre a classificação de sigilo para (trecho incompreensível) [0:04:40] estado.
55 17h Prestação de Contas do 2º Semestre de 2021. 20h Horário previsto para o encerramento.
56 Submeto a pauta à apreciação da plenária. Há alguma solicitação de inclusão ou de alteração
57 de pauta ou de exclusão de algum ponto? Não tivemos nenhuma manifestação no *Chat*,
58 aprovada a pauta do dia. Passamos agora para o momento dos informes. Mariana, gostaria
59 de algum informe pela SEDESE? **DANIEL – CEAS:** Presidente, pediram para eu transmitir
60 aqui por isso parei de transmitir a pauta, tá? Tinham me solicitado ontem, não é isso, Mariana?
61 **MARIANA:** Bom dia. Minha conexão está muito ruim. Estou ouvindo, mas está caindo, enfim.
62 Temos os informes. Vocês receberam? A Rose encaminhou por *e-mail*. **DANIEL – CEAS:**
63 Sim. Está certinho. Mandamos para todo mundo. **MARIANA:** Então, ok. Eu posso passar e
64 deixar só por conta do envio no *e-mail* e para os grupos para a gente ganhar tempo, tá gente?
65 **DANIEL – CEAS:** Está ok. Não é para projetar aqui, né? Então, ok. **MARIANA:** Por mim, não
66 precisa, não. Se por vocês por causa da quantidade de temas que a gente tem aí, prefiro
67 passar os informes só pelo *e-mail* e pelo *WhatsApp*. **PRESIDENTE:** Mas, só para registrar em
68 ata, o informe em relação ao Força Família que o pagamento começou a ser realizado na data
69 de ontem. Não é isso? **MARIANA:** Sim. Isso. Já está sendo pago. **PRESIDENTE:** Ótimo. Pela
70 CIB nós temos algum informe? Mariana ou Ivone gostariam de trazer alguma notícia?
71 **MARIANA:** Na reunião da semana passada a gente ficou discutindo muito a pactuação da
72 Rede Cuidar, então foi extensa. O assunto vai ser tratado aqui hoje também. E, além disso, o
73 que a gente discutiu na semana passada foi o apoio dos municípios para os delegados da
74 conferência estadual, assim como aconteceu nas conferências regionais. Isso também está

75 na pauta relativa à organização das conferências. A gente vai fazer contato com os gestores
76 municipais dos municípios onde a gente tem as delegações da sociedade civil para pedir o
77 apoio, reforçar o pedido de apoio para participação dos conselheiros. **PRESIDENTE:** Ok,
78 Mariana. Obrigada. Ivone, temos algum informe do COGEMAS? **IVONE:** Bom dia a todos, a
79 todas. Bom dia, Mariana. Bom dia, Patrícia, nossa presidente. O colegiado, nós estamos, o
80 mês setembro foi um mês bem atípico. Nós fizemos 894 atendimentos e atendemos 266
81 municípios. Uma média de 44,7 ao dia. A nossa secretaria, graças ao Paulo, tem dado um
82 apoio enorme aos municípios principalmente nesse período. Participamos das 9 conferências
83 regionais. E temos a nossa presença ativa em todas as reuniões da CIT, da CIB, das câmaras
84 técnicas. E temos buscado esse apoio enorme nas conferências. E queremos dizer que
85 também estamos nesse processo, junto à Câmara Federal nessa comissão especial da
86 relatoria, de destinar 1% dos recursos federais para assistência, junto com o Deputado Federal
87 Danilo Cabral. Assim, praticamente, o COGEMAS está numa ação muito ativa. Estamos agora
88 também já nos preparando pros encontros presenciais, tanto os regionais quanto o nacional,
89 do colegiado de gestores. Praticamente estamos presentes muito com o conselho estadual.
90 Hoje estamos presentes aqui eu e a Marinete, nossa suplente muito atuante também. O que
91 depender de nós, estamos aqui, presidente, para contribuir com o conselho estadual.
92 Obrigada. **PRESIDENTE:** Obrigada, Ivone. Os demais informes vou pedir para a Secretaria
93 Executiva fazer um breve informe sobre o processo de habilitação das entidades candidatas
94 ao CONSEAS. **DANIEL – CEAS:** O processo de habilitação ocorreu. Inicialmente era até o
95 dia 3 de outubro, só que em discussão com a comissão eleitoral foi decidida essa prorrogação
96 do dia 6. Então foi publicada a resolução prorrogada até o dia 6. E tivemos até um número
97 razoável de processos de habilitação, de pedidos de habilitação. A gente se reuniu com a
98 comissão eleitoral que decidiu pelos habilitados e não habilitados. E aqueles que não foram
99 habilitados, foram justificados por meio do próprio regimento eleitoral. No dia 6 foi finalizado
100 esse prazo. No dia 7 a gente já teve essa reunião para decidir sobre a habilitação e não
101 habilitação. E como o regimento diz que a publicação, a publicização vai ser pelo *site* de todas
102 as etapas de meio termo, digamos assim. A gente já publicou no *site*. Já deu essa publicização
103 e abriu o prazo para recurso. No momento estamos dentro do prazo estabelecido. A gente
104 conseguiu ter um número interessante e até agradeço a todos e a todas que fizeram esse
105 processo de mobilização, direta ou indiretamente, para a gente ter esse processo eleitoral
106 bem-sucedido. E, no mais, é informar isso, que a comissão eleitoral já decidiu, já deu de
107 acordo, presidente, pelo *e-mail*, como tudo é digital agora, ficou acordado que o de acordo
108 com o documento seria por *e-mail* para a gente já inserir no processo. É isso. A gente publicou
109 e a gente pode reenviar também. A gente já encaminhou, mas a gente pode reenviar no grupo
110 de *WhatsApp* todas as habilitadas e todas as inabilitadas também. **PRESIDENTE:** Daniel,
111 obrigada. Para registro em ata, nós temos os candidatos: Representantes de usuários:

112 Associação Quilombola Suassuí Pitangueiras - ASQUIS, com representante indicado Isaac;
113 Instituto de Desenvolvimento Sociopolítico Brasileiro – ID Brasileiro, representante indicado
114 Leandro. Federação dos Trabalhadores da Agricultura e do Estado de Minas Gerais –
115 FETAEMG, representante indicado Marilene; Fórum Municipal de Usuários do SUAS de Belo
116 Horizonte, representante indicado dona Anédia; Fórum Municipal de Lutas pelos Direitos dos
117 Usuários do SUAS de Uberaba, representante indicado Wellington. Das entidades nós temos:
118 Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira,
119 representante indicada Lara; Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte –
120 ASSPROM, representante indicado Rodrigo; Associação Semente do Vale, representante
121 indicado Tiago; Conselho Central de Curvelo – Sociedade São Vicente de Paula,
122 representante indicado Lucas; Congregação de São João Batista, representante indicado lara;
123 Bem-Estar do Menor, representante indicado Carine; Federação das APAE´s do Estado de
124 Minas Gerais, representante indicado Maria Juanita Godinho; Federação das Associações
125 Sem Fins Econômicos de Minas Gerais – FASEMIG, representante indicada Carla; Federação
126 Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, representante indicada Laís;
127 Movimento GRAAL do Brasil, representante indicada Arlete; União das Associações de
128 Pirapora – UNAPIR, representante indicado Magda. Representantes de Entidades
129 representativas de trabalhadores do SUAS: Conselho Regional de Psicologia - CRP –
130 representante indicada Grazielle; Conselho Regional de Serviço Social – CREAS,
131 representante indicado Ludson; Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS de Salinas;
132 representante indicado Felipe; SINDBREF – Sindicato dos Empregados em Instituições
133 Benéficas, Religiosas e Filantrópicas de Minas Gerais, representante indicada Sandra
134 Regina. **LUANDA:** Patrícia, desculpa, o representante de indicado de trabalhadores, o fórum
135 que está aí não é o FET, não? Porque a gente fez inscrição como FETSUAS. **PRESIDENTE:**
136 Eu até estranhei. Eu li aqui e até estranhei. Está escrito: Fórum Regional dos Trabalhadores
137 do SUAS de Salinas, o representante é o Felipe. **LUANDA:** O Felipe é representante do fórum
138 estadual, do FET. **PRESIDENTE:** O que me informaram que o Felipe é fórum estadual, né?
139 **LUANDA:** Isso. Como é que faz? **PRESIDENTE:** Seria possível a Secretaria Executiva
140 verificar na documentação enviada? **DANIEL – CEAS:** Claro, a gente pode verificar, sim. Vou
141 pedir agora mesmo. Eu posso te mandar no *WhatsApp* ou prefere na plenária? Só para eu
142 verificar aqui. **PRESIDENTE:** Mas já é bom registrar em ata aqui, Daniel. Se tiver alguma
143 equipe que a Luanda está falando aqui, registrar em ata. **LUANDA:** É que a gente fez uma
144 articulação com os trabalhadores, nos reunimos, o fórum estadual, então a gente retirou o
145 nome do Felipe como representante do fórum estadual. **DANIEL – CEAS:** Beleza, a gente vai
146 olhar sim, pode deixar. **LUANDA:** Tá. **PRESIDENTE:** Representantes não governamentais
147 dos conselhos municipais de assistência social. Representante CMAS usuários. Conselho de
148 Belo Horizonte, representante indicada Simone Maria; Conselho de Cordisburgo,

149 representante indicada Jaqueline; Conselho de Juiz de Fora, representante indicada Ana
150 Maria; Conselho de Pouso Alegre, representante indicada Rita Angélica. Representantes de
151 Trabalhadores do SUAS: Conselho de Conselheiro Lafaiete, representante indicada Crislaine
152 Cristina; Conselho de Ribeirão das Neves, representante indicada Priscila Aparecida;
153 Conselho de Salinas, representante indicada Gabriela; Representantes Mentais dos
154 conselhos municipais: Conselho de Barbacena, representante Daniel; Conselho de
155 Campanha, representante (trecho inaudível) [0:16:32]; Conselho de Coronel Fabriciano,
156 representante Érica; Conselho de Caeté, representante João Victor; Conselho de Perdões,
157 representante Jefferson; Conselho de Uberaba, representante Cláudia. E no ato de habilitação
158 houve alguns conselhos, alguns candidatos que tiveram a candidatura indeferida conforme o
159 Daniel citou. Fica registrado em ata esses candidatos de processo eleitoral. E felizmente a
160 gente tem um número grande de candidatos. No mandato de 2019, durante todo o mandato
161 com vacância no segmento sociedade civil. Então, agora vamos ter concorrência para todos,
162 apesar do curto tempo a mobilização foi produtiva. Queria passar agora a fala para o Élerson
163 que solicitou um momento para o informe. **ÉLERSON:** Bom dia a todos e todas. Na verdade,
164 eu só pedi essa inclusão de pauta por conta de um fenômeno que não é novo no nosso país,
165 infelizmente. Desde 2011, o Brasil sempre foi um país que exportava migrantes. A gente tem
166 vivido um fenômeno em relação ao afluxo de migrantes aqui do Brasil. Desde 2011 a gente
167 tem recebido ondas migratórias. Primeiro começou com os haitianos, depois teve a crise da
168 Venezuela, teve a crise na Síria, então vários outros grupos chegaram. Na verdade, o Brasil,
169 sempre, o fenômeno migratório é um fenômeno natural. O problema não é a migração. Nós
170 temos imigrantes brasileiros em outro país quanto nós recebemos. Essas idas e vindas
171 populacionais é um fenômeno humano. O problema se dá quando essas migrações acabam
172 acontecendo por motivos forçados ou quando nós não temos estruturas protetivas para
173 acolher essas pessoas e dar a elas os devidos cuidados e a dignidade necessária. Nós
174 estamos com um problema agora em Belo Horizonte, mas também em outras regiões de
175 Minas Gerais, que é a chegada de grupos migratórios da Venezuela que, na verdade, não são
176 só venezuelanos. Além de serem venezuelanos, eles são de uma etnia indígena chamada
177 Waraos. E como todos os povos tradicionais, como todos os povos indígenas, eles têm
178 algumas peculiaridades. Mas por que eu estou trazendo isso aqui para o CEAS? Além de
179 fazer todo o trabalho de incidência política para que o Governo do Estado também possa ter
180 uma política estadual migratória, isso a gente já faz, enquanto comitê dentro da própria
181 SEDESE, chamada COMITRATE, eu penso que o CEAS, ele poderia promover, juntamente
182 com outros parceiros que também trabalham com essa pauta, alguma norma, alguma
183 orientação para a assistência social do estado como um todo. Porque a gente tem percebido
184 que esses grupos migratórios têm passado pelas cidades, muitas vezes os serviços da básica,
185 da média ou da alta complexidade dentro do SUAS, os quais eles acessam, sequer têm

186 consciência do que se trata. E a assistência social junto com a saúde é sempre a porta de
187 entrada para essa população quando ela chega dentro de um território. A gente tem feito
188 algumas conversações inclusive com o pessoal do COMITRATE, que trabalha
189 especificamente com essa pauta. Então, a minha proposta além de trazer a relevância desse
190 fenômeno, da importância da gente também acompanhar porque é um público nosso, são
191 pessoas vulneráveis e que precisam de proteção. Só para vocês terem uma ideia, a semana
192 passada chegou um grupo de 74 pessoas aqui em Belo Horizonte. Dessas 74 pessoas que
193 chegaram, 40 são crianças. E aí é conselho tutelar e Ministério Público que, ao invés de nos
194 ajudar a fortalecer e acolher essas pessoas, acabam tendo uma atitude muito politivista,
195 enxergando violações de direitos que de fato acontecem, querendo retirar as crianças das
196 famílias. Penso que o CEAS pode contribuir. Acho que, primeiro, chamar esses parceiros que
197 trabalham com essa pauta para dar uma formação no CEAS, e, numa próxima plenária, dar
198 uma formação, falar um pouco sobre isso. E, num segundo momento, a gente também
199 produzir, não sei se uma norma operacional, uma norma técnica, alguma orientação para que
200 as equipes técnicas de assistência social no estado também possam lidar dentro da política
201 da assistência social o que nós podemos fazer para garantir direito a essas pessoas que aqui
202 chegam. Obrigado, Presidente. **PRESIDENTE:** Obrigada, Élerson. No início o seu som estava
203 mais baixo. Não consegui entender direito. Você havia solicitado um informe ou uma pauta?
204 **ÉLERSON:** Eu dei um informe que é no sentido da gente se atentar com esse fluxo migratório,
205 mas, ao mesmo tempo, (trecho inaudível) [0:23:27] sugestões aqui para (trecho inaudível)
206 [0:23:35]. **PRESIDENTE:** Sim. Eu fiquei em dúvida se você estava querendo acrescentar para
207 prosseguir mais com a discussão. Ok, Élerson. Obrigada. Ainda dentro dos informes, queria
208 ver se o Daniel conseguiu um retorno em relação à lista de habilitados. **DANIEL – CEAS:**
209 Consegui, sim, presidente. A questão foi realmente um erro de digitação. O Felipe está com
210 todos os documentos corretos aqui pelo FETSUAS. Tudo bem, Luanda? Foi só um erro formal.
211 **LUANDA:** Que bom, gente. **DANIEL – CEAS:** Está tudo correto. Os documentos estão aqui.
212 Eu estou olhando aqui, está bom? Foi só um erro de digitação que a gente pede desculpa. A
213 gente vai corrigir e colocar no *site*. **LUANDA:** Obrigada. **DANIEL – CEAS:** Eu que agradeço.
214 **PRESIDENTE:** Obrigada, Daniel. É só publicar uma errata, que é Fórum Estadual dos
215 Trabalhadores do SUAS de Minas Gerais, ao invés de Fórum Regional de Salinas. **DANIEL –**
216 **CEAS:** Isso, a gente faz um documento, sim, a gente passa lá no processo. **PRESIDENTE:**
217 Obrigada, Daniel. Seguindo com a pauta. Temos mais algum informe, conselheiros e demais
218 participantes? **IVONE:** Patrícia, acho que essa questão que o Élerson trouxe é uma questão
219 que merece ponto de pauta nesse conselho, sabe? Não só a questão da migração, mas
220 também a população em situação de rua. Eu acho que a gente merecia orientar os municípios
221 sobre essa situação, porque, com a pandemia realmente a gente está vivendo uma situação
222 muito drástica. **PRESIDENTE:** Com certeza, acho que seria importante até colocar na pauta

223 da comissão de política. Eu acho que na plenária passada ou na outra até estava na pauta a
224 dos índios Waraos? Não sei pronunciar direito. **CRISTIANO:** Warao. **PRESIDENTE:** O nome.
225 Eu me lembro que estava na pauta, mas acho que não chegou a vir para plenária, Cristiano?
226 **CRISTIANO:** Não. **PRESIDENTE:** É importante colocar na pauta da comissão de política para,
227 no próximo mês, a gente conseguir trazer. Porque hoje, acho que fica um pouco difícil da gente
228 conseguir ampliar a discussão. **IVONE:** Tem outro elemento também que está chegando e eu
229 estou orientando alguns municípios, a respeito dessa mudança da estrutura do SUAS. E
230 muitos municípios estão alocando no CRAS todas as atividades da assistência social,
231 inclusive a gestão. Isso está criando um impacto muito grande com as equipes do PAIF. E
232 como o gestor, que é o prefeito, determina que a secretaria faça, como que vamos tratar isso,
233 entendeu? Porque também no SUAS está gerando um outro movimento que está trazendo
234 também para as equipes do PAIF uma dificuldade enorme de exercer o seu papel. Já recebi
235 de um município, pedi para que formalizasse a denúncia no conselho estadual e também na
236 SEDESE. **PRESIDENTE:** Complicado, né? Obrigada, Ivone. Prosseguindo com a pauta do
237 dia. Agora temos a posse dos novos conselheiros. Não sei pronunciar o nome dele. Não sei
238 se é Warles Rodrigues Almeida, em substituição à Francielly, na condição de suplente, pelo
239 FETSUAS – Fórum Estadual dos Trabalhadores. Não sei se ele está com mais de um
240 dispositivo. Vou pedir a ele para se apresentar. Ele deve ter clicado aqui no microfone
241 desligando. Ele deve voltar em breve. A Conselheira Thaís Correa Damasceno e a
242 Conselheira Sandra da Silva, elas estão presentes? **THAÍS:** Thaís está presente. Bom dia.
243 **SANDRA:** Sandra presente também. **PRESIDENTE:** Bom dia. A Thaís, ela toma posse hoje
244 em substituição à Silvia Gracia, enquanto titular pela Secretaria de Estado da Educação. E a
245 Sandra, ela toma posse em substituição à Poliana de Souza Vieira Leal, suplente da Secretaria
246 de Estado da Educação. Vou pedir para a Thaís se apresentar. **THAÍS:** Bom dia, pessoal. Sou
247 Thaís. Trabalho hoje na Assessoria da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação
248 Básica, aqui na Secretaria de Estado da Educação. Estou iniciando o acompanhamento e a
249 representação aqui no conselho. E destaco também (trecho incompreensível) [0:28:44] de
250 assistência social, trabalhei na Secretaria de Direitos Humanos e estudante de Serviço Social
251 também. Tenho afinidade grande com a pauta e vou poder colaborar com vocês aqui.
252 **PRESIDENTE:** Ótimo, Thaís. Obrigada. Seja muito bem-vinda. E a Sandra, por favor, se
253 apresente. **SANDRA:** Bom dia a todos. Eu sou Sandra Januária da Silva. Atualmente atuo na
254 Subsecretaria de Gestão de Recursos Humanos, também na assessoria. E também sou
255 professora da rede estadual de ensino, professora de língua portuguesa. Também quero
256 colaborar muito e participar com vocês no conselho. E para mim é uma honra ter sido indicada
257 para atuar no Conselho Estadual de Assistência Social. Bom dia a todos. **PRESIDENTE:**
258 Bacana, Sandra. Seja muito bem-vinda ao CEAS também. Warles, acho que ele não retornou,
259 né? Então, a plenária dá posse aos conselheiros. E quando o Warles retornar, eu passo a

260 palavra para ele se apresentar. Deixa eu verificar na lista de participantes. De fato ele não
261 retornou. Prosseguindo com a pauta. Nós temos agora o retorno do pedido de vista do
262 Conselheiro Elder, sobre a denúncia de fechamento dos Postos de Atendimento Social do
263 Projeto Hidroagrícola de Jequitaiá. **ELDER:** Sim. Podemos começar. É para eu ler o Relatório
264 de Vista? Como que a gente faz? O que vocês preferem? **PRESIDENTE:** Fica a cargo do
265 conselheiro solicitante. Pode fazer da forma que você preferir. **ELDER:** Vou contextualizando.
266 **ROSE:** Após a sua apresentação, pela resolução, você encaminha o seu parecer escrito para
267 a Secretaria Executiva anexar o processo. **ELDER:** Na verdade, pelo SEI, no mesmo processo
268 com todos os documentos, já está lá. Já está assinado lá. Você consegue acessar. **ROSE:**
269 Ok. **ELDER:** Só fazer uma contextualização sobre essa questão do Projeto Hidroagrícola de
270 Jequitaiá. O projeto agrícola previu a construção de uma barragem que ia ocupar alguns
271 territórios de 3 municípios, se não me engano, Jequitaiá, Francisco Dumont e Claro dos Poções.
272 Era uma barragem de água, não sei o nome certo, não é uma barragem de mineração. E
273 existe uma legislação que diz que, toda vez que for construído um empreendimento desse
274 tipo, é necessário que seja feito um plano de assistência social. E esse plano tem que prever
275 como que vai ser dado, como é que vai ser feito o atendimento das famílias que vão ser
276 afetadas por esse empreendimento. E, além disso, esse plano de assistência social tem que
277 ser submetido ao CEAS e o CEAS tem que aprovar. Essa aprovação, nesse plano, tem que
278 prever tudo que vai ser feito para prover assistência social para as famílias para evitar que a
279 situação delas de vulnerabilidade seja agravada por causa desse empreendimento. Esse
280 empreendimento começou em 2015. Na época quem era responsável, era um determinado
281 empreendedor e estava sob a responsabilidade, se não me engano, também da Secretaria da
282 SEAPA – Secretaria de Agricultura e Pecuária e Desenvolvimento. Eu estou falando aqui de
283 cabeça, porque o SEI não abriu para eu ler para vocês. Se eventualmente eu tiver falando
284 alguma coisa errada, daqui a pouco eu corrijo. Foi feita essa barragem de 2015. E após, se
285 não me engano, menos de um ano depois, as obras foram paradas, elas foram paralisadas.
286 Nesse plano que eu falei previa a construção de postos de atendimentos de assistência social
287 para atender essas famílias que estavam em situação de vulnerabilidade e iam mudar de
288 lugar, iam ser retirados daquela região por causa disso. Eles estavam funcionando até o início
289 desse ano. Com o início desse ano houve uma alteração das responsabilidades do projeto,
290 que saiu da SEAPA e foi para o IDENE. Quando isso aconteceu, houve um problema na hora
291 de renovar os contratos que tinham sido feitos para manutenção e para que esses postos
292 continuassem a funcionar. Agora eu consegui abrir aqui. Acho que vai ficar mais fácil do que
293 eu contando. Eu vou falando os pontos e a gente vai acompanhando pelo relatório. Agora já
294 estou lendo o relatório que foi feito, que é o Relatório de Vista. “Em 25 de março, após o
295 encerramento do prazo mínimo para renovação do contrato da empresa responsável pela
296 administração dos postos, as atividades desses postos foram temporariamente suspensas

297 enquanto o processo de compra para contratação de nova empresa seria concluído.” Isso
298 aconteceu porque, como eu disse, a obra começou em 2015. Tinha sido contratada uma
299 empresa para gerenciar esses postos e esse contrato estava sendo renovado nos anos
300 seguintes. Porém, pela lei de licitação, você não pode renovar um contrato infinitamente.
301 Chegou no prazo máximo de renovação e teria que ser feito um novo contrato. Essa situação
302 coincidiu exatamente com o período em que as responsabilidades do projeto estavam sendo
303 sub-rogadas para o IDENE, ou seja, elas estavam sendo transferidas da SEAPA para o
304 IDENE. Houve um período em que essa contratação não pôde ser feita justamente porque
305 esse processo de sub-rogação não tinha sido concluído. Era um momento em que a SEAPA
306 não poderia fazer um novo contrato, pois não seria mais responsabilidade dela e o IDENE não
307 tinha recebido formalmente essa responsabilidade, essa atribuição de responder pelo projeto.
308 Então a contratação não pôde ser feita e esses postos de atendimento, o atendimento dado
309 por esses postos, o funcionamento dos postos foi paralisado. Em 30 de março de 2021, após
310 suspensão das atividades, a CODEVASP, que é empreendedor, que é o responsável pela
311 construção dessa barragem, enviou uma nota técnica à SUPRAM-NM que é uma
312 superintendência da SEMAD – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável,
313 solicitando a prorrogação do prazo para reativação desses postos. Os postos são chamados
314 de Postos de Atendimento Social. A SUPRAM acatou o pedido apresentado pela CODEVASP,
315 conforme a Decisão SEMAD SUPRAM nº 01/2021, e isso está no processo. E ela também
316 exigiu que o empreendedor mantivesse um canal com a sociedade para prestar informações
317 da assistência aos atingidos pela barragem. A SUPRAM falou: “Ok, eu te dou um prazo maior
318 para você prorrogar esse contrato e colocar esses postos novamente em funcionamento,
319 entretanto, você precisa garantir o atendimento dessas famílias de alguma forma enquanto
320 esses postos não estão funcionando.” No dia 4 de maio, a SEAPA encaminhou para o CEAS
321 o ofício SEAPA SUDRS nº 50/2021, informando sobre essa decisão da SUPRAM de prorrogar
322 o prazo para recontração dos atendimentos desses postos. E também, nesse processo, já
323 informou sobre a transferência das responsabilidades, da SEAPA para o IDENE. E, um dos
324 pontos que a secretaria declarou, “que ressaltamos aqui que a condicionante não deixará de
325 ser cumprida. A condicionante que é justamente a manutenção dos Postos de Atendimento
326 Social ocorrerá (trecho incompreensível) [0:37:10] suspensão temporária de seu cumprimento,
327 que será retomado tão logo as questões de ordem sanitária-administrativa sejam solucionadas
328 contemplando inclusive abertura de novo posto de atendimento em Claro dos Poções.
329 Conforme declarado durante renovação da licença de instalação que previa essa
330 condicionante nº 3”. O que o IDENE declarou? Ele declarou que os postos deles seriam
331 reativados tão logo possível e, além disso, seria aberto um novo. É como eu disse, são 3
332 municípios: Jequiitá, Francisco Dumont e Claro dos Poções, porém têm postos em 2, em Claro
333 dos Poções ainda não tem. No dia 18 de maio houve a celebração do 12º Termo Aditivo. É

334 um termo de compromisso que definiu que as responsabilidades exercidas pelo SEAPA no
335 Projeto Jequitaí passariam a ser exercidas pelo IDENE, ou seja, formalizou a transferência de
336 responsabilidades. No dia 28 de maio, representantes do IDENE se reuniram com
337 representantes do CEAS para tratar dessa questão dos postos de atendimento. Naquela
338 oportunidade, ficou acordado que o IDENE notificaria formalmente o CEAS de toda
339 transferência de responsabilidade do Projeto Jequitaí, da SEAPA para o IDENE, e também
340 apresentaria pontos para análise no CEAS, que necessitavam de apoio do conselho para o
341 retorno dos postos de atendimento. No dia 31 de maio, o IDENE formalizou, enviou esse ofício
342 que tinha sido solicitado pelo CEAS. Em 14 de junho, o CEAS enviou para o IDENE novamente
343 um novo ofício que era o 98, solicitando informações a respeito da execução do Plano de
344 Assistência Social do Projeto Jequitaí, e, sobretudo, dos impactos que estavam sendo
345 causados pela suspensão das atividades dos postos de atendimento social. Em 4 de agosto
346 de 2021, o IDENE responde esse ofício que foi enviado pelo CEAS, respondendo os
347 questionamentos e informando sobre as providências tomadas para reabertura dos postos. E
348 no documento o instituto até informou que a publicação do edital para contratação de nova
349 empresa responsável pela administração dos postos aconteceria em até 60 dias, e que a
350 reabertura dos equipamentos estava prevista para dezembro. E, por fim, na plenária 266, no
351 CEAS, que foi realizada em 20 de agosto de 2021, foi apresentado o relatório do Conselheiro
352 Lucas que propôs encaminhamento para solucionar as questões relativas à execução do
353 Plano de Assistência Social do Projeto Jequitaí. Dentre as quais, ele destaca a suspensão da
354 aprovação do Plano de Atendimento Social, constante na Resolução nº 437/2003, que
355 aprovou esse plano. E a concessão de prazo para reativação dos postos de atendimento
356 Social, que deveriam estar em funcionamento até o final de setembro de 2021. Esse é o
357 histórico todo que a gente fez do Projeto Jequitaí. Está tudo no SEI. Tem um processo SEI
358 com todos esses documentos que eu citei e também no relatório de vista todos os documentos
359 estão citados também. E agora a gente parte para análise. “Após a leitura de toda
360 documentação afeta ao projeto, eu apresento as seguintes considerações. Os postos de
361 atendimento Social são equipamentos fundamentais para atendimento das demandas
362 socioassistenciais das famílias atingidas pela construção da barragem. A execução de
363 grandes projetos de infraestrutura pode levar elevado número de famílias, sobretudo aquelas
364 em situação de vulnerabilidade social, a vivenciarem situações de rompimento de vínculos
365 familiares e comunitários, bem como o agravamento de situações de risco social. Visto que
366 essas famílias são obrigadas a deixar suas residências e, conseqüentemente, seus laços com
367 o território, com a comunidade, para serem realocadas em outras localidades. Assim, a
368 reativação dos Postos de Atendimento Social deve figurar como prioridade para o
369 empreendedor responsável pela construção da barragem 1 do Projeto Hidroagrícola de
370 Jequitaí”. Para compreender os impactos do fechamento desses Postos de Atendimento, a

371 gente entrou em contato, a Superintendência de Proteção Básica entrou em contato com os
372 municípios de Francisco Dumont e Jequitaiá para saber como que estava o atendimento social
373 dessas famílias e também com Claro dos Poções. Esse contrato foi feito por meio da Diretoria
374 Regional SEDESE de Montes Claros, que é a diretoria regional que atende esses 3
375 municípios. A gente conversou com os gestores dos 3 municípios. E, no contato realizado, os
376 gestores pontuaram a importância da reabertura dos postos e informaram que as demandas
377 das famílias têm sido provisoriamente tratadas pelos equipamentos socioassistenciais do
378 município, os CRAS's e o CREAS's. Essa informação que eles nos deram por telefone, por
379 reunião, ela foi endossada pelos ofícios enviados pelos prefeitos dos 3 municípios ao IDENE.
380 Esses ofícios também constam no processo SEI, atestando que o atendimento das famílias
381 tem sido realizado pelos CRAS's e pelos CREAS's municipais. Nesse ponto a gente salienta
382 que não figura, dentre o rol de competências dos CRAS's e dos CREAS's desses municípios,
383 realizar os referidos atendimentos. Entretanto, ressalta-se que as famílias atingidas têm sido
384 acompanhadas pelas equipes socioassistenciais municipais. Destaca-se também, que
385 considerando ser o CEAS o órgão competente para aprovação do Plano de Assistência Social
386 em situação de construções de barragens, conforme disposto no artigo 3º, da Lei nº 12.812/98,
387 esse conselho deveria ter sido informado formalmente das dificuldades enfrentadas pela
388 SEAPA e pelo IDENE, na manutenção do contrato de funcionamento dos postos em momento
389 anterior ao seu fechamento temporário. Porém, com relação à obra de construção dessa
390 barragem, ressalta-se que ela encontra-se paralisada desde 20 de maio de 2015, conforme
391 comprovado pelo termo de rescisão que nos foi enviado, que comprova que a obra não está
392 funcionando. A suspensão das atividades dos Postos de Atendimento se deu em um período
393 em que a construção do empreendimento ainda também não foi retomada. De forma
394 complementar, é importante lembrar também que o contexto de pandemia de Covid-19 limitou
395 que algumas atividades presenciais, realizadas nos equipamentos socioassistenciais, fossem
396 realizadas. E essa limitação coincide com o período em que o contrato está suspenso. É um
397 fator que a gente entende como atenuante que também deve ser levado em consideração no
398 caso em análise. Nos documentos apresentados nota-se que providências têm sido tomadas
399 para regularizar a situação dos Postos de Atendimentos. Destaca-se que na última plenária
400 do CEAS, na verdade, na penúltima, porque na última a gente não falou disso, representantes
401 do IDENE informaram que o processo de licitação da nova empresa para administração
402 desses equipamentos seria publicado ainda naquele mês. E ademais, ainda cabe ressaltar
403 que é disposto constitucionalmente, a partir do artigo 5º da nossa Constituição, os princípios
404 do contraditório e da ampla defesa, é temerário não proporcionar no âmbito administrativo, os
405 princípios acima mencionados, vez que, a referida normativa inclui taxativamente a hipótese
406 de processo administrativo como disposto a seguir. O que eu gostaria de dizer com isso? É
407 que a gente precisaria conceder o contraditório e ampla defesa para que o IDENE conseguisse

408 responder essas questões, conseguisse nos posicionar sobre essa questão dos postos e
409 conceder também um prazo para que ele resolvesse essas situações. O entendimento que a
410 gente suspender essa licença imediatamente não seria o caminho que seria promissor para
411 resolver o problema. Inclusive, a suspensão da licença pode levar à suspensão do processo
412 licitatório para a reabertura dos postos, então no fim as famílias continuariam sem
413 atendimento. Desse modo, entende-se que antes de suspender a aprovação do Plano de
414 Assistência Social emitido pelo CEAS, é necessário notificar formalmente o IDENE, o
415 empreendedor, bem como conceder o prazo exequível para que sejam tomadas as
416 providências de reativação. Por que um prazo exequível? A gente falar para o IDENE, por
417 exemplo, que ele tem 5 dias para fazer uma licitação, ele não vai conseguir fazer uma licitação
418 porque os prazos legais para fazer uma licitação são maiores do que esse. O que impede que
419 ele consiga terminar essa atividade nesse prazo. Como encaminhamento, o que eu proponho?
420 Primeiro, notificar formalmente o IDENE e o empreendedor e ofício sobre o descumprimento
421 da adequada implementação do Plano de Assistência Social aprovado pela Resolução nº
422 437/2013, do CEAS. Conceder um prazo até 31 de outubro de 2021 para publicação do edital
423 de contratação de empresa para administração dos Postos de Atendimento Social. Caso o
424 prazo não seja cumprido, informar à SEMAD sobre o descumprimento dos requisitos
425 necessários para concessão da licença. Conceder um prazo até 31 de dezembro de 2021 de
426 reativação desses postos de atendimento social dos municípios de Francisco Dumont e
427 Jequitáí. Caso o prazo não seja cumprido, informar à SEMAD sobre o descumprimento.
428 Apresentar, o IDENE no caso, um cronograma detalhado da conclusão do processo de
429 contratação da empresa, bem como da reativação dos postos de atendimento. Solicitar ao
430 empreendedor que, durante o período de suspensão do atendimento dos postos, informe a
431 população nos canais alternativos de atendimento nos equipamentos socioassistenciais dos
432 municípios. E, por fim, solicitar ao IDENE, e ao empreendedor, informar o CEAS assim que
433 for decidida, definida a data de retomada das obras de construção da Barragem 1, do Projeto
434 Jequitáí. Esse relatório que eu fiz, ele foi concluído no dia 16 de setembro. No dia 8 de outubro
435 de 2021, o IDENE já enviou um ofício, que é o ofício 201/2021, para o CEAS, informando que
436 foi publicado o processo licitatório, o edital para contratação de nova empresa para
437 administração desses postos de atendimento social. O pregão vai ser realizado no dia 20 de
438 outubro de 2021, então aquele prazo que havia sido sinalizado de que a licitação seria
439 publicada até 31 de outubro, ele já foi cumprido. Isso é até uma atualização. E também nesse
440 ofício o IDENE reforçou que as famílias estavam sendo atendidas pelos CRAS's dos
441 municípios e pelos CREAS's também. E que também colocou os canais de atendimento que
442 tão sendo ofertados para população que está sendo atingida por esse empreendimento. Esses
443 são os pontos do meu relatório. O relatório está no processo SEI para quem quiser lê-lo na
444 integra. Eu passei pelo relatório. Eu falei a grande parte dele. E acho que podemos abrir para

445 discussão. **PRESIDENTE:** Obrigada, Elder. Eu passo a palavra para o Lucas, que foi o relator
446 que apresentou o parecer na plenária de agosto, se não me engano. Lucas, por favor. **LUCAS:**
447 Obrigado, Patrícia. Cumprimento o Nilson que está aqui junto conosco, representando o
448 empreendimento. Obrigado também ao Elder pelo retorno de vista. Patrícia, eu vou concordar
449 com o parecer apresentado pelo Conselheiro Elder, com acréscimo de não cumpridas as
450 determinações solicitadas pelo conselheiro, que sejam suspensos os efeitos jurídicos da
451 resolução. Como havia proposto como de primeira ordem, a gente inverte para o final, então,
452 descumpridas todas essas determinações apresentadas pelo Conselheiro Elder, que sejam
453 suspensos os efeitos jurídicos. No mais, concordo com toda plenitude daquilo que foi
454 apresentado pelo conselheiro. Obrigado. **PRESIDENTE:** Ok, Lucas. Obrigada. Recebi um
455 ofício do IDENE, que a Secretaria Executiva enviou. Queria pedir ao Daniel falar um pouco
456 sobre esse ofício. Não sei se a plenária gostaria que fizesse a leitura. **DANIEL – CEAS:**
457 Presidente, esse ofício, pelo que eu estou entendendo, foi o que o Elder mencionou. Não foi
458 esse, Conselheiro Elder, que você acabou de falar desse ofício que o IDENE nos informou
459 que está em processo novo de licitação? **PRESIDENTE:** Ele falou o número. Eu não me
460 recordo se era o mesmo número. **ELDER:** É o ofício nº 201/2021. **DANIEL – CEAS:** É o último
461 do processo, mas eu vou olhar aqui. Caso a plenária queira, eu posso ler sem problema algum.
462 **ELDER:** Se vocês quiserem eu leio ele aqui agora. **DANIEL – CEAS:** É o ofício nº 201, o
463 último documento do processo? **ELDER:** Isso. “Senhora Presidente, cumprimentando-a
464 cordialmente e em complemento às informações enviadas através do Ofício IDENE de
465 25/01/2021, o IDENE, entendendo a gravidade da situação e a necessidade de
466 restabelecimento dos serviços de assistência social, vinculados ao projeto da Barragem
467 Multifinalitária de Jequitaiá tem envidado esforços para mitigar a situação, bem como para
468 restabelecer os serviços de assistência social previstos e pactuados. É objetivo, portanto,
469 fazer cumprir todos os prazos e condições do licenciamento ambiental e social,
470 particularmente a remobilização das equipes socioambientais qualificadas para a execução
471 prática das tarefas inerentes a essas disciplinas de maneira a reconduzir o projeto ao seu
472 curso normal. Neste sentido, é importante manter o alinhamento com este conselho e informar
473 que, através de articulação com as referidas prefeituras, está em funcionamento uma estrutura
474 mínima de atendimento através dos CREAS’s e CRAS’s municipais, cuja comprovação pode
475 ser confirmada pela manifestação dos prefeitos já anexas a este processo.” E aí ele cita os
476 três ofícios que são os ofícios que até cito no meu relatório também, que estão presentes no
477 processo SEI. “Reforçando, conforme explicado em detalhes no Ofício IDENE nº 151, que a
478 descontinuidade do contrato se deu pelo seu esgotamento frente às possibilidades previstas
479 na Lei de Licitações em paralelo com o processo de sub-rogação de responsabilidade ao
480 IDENE, que se estendeu mais do que o previsto. Tal situação, respeitado o ordenamento
481 jurídico e a necessidade de cumprimento de normas do direito público, levar a situação em

482 análise, em frente a qual tem sido realizado exaustivo trabalho de restabelecimento dos postos
483 de atendimento. Para restabelecimento dos serviços dos postos, informamos que está
484 publicada a licitação por pregão a ser realizado no dia 20 de outubro de 2021, para contratação
485 de nova empresa. Tal prazo está condizente com o prazo de 60 dias para publicação de
486 licitação, assumido por essa autarquia quando (trecho incompreensível) [0:51:48] Ofício
487 IDENE nº 151/2021, em 4 de agosto corrente. A percepção é que, por se tratar de contratação
488 por pregão, conseguimos dar ordem de início antes do prazo previsto no ofício IDENE nº
489 151/2021, que estipula dezembro de 2021 como data para retomada dos serviços e reabertura
490 dos postos do PAS. Reforçamos também que, muito embora o contrato da executora dos
491 postos de atendimento tenha vencido em 25 de março de 2021, o Projeto Jequitai mantém o
492 escritório ativo, executor de outros programas do Plano de Controle Ambiental – PCA, que
493 tem acolhido as demandas dos atingidos prestando as informações necessárias ou
494 direcionando os atendimentos aos CRAS’s e CREAS’s municipais. O Projeto Hidroagrícola
495 Jequitai mantém, os canais de informação e contato, publicados sistematicamente e
496 frequentemente nas redes sociais e em peças jornalísticas e panfletos impressos que são
497 distribuídos à população. Os canais de contato são acessados nos seguintes endereços desde
498 2015 e, portanto, de amplo reconhecimento do cidadão dos três municípios atingidos”. Aí, têm
499 os endereços do Instagram, Facebook, Youtube e o *e-mail*, que é o
500 faleconosco@riojequitai.com.br. “Finalmente, o IDENE se coloca à disposição do CEAS para
501 todas e quaisquer informações, esclarecimentos adicionais necessários. Aproveito a
502 oportunidade para reforçar os protestos de minha elevada estimada e mais distinta
503 consideração. Atenciosamente, Nilson Borges, Subsecretário de Desenvolvimento Integração
504 do Norte e Nordeste de Minas Gerais, Diretor Geral do IDENE.” **PRESIDENTE:** Ok, Elder.
505 Obrigada. Não tem nenhuma inscrição no *Chat*. Gostaria de saber se mais algum participante
506 gostaria de se manifestar. **MARIANA:** Desculpa, não escrevi no *Chat*, mas aproveitei já abri o
507 microfone. Bom dia, pessoal. Quem foi chegando depois, eu precisei sair da reunião. Só para
508 a gente fechar. O IDENE pediu um prazo e eles manifestaram para a gente que a licitação já
509 está em andamento e eles vão cumprir esse prazo. A gente vai fechar aqui que a gente vai
510 aguardar mais um prazo? É só para ficar claro aqui como que vai ficar o prazo que a gente vai
511 aguardar, e também para a gente já combinar aqui com o IDENE de, assim que essa situação
512 for estabelecida lá, para o IDENE já informar para a gente. É isso? Já partindo pros
513 encaminhamentos e, por uma questão prática, para a gente combinar exatamente os prazos
514 para todo mundo aqui para a gente poder acompanhar essa situação. **PRESIDENTE:** É
515 justamente o que pedi o Daniel aqui, esse apoio no encaminhamento, juntando a resposta do
516 Elder com o complemento do Lucas. Acho que o Elder está digitando aqui já. **DANIEL – CEAS:**
517 Isso, eu pedi para o Conselheiro Lucas... **PRESIDENTE:** (trecho incompreensível) [0:55:03]
518 encaminhamento, Daniel. **DANIEL – CEAS:** É, até já pedi para o Conselheiro Lucas escrever

519 aqui para a gente colocar na súmula, mas dependendo da opinião do Conselheiro Lucas. Eu
520 acho que do Elder e do Conselheiro Lucas que são os principais pontos de foco do assunto.
521 Conselheiro Lucas, se puder se manifestar, por favor, em relação à proposta. **LUCAS:** Sim.
522 Eu estou de acordo com os prazos estabelecidos pelo Elder. Acredito que são prazos
523 razoáveis, com acréscimo justamente da suspensão temporária da aplicação do artigo 1º do
524 CEAS, da 437, até que os postos de atendimento tenham suas atividades efetivamente
525 ativadas. Eu acho que só um detalhe que a gente precisa mencionar é com relação à
526 autorização feita pela SEMAD. SEMAD não tem competência para dizer sobre a suspensão
527 ou não do Plano de Assistência Social. Quem tem que dar essa autorização dessa suspensão
528 é o próprio Conselho Estadual de Assistência Social. Eu vou pedir até que o empreendedor
529 possa formalizar esse pedido de suspensão, ainda que temporário, para o CEAS, para que
530 sejam cumpridos esses prazos que foram estabelecidos pelo Conselheiro Elder, até mesmo
531 pela boa prática do Direito, do bom Direito, porque a SEMAD não tem essa competência,
532 porque a competência prevista pela lei é do Conselho Estadual de Assistência Social fazer
533 essa autorização ou não da suspensão e da aplicação do Plano de Assistência Social. Não é
534 a SEMAD. Isso é muito importante. Eu acho importante destacar nesse ponto, mas, no mais,
535 estou de acordo com os prazos estabelecidos pelo Elder. **PRESIDENTE:** Ok. O Elder se
536 inscreveu. **ELDER:** Esclarecer os prazos para todo mundo. O prazo era 31 de outubro para
537 publicação da licitação. Ele já foi cumprido. A licitação já foi publicada. E até 31 de dezembro
538 de 2021 para reativação dos postos de atendimento. Foram esses prazos que o Lucas está
539 comentando que eu falei, caso alguém tenha perdido. (trecho inaudível) [0:57:29] esse
540 acréscimo que ele colocou. **LUCAS:** Seria importante aproveitar que o empreendedor está
541 aqui e verificar se o prazo é condizente com aquilo, se ele vai conseguir cumprir, até porque
542 a gente não pode dar um prazo que ele não vai conseguir cumprir e depois a gente suspender
543 o empreendimento. Patrícia, vou pedir para que, se fosse possível, a gente ouvir o Nilson que
544 está aqui junto conosco. **PRESIDENTE:** Sim. Eu estou pelo celular, eu não consegui identificar
545 os participantes. Mais alguém gostaria de se manifestar? É Nilson, o empreendedor? **NILSON:**
546 Eu gostaria. **PRESIDENTE:** Bom dia, Nilson. Pois não. **NILSON:** Patrícia, bom dia. Nilson
547 Borges que está falando. É a segunda vez que eu participo, então estou meio perdido aqui no
548 *Zoom*. Eu não sei onde que levanta a mãozinha. Eu estou mecanicamente levantando o dedo
549 aqui para poder falar. Mas, mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade de participar com
550 vocês dessa discussão tão importante para toda a região Norte do Estado de Minas Gerais.
551 620 mil habitantes impactados com esse projeto, realmente a gente precisa de fazer isso, sim.
552 Gostei muito da compreensão de todos vocês, principalmente do Lucas também que fez o
553 relatório inicial lá, a preocupação, já tinha externado isso na outra reunião. Elder também foi
554 bem preciso nas informações no relatório de vista, acho que é assim que chama. Vocês estão
555 de parabéns por essa dedicação. Eu agradeço muito, mas muito mesmo a compreensão de

556 vocês com relação ao momento crítico que a gente tem vivenciado, que a gente tem vivido
557 com isso nesse projeto. É um momento de transição mesmo e eu acho que a gente está no
558 caminho certo. A razoabilidade, acho que venceu nesse caso e, obviamente, a questão prática
559 também, porque os prazos que foram colocados; e até o Lucas comentou aí agora se era
560 possível se era exequível, a resposta é sim, Lucas, Patrícia, Mariana e todos os demais, tanto
561 que a licitação do PAS já está prevista agora para o dia 20, que é quarta-feira que vem. É um
562 pregão, então ele é mais célere, porque tem a inversão de fases, faz a disputa de preços
563 primeiro e depois abre-se a habilitação, então realmente é mais rápido. A gente tem que
564 cumprir todos os prazos regimentares, legais para isso. Lucas, dentro do cronograma nosso
565 é possível, sim, fazer a reativação desses postos de atendimento até dezembro, até 31 de
566 dezembro, obviamente, fica condicionada também a própria empresa. No edital está o
567 contrato, está tudo sendo feito e programado para que essa abertura seja feita anterior, mas
568 aqui, o compromisso que a gente estabelece é esse, e tendo alguma novidade nisso ou algum
569 empecilho, ou alguma dificuldade, sei lá, legal ou o próprio fornecedor, porque nesse período
570 de pandemia está uma situação muitíssimo complicada. Para vocês terem uma ideia, a gente
571 tem fornecedores no IDENE sem executar processos com a gente desde novembro do ano
572 passado porque eles não conseguem executar, simplesmente não conseguem. Os preços
573 aumentaram demais e por aí vai. Então, a gente está numa situação realmente muito atípica.
574 Mas, qual que é o compromisso que eu faço com vocês aqui, Patrícia e Lucas? É a gente
575 manter o CEAS informado dessas situações. Fez a licitação, declarou, foi homologada a
576 licitação, homologado o vencedor, a gente informa para vocês que foi feita a homologação,
577 que o próximo passo é a assinatura do contrato e por aí vai. Eu até prefiro para poder evitar a
578 burocracia de ofício para lá e ofício para cá, a gente combinar assim que for assinado o
579 contrato, a gente manda para vocês o ofício, “Olha, assinamos o contrato. Já começou a valer
580 o prazo para implementação.” E aí vocês nos ajudam a fazer esse acompanhamento que eu
581 acho muito importante. Desde lá do início, a gente caminhar muito junto nesse projeto eu acho
582 que é a melhor estratégia para a gente ficar bem com a população que o objetivo é realmente
583 fazer a transformação da região. Eu anotei aqui a solicitação que (trecho incompreensível)
584 [1:02:35] fez, aliás, foi o Lucas mesmo, que foi feito o pedido para a SEMAD. Na verdade, a
585 CODEVASP pediu para SEMAD, para o COPAM, aliás, para fazer essa suspensão. E foi antes
586 de nós recebermos esse projeto oficialmente e legalmente, então, a gente não podia fazer
587 nada antes. Então, o que eu vou providenciar, Lucas? Um ofício para oficialmente e
588 legalmente comunicar ao CEAS que foi feito, que estão sendo feitas essas tratativas. E
589 pergunto para vocês se realmente a gente precisa de colocar todas essas tratativas ou não,
590 ou só fazer assim “De acordo com a reunião estamos solicitando/ratificando o pedido para
591 vocês para cumprir um rito legal.” É uma pergunta que eu estou fazendo. E só fortalecendo e
592 salientando, o nosso compromisso é com a região. A gente precisa fazer com que as pessoas

593 sejam impactadas positivamente com isso e, para aquelas que não tão positivamente, que
594 esse processo seja o menos sofrido possível. Esse aqui é o nosso compromisso. E, mais uma
595 vez, muitíssimo obrigado pela compreensão de todos. Fiquei muito feliz mesmo com relação
596 a isso. Vejo que são pessoas sérias, pessoas que são comprometidas com a causa e ao
597 mesmo tempo muito ponderadas também. Meu muito obrigada. Parabéns, Elder. Parabéns,
598 Lucas. Patrícia e Mariana pela condução aí. Muito obrigado a todos, e estou à disposição.

599 **PRESIDENTE:** Ok, Nilson. Obrigada. Lucas, gostaria de fazer alguma colocação? **LUCAS:**
600 Sim, Patrícia. Só mais uma última colocação e até mesmo em resposta ao Nilson. É só mesmo
601 fazer um ofício solicitando nos termos daquilo que foi apresentado no parecer de vista do
602 conselheiro Elder, está solicitando suspensão temporária da aplicação do plano de assistência
603 até principalmente a instalação dos postos de atendimento, acho que até cumprido esses
604 prazos, que aí temos a segunda condicionante que é: não cumprida a suspensão da aplicação
605 do artigo 1º da 437. Patrícia, já até quero apresentar enquanto relator do processo, após
606 aprovação da plenária, que possa ser realizada visita *in loco*, para que sejam verificadas as
607 condições de atendimento da população. Eu acho que é preciso submeter o pedido à plenária,
608 isso é algo previsto para o mês de janeiro ou fevereiro. Já submeto também esse pedido para
609 que seja enviado, tanto o relator do processo, a gente não sabe quem será, porque nosso
610 mandato está vencendo, e a equipe técnica junto também, a equipe técnica, a nossa técnica
611 é a Rosa. Acho que isso é importante também após esses prazos. Obrigada. **PRESIDENTE:**
612 Ok, Lucas. Obrigada. Os conselheiros gostariam de fazer mais alguma manifestação?
613 Compreenderam a situação? Já podemos entrar em regime de votação? Ok. Não tem
614 nenhuma manifestação no *Chat*. Com base no relatório emitido pelo Lucas e o retorno do
615 pedido de vista apresentado pelo Conselheiro Elder, estou entendendo que a proposta de
616 encaminhamento é pela aprovação com acréscimo da suspensão imediata e temporária da
617 aplicação do artigo 1º, da Resolução CEAS nº 437/2013, até que os postos de atendimento
618 social tenham suas atividades efetivamente ativadas, além da solicitação de que seja
619 realizada visita *in loco* pelo conselheiro relator para o ano que vem. Então, caso tenha alguma
620 alteração no mandato, na plenária de fevereiro, seria necessário alterar o relator ou, talvez,
621 permanecer, caso nosso conselheiro Lucas seja reeleito. Os conselheiros que concordam com
622 a proposta de encaminhamento, por favor, permaneçam como estão. **LUCAS:** Patrícia? Só
623 uma correção. A suspensão imediata e temporária é caso descumprido os termos acordados
624 pelo conselheiro Elder. É só essa correção. **PRESIDENTE:** Eu li a colinha que você mandou
625 aqui no grupo. Os conselheiros que concordam, por favor, permaneçam como estão. Os que
626 discordam, por favor, manifestem-se no *Chat*. Verifiquei aqui e não há nenhuma discordância.
627 Aprovado. Muito obrigada a todos. Parabéns pelo trabalho, Elder, Lucas. Obrigada, Nilson.
628 Bom dia a todos. Prosseguindo com a pauta do dia. Vou retornar com a posse do conselheiro,
629 não sei a pronúncia correta. Me fale como é a pronúncia correta do seu nome e se presente,

630 por favor, conselheiro. **WARLES:** Bom dia a todos, a todas. Meu nome é Warles, sou
631 Assistente Social. Atualmente sou trabalhador do SUAS da Prefeitura Municipal de Uberaba.
632 Atuo no CRAS Tutunas e já tenho 12 anos de experiência na Política de Assistência Social.
633 Já tive oportunidade de trabalhar em diversos municípios do Estado de Minas Gerais.
634 Atualmente, também estou Diretor do CREAS Minas, da seccional de Uberlândia. E, através
635 do FETSUAS, fui convidado para compor esse espaço também que é um espaço de
636 resistência, de luta e defesa da Política de Assistência Social. E hoje estou aqui para poder
637 fazer a substituição da nossa colega Francielly que tanto já contribuiu com esse espaço
638 também. **PRESIDENTE:** Obrigada, Warles. Seja bem-vindo ao CEAS. Os conselheiros já
639 foram empossados, agora, 9h52, a gente pode passar para o próximo ponto de pauta que é
640 da Rede Cuidar. Foi discutido ontem na reunião conjunta das comissões, por se tratar de
641 critérios de partilha. Queria solicitar à SEDESE que fizesse a apresentação inicial dessa pauta.
642 **MARIANA:** Eu mesma, Patrícia, que vou apresentar? Porque ontem a gente discutiu em
643 comissão. Acho que tem uma súmula, não tem, Daniel? Você resgata a súmula ou eu já parto
644 para a apresentação? **PRESIDENTE:** É porque geralmente tem uma contextualização para
645 poder registrar em ata do que se trata e depois é feita a leitura da súmula. Seria um resumo
646 mesmo. **MARIANA:** Vamos lá. Eu vou retomar o histórico e já atualizar inclusive com
647 informações de hoje. Primeira coisa é o seguinte, gente, retomando aqui histórico da Rede
648 Cuidar. Nós pactuamos no primeiro semestre o valor de R\$ 7.250.000,00 para o Programa
649 Rede Cuidar que a SEDESE recebeu da loteria mineira. Pactuamos os recursos. Definimos
650 critérios e, dentre esses critérios que a gente discutiu, a gente estava partilhando recurso para
651 as unidades de acolhimento institucional para pessoas adultas com deficiência e idosos;
652 centros de população de rua; e 6 unidades que atendem crianças e adolescentes ameaçados
653 de morte do Programa PPCAAM. Isso foi pactuado no início do ano e estava em execução.
654 Iniciamos a execução. Fizemos contato com todas essas entidades. Tínhamos um universo
655 do CadSUAS, do Censo SUAS, eu sempre confundo os dois, um universo de 88 entidades.
656 Quando a gente fala universo, a gente fala do que a gente tira lá da base de dados que os
657 municípios preenchem, o estado puxa a base de dados e faz os filtros, chegou nesse público
658 que eram entidades com ID Insuficiente, ou seja, também tem aquele cálculo das fragilidades
659 das instituições. Tínhamos um universo de 88 instituições. Passamos para a habilitação
660 jurídica, fiscal, documental dessas entidades, e adesão ao programa. Nessa fase, o nosso
661 número caiu para 49 unidades. Por quê? Vários problemas, desde entidades que não
662 quiseram, não aderiram ao programa. Não quero fazer parte do programa por dificuldade
663 administrativa, operacional, vontade, desejo de cada um. Tivemos uma quantidade de
664 instituições que estavam lá no cadastro como entidades de assistência social, quando a gente
665 foi fazer a conferência um a um, elas não eram de assistência social. Elas não cumpriam
666 requisitos da LOAS, então, elas também foram excluídas. Essa fase de análise é a fase de

667 habilitação porque a gente só vai fazer isso depois que a gente pactua aqui os critérios e
668 define o universo que a gente vai trabalhar. Bom, fizemos isso no primeiro semestre com esses
669 R\$ 7.250.000,00. Agora, no final de setembro, a assembleia legislativa, por meio do Deputado
670 André Quintão e do Presidente da Assembleia, o Agostinho Patrus, chamaram a SEDESE,
671 comunicaram, chamaram o COGEMAS, os representantes aqui também, várias frentes de
672 assistência social, para dizer que no âmbito do acordo político de aprovação do acordo da
673 Vale, da destinação dos recursos da Vale, do rompimento da Barragem de Brumadinho para
674 o estado foi feita uma inclusão de pauta de recursos de R\$ 25 milhões para o Programa Rede
675 Cuidar. Esse recurso chegaria para o estado agora em outubro. E não foi suplementado ainda,
676 isso ainda não está no orçamento, para a gente executar. Chamaram a gente para uma
677 reunião. Eu participei dessa reunião junto com a Secretária Beth, com representantes da
678 SEPLAG, da SEGOV, de outros órgãos do governo, da assembleia. Eu expus a situação para
679 eles o seguinte, “Olha, estamos em outubro, final do exercício orçamentário e financeiro, eu
680 não dou conta de operacionalizar e executar esses R\$ 25 milhões agora. A gente tem ainda
681 que definir critérios, pactuar, deliberar, chamar instituições, conferir documentação, e enfim.
682 A gente tem procedimentos burocráticos impossíveis de ser cumprido assim, muito rápido. O
683 tempo do estado é diferente do o tempo das entidades do tempo das prefeituras.” Nós
684 conseguimos chegar num acordo da gente fazer um esforço máximo para executar esse ano
685 em torno de R\$ 8 milhões, e deixar R\$ 17 milhões para o ano que vem. Como o ano que vem
686 é um ano eleitoral, a gente tem também limitação de tempo para executar esse recurso. E a
687 gente tem também outras limitações que a gente ainda vai ter que ver, por exemplo, eu não
688 posso repassar recurso em ano eleitoral se alguma entidade de assistência social tiver
689 vinculação com algum candidato, por exemplo, o que pode acontecer. No interior isso é
690 comum também. A gente tem que cumprir legislação eleitoral também. Feito isso, eu levei
691 uma proposta para o COGEMAS e, na CIB da semana passada, nós pactuamos essa proposta
692 de destinação dos R\$ 25 milhões agora. A gente já pactuar os critérios agora para a gente
693 começar a executar, a gente não perder tempo em janeiro, em fevereiro, que são meses que
694 a gente está abrindo orçamento, que não tem reunião do conselho. Esse prazo, para mim, já
695 vai está correndo porque já posso oficializar entidades, já posso chamar para parceria. Eles já
696 podem estar montando a documentação para mandar para mim, para a gente conseguir
697 executar esses R\$ 25 milhões até 30 de junho do ano que vem. A assembleia fez um pedido
698 para o COGEMAS e para a SEDESE que foi atender prioritariamente e destinar esse recurso
699 para entidades da sociedade civil e para instituições de acolhimento, que foram instituições
700 muito afetadas durante a pandemia que executam serviço de alta complexidade e porque os
701 municípios foram beneficiados também com a destinação de recursos da Vale. O acordo
702 incluiu destinação do recurso para os 853 municípios. Todos os municípios estão recebendo
703 recurso. Só que esse recurso chega nas prefeituras e as prefeituras que fazem o

704 direcionamento de acordo com critérios próprios de cada um. Não são recursos vinculados à
705 assistência social, mas, por esse motivo, o pedido do André, especialmente, foi: “Atendam
706 entidades de assistência social.” E pactuamos isso na CIB da semana passada. Priorizamos
707 entidades de acolhimento institucional. Todos os públicos, criança, adolescente, adulto,
708 deficientes, idosos. Pegamos o ID Insuficiente, atendendo todas com ID Insuficiente.
709 Atendendo ainda ID Regular, mas na Insuficiência de recursos humanos. Relembrando que a
710 gente tem o ID, é um índice das fragilidades das instituições de acolhimento no estado.
711 Pactuamos isso no COGEMAS na semana passada. Essa semana, nós recebemos o contato
712 do Dr. Márcio Rogério que é promotor de justiça. Ele está aqui na reunião conosco. Ele pediu
713 participação ontem. Ele veio aqui hoje também para pedir uma participação. Acho importante
714 a gente ouvir um pouquinho o Dr. Márcio Rogério. Ele também conversou com o André
715 Quintão. Eu conversei ontem. Conversei agora de manhã. A gente fez um esforço para chegar
716 num acordo e trazer aqui hoje e consensuar uma proposta que a gente consiga atender todos
717 os pleitos que são totalmente legítimos, tanto de entidades quanto de municípios, de
718 acolhimento institucional e acolhimento familiar. Esse é o histórico. A gente tem uma
719 apresentação que está muito focada nos números. Eu vou pedir ao Cristiano para fazer. Só
720 acho que é importante, vou pedir para abrir a palavra para o Dr. Márcio que ele está aqui e
721 ele também falou que ia fazer um esforço para está aqui, para a gente ouvir um pouquinho do
722 que ele vai trazer. E depois a gente volta na apresentação dos números. Ok? **PRESIDENTE:**
723 Ok, Mariana. Obrigada. Eu passo a palavra para o Dr. Márcio, para ele fazer as suas
724 contribuições também. Obrigada por ter vindo, doutor. **MP-MÁRCIO:** Muito obrigado. Quero
725 inicialmente cumprimentar a todas e todos, especialmente você, Patrícia, como presidente, e
726 Mariana, vice-presidente do Conselho Estadual de Assistência Social. Em nome do Ministério
727 Público, quero manifestar aqui meu total respeito a esse conselho. Não apenas respeito, mas
728 também admiração, por ser um espaço de concretização, de democracia participativa e é no
729 Brasil inteiro, em todos os níveis, municipais, estaduais e federal. Uma das instâncias mais
730 fortes de participação da sociedade civil na formulação e controle de uma política tão
731 importante como é a Política de Assistência Social, que é um direito de todos pela nossa
732 Constituição. Fiquei muito feliz aqui, no início da reunião, ouvindo a Ivone mencionar essa luta
733 no Congresso Nacional para que haja uma vinculação de um percentual do orçamento para a
734 assistência. Eu, que trabalho há 30 anos como promotor de justiça, 15 anos no Vale do
735 Jequitinhonha, eu sei o quanto é importante ter essa vinculação para que a gente possa ter
736 Política de Assistência Social à altura das necessidades do nosso povo mais sofrido. É uma
737 honra muito grande poder participar. Agradeço muito a abertura e a possibilidade inclusive
738 dessa fala. Eu gostaria de agradecer também à Mariana e toda equipe da SEDESE. E
739 agradeço também ao Deputado André Quintão e toda sua assessoria por nos ter escutado
740 meio que de última hora. Nós acompanhamos a Rede Cuidar desde que foi implementada.

741 Em 2019 tivemos a participação muito ativa nas discussões sobre a partilha e inclusão,
742 inclusive do PPCAAM, de uma forma, de um mecanismo para poder dar condições ao
743 programa de proteção a adolescentes ameaçados de morte, de acolhimento em município
744 adverso à residência e do local da ameaça. E a Rede Cuidar se apresentou como uma
745 possibilidade e um instrumento que viabilizou essa proteção na modalidade de acolhimento
746 para os adolescentes e crianças ameaçadas de morte. É uma experiência inclusive que se tornou
747 uma referência para o país. Minas Gerais foi um dos primeiros estados a achar uma solução
748 viável, interessante para acolher esses adolescentes. Nós acompanhamos muito a Rede
749 Cuidar. A Dra. Paola Domingos, minha colega, coordenadora do Centro de Apoio Operacional,
750 que está em viagem hoje, se não, estaria aqui também participando, é uma entusiasta da
751 Rede Cuidar. Temos dado todo apoio possível na medida do que nos cabe. E, para este ano,
752 dentro dessa partilha e dentro desse aporte de recurso que é bastante significativo que veio
753 por meio desse acordo da Vale, ficamos preocupados na pactuação por não ter inicialmente
754 a inclusão dos serviços de programas de acolhimento familiar que já estão presentes em cerca
755 de 70 municípios do estado. Nós temos uma preocupação também, não apenas com o
756 atendimento de qualidade, um atendimento que possa, dentro do possível, privilegiar a
757 convivência familiar e comunitária para essas crianças e adolescentes que não podem estar
758 sob a proteção das próprias famílias. Nós reconhecemos a importância do acolhimento
759 institucional. Nós temos plena consciência de que o acolhimento institucional é extremamente
760 importante dentro do sistema de garantias de direitos de crianças e adolescentes. Nós temos
761 que fortalecer o acolhimento institucional para que ele se torne cada vez mais um atendimento
762 de qualidade, mas não podemos perder de vista que os serviços e os programas de
763 acolhimento familiar são a modalidade considerada prioritária pelo Estatuto da Criança e do
764 Adolescente – ECA. O Artigo 34 do estatuto nos orienta a todos enquanto rede, enquanto
765 sistema de garantia, no sentido de fortalecer o acolhimento familiar como modalidade de
766 proteção prioritária em relação ao acolhimento institucional. Claro, dizendo sempre, sem
767 perder de vista, a importância e o lugar do acolhimento institucional dentro do sistema de
768 garantia. Nós fizemos essa solicitação. Encaminhamos essa solicitação ao Conselho Estadual
769 por meio da SEDESE. Não tivemos tempo de conversar separadamente com o COGEMAS,
770 com os representantes das entidades, mas ontem fizemos um esforço para estar na reunião
771 das comissões trazendo também essa solicitação. Eu conversei com o Deputado André
772 Quintão por duas ou três vezes essa semana. Ele acolheu essa solicitação, claro que
773 enfatizando a importância de sempre atender as entidades, mas ele entende também que
774 contemplar os municípios com execução direta de acolhimento familiar também está dentro
775 do escopo da Rede Cuidar. Lembrando que a legislação, a lei estadual que institui a Rede
776 Cuidar e o decreto regulamentador têm como objetivo fortalecer a rede socioassistencial e os
777 serviços de acolhimentos estão dentro dessa rede, desse sistema. Então, houve uma acolhida

778 por parte do Deputado André Quintão e de sua assessoria, desde que, como bem pontuou
779 aqui a Mariana, haja um respeito e uma prioridade para as entidades, mas que, dentro do
780 possível, se atenda também e se inclua também o atendimento na modalidade de acolhimento
781 familiar para que seja contemplado com esses recursos. Nós enxergamos isso também como
782 uma grande oportunidade de fortalecer esses programas desses serviços que existem hoje
783 nos municípios, para que nós possamos, dentro de um prazo relativamente curto, ter
784 experiências de referência em acolhimento familiar em Minas Gerais. E, com certeza, a
785 destinação de parte desses recursos para esses programas e serviços vai contribuir para o
786 fortalecimento dessa modalidade de proteção. Em nome do Ministério Público, eu venho
787 apresentar essa solicitação às conselheiras e aos conselheiros, às entidades, ao COGEMAS,
788 à SEDESE, ao Conselho Estadual de Assistência Social como um todo, no sentido de que
789 possa acolher essa solicitação e contemplar com esses recursos também programas e
790 serviços de acolhimento familiar nos municípios. Era essa a solicitação. É essa solicitação que
791 a gente apresenta. O Ministério Público continua à disposição para contribuir com as
792 demandas e com as pautas do conselho de assistência social. Nós que somos uma instituição
793 que tem a missão constitucional de defender o regime democrático, as instituições
794 democráticas. E eu sou um entusiasta de todos os conselhos de políticas públicas por serem,
795 na minha opinião, o espaço mais legítimo de participação da sociedade civil na formulação e
796 controle dessas políticas. Parabenizo a todos. Mais uma vez parabenizo a Patrícia pela
797 condução. E ficamos no aguardo de uma decisão favorável a essa inclusão do acolhimento
798 familiar, pelo menos em um valor que possa, de alguma forma, ajudar os programas e serviços
799 existentes no estado. Muito obrigado pela oportunidade. **PRESIDENTE:** Ok, Dr. Márcio.
800 Obrigada. Mariana, você gostaria de prosseguir com a apresentação? Podemos passar para
801 súmula? **MARIANA:** Eu acho importante a gente fazer a apresentação antes da súmula. A
802 apresentação é curta. Ela está muito baseada em números mesmo. E, como eu disse, a
803 Aninha e o André, eles justificaram de eles não poderem entrar na reunião. O André está
804 viajando. A Aninha também está viajando. Mas a gente conversou bastante. Sinalizou o tempo
805 todo (trecho inaudível) [1:27:23]. **SUZANNE:** Está travando, Mariana. **MARIANA:** A gente
806 pactuou muita coisa (trecho inaudível) [1:27:36] para chegar numa proposta razoável para
807 atender todo mundo. Cris, o acesso à *Internet* aqui não está boa, gente. **PRESIDENTE:** Você
808 pode apresentar para a gente, Cristiano? **LUCAS:** Eu acho que ela pediu para você
809 apresentar, Cris. **PRESIDENTE:** Você pode apresentar para a gente, Cristiano? **CRISTIANO:**
810 Posso. Bom dia, pessoal. Algumas coisas a Mariana já adiantou. Vou fazer a apresentação
811 do que foi pactuado lá na CIB. E aqui ainda não tem essa inclusão desse ponto que foi
812 solicitado pelo Ministério Público. Aqui é só uma lembrança. A primeira parte são os critérios
813 que já foram pactuados, no caso do CEAS, na Resolução nº 729, como a Mariana falou, que
814 o valor total da loteria é de R\$ 7.250.000,00. A gente tinha pactuado em atender os 26 centros

815 de referência para pessoas em situação de rua, Centros Pop. Naquela resolução a gente
816 pactuou R\$ 50 mil para cada. Também naquela resolução as 6 unidades de Acolhimento que
817 recebem crianças e adolescentes ameaçados de morte desacompanhados dos responsáveis,
818 seria R\$ 50 mil para cada também. Valor total de R\$ 300 mil. E o valor de R\$ 5.650.000,00
819 destinado para unidades de acolhimento para pessoas idosas e pessoas com deficiência com
820 ID Acolhimento Insuficiente e que preencheram o Censo SUAS em 2019. Como a Mariana
821 falou, a gente já deu início, a partir da publicação da Resolução nº 729, a gente tem hoje esse
822 universo de 49 unidades habilitadas para pessoas com deficiência e idosos. No caso das
823 entidades, a gente já iniciou o processo de celebração, então, a gente já tem um número que
824 é esse número de 49, que já estão habilitadas e a gente já deu sequência. E tem esse novo
825 aporte de recursos que são esses R\$ 25 milhões do acordo judicial, totalizando R\$
826 32.250.000,00. Aqui têm algumas observações que a Mariana até já adiantou. A proposta que
827 foi discutida e pactuada lá na CIB, a gente combinou o valor total para que a gente consiga
828 iniciar pelo menos a execução de parte desse recurso ainda em 2021, para que a gente
829 garanta a continuidade em 2022, tendo em vista a legislação eleitoral. A gente também fez,
830 com base nos critérios que a gente pactuou lá na CIB, na semana passada, considerando os
831 recursos da loteria mineira para atendimento, tanto de entidades unidades governamentais
832 quanto de entidades, e, no recurso da Vale, prioritariamente atendimento a entidades,
833 conforme a Mariana já adiantou aí também. O COGEMAS, na semana passada ainda, antes
834 da reunião da CIB, fez uma solicitação por meio de ofício à SEDESE, pedindo a inclusão de
835 públicos, considerando o recurso, a entrada do recurso da Vale, de atendimento para unidades
836 de acolhimento não governamentais que atendem pessoas adultas, adultos e famílias,
837 incluindo acolhimento para pessoas em situação de rua. Isso foi acatado na discussão e foi
838 incluído na proposta, na pactuação. No caso da CIB, a resolução que saiu da pactuação na
839 semana passada, ela revogou as resoluções anteriores porque foi uma nova resolução
840 contemplando a proposta. E, no caso do CEAS, a gente também tem uma proposta muito com
841 base naquilo que foi discutido pela CIB e agora com essa inclusão, teria de revogar também
842 a Resolução nº 729 para que a gente tenha uma nova resolução já contemplando o valor total,
843 sem perder, logicamente, os efeitos daquelas parcerias que já foram iniciadas, como eu falei.
844 Outra coisa que eu falei que a gente vai ver num quadro a seguir, é que a gente está
845 padronizando os valores de recebimento, por cada unidade, por cada entidade em R\$ 115 mil.
846 E continuam esses critérios para a gente conseguir atender todas as unidades que ainda não
847 foram contempladas nas rodadas anteriores do programa de 2017 e 2019. A ideia, como a
848 Mariana já adiantou de considerar o valor total, é para a gente conseguir planejar melhor e
849 operacionalizar essa execução. Não é fácil a execução de parcerias, considerando o MROSC,
850 ela exige uma série de procedimentos e processos, então a gente precisa trabalhar com esse
851 planejamento anterior, mesmo sabendo que o prazo é muito curto para a gente, mesmo para

852 executar uma parte do recurso esse ano. A ideia é realmente a gente garantir o início dessa
853 execução incluindo o valor da loteria e o recurso da Vale, para a gente poder, no ano que vem,
854 dar sequência a essa execução até o período limite imposto pela Lei Eleitoral que é junho de
855 2022. Isso não impede, logicamente, que caso necessário a gente possa fazer uma nova
856 pactuação em fevereiro com valores remanescentes, no caso de entidades que não
857 conseguirem se habilitar. E a ideia é executar pelo menos uma parte proporcional desse
858 recurso em 2021 para a gente conseguir dar sequência em 2022. Aqui tem uma tabela, que
859 ela está bem pequenininha, para caber tudo no *slide*. Ficou pequenininho, mas eu vou tentar
860 ir lendo e aumentando na medida do possível. Essa tabela é a tabela com os critérios, valores
861 e quantidades da pactuação que foi feita na CIB. Essa tabela não contempla ainda a proposta
862 de inclusão solicitada pelo Ministério Público de incluir uma modalidade de atendimento para
863 os serviços de acolhimento em família acolhedora. Aqui a gente tem 6 modalidades previstas
864 com esse valor total. Nessa primeira coluna, o número de modalidades que seriam atendidas.
865 O critério, a 1ª, a 2ª e a 3ª, elas já estavam contempladas na Resolução nº 729, do CEAS. E
866 a alteração que haverá aqui é em relação aos valores por unidade. Como eu falei no *slide*
867 anterior, a gente está padronizando o valor de R\$ 115 mil para cada unidade. Para
868 atendimento dessas três modalidades que seria acolhimento para pessoas idosas e pessoas
869 com deficiência que já foram habilitadas, que são as 49 unidades, dessas, 48 são não
870 governamentais e uma é governamental. O valor de R\$ 115 mil é para cada unidade que
871 totaliza o valor de R\$ 5.635.000,00; a segunda modalidade também que já estava lá na
872 Resolução nº 729, que são os 26 Centros Pop, para pessoas em situação de rua, é o valor de
873 R\$ 115 mil também que totaliza R\$ 2.290.000,00, também padronizando o valor para cada
874 unidade em R\$ 115 mil; a terceira modalidade também estava lá na Resolução nº 729, já
875 prevista, que são as unidades de acolhimento que atendem os adolescentes inseridos no
876 PPCAAM e desacompanhados dos responsáveis. A gente tem 6 unidades. Aqui a gente
877 deixou o número de vermelho porque a gente ainda está dependendo de uma unidade
878 confirmar, mas, de qualquer maneira, o valor é R\$ 115 mil para cada unidade, totalizando R\$
879 690 mil para as 6 unidades. A partir aqui do 4º, já são os novos critérios considerando a
880 pactuação do valor total do recurso da Vale e da loteria. A partir daqui a gente já tem novas
881 modalidades entrando. A primeira modalidade, a número 4 na verdade, seria atendimento a
882 unidades de acolhimento para adultos e famílias, crianças e adolescentes, e mulheres em
883 situação de violência, que apresentam ID Acolhimento Insuficiente, e aí a gente tem unidades
884 gov e não gov. A maioria não gov. O critério é não ter participado das rodadas anteriores, estar
885 na base de dados do Censo SUAS 2019. Aqui é o acolhimento institucional para esses
886 públicos. Nos filtros que foram feitos da base de dados, a gente tem um total de 34 unidades.
887 O valor total para cada unidade R\$ 115 mil. E o valor total seria de R\$ 3.910.000,00; a quinta
888 modalidade seria atendimento de unidades de acolhimento, independente do público,

889 qualquer público, não governamentais, somente as que são executadas por organizações da
890 sociedade civil, que está na base do Censo SUAS 2019, e o critério do ID Acolhimento aqui a
891 gente ampliou para as unidades que apresentam o ID Acolhimento Regular, mas com o ID,
892 com a dimensão de Recursos Humanos Insuficiente, para a gente chegar nesse número de
893 126 unidades. O valor para cada unidade seria de R\$ 115 mil. O valor total de R\$
894 14.490.000,00. Na proposta de inclusão que foi solicitada pelo Ministério Público, a gente
895 fazendo um estudo para conseguir atender os serviços de acolhimento em família acolhedora,
896 provavelmente a gente vai ter que fazer um recorte nessa modalidade 5, nesse valor total de
897 R\$ 14.490.000,00 para conseguir inserir essa nova modalidade que seria de acolhimento em
898 Família Acolhedora. E por último, a 6ª modalidade que foi pactuada, que foi a inserção da
899 proposta solicitada pelo COGEMAS, que seria atender as unidades de acolhimento para
900 adultos e famílias que estão no CadSUAS com recorte de 1º de outubro de 2021, que foi uma
901 solicitação do COGEMAS, esse recorte com base no CadSUAS, somente unidades não
902 governamentais. E os critérios, para se chegar a esse total de 66 unidades, são as unidades
903 que não participaram das rodadas anteriores de 2017 e 2019, no valor total inicialmente que
904 o COGEMAS tinha solicitado, ficou esse número 66 porque as demais unidades já estão
905 contempladas ou na modalidade 4, que é o público adultos, famílias, crianças e adolescentes,
906 mulheres em situação de violência ou na modalidade 5, que é no atendimento para as
907 unidades de acolhimento para qualquer público, com esse recorte do ID Regular. No final a
908 gente tem esse recorte para modalidade 6 de 66 unidades. A gente tem um total de 66
909 unidades nessa modalidade. O valor de R\$ 115 mil para cada unidade. Totalizando R\$
910 7.590.000,00. O valor total, o total de unidades contempladas daria 307. A gente tem aí uma
911 maioria de unidades de não governamentais, quase 300, 270 mais ou menos, são não
912 governamentais utilizando o recurso da loteria e o recurso da Vale, dá um total de R\$
913 35.350.000,00 que é superior ao valor que a gente tem somando o recurso da Vale e o recurso
914 da loteria que é de R\$ 32 milhões, cerca de R\$ 32 milhões. Mas aqui a gente já considera isso
915 com base no histórico das habilitações nas rodadas anteriores e também nessa rodada, que
916 algumas unidades podem não querer participar, algumas unidades podem não estar de acordo
917 com o Artigo 3º da LOAS, podem não conseguir se habilitar, ter alguma pendência jurídica
918 fiscal que impeça a celebração da parceria, por isso que a gente está deixando aqui uma
919 margem de sobra para isso. Essas são as modalidades que foram pactuadas lá na Resolução
920 da CIB, mas a gente tem essa inclusão do Ministério Público. E a gente fez um filtro essa
921 semana com base no Censo SUAS, considerando que a gente teria de fazer um recorte sobre
922 as unidades que ofertam o serviço de acolhimento em Família Acolhedora. A gente tem um
923 universo de mais ou menos 49 unidades que preencheram o Censo SUAS em 2019, que estão
924 com o serviço regulamentado por lei municipal ou decreto, então a gente tem mais ou menos
925 esse universo de 49, que a gente teria que incluir aqui, se for aprovado, mais essa modalidade

926 e fazendo um ajuste nos valores destinados para as modalidades que já foram pactuadas. No
927 geral, é essa a apresentação. Patrícia, Mariana. **MARIANA:** Eu quero complementar.
928 Obrigada, Cristiano. Obrigada, pessoal. Como o Cris colocou, esse quadro e tudo que a gente
929 falou, foi o que a gente pactuou na CIB. A resolução da CIB foi publicada ontem. A partir dessa
930 conversa, desse pedido de inclusão de acolhimento familiar também na Rede Cuidar, o que
931 nós pensamos, e, de ontem para hoje, eu estou frisando isso porque a gente não conseguiu
932 ainda rodar as bases de dados em dois dias. A gente precisa depois de tempo, a Diretoria de
933 Vigilância tem que analisar bem mais detalhadamente todos os dados, todas as instituições,
934 enfim. E isso é um trabalho que vai levar um pouco de tempo. Mas o que eu acho que é
935 importante, que foi possível a gente trazer aqui de proposta para esse conselho: a inclusão do
936 acolhimento familiar na Rede Cuidar e a gente teria então, além dessas 6 modalidades que a
937 gente está colocando aí, a gente teria mais uma modalidade que não é acolhimento
938 institucional, é acolhimento familiar. O universo que a gente teria para trabalhar, conforme os
939 censos, são 49 unidades, ou seja, a gente tem registrados 49 municípios que informaram, que
940 têm o serviço de acolhimento familiar funcionando, têm lei municipal. Isso tudo a gente vai ter
941 que conferir. E considerando a conversa que eu tive agora com a Aninha, que é assessora do
942 André, e o pedido que veio da assembleia, do André, do Agostinho Patrus, de priorizar
943 entidades, o que a gente acha que é possível? A gente separar um valor, e eu estou colocando
944 assim, aproximadamente R\$ 3 milhões, para o acolhimento familiar. E a gente fazer uma
945 análise da nossa base de dados, dessas 49, e montar um *ranking* pensando até nas
946 fragilidades ou onde que a gente poderia atuar, e com R\$ 3 milhões a gente atender uma parte
947 dessas 49 unidades. A conta que a gente fez ontem, se a gente fosse atender todas as 49,
948 daria R\$ 5.635.000,00. A gente fez essa conta ontem. Só que na conversa com o Deputado
949 André Quintão, ele insistiu. Ele falou: “Olha, a assembleia pediu prioridade para as entidades.
950 A gente concorda em atender acolhimento familiar, mas para não sair muito do pedido da
951 assembleia, será que a gente consegue limitar um valor e montar critérios dentro desse valor?”
952 Eu acho que é possível. Acho que é razoável. Estou trazendo aqui porque o conselho, a gente
953 tem que fazer essa discussão técnica, ouvir opiniões. Na reunião que a gente teve ontem, a
954 gente até fez uma súmula com os conselheiros que estavam presentes, a súmula foi pela
955 aprovação de inclusão do acolhimento familiar, então acho que é isso. O recurso é limitado, a
956 gente não consegue atender todo mundo. A gente tem que ter critérios e a gente só consegue
957 fechar essa lista depois que a gente analisar profundamente a nossa base de dados. E a gente
958 precisa ter um universo maior para trabalhar por causa dessas perdas que a gente tem ao
959 longo do caminho da celebração, perdas, no caso, de desistências ou de não preenchimento
960 de requisitos para celebração e recebimento dos recursos. Acho que é isso. Agora a Secretaria
961 Executiva, se quiser também apresentar a súmula, e aí a gente pode abrir para dúvidas e para
962 o debate. **DANIEL – CEAS:** A súmula foi feita pela nossa Técnica Jeane e aprovada pelo

963 Conselheiro Elder. Agora vou ler o trabalho feito pelos dois. Só um instantinho. Cris, eu vou
964 apresentar aqui. Pedir licença para você. Não sei se vocês estão conseguindo ver, está um
965 pouquinho pequeno, mas a gente encaminhou isso também. Eu vou aumentar o máximo que
966 conseguir e vou ler para vocês ponto a ponto. O primeiro assunto que teve ontem, a reunião
967 teve mais de um assunto, foi a Rede Cuidar, pactuação de recursos. Teve uma apresentação
968 da Secretaria de Assistência Social por meio de *PowerPoint*. Tiveram alguns pontos
969 levantados na discussão, em relação a observações, propostas pactuadas e detalhamento.
970 Teve essa revogação da Resolução CIB nº 7/2021. Padronização dos valores e atendimento
971 às unidades que não foram contempladas em 2017/2019. Prazo final da execução do recurso
972 até 30 de junho de 2022, por ser ano eleitoral. Doutor Márcio, do Ministério Público, explanou
973 sobre uma demanda em destaque que não está nas pactuações propostas, que é o
974 acolhimento familiar. São programas de esfera municipal dentro da rede socioassistencial e o
975 acolhimento é uma grande aposta. A presença do Ministério Público na reunião traz essa
976 solicitação que a CIB e CEAS incluam a demanda de priorização do acolhimento familiar e
977 que de alguma forma sejam contempladas. Procuraram o Deputado André Quintão que
978 esboçou que, tanto ele quanto a assembleia legislativa de Minas Gerais, não têm impedimento
979 para esta inclusão. O Ministério Público se coloca à disposição para acompanhar a execução
980 desses recursos e estreita relação com os municípios para a execução correta por parte
981 desses. Doutora Mábel expôs que na reunião da CIB, pela questão do prazo, a priorização
982 dos recursos para acolhimento familiar não foi pautado, mas, após, em discussão com a Dra.
983 Paola e outros do Ministério Público, se atentaram para a importância dessa pauta. A Vice-
984 Presidente Mariana fez um detalhamento da planilha com as propostas, número de entidades,
985 valores, etc. Destacou que as entidades têm que apresentar os critérios de elegibilidade.
986 *Ranking* com as unidades de acolhimento, faria um recorte de dentro dos R\$ 14.490.000,00 e
987 aproximadamente R\$ 5 milhões seriam para a solicitação do Ministério Público, para o
988 Acolhimento Familiar. Com a ausência da representante/conselheiros titular do COGEMAS e
989 de conselheiros/representantes das entidades, a proposta de encaminhamento é que o ponto
990 de pauta seja exaurido na plenária, pela proposta da Vice-Presidente. Posteriormente a
991 conselheira Ivone entrou na reunião, até o momento não tinha entrado. A conselheira Luanda
992 se posicionou pela aprovação, sendo seguida pela Ana Maria, não havendo objeções. As
993 bases de dados serão mescladas (CadSUAS – Censo SUAS – ID Acolhimento). E mesmo
994 valor para todas as unidades, que seria o valor de R\$ 115 mil. Saldos remanescentes de
995 entidades que não cumprirem os critérios sejam direcionados às entidades que inicialmente
996 receberiam o valor cheio, que é a proposta da conselheira Ivone, que já tinha entrado na
997 reunião nesse momento representando o COGEMAS. As dúvidas sobre a origem do recurso
998 para atender as 49 unidades do serviço Família Acolhedora, tiveram algumas dúvidas que
999 foram sanadas ontem. E a Mariana explicou que seria feito um recorte na modalidade 5, com

1000 classificação das unidades e destinação de recursos, cerca de R\$ 5 milhões, para as 49
1001 unidades de Família Acolhedora. E o encaminhamento é passar aqui para deliberação para
1002 aprovação. A Rose, da SUBAS, nos encaminhou uma minuta de resolução, que a gente pode
1003 apresentar aqui também para aprovação desta plenária. É isso, Presidente. **PRESIDENTE:**
1004 Ok, Daniel. Obrigada. Em discussão. Algum conselheiro gostaria de se manifestar? Alguma
1005 dúvida? Não temos nenhuma inscrição no *Chat*. Podemos, Lucas, por favor. **LUCAS:**
1006 Obrigado, Patrícia. Eu acho importante a gente atender ao pedido do Ministério Público. Eu
1007 acho que é importante a gente fortalecer esses laços de parceria e também fortalecer a Família
1008 Acolhedora. Nessa perspectiva, eu estou muito na linha de concordar com o que a Mariana
1009 trouxe, da reserva de parte de um valor para poder atender à Família Acolhedora, e é nesse
1010 sentido mesmo de convalidar com a aprovação da inclusão, mas a gente tem que ter mais
1011 claro como que vai ser definido esse valor. Acredito que pode ser um valor fechado como foi
1012 feito com as demais instituições. Claro que vai ser um valor inferior, mas é um valor que vai
1013 dar para dar pelo menos um suspiro para o Programa Família Acolhedora. Eu concordo muito
1014 com isso que a Mariana sugeriu de ter esse aporte de parte do recurso total para ser destinado.
1015 É isso. Obrigado. **PRESIDENTE:** Ok, Lucas. Obrigada. A Natália, da Federação das APAE's
1016 está inscrita. **NATÁLIA:** Bom dia. Eu queria um esclarecimento, porque eu fiquei em dúvida
1017 na minuta. No artigo 6º, inciso III, "o município sede da unidade governamental, entidade e
1018 organização de assistência social deverá possuir pelo menos 01 (um) Centro de Atenção
1019 Psicossocial (CAPS)." Eu fiquei em dúvida sobre esse critério como que se daria, porque eu
1020 acho que poderia gerar dificuldades em alguns cenários. **MARIANA:** Natália, você está
1021 falando da Resolução da CIB e esse critério é para unidades que vão acolher do PPCAAM,
1022 eu acho. Eu vou abrir a resolução, não é isso? **NATÁLIA:** Isso. **MARIANA:** Só confere para
1023 mim. Você está olhando a resolução da CIB que foi publicada? **NATÁLIA:** Da CIB, isso.
1024 **MARIANA:** Esse critério é do PPCAAM? Alguém está com a resolução aberta para me ajudar?
1025 **CRISTIANO:** Mariana? **MARIANA:** Oi, Cris. **CRISTIANO:** Eu posso te explicar? **MARIANA:**
1026 Claro, por favor. **CRISTIANO:** Natália, esses artigos, incisos e parágrafos falam em relação
1027 àquelas 6 unidades que a gente está contemplando, que são as unidades que recebem os
1028 adolescentes ameaçados de morte inseridos no PPCAAM e desacompanhados dos
1029 responsáveis. A gente vem utilizando esses critérios desde 2019. Por quê? Porque no caso
1030 dessas unidades de acolhimento que atendem esse público, a gente precisa que o município
1031 que recebe esses adolescentes, que são municípios adversos dos municípios de origem, ela
1032 tenha uma rede um pouco maior, mais estruturada, por isso que a gente inseriu lá como critério
1033 que nesse caso, nessas unidades que atendem esses adolescentes, o município tenha um
1034 CREAS e o município tenha também CAPS. Porque muitos desses adolescentes que são
1035 acolhidos, vindos do programa de proteção, apresentam questões envolvendo saúde mental,
1036 uso e abuso de álcool e outras drogas. A gente precisa que nesses municípios onde essas

1037 crianças e adolescentes estão possam ser também atendidos pela rede de saúde mental do
1038 município, por isso essa informação. Porque além de estar acolhido, ele apresenta essas
1039 características e essas especificidades. Não é só o acolhimento, é uma rede de proteção, na
1040 verdade, envolvendo o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de
1041 Morte e o serviço de acolhimento. **PRESIDENTE:** Cristiano, obrigada. A próxima inscrição é
1042 do Sávio. **DOMINGOS SÁVIO:** Olá, pessoal. Bom dia a todos e a todas. Sobre esse assunto,
1043 acho um assunto muito importante da emenda parlamentar, uma forma, um recurso importante
1044 para financiar a política pública. Não no que diz respeito a serviços de ação continuada, mas
1045 é um recurso significativo que é um alento para as entidades ou para o governo. A emenda
1046 parlamentar pode ser enviada para o governo também. E enviado para as entidades de acordo
1047 com o querer do deputado federal, estadual. E quando a gente vê um assunto desse, a gente
1048 pensa logo nas diretrizes e nos princípios da política para tentar entender. Recorrendo aqui
1049 aquele princípio, um dos três, de mais importância para Política de Assistência Social, é a
1050 primazia do poder público na condução da política. Se esse recurso for para as entidades,
1051 geralmente o acolhimento institucional é praticado pelas entidades de assistência social na
1052 sua enorme maioria, ou recursos do governo feito são os Programas da Família Acolhedora,
1053 geralmente quem está à frente é da prática desse serviço são os governos, tanto Família
1054 Acolhedora como PROFEG – Família Extensa Guardiã. Aí não tem muito problema porque a
1055 gente vai reforçar sempre essa diretriz da primazia do poder público na condução da política.
1056 Naturalmente, para que a parceria passe a existir com essas entidades, essas entidades vão
1057 ter que estar inscritas nos conselhos onde eles atuam. Esse é um quesito que a gente não
1058 pode abrir mão. Isso é uma coisa. A outra coisa é o seguinte, tem um princípio da política que
1059 é o da desinstitucionalização. Quem é de fora, vai ser difícil entender a gente, quando a gente
1060 pratica os dois modelos de política, o descentralizado participativo até 2004 e 2005, e o modelo
1061 SUAS, e a gente não consegue imprimir no acolhimento institucional a questão da
1062 desinstitucionalização. É difícil, a gente não faz isso. E, por natureza, tanto o PROFEG –
1063 Família Extensa Guardiã quanto a Família Acolhedora, tão nessa direção da
1064 desinstitucionalização. É uma característica da política que tem que ser mantida. A gente
1065 passou do modelo de asilo para acolhimento institucional com todas as vantagens, mudanças
1066 importantes, mas a questão da referência familiar ficou a desejar da mesma forma. Só estou
1067 dizendo isso porque eu acho uma boa ideia prestigiar esse acolhimento familiar que nele já
1068 está incutido a questão da desinstitucionalização. É só. **PRESIDENTE:** Obrigada, Sávio.
1069 Próxima inscrição é da Conselheira Ivone. **IVONE:** (trecho inaudível) [2:00:35] participando
1070 com a gente e principalmente dessa participação do Dr. Márcio com essa proposta. Com
1071 relação a essa discussão do serviço de Família Acolhedora, acredito que é um serviço que
1072 está amplamente crescendo, principalmente os municípios que hoje não têm acolhimento
1073 institucional e que realmente estão optando para essa modalidade, esse serviço de

1074 acolhimento familiar e com muita dificuldade. Eu acho que ele trouxe um debate muito
1075 interessante também. E temos aí essa dificuldade com relação, pode ser um serviço ofertado
1076 pelas entidades gov. E como essa proposição seria atender as entidades não gov, então aí
1077 que eu acho que está a dificuldade. Mas eu queria apresentar essa situação e dizer se dentro
1078 das entidades não gov, que já têm atendimento de entidades gov, 270 não gov e algumas gov.
1079 Por exemplo, Centros Pop, são 26 gov, mas pelo estudo que a gente fez nem todos os Centros
1080 Pop são executados pelo governo, são por entidades não governamentais. Eu acho que a
1081 gente estaria atendendo um grupo razoável de entidades não gov. Eu acho que se fosse
1082 possível atender às unidades, aos serviços de Família Acolhedora, a gente estaria ampliando,
1083 sim, uma situação que está muito a desejar nos municípios de Família Acolhedora. Sugeriria,
1084 apesar de já ter uma demanda de um valor superior ao que vai ter em caixa. Porque muitas
1085 situações de entidades, às vezes, não conseguem acessar o recurso por um ou outro motivo.
1086 Eu acho que a gente precisaria pensar nessa estratégia de que todos os recursos não
1087 utilizados no atendimento às unidades pactuadas aqui, que fossem para atender entidades
1088 não gov que hoje estariam sendo repactuados para o serviço de Família Acolhedora, que a
1089 gente colocasse como um direcionamento para as entidades não gov. **PRESIDENTE:**
1090 Obrigada, Ivone. A próxima inscrição é da Conselheira Suzanne. **SUZANNE:** Oi, gente. Bom
1091 dia. Eu só queria dar algumas informações aqui sobre essa questão da base de dados porque
1092 às vezes pode ser meia confusa. Acho que a Ivone até adiantou um pouco do que eu ia falar,
1093 então, vai ser rapidinho. Qual que é a questão? O quadro que o Cristiano mostrou, a gente
1094 tem no total, juntando o recurso da LEMG, da loteria mineira, com o recurso do acordo da
1095 Vale, a gente tem um total de R\$ 32.250.000,00. Esse valor, se a gente dividir por aquele valor
1096 que a gente está unificando, de R\$ 115 mil, vou até fazer a defesa dessa unificação de valor,
1097 porque a gente está falando de equipamentos, que as necessidades, é claro, o serviço de
1098 acolhimento é caro, dependendo do público ele encarece mais. Mas existe um grupo de
1099 despesas que é muito parecido até com Centros Pop, que é despesa de manutenção do
1100 equipamento, equipe técnica, então, para a gente faz muito sentido ter esse padrão de volume
1101 de recurso que vai ser repassado. Mas se a gente pega esses R\$ 32 milhões e divide por R\$
1102 115 mil, a gente tem um universo de 280 unidades. A gente já está pactuando a mais. A gente
1103 está pactuando, pela CIB, deu um total de 308 unidades, dá 28 unidades a mais, já sabendo
1104 disso que a Ivone muito bem falou. Infelizmente, num processo que a gente chama de
1105 habilitação das unidades, muitas saem do processo, porque algumas entidades não estão em
1106 consonância com o artigo 3º da LOAS. No momento em que a equipe entra em contato, verifica
1107 que essas unidades não são de assistência social, às vezes não gratuidade da oferta do
1108 serviço. A gente até orienta que o gestor municipal retire essas unidades lá do CadSUAS.
1109 Muitas unidades manifestam interesse de não receber o recurso, acontece de tudo e esse
1110 valor acaba reduzindo. A Ivone falou muito bem, no fim das contas, a gente tem um universo

1111 de 308 elegíveis, mas infelizmente a gente sabe que nem todas vão conseguir se habilitar.
1112 Então, esses 28 a mais que a gente pactuou, a gente está num ambiente seguro de garantir
1113 que todas elas acabem entrando eventualmente no programa. O que está acontecendo agora
1114 é que a gente está fazendo uma nova inclusão. Se a gente pegar o Censo SUAS de 2019 da
1115 Família Acolhedora, e só dizendo que o Censo SUAS de 2020, que seria uma informação
1116 mais atualizada, ele já está disponibilizado, mas a base da Família Acolhedora vem
1117 incompleta. A gente já até entrou em contato com o setor de vigilância do ministério, mas não
1118 tem como prever quando que eles vão conseguir disponibilizar essa informação completa. A
1119 gente tem um universo de 52 serviços implantados no Censo SUAS de 2019. Esse universo
1120 de 49, que a Mariana falou, é que tem uma variável no Censo que pergunta se o serviço é
1121 regulamentado por lei ou decreto. E tem 3 municípios que informaram que não possuem o
1122 serviço regulamentado. Lembrando que essa informação é preenchida pelo próprio município.
1123 É uma informação que o próprio município deu no Censo SUAS. Então, o que vai acontecer,
1124 o que a Mariana até chamou a atenção é que já que a gente vai aumentar o número de
1125 unidades elegíveis, para a gente conseguir contemplar a Família Acolhedora, a gente vai estar
1126 crescendo um universo que já sai um pouco dessa zona de segurança, de que muitas vão
1127 sair, vão sair, mas a gente não tem como prever quantas não vão conseguir se habilitar. Por
1128 isso que a gente vai ter que fazer essa questão do ranqueamento que a Mariana falou.
1129 daquelas unidades que o Cristiano falou que são as 126, a gente vai ter que pensar em alguns
1130 critérios, por exemplo, agora vamos chamar 50. E a gente viu que dessas 50, tantas não
1131 conseguiram se habilitar, então, a vai chamar mais 30. A gente vai ter que fazer critérios
1132 considerando isso, que a gente não vai conseguir chamar 126 de uma vez porque senão a
1133 gente não vai conseguir contemplar as Famílias Acolhedoras. A gente vai ter que fazer essas
1134 ondas de chamamento dessas unidades para ser seguro, para a gente garantir que não está
1135 extrapolando o recurso porque o recurso é limitado. A gente ainda precisa pensar no que a
1136 gente vai considerar para chamar essas ondas de unidades, para não passar do recurso que
1137 tem disponível. Isso a gente ainda não tem. A gente precisa pensar. No caso da Família
1138 Acolhedora eu dei um exemplo, primeiro, a gente pode utilizar o critério de quem tem o serviço
1139 regulamentado ou quem não tem. Podemos pegar outro critério que é o número de famílias,
1140 ou número de crianças e adolescentes que foram acolhidos nos últimos 12 meses. Não sei.
1141 Eu estou falando como leiga porque eu trabalho na vigilância e não entendo nada de alta
1142 complexidade. A gente ainda vai ter que pegar e pensar em como vamos fazer essas ondas
1143 de chamamento dessas unidades, que unidades que a gente vai chamar primeiro. E
1144 lembrando que no caso das unidades de acolhimento, a gente tem um indicador que facilita
1145 nosso trabalho, inclusive os critérios que a gente pactuou primeiro foi isso, quem estava
1146 insuficiente no indicador, quem estava regular. No caso da Família Acolhedora a gente não
1147 tem um indicador, então realmente a gente vai ter que pensar em como priorizar essas

1148 unidades, para a gente não passar do recurso que a gente tem que é limitado. Só chamar
1149 atenção para isso porque não sei como é que está a minuta da resolução, mas já adiantando
1150 que esse outro processo vai ter que acontecer. A gente não consegue chamar as 126 de uma
1151 vez e as 49 de uma vez, porque esse recurso vai ser dividido. Isso eu acho que todo mundo
1152 entendeu. Só que esses outros critérios a gente não quis pensar em um dia para não definir
1153 um critério que não seja consistente. A gente precisa olhar o que é prioridade. A gente vai ver
1154 como é que está a minuta de resolução, mas já queria deixar esse destaque aqui que esse
1155 outro processo vai ter que acontecer e é importante que ele esteja, de alguma forma, previsto
1156 na resolução, que isso vai ter que acontecer. Era isso. **PRESIDENTE:** Ok, Suzanne. Obrigada.
1157 O Sávio está inscrito. **DOMINGOS SÁVIO:** Pessoal. Eu acho que a gente já discutiu bastante
1158 essa coisa. O resto é uma gestão desse recurso que vocês aí na SEDESE vão ter tempo
1159 suficiente para debruçar e ver a melhor forma. E, se não deu certo ou se alguma coisa o
1160 conselho tenha que estar ciente, vocês trazem de novo. Mas, assim, a proposta absolutamente
1161 exata de como gerir esse recurso, seja para os diversos fins destinados, segundo o deputado,
1162 que é uma emenda parlamentar, aí a gente fica sabendo depois. Agora, o Élerson fez uma
1163 observação aqui, esse recurso é um recurso da Política de Assistência Social. Recurso de
1164 emenda parlamentar, como eu disse ontem, o parlamentar tem R\$ 15 milhões para distribuir,
1165 sendo que R\$ 7,5 milhões é da saúde, e R\$ 7,5 milhões é para o resto. Esse recurso é da
1166 assistência social. Não li direito o que o Élerson falou, mas eu vi que é uma questão de saúde,
1167 que o Cristiano tinha falado. De forma alguma, esse recurso é da assistência. As entidades
1168 são da Política de Assistência Social. Acho que está bom. A gente já está discutindo. Acho
1169 que já está em vantagem por vários motivos. Primeiro que recebemos uma emenda
1170 parlamentar, que vai naturalmente melhorar o serviço da política para quem vai receber.
1171 Segundo, de certa forma, diversificamos de acordo com os critérios, visto que Família
1172 Acolhedora é a base, tem como característica básica a desinstitucionalização. Eu acho que
1173 prestigiar isso é importante. É só se colocar no lugar de uma criança de 0 a 18. É colocar no
1174 lugar e ver ela no acolhimento institucional e ver ela num PROFEG ou na Família Acolhedora.
1175 Eu acho que todo modelo de acolhimento institucional tende para um modelo tipo PROFEG e
1176 Família Acolhedora. É um modelo mais humano e mais também de acordo com os preceitos
1177 e princípios da Política Pública Assistência Social. **PRESIDENTE:** Sávio, a Natália também
1178 gostaria de fazer uma (trecho inaudível) [2:12:50]. **MARIANA:** Patrícia, eu pedi só para
1179 esclarecer. Posso, Natália, antes? **NATÁLIA:** Claro. Pode sim. **MARIANA:** Só porque o Sávio
1180 colocou, agora que eu vi o *Chat*, acho que o Élerson e o Cristiano estavam falando é só das
1181 unidades que vão receber adolescentes do PPCAAM, tá gente? Não se mistura com saúde,
1182 nada disso. A gente estava falando aqui das unidades que atendem adolescentes do
1183 PPCAAM, que é uma realidade muito diferente de quem atende crianças e adolescentes de
1184 programa de proteção ameaçados de morte, que tem uma relação com a saúde mental, com

1185 a segurança pública. É isso. Eu quero evitar essa confusão aqui, porque senão a gente até
1186 perde o foco. Só voltando um pouco nesse assunto. Obrigada, Sávio. Outra coisa, já
1187 aproveitando, eu queria pedir um prazo para a gente até na parte da tarde, para apresentar a
1188 minuta de resolução, porque com a inclusão da Família Acolhedora a gente tem que fazer
1189 uma melhor redação do texto para deixar tudo isso que a gente está falando aqui claro.

1190 **PRESIDENTE:** Obrigada, Mariana. Por favor, Natália. **NATÁLIA:** Mariana, eu fiquei em dúvida
1191 justamente nisso porque o Élerson colocou esse comentário e a minha dúvida é, nesse caso
1192 modalidade do PPCAAM, se não tiver o CAPS, não poderia ter a oferta do serviço da
1193 assistência, de certa forma estaria vinculado. Isso não traria um prejuízo? No sentido assim,
1194 se eu não tenho CAPS, eu também não ofertaria assistência nessas localidades, entende?
1195 Fiquei pensando sobre isso. **MARIANA:** Deixa eu fazer aqui uma, retornar um pouco esse
1196 assunto do que é uma questão do PPCAAM. O que é o PPCAAM? O Cristiano também pode
1197 me ajudar. As entidades que recebem esse recurso da Rede Cuidar para acolher crianças do
1198 PPCAAM, significa que essas entidades vão receber esses adolescentes que precisam ser
1199 colocados em outro lugar diverso do município. É uma entidade de acolhimento que já existe.
1200 Ela já é acolhimento institucional. Ela já é de assistência social. Ela já oferta o serviço. Já
1201 cumpre requisitos. Para receber um adolescente do PPCAAM, a gente precisa de um (trecho
1202 inaudível) [2:25:58] mais complexas que exigem que a rede, o município consiga atender.
1203 Cristiano, minha *Internet* está instável. **CRISTIANO:** Vou tentar esclarecer, pessoal, Natália e
1204 o Élerson que ficaram com essa dúvida. É isso. O que acontece? A inclusão nessas unidades
1205 de acolhimento para crianças e adolescentes, a primeira vez que a gente propôs isso foi em
1206 2019, quando a gente pactuou os critérios dos recursos da Rodada de 2019 do Programa
1207 Rede Cuidar. Doutor Márcio até lembrou, essa foi uma ação pioneira. A gente da Especial já
1208 tinha e tem uma interlocução muito próxima com a Subsecretaria de Direitos Humanos, que é
1209 quem é responsável pela gestão do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes
1210 Ameaçados de Morte – o PPCAAM. Não é a SUBDH que faz essa gestão do programa, mas
1211 a SUBDH tem uma interlocução muito próxima com a gente da SUBAS. Por quê? Porque
1212 quando um adolescente está em situação de ameaça de morte, ele é inserido no PPCAAM e
1213 ele está desacompanhado dos responsáveis, como ele está em situação de ameaça ele
1214 precisa ser retirado do município de origem dele e ir para outro município. A única, inclusive,
1215 previsão que há de acolhimento mesmo fora do município de origem seria até nesse caso.
1216 Então, o que a gente fez lá em 2019? Com o recurso da Rede Cuidar, quando a gente recebeu
1217 a notícia de que a gente teria esse recurso do Programa Rede Cuidar, nós, da
1218 Superintendência da Proteção Especial, apresentamos para a Subsecretaria, na época, a
1219 possibilidade de incluir as unidades de acolhimento que recebem esses adolescentes com um
1220 incentivo financeiro. Por quê? Porque antes disso como é que funcionava? Quando tinha uma
1221 solicitação de inclusão de adolescente no PPCAAM e ele precisaria ser retirado do município

1222 de origem sem os responsáveis, a SUBDH entrava em contato com a gente para a gente ligar
1223 para unidades de acolhimento no estado que pudessem receber esse adolescente. A gente
1224 não podia obrigar a unidade de acolhimento receber esse adolescente, mesmo porque tem
1225 um trâmite judicial envolvendo também comarcas diferentes, tem toda uma situação
1226 envolvendo isso. Então, o que a gente fez? Um dos gargalos envolvendo o Programa de
1227 Proteção, nesse caso de adolescentes desacompanhados dos responsáveis, era quanto ao
1228 financiamento dos custos envolvendo esse adolescente em situação de ameaça e
1229 provisoriamente acolhido nessas unidades de acolhimento. Lá em 2019 a gente fez essa
1230 solicitação para CIB e para o CEAS, construímos juntos. Na época, foi criada uma câmara
1231 técnica para discutir essa inclusão dessas unidades do programa de proteção para
1232 acolhimento desses adolescentes. A gente pactuou na CIB e no CEAS esses critérios. São
1233 critérios adicionais, só lembrando que essas unidades de acolhimento que recebem esses
1234 adolescentes, desde 2019, o critério não é pelo ID Acolhimento, tanto que a gente seleciona
1235 o critério de Acolhimento menor, a gente seleciona as unidades, isso está nas resoluções,
1236 tanto 2019 como agora, são as unidades de acolhimento com ID Superior ou Suficiente. E a
1237 gente incluiu isso, com base nas discussões da câmara técnica e das pactuações, esses
1238 critérios de que os municípios que forem contemplados, eles pudessem ter essa rede de
1239 proteção especial de média complexidade, que é CREAS. E também possuísem unidades
1240 de Centros de Atenção Psicossocial por causa desses fatores que eu expliquei antes, que são
1241 as especificidades envolvendo esses adolescentes, muitos deles com transtorno mental e
1242 trajetória de álcool e outras drogas. A gente abriu o aceite. Foram quase 100 unidades
1243 elegíveis, mas no final das contas, a gente conseguiu somente 6, na época com recurso de
1244 R\$ 50 mil para cada unidade. O que a gente fez esse ano é dar continuidade a esse critério e
1245 tem que pensar o seguinte, que no caso dessas unidades de acolhimento específicas que
1246 atendem esses adolescentes, como elas já têm o ID Suficiente ou Superior, o objetivo, e isso
1247 está nas resoluções, é que a unidade se comprometa quando da solicitação pela SUBAS de
1248 inclusão de adolescente na unidade, que ela possa durante o prazo de dois anos acolher até
1249 dois adolescentes simultaneamente, se for o caso, durante esse período da parceria. São
1250 critérios diferentes das outras unidades, que o recurso financeiro é incremento e qualificação
1251 das ofertas das unidades. E, no caso do PPCAAM, além do incremento para qualificação das
1252 ofertas, essa disponibilização de vagas para adolescentes quando da solicitação. A inclusão,
1253 no caso aí, eu não vejo e é uma percepção que tenho, isso foi muito discutido em 2019, mas
1254 não vejo como excludente porque, na verdade, é um dos critérios que foram aprovados, que
1255 estão na Resolução nº 729, que sejam priorizadas as unidades que já estão parcerizadas
1256 desde 2019, porque a gente já fez capacitação com a rede, já tem uma interlocução importante
1257 com elas para que elas continuem. Mesmo assim, a gente teve duas que não tiveram interesse
1258 em participar e a gente está selecionando outras. Só para reforçar isso. Esse critério é

1259 específico para as unidades do PPCAAM e ele é um indicativo importante como critério de
1260 que o município tenha essas unidades do CAPS até para uma necessidade de interlocução
1261 com a rede de saúde mental do município. Não vejo como excludente, vejo como
1262 complementar. É só para reforçar isso. Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigada, Cristiano. Os
1263 conselheiros estão esclarecidos nesse ponto? Não tem nenhuma inscrição. A Mariana tinha
1264 proposto que a gente retomasse com a parte da tarde para dar um tempo de fazer essas
1265 alterações necessárias. Não havendo inscrição, a gente pode passar para o próximo ponto de
1266 pauta que é sobre emenda parlamentar. Não sei se a Mariana acha que no retorno daria para
1267 a gente prosseguir com essa pauta com a minuta? Mariana está sinalizando que sim.
1268 **MARIANA:** Só para ficar claro, pessoal. A gente vai pegar tudo que já foi pactuado na CIB, a
1269 gente vai só adequar fazendo uma inclusão da Família Acolhedora e uma reserva desse valor
1270 de R\$ 3 milhões. E a gente vai deixar expresso que a SEDESE vai ter que fazer o
1271 ranqueamento com os critérios das fragilidades. E a gente vai atender de acordo com esse
1272 ranking que ainda será construído. A Suzanne explicou muito bem, porque ela que é a Diretora
1273 de Vigilância. Ela ainda vai fazer o trabalho com a base de dados para a gente fazer o
1274 ranqueamento, lógico que vai atender as que têm maior fragilidade. Vai ser em ordem
1275 decrescente das maiores fragilidades para as que têm menos fragilidades, no limite do recurso
1276 que a gente está colocando. Isso que a gente vai escrever aqui na resolução da forma mais
1277 clara possível. Ok? **PRESIDENTE:** Estou entendendo que é dessa forma, Mariana. A Mábel
1278 se inscreveu. **MÁBEL:** Desculpa, gente. Bom dia a todos. É a primeira vez que estou falando
1279 nessa reunião. É porque eu não tinha entendido *a priori*. Eu ouvi a Mariana falar, no início da
1280 reunião, que tinha sido conversado com o Deputado André Quintão sobre essa questão da
1281 definição dos valores referente a R\$ 3 milhões. Seria isso. Inicialmente, se fosse considerar
1282 os R\$ 115 mil para cada uma, ia dar R\$ 5 milhões e alguma coisa, mas eu não tinha entendido
1283 que isso já estava fechado ou se o conselho poderia definir de forma alternativa, mantendo ou
1284 não os R\$ 5.650.000,00 de maneira que ficasse os R\$ 115 mil. Eu não tinha entendido que
1285 isso já estava posto. Entendeu? Ou se o conselho poderia pactuar de forma diferente. Isso
1286 seria uma determinação vinda do Deputado André Quintão? **MARIANA:** Não. Isso é um
1287 pedido. O que acontece? Como esse recurso está vindo por uma indicação da assembleia
1288 legislativa, é um pedido da assembleia de priorizar entidades. Foi a ideia que eu trouxe, a
1289 proposta que eu trouxe é que para a gente conseguir atender a maior parte das entidades e,
1290 mesmo assim, a gente atender também a Família Acolhedora, a gente não iria atender o
1291 universo todo. Aí a gente faz uma reserva (trecho inaudível) [2:26:09] falou dentro dessa
1292 reserva a gente vai montar um *ranking* e vai atender uma média de 25 a 30. Eu nem fiz a conta
1293 exata aqui. Acho que a Suzanne fez. Mábel, é assim, é proposta para a gente chegar num
1294 acordo. O conselho está aqui também para aprovar e o que eu estou trazendo é uma proposta
1295 tentando chegar num consenso. **MÁBEL:** É que eu acho que isso não foi debatido, entendeu?

1296 Foi falado da prioridade. Eu acho que isso eu entendi. É uma pergunta, tá, gente. Eu entendi
1297 que houve anuência por parte do conselho no sentido de atender essa prioridade que está no
1298 estatuto, que está em todo arcabouço legal da importância da desinstitucionalização, como
1299 Sávio disse, mas eu não vi, não entendi que o valor de R\$ 3 milhões estava fechado. Eu acho
1300 que eu queria entender, assim, vai ser discutido isso nesse momento ou vai ser discutido
1301 posteriormente quando for apresentada a minuta da resolução? Eu acho que isso precisa ficar
1302 claro. **MARIANA:** Eu estou trazendo a proposta já dos R\$ 3 milhões tentando atender o pedido
1303 da assembleia como prioridade para as instituições. É isso, entendeu? É porque o recurso
1304 veio de uma destinação da assembleia. O CEAS obviamente pode decidir como quiser. O
1305 CEAS tem o poder de deliberar. Só que a gente também está falando aqui de acordo político
1306 da destinação do valor. O que eu estou trazendo é assim... **MÁBEL:** Eu entendi. Só que eu
1307 acho que como não ficou claro para mim, talvez não tenha ficado claro também para os
1308 demais. **PRESIDENTE:** O Dr. Márcio queria fazer algumas colocações também. Vou passar
1309 a palavra para ele. **MP-MÁRCIO:** Obrigado, Patrícia. Eu escutei a ponderação da Mábel, mas
1310 eu compreendo também a forma como foi apresentada a proposta pela SEDESE. Eu conversei
1311 com o Deputado André Quintão, nós temos a perfeita clareza de que o conselho é soberano
1312 para decidir. O recurso, independentemente da origem dele, entrando na esfera de
1313 deliberação do conselho, ele se torna um recurso público e o conselho tem total soberania
1314 para decidir sobre a destinação desse valor. Mas eu pondero aqui a importância de se
1315 reconhecer também a forma como esse recurso chegou, que veio por intermédio de uma
1316 negociação com a assembleia, e a assembleia enquanto mediadora do aporte desse recurso,
1317 ela reiterou, inclusive o Deputado André Quintão reiterou comigo a importância de se atender
1318 às entidades. Eu respondi a ele que, no caso do acolhimento familiar, a maior parte dos
1319 programas é pela execução direta pelos municípios. São programas municipais executados
1320 pelos municípios, embora a gente tenha alguns com entidades não governamentais, mas é
1321 uma minoria. O deputado bancou a destinação para municípios também, mas desde que
1322 respeitando um direcionamento mais forte para as entidades. A SEDESE desenhou uma
1323 proposta inicial contemplando 49 municípios. Nós ficamos muito satisfeitos com essa
1324 proposta, mas houve evidentemente uma comunicação para a assembleia e a assembleia,
1325 por meio do gabinete do Deputado André Quintão, aceitou essa destinação. Apoiou essa
1326 destinação, mas entendeu que o valor em torno de R\$ 5 milhões, era um valor muito alto e foi
1327 apresentada uma proposta intermediária em torno de R\$ 3 milhões, que eu considero que
1328 contempla a finalidade de se incluir, pela primeira vez, o acolhimento familiar na Rede Cuidar.
1329 Não é tudo que nós gostaríamos. Eu entendo, pessoalmente, que não atende perfeitamente
1330 a recomendação legal de se priorizar o acolhimento familiar, mas eu também entendo que nós
1331 temos muito mais programas no estado de acolhimento institucional do que de acolhimento
1332 familiar, que também precisam ter o atendimento e esse aprimoramento do atendimento,

1333 porque vamos conviver ainda durante muito tempo com acolhimento familiar em alguma
1334 medida. Da parte do Ministério Público, enquanto um intermediário também dessa
1335 negociação, eu gostaria de dizer que eu fico muito contemplado se a gente puder ter essa
1336 destinação em torno de R\$ 3 milhões para o acolhimento familiar e definir os bons critérios
1337 para a destinação desse valor. Eu imagino que esses critérios talvez não possam ser definidos
1338 aqui hoje, mas com certeza a área técnica do conselho junto com a SEDESE, vai saber definir
1339 adequadamente esses critérios. E o Ministério Público terá o imenso prazer em participar
1340 também dessa definição e dessa discussão. Faço essa pontuação no sentido também de se
1341 respeitar um pouco, sem prejuízo da soberania do conselho, a gente também respeitar o
1342 protagonismo da assembleia na destinação desse recurso e manter portas abertas para novas
1343 destinações futuras. Obrigado, Patrícia. **PRESIDENTE:** Sim. Ótimo, Dr. Márcio. **MARIANA:**
1344 Muito obrigada também, Dr. Márcio. **PRESIDENTE:** Passo a palavra para o Sávio.
1345 **DOMINGOS SÁVIO:** Um dos motivos dessa confusão aí pode ter sido o fato da origem do
1346 recurso. O recurso de loteria, da vez passada ele bancou o Rede Cuidar. Mas ele não deve
1347 só bancar o Rede Cuidar, deve ter outras finalidades, mesmo bancar serviços do governo,
1348 acredito também. E os recursos da Vale, da mesma forma. Recursos da Vale, agora vou falar
1349 em bilhões, gente. Vocês lembram desses valores aqui que a própria assessora do Deputado
1350 André Quintão disse para nós. Dos R\$ 37 bilhões, que é o valor indenizatório ou
1351 compensatório da Vale, os estragos da represa, dos R\$ 37 bilhões, R\$ 26 bilhões são para as
1352 famílias dos atingidos à margem do Rio Paraopeba, etc. E sobram R\$ 11 bilhões. R\$ 11
1353 bilhões já foram para os municípios, foi todo dividido para os 853 municípios num esforço da
1354 assembleia, da Frente Parlamentar lá. E, com muita dificuldade, foi colocada a possibilidade
1355 de parte desse recurso vir para assistência, porque originalmente seria para obras e para
1356 saúde, proporcionalmente. Seriam distribuídos R\$ 1.5 bilhões para todos os municípios. Só
1357 para vocês terem ordem de grandeza disso, Belo Horizonte vai receber R\$ 50 milhões, que é
1358 um quarto do nosso orçamento da política. É um dinheiro bom. Se viesse só para assistência,
1359 estava ótimo. Mas foi condicionado a vir para 4 situações: para saúde; para educação, foi
1360 incluído; para obras, que já estava, e para assistência social. Na pior das hipóteses, a gente
1361 vai sugerir a todos os municípios que reivindicuem pelo menos 1/4 desse dinheiro. Ele é
1362 significativo. Agora, a gente ainda conseguiu esses R\$ 30 milhões, já não estou falando de
1363 bilhões, em vista do que ainda sobrou. Porque eram 11 bilhões menos R\$ 1.5 bilhão, vai dar
1364 R\$ 9.5 bilhões, mas só R\$ 30 milhões para bancar a Rede Cuidar. Não é isso? É muito pouco
1365 ainda. Eu acho que como a gente está atrás de recurso, a Política de Assistência Social, nós
1366 temos que discutir esses recursos, solicitar lá na assembleia que essa Frente Parlamentar
1367 reivindique mais recurso para Política de Assistência Social, porque essas duas fontes são
1368 fontes muito boas, tanto a da loteria quanto o recurso da Vale, quanto a terceira que é o Fundo
1369 da Miséria. Eu acho que a Comissão de Financiamento desse conselho estadual tem que

1370 trabalhar muito nessa perspectiva porque a gente fica aqui discutindo muito pouco recurso.
1371 Dei o exemplo ontem, aquele programa AproximaSUAS, 26 cidades da região de Governador
1372 Valadares, mas quem me diz que nas outras 21 regiões de Minas Gerais não têm as mesmas
1373 26 ou até muito mais, em região mais pobre, por exemplo. E esse recurso está vindo, esse R\$
1374 1.5 bilhão está vindo para governo. Então, quer dizer que, tanto o recurso da loteria quanto o
1375 da Vale, são exatamente para o campo privado. É também numa sequência de recursos da
1376 loteria, como foi bancada anteriormente, tudo bem. Mas isso não quer dizer que não possa
1377 ser também bancado algum serviço na área de governo, que eu acho que essa foi a dúvida
1378 que estamos há mais de uma hora discutindo. Ok? **PRESIDENTE:** Ok, Sávio. Obrigada. Acho
1379 que a gente concluiu essa primeira (trecho inaudível) [2:36:25] discussões. A equipe da
1380 SUBAS vai trabalhar na minuta de resolução para a gente retomar com essa pauta após o
1381 almoço. Agora são 11h19min. A gente pode iniciar a pauta da emenda parlamentar, um pouco
1382 mais rápida, que já foi tratada na reunião de ontem. Vou pedir para a Mariana fazer a
1383 apresentação, alguém da SEDESE. **MARIANA:** Eu vou pedir, acho que tem uma súmula. A
1384 Roberta nem está presente e ela que discutiu melhor essa parte. **CRISTIANO:** Eu posso
1385 apresentar, Mariana. **MARIANA:** Por favor, Cris. **CRISTIANO:** Patrícia, a gente faz a
1386 apresentação e depois a súmula? **MP-MÁRCIO:** Mariana, só para clarear, nós temos uma
1387 definição a respeito do valor para o acolhimento? **MARIANA:** Sim, Dr. Márcio. Eu entendi que
1388 sim. A gente vai trabalhar na resolução considerando esse valor de R\$ 3 milhões. Está dando
1389 R\$ 3 milhões e uns quebradinhos. A gente já está até fazendo contas aqui e a gente apresenta
1390 depois do almoço. Mas R\$ 3 milhões e uns quebradinhos, o nosso universo de Família
1391 Acolhedora é 49, e a gente vai pensar ainda nesse *ranking* de critérios. A Diretoria de
1392 Vigilância vai construir. E a gente pode pensar em como a gente vai dialogar aqui numa
1393 câmara temática nesse sentido. Mas eu entendi que sim, está de acordo, pessoal. Acho que
1394 ninguém manifestou contra, não. E agora a gente vai pensar na operacionalização. **MÁBEL:**
1395 Esses critérios vão ser definidos na resolução que vai ser discutida à tarde? **MARIANA:** Não.
1396 A gente não consegue. Mábel, a gente precisa fazer, agora, aprofundar uma análise da base.
1397 É isso que eu estou colocando. O que a gente vai deixar em resolução é o universo de 49
1398 unidades, porque ele já está visível hoje para a gente quando a gente abre o Censo SUAS, já
1399 tem lá 49 unidades no Estado de Minas Gerais. O valor que a gente está pactuando aqui é
1400 aproximadamente R\$ 3 milhões, considerando uns quebradinhos, então, é R\$ 115 mil para
1401 mais ou menos... Eu não fiz a conta... **MÁBEL:** Em torno de 26, não? **MARIANA:** Isso. Por aí.
1402 Isso vai estar na resolução. Agora a equipe da Vigilância tem que aprofundar na base de
1403 dados e fazer uma sugestão do *ranking* com as fragilidades e critérios. Isso a gente pode
1404 pensar aqui num prazo ou numa câmara conjunta, CEAS, COGEMAS, Ministério Público. A
1405 gente convoca uma reunião para daqui uns dias, quando a gente tiver com essa base e a
1406 gente coloca esse *ranking*. **MÁBEL:** Entendi. **MARIANA:** Ok? **MÁBEL:** Fechou então a

1407 questão do valor. **MARIANA:** Isso. **MÁBEL:** Tá. Ok. Obrigada. **DOMINGOS SÁVIO:** Mariana,
1408 a presidente do conselho ontem prometeu para a gente que essa reunião ia acabar às 6h da
1409 tarde. Eu estou apostando nisso porque ontem acabou muito tarde. Ontem, na hora que
1410 acaba, você não sabe se vai sentar numa poltrona e ficar lá meia hora descansando, não sabe
1411 se vai tomar um banho e colocar um pijama. Na hora que acaba já está escuro. É muito ruim
1412 a sensação, entendeu? **MARIANA:** Concordo plenamente, Sávio. **PRESIDENTE:** Estamos
1413 tentando, trabalhando para isso, Conselheiro. **DOMINGOS SÁVIO:** E tem outra coisa, a gente
1414 tem mania de colocar o assunto principal por último. Isso é ruim. Nós temos que discutir a
1415 questão da conferência, que eu acho que esse é que é o assunto. Esse é o desafio nosso
1416 para semana que vem, a conferência de estado. A conferência é muito importante e a gente
1417 tem que discutir muita coisa. A gente deixa por último. Não sei porquê. Quando a coisa é
1418 principal tem que ser a primeira. **PRESIDENTE:** Mas a Rede Cuidar era a principal, Sávio, por
1419 isso que a gente colocou Rede Cuidar. **MARIANA:** Dinheiro, Sávio, também é principal,
1420 pactuar e gastar, senão a gente não consegue. **DOMINGOS SÁVIO:** Eu sei. Eu sei e é porque
1421 chegou agora, mas (trecho inaudível) [2:41:04] era para estar limpa para a gente discutir a
1422 conferência. Não sei. Tem alguém aí que falou que vai ser fácil discutir, então, deve estar
1423 sendo mesmo. **PRESIDENTE:** Vamos continuar. Deixa o Cristiano apresentar. **MARIANA:**
1424 Agradecer, obrigada, Dr. Márcio. Obrigada, Mábel. Só para a gente encerrar, acho que Rede
1425 Cuidar estamos aqui, finalizamos o assunto. **MP-MÁRCIO:** O agradecimento é nosso,
1426 Mariana. Nós que agradecemos a você, à Patrícia, a todos os conselheiros e conselheiras.
1427 Não é tudo que a gente gostaria, mas é suficiente para poder ter um início de caminhada.
1428 Sávio, vamos trabalhar para ter mais recursos sim. Tem que ter mais recurso para assistência.
1429 Muito obrigado. **DOMINGOS SÁVIO:** Estamos mexendo com serviços muito importante,
1430 Márcio. É o PROFEG, Família Acolhedora, é serviço de ponta da política. **MP-MÁRCIO:**
1431 Obrigado, gente. **PRESIDENTE:** Muito obrigada, Dr. Márcio. Sempre que possível seria uma
1432 honra contar com a presença do senhor, a sua participação aqui nas plenárias do CEAS. Não
1433 sei se o senhor ou a Mábel poderia continuar na parte da tarde. A gente vai retornar às 13h
1434 para poder concluir essa pauta, se for possível, a gente vai tentar discutir. **MP-MÁRCIO:**
1435 Vamos acompanhar, sim. **PRESIDENTE:** Finalizar essa discussão com a minuta quando for
1436 possível. **DOMINGOS SÁVIO:** Patrícia, inclusive eu acho que o Ministério Público deveria ser
1437 uma presença constante. A gente fez isso em Belo Horizonte. O Ministério Público ficou
1438 participando em Belo Horizonte durante uns anos e o resultado disso, mesmo que ele não
1439 entrava muito no mérito de cada questão, porque é muito detalhe, é muita especificidade, isso
1440 resultou num concurso público para Belo Horizonte para 800 profissionais. **MP-MÁRCIO:**
1441 Estamos à disposição. Muito obrigado. Vou acompanhar à tarde, sim. **PRESIDENTE:** Ótimo.
1442 Muito obrigada. Até mais, doutor. Cristiano, por favor. **CRISTIANO:** Ontem à tarde a gente
1443 apresentou essa demanda, que é uma demanda em relação à Emenda Parlamentar do

1444 Deputado Patrus Ananias, ainda é deputado. Essa demanda é uma demanda, na verdade,
1445 essa emenda é uma emenda de 2017 que por várias intercorrências, tanto lá no Governo
1446 Federal quanto mudanças também aqui na gestão estadual, ela foi sendo prorrogada,
1447 prorrogada, prorrogada, e, a partir da chegada, principalmente da chegada da Roberta no
1448 FEAS junto com a gente, enfim, conseguimos fazer o contato com todas as unidades que
1449 foram contempladas nessa emenda, que são essas 4 unidades de acolhimento e uma é de
1450 média complexidade, no valor total de R\$ 350 mil. Na época, lá em 2017, o CEAS fez uma
1451 declaração e emitiu uma resolução do valor. O valor estava errado, na verdade, em consulta
1452 ao sistema de gestão e transferências voluntárias que é o SIGTV. A Jeane até apresentou
1453 ontem essa consulta que foi feita lá. O valor que foi destinado para o estado é de R\$ 365 mil
1454 para beneficiar essas 4 entidades no estado, que são: Asilo Vicentino, que atende idosos no
1455 município de São Gonçalo de Sapucaí, no valor de R\$ 84 mil; o Centro Assistencial Paulo de
1456 Tarso, que atende pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, em Paraopeba, R\$ 84
1457 mil; O Núcleo Assistencial Eclético Maria da Cruz, que atende pessoas com deficiência em
1458 Ipatinga, no valor de R\$ 103 mil; e o Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus, que atende
1459 crianças e adolescentes, adultos com deficiência e idosos, em Belo Horizonte, no valor de R\$
1460 94 mil, que dá esse valor de R\$ 365 mil. Esse foi o valor que foi disponibilizado e aprovado lá
1461 pelo Congresso, enviado para o estado. E por causa dessas várias intercorrências a gente
1462 não conseguiu efetivar a compra desses itens. No caso dessa emenda, eu expliquei isso
1463 ontem também, diferentemente de outras emendas, a gente não repassa. Ela foi diferente. O
1464 estado tem de adquirir os itens, fazer a compra e fazer a entrega desses itens para as
1465 unidades. A gente vem mantendo já há alguns meses contato quase que semanal com essas
1466 unidades para combinar os ajustes de preços. Houve também nesse período várias mudanças
1467 nos itens por causa da inflação. Foi feita uma primeira tentativa de um mapa de preços com
1468 orçamentos, mas um mês depois, isso já mudou os valores todos. Então o valor ficou superior
1469 ao valor limite que a gente tinha. A gente ficou nesse contato com as unidades até fechar um
1470 valor final com as unidades dos itens que elas precisam adquirir, para o estado fazer essa
1471 compra e entregar para essas unidades. Todas essas questões envolvendo essas emendas,
1472 nesse caso a gente precisa que o CEAS faça uma declaração que vai ser juntada a um
1473 processo, na verdade, a vários processos que a gente criou 4 processos de compra que a
1474 gente já adiantou o máximo possível. A gente só não *startou* o processo de compras porque
1475 a gente precisa dessa declaração incluída no processo e enviada para o Ministério da
1476 Cidadania, para que a gente consiga fazer essa compra, mas o processo já está bem
1477 adiantado. A gente deixou o máximo possível de coisas adiantadas para conseguir fazer assim
1478 que tiver essa declaração, a gente já encaminhar lá para a Superintendência de Planejamento
1479 de Gestão para iniciar o processo de aquisição desses itens. Como eu falei, a gente precisa
1480 da emissão dessa declaração para poder dar andamento nesse processo de compras para

1481 essas 4 entidades. Os orçamentos, os últimos que a gente fez, tem uma validade até esse
1482 mês de novembro. O Ministério da Cidadania informou que tem uma certa demora nessa
1483 análise, mas a gente também está em cima, apesar da situação estar um pouco tensa e
1484 complicada nos últimos anos e esse ano também. Mas a gente está em cima para fazer essa
1485 aprovação rápida também para poder adquirir esses itens até o dia 31 de dezembro de 2021.
1486 Eu coloquei aqui só o registro, mas foi criado um processo SEI e enviado um ofício para o
1487 CEAS, contendo essas informações, contendo a planilha de alteração dos itens que já foi
1488 pactuada com essas 4 unidades e o modelo de declaração. Bem resumidamente, foi isso que
1489 a gente trouxe ontem para análise aqui e deliberação do CEAS. Patrícia. **PRESIDENTE:**
1490 Obrigada, Cristiano. A Jeane fez uma súmula também das discussões realizadas ontem na
1491 reunião conjunta das comissões. Vou pedir para o Daniel ler o parecer. **DANIEL – CEAS:** Sim,
1492 presidente. O que está escrito aqui na súmula mais resumidamente, a gente colocou na
1493 súmula que teve essa apresentação da SUBAS, que teve a análise técnica inclusive em
1494 relação à emenda. E foi levantado na súmula a importância dessa aprovação e o curto prazo.
1495 A apresentação que a Jeane fez. Você quer que apresente ela aqui novamente?
1496 **PRESIDENTE:** Você fala a análise técnica? **DANIEL – CEAS:** É. Porque na súmula é isso
1497 que está escrito. **PRESIDENTE:** Eu acho que não seria necessário. **DANIEL – CEAS:** Sim.
1498 Ok. A súmula é isso. **PRESIDENTE:** Foi feita uma discussão importante. **DANIEL – CEAS:** É,
1499 mas na súmula o que está escrito é isso, que foi importante a aprovação e o curto prazo,
1500 necessidade dos orçamentos e vencimento da emenda em dezembro. **PRESIDENTE:** Ok,
1501 Daniel. Obrigada. Em discussão. Os conselheiros gostariam de fazer alguma colocação a
1502 respeito? Esclarecer alguma dúvida? Acredito que as dúvidas já tenham sido sanadas na
1503 reunião de ontem. Não tem nenhuma manifestação aqui no *Chat*. Podemos colocar em
1504 votação? Considerando que é uma matéria orçamentária, entendo que a gente precisa de 2/3.
1505 Temos *quórum* qualificado, Daniel? **DANIEL – CEAS:** Sim, presidente. Eu vou abrir a planilha
1506 de votação. Eu vou compartilhar e a gente pode fazer a votação chamando os nomes. Só um
1507 instantinho. **PRESIDENTE:** É um desafio para enxergar. **PAULA:** Patrícia, eu não vi se perdi
1508 aqui, mas o Warles, quando você chamou ele tinha saído e ele retornou. Você chamou ele
1509 para posse depois? Ele está presente agora. **PRESIDENTE:** Já. Ele já se apresentou. Ele é
1510 meu suplente. **WARLES:** Estou presente, Paula. **PAULA:** Beleza. **PRESIDENTE:** Em regime
1511 de votação. Emenda deliberada. Vai ser emenda parlamentar, alteração do valor dos itens
1512 conforme apresentado pelo Cristiano. A Jeane colocou no *Chat* que o encaminhamento de
1513 ontem foi pela aprovação. Em regime de votação. Os conselheiros que aprovam a alteração
1514 da planilha de custos apresentada referente à emenda parlamentar, como é uma matéria
1515 orçamentária, precisa de 2/3 do *quórum*, vou abrir a planilha de votação aqui. Como
1516 representação do CRESS, Patrícia vota pela aprovação. Como vota dona Anédia, pelo Fórum
1517 de Usuários de Belo Horizonte? **ANÉDIA:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** A Carla Valéria, da

1518 FASEMIG está presente? **PAULA:** Não. A Carla não está presente. **PRESIDENTE:** Ok.
1519 Obrigada. Como vota Éleron, da Cáritas Brasileira? **PAULA:** Acho que o Éleron caiu.
1520 **PRESIDENTE:** O Éleron está presente no momento? **PAULA:** Não, acho que ele caiu.
1521 **PRESIDENTE:** Vou passar para o próximo. Como vota Luanda, do CRP, Suplente da
1522 Conselheira Gabriela? **LUANDA:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Isaura, da ASQUIS, está
1523 presente? **PAULA:** Isaura está. Vamos ver se ela consegue falar. Isaura, você consegue falar
1524 ou manifestar no *Chat*? Ela está na tela. Ah, pela aprovação. **PRESIDENTE:** Ela colocou aqui
1525 no *Chat* pela aprovação. João Crisóstemo da UNAPIR não está. Como vota Márcio Caldeira,
1526 da ASSPROM? **PAULA:** O Márcio não está presente. Não estou visualizando aqui, pelo
1527 menos. **PRESIDENTE:** Obrigada, Paula. Como vota Lucas, do Conselho Central de Curvelo?
1528 **LUCAS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota Natália, pela Federação das APAE's?
1529 **NATÁLIA:** Aprovação. **PRESIDENTE:** Rosiane, Campo Belo, está presente? **PAULA:** Não.
1530 Rosiane não está. **PRESIDENTE:** (trecho inaudível) com vacância (trecho incompreensível)
1531 [2:54:19]. Ana Maria do CMAS/Juiz de Fora, está presente? **PAULA:** Ana também não.
1532 **PRESIDENTE:** Ok. Como vota Mariana, pela SEDESE? **MARIANA:** Pela aprovação.
1533 **PRESIDENTE:** Como vota Elder, pela SEDESE? **ELDER:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:**
1534 Genilda, do Conselho de Novo Horizonte de Minas, está presente? **PAULA:** Não, o Sávio está.
1535 **PRESIDENTE:** Como vota Sávio, o suplente? **DOMINGOS SÁVIO:** Pela aprovação, pessoal.
1536 **PRESIDENTE:** Como vota Luciana Mara, pela Secretaria de Estado da Saúde? **LÍGIA:** Lígia,
1537 suplente, pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigada, Lígia. Como vota Ivone, pelo
1538 COGEMAS? **IVONE:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigada. Como vota João Victor, da
1539 SEPLAG, está presente? Ele votou no *Chat* pela aprovação. Como vota Márcio Evangelista,
1540 pelo CMAS/Itabira? **PAULA:** Parece que ele caiu. Ele não está na tela agora. **PRESIDENTE:**
1541 Silvestre, Secretaria de Estado da Fazenda? **SILVESTRE:** Pela aprovação, Patrícia.
1542 **PRESIDENTE:** Obrigada. Thaís, da Secretaria de Estado da Educação? **SANDRA:** Eu acho
1543 que Thaís teve que se ausentar. Sandra Januária, Suplente, voto pela aprovação.
1544 **PRESIDENTE:** Ok, Sandra. Obrigada. João Bosco, da SEAPA, está presente? **PAULA:** Não.
1545 **PRESIDENTE:** Os conselheiros que eu chamei que faltaram, acho que o primeiro foi o
1546 Éleron. Éleron retornou? **PAULA:** Não. Não está na tela, não. **PRESIDENTE:** Tem mais
1547 algum conselheiro que eu chamei e que não estava no momento? Márcio Caldeira? **PAULA:**
1548 Não. Márcio não está presente. Era o Márcio Evangelista, mas acho que ele não voltou. Voltou
1549 não. **PRESIDENTE:** Tem algum conselheiro em condição de titularidade que eu não tenha
1550 chamado ou que eu chamei e não tenha votado para a gente computar o voto? Não teve
1551 nenhuma manifestação. Aprovado por unanimidade com 14 votos. Passo para o próximo
1552 ponto de pauta. Seria sobre uma representação do CEAS. Representação do conselho numa
1553 reunião em Diamantina. Vou pedir para a Secretaria Executiva trazer mais informações sobre
1554 essa demanda. **DANIEL – CEAS:** Claro, presidente. Eu falo e se a Paula quiser

1555 complementar. Mas a questão é que a Diretoria Regional de Diamantina solicitou um
1556 conselheiro ou uma conselheira do CEAS para apresentar sobre controle o social no dia 19/10,
1557 agora já semana que vem. Vai ser um encontro de gestores. Um encontro mensal deles de
1558 gestores da regional e passamos a demanda para a presidência e agora encaminhando para
1559 a plenária, para a plenária decidir primeiramente se encaminharemos uma conselheira ou um
1560 conselheiro. E, se sim, qual se disponibilizaria a ir. É na parte da manhã, Paula? Se não me
1561 engano, é às 10h da manhã. **PAULA:** Sim. A reunião deles é de 9h30 às 11h. Ana Paula da
1562 Regional de Diamantina fez o contato. Falou que essa reunião vai ser de 9h30 às 11h. Esse
1563 primeiro momento é da SEDESE mesmo, então teria uns 40 minutos a uma hora para
1564 apresentação. O que eles pediram, maiores orientações sobre o controle social para executar
1565 as tarefas, Secretária Executiva. Solicitaram uma pessoa que fosse lá porque eles não têm
1566 muito domínio disso, do assunto. É uma demanda dos gestores mesmo para aprender. Nós
1567 já até tínhamos feito a consulta de conselheiros aqui. Vi que havia uma disponibilidade, mas
1568 nós trouxemos então, a Patrícia pediu que viesse para plenária. É isso. Vai ser 10h às 11h,
1569 podendo ser um tempo maior ou menor, de acordo com o conselheiro que for fazer a
1570 exposição. Mas ele teria esse tempo para falar sobre controle social e também o papel da
1571 Secretária Executiva, orientar um pouquinho o que é isso e a necessidade e a fundamentação.
1572 **PRESIDENTE:** É dia 19, terça-feira que vem. **PAULA:** É dia 19, terça-feira agora.
1573 **PRESIDENTE:** A reunião é de 9h às 11h. E o horário para a fala do conselheiro seria entre
1574 10h e 11h? **PAULA:** Entre 10h e 11h, meia hora ou 40 minutos para que ele se explanasse.
1575 Eu até já fiz uma consulta, mas está aí para decidir o que fazer. **PRESIDENTE:** A gente até
1576 discutiu na Mesa Diretora, pelo menos que eu saiba, no mandato passado o Rodrigo sempre
1577 trazia, nosso ex-presidente, sempre fazia essas representações aqui para decisão da plenária.
1578 Assim que o Daniel me passou a demanda, já sinalizei para levar para a Mesa Diretora e para
1579 a plenária. Queria consultar os conselheiros quem teria disponibilidade e interesse de
1580 representar o CEAS, no dia 19, de manhã, de 9h às 11h, nessa reunião. A Ivone manifestou
1581 aqui no *Chat* que ela está à disposição, caso precise. **PAULA:** O Lucas também (trecho
1582 inaudível) [3:00:59] também disponível. **PRESIDENTE:** (trecho inaudível) [3:00:59] gestores
1583 sobre controle social. O Lucas postou que ele também se disponibiliza. **DOMINGOS SÁVIO:**
1584 Eu também posso. **PAULA:** Que beleza. Têm vários. **PRESIDENTE:** Sávio também está
1585 disponível? **DOMINGOS SÁVIO:** Também. **PRESIDENTE:** Ótimo. Sávio, para mim, é uma
1586 espécie de mentor sobre controle social. Quando comecei a ser Secretária Executiva, em
1587 Nova Lima, em 2010, mais ou menos, aprendi demais com o Sávio, nas reuniões das
1588 URCMAS. Foi um grande mentor para mim sobre controle social. Tem uma vasta experiência.
1589 **DOMINGOS SÁVIO:** Vou falar para eles que há uma determinação do CEAS que eles façam
1590 em 30 dias, organize a URCMAS local. **PRESIDENTE:** Aprovado. Diamantina não tem, não?
1591 **DOMINGOS SÁVIO:** Já teve. **PAULA:** Eles já tentaram, mas não se manteve, não. Teve altos

1592 e baixos, mas não está ativa no momento. **DOMINGOS SÁVIO:** Eu já fui na reunião de
1593 assistentes sociais de Diamantina, esses eventos da assembleia. Eu fui uma vez e tinha 60
1594 profissionais da área da assistência de conselhos da região. É animado. **PRESIDENTE:**
1595 Bacana. Nós tivemos 3 candidatos. Não sei qual critério que a gente utiliza para definir. Não
1596 sei se essa indicação geralmente é discricionária do presidente, porque eu sempre lembro do
1597 Rodrigo trazer a pauta na plenária. **IVONE:** Patrícia, eu concordo muito com o Sávio. Eu até
1598 acho interessante, Sávio é da Comissão de URCMAS, de conselhos. Eu, até sendo mais
1599 interessada de falar do Sávio porque é uma pessoa que está no conhecimento grande do
1600 controle social, tem uma expertise muito grande também com o desejo de implementação das
1601 URCMAS, muito dentro desse conselho. Mesmo estando disponível de ir, eu acho que o Sávio
1602 é um bom nome para representar o conselho. **PRESIDENTE:** Sim, concordo com você, sim,
1603 Ivone. **IVONE:** (trecho inaudível) [3:03:53] também demanda. **PRESIDENTE:** Todos
1604 capacitados, mas o Sávio tem essa experiência de controle social. Eu acho que ele
1605 conseguiria pregar bastante para a diretoria regional, orientar sobre o papel do controle social.
1606 E da Secretaria Executiva até em função da experiência dele como Secretário Executivo, falar
1607 um pouco sobre esse papel de fato muito importante e específico, enfim. A Ivone tirou o nome
1608 dela. Agora a plenária tem que definir. Eu endosso o nome do Sávio, Lucas. Não sei se você
1609 acha que a gente poderia colocar em votação. Como que a gente poderia proceder para
1610 escolha do nome? **ANÉDIA:** Sávio. **PRESIDENTE:** Me ajudem aí, conselheiros. **ANÉDIA:**
1611 Você escutou, Patrícia? **PRESIDENTE:** Não. Repete para mim, dona Anédia. **ANÉDIA:** Estou
1612 votando no Sávio. **PRESIDENTE:** Um minutinho, dona Anédia. A Suzanne se inscreveu.
1613 **SUZANNE:** Eu e a Rose. A Rose está até aqui se quiser falar. Enquanto a gente estava
1614 conversando na Cidade Administrativa, parece que têm dois municípios também que estão
1615 solicitando. Encaminharam para Rose, estão solicitando presença de conselheiros. Daria 3
1616 solicitações e 3 conselheiros que estão se dispondo. Rose, se você puder explicar. Eu não sei
1617 se... **ROSE:** Essa agenda seria com a regional, Patrícia? **SUZANNE:** Isso. **PRESIDENTE:**
1618 Pelo que o Daniel falou é Regional Diamantina. **PAULA:** Regional Diamantina. Rose, é no
1619 encontro mensal deles com os gestores. Os gestores solicitaram essa é uma orientação maior
1620 do controle social. Foi uma demanda dos próprios gestores. **ROSE:** Entendi. Estamos tendo
1621 muitas demandas sobre essa questão de capacitação de conselhos, de funcionamento de
1622 conselhos, então a gente está atuando nessa questão também e a gente até estava com uma
1623 solicitação de Inimutaba e Lassance. E eu até sugeri porque também tem o Lucas que era da
1624 região. Até falei com a Fabiana. E eu falei, até recebemos o *e-mail*, mas a gente vai orientar
1625 e também encaminhar para vocês. Mas, no caso, poderia até juntar. Não sei se poderia juntar,
1626 mas eu acho que essa agenda é específica da Regional Diamantina, né Paula? Então, não
1627 tem como. Acho que a gente pode organizar uma para Regional de Curvelo e depois convidar
1628 os conselheiros. Acho que é melhor assim, né Patrícia? Eu acho que é melhor assim.

1629 **PRESIDENTE:** Ótimo. É importante formalizarem o pedido para o CEAS, para que o plenário
1630 indique o nome da representação. **ROSE:** A gente vai organizar uma para Curvelo. E a gente
1631 formaliza a solicitação, porque a gente está tendo muita demanda dessa Regional de Curvelo
1632 também. **SUZANNE:** Mas eu acho interessante porque a gente já tem uma lista aqui de
1633 conselheiros que se disponibilizaram, fica mais célere. Porque chegando novas solicitações,
1634 a gente já tem o nome de quem se dispôs, fica mais rápido. Sugestão. **PRESIDENTE:** O
1635 problema é a data, porque...**PAULA:** Só lembrando aqui, Rose, a gente fala assim que o
1636 CEAS, normalmente, não atende o pedido do município, mas por agrupamentos das regionais
1637 ou das URCMAS, ou, no caso, das diretorias regionais. Igual a de Curvelo, tudo bem, pode
1638 até fazer de novo. Nós temos o nosso conselheiro lá também. E há poucos meses, uns dois
1639 ou três meses atrás, o Lucas inclusive já fez essa reunião com os gestores da regional. Não
1640 foi, Lucas? De Curvelo com a diretoria de lá (trecho inaudível) [3:08:00]. **ROSE:** Nesse caso,
1641 é específico para conselheiros. É uma capacitação. Falar da importância. Depois eu vou
1642 mandar a demanda para o CEAS e vocês avaliam. **PAULA:** É só tentar agrupar para ter um
1643 número maior para a gente atender, sim. Eu já estava com medo de não ter ninguém para ir
1644 com essa demanda de conferência, esse excesso de trabalho. Fiquei até feliz. Superou
1645 minhas expectativas, têm 3 disponibilidades. Isso é ótimo. Só precisamos ver agora se vão os
1646 dois ou o que irá. Eles vão ficar muito felizes, com certeza, de serem atendidos.
1647 **PRESIDENTE:** Eu acho que não dá para a gente seguir essa ideia da Suzanne de já deixar
1648 os nomes porque, na verdade, todos conselheiros estão aptos (trecho inaudível) [3:08:47] e
1649 depende muito da agenda. Eu até havia comentado que se fosse à tarde, eu poderia participar,
1650 mas que de manhã eu já tenho uma reunião com o Ministério Público, representando o CEAS.
1651 Eu fiquei até (trecho inaudível) [3:08:58], porque o Rodrigo fazia muito isso de submeter à
1652 apreciação da plenária. Eu fiquei em dúvida que se era um hábito ou era uma coisa regimental.
1653 Eu até achei aqui agora no artigo 21 “compete ao presidente do CEAS. Inciso XI – submeter
1654 apreciação da plenária e/ou Mesa Diretora, os convites para representar o CEAS em eventos
1655 externos oficializando a representação.” A gente tem que submeter mesmo à plenária/Mesa
1656 Diretora. É importante sempre trazer para plenária mesmo essas representações para a gente
1657 não correr o risco de não tomar uma decisão eletiva, digamos assim. Nós temos aí tanto
1658 quanto o Lucas que estão se disponibilizando. A gente faz votação, gente? **DOMINGOS**
1659 **SÁVIO:** Eu acho que não. Eu acho que isso aí pode ser que... **PRESIDENTE:** Enquanto
1660 presidente... **DOMINGOS SÁVIO:** Deixa eu falar. Tenha feito isso aí, mas na prática é o
1661 seguinte, quem indica, isso é pauta para a Mesa Diretora. Mesa Diretora é que decide, de
1662 preferência, entre os seus membros mesmo, porque a melhor representação que o conselho
1663 possa ter é o presidente e depois os seus diretores, o núcleo mais duro, depois a diretoria
1664 ampliada. Aí, se quiser passar para além disso, dado que a pessoa entende bem de um
1665 determinado assunto que não faça parte da diretoria ampliada nem do núcleo duro e nem seja

1666 o presidente, se estende a isso. Mas a presidência e a diretoria é quem indicam. Porque, na
1667 verdade, você presidente ou a diretoria, está indicando um substituto. Como no caso, eu o
1668 Lucas participamos, somos da diretoria, a diretoria tem que decidir. Acho que não é a forma
1669 geral. A diretoria tem conhecimento de causa. Sabe muito bem. Porque se a gente tivesse no
1670 começo do conselho, por exemplo, esse conselho já é mais antigo, a gente já conhece as
1671 pessoas, mas se o conselho já tivesse tomado posse, por exemplo, e uma pessoa iria se
1672 candidatar aqui e a gente nem conheceria ela direito, então, você teria que decidir na Mesa
1673 Diretora e na presidência quem vai representar porque é muito importante. A pessoa, a
1674 representação, geralmente é uma representação política. Você vai falar sobre uma diretriz da
1675 política que é o controle social, não é qualquer coisa. Você está falando sobre diretriz, então
1676 é uma representação política que você está fazendo. Você não está fazendo uma
1677 representação técnica de uma pessoa que entende de família acolhedora, estão chamando
1678 alguém lá. Não é isso. **PRESIDENTE:** Ok, Sávio. Com base na temática que (trecho
1679 incompreensível) [3:12:23] papel da Secretaria Executiva e da sua experiência na área, e
1680 também lembrando o que a Rose colocou, que recentemente o Lucas já representou o CEAS
1681 para Regional Curvelo e de Uberaba também, eu acho que a gente pode fazer indicação do
1682 nome do Sávio nesse momento. E a Rose colocou que vai apresentar outros pedidos desse
1683 apoio técnico, a gente vai passando essas representações para os conselheiros para permitir
1684 a participação de todos os eventos de representação do CEAS. Gente, 11h56. A gente já
1685 finalizou a pauta da parte da manhã. De tarde, a gente retoma às 13h para concluir a pauta
1686 da Rede Cuidar e, na sequência, a pauta do processo conferencial, que é uma pauta bem
1687 extensa na verdade. Bom almoço a todos. Até daqui a pouco. Pontualmente às 13h.
1688 **PRESIDENTE:** 13h01. Temos poucas pessoas participando agora. E temos a continuidade
1689 da pauta da Rede Cuidar que é critério de partilha, a gente precisa de *quórum* de 2/3. Vamos
1690 aguardar mais um pouquinho para iniciar a parte da tarde. Vou pedir à Secretaria Executiva
1691 para exibir a pauta da tarde e nos avisar, assim que tiver *quórum* qualificado, para iniciar a
1692 reunião. **DANIEL – CEAS:** Vamos fazer a recontagem das conselheiras e conselheiros para
1693 verificar se temos *quórum* qualificado necessário para aprovação. Só um instante. **MARIANA:**
1694 Pessoal, boa tarde. Eu estou aqui pensando ainda com a equipe. Estamos com dificuldade
1695 para finalizar a redação de uma parte. A minha pergunta, eu estou pensando para todo mundo,
1696 a gente coloca aqui o arquivo para todo mundo ajudar na redação. Vocês acham que a gente
1697 vai tomar muito tempo? Estou realmente preocupada com o tempo e por isso que eu estou
1698 perguntando qual que é a melhor alternativa aqui. Não sei, Patrícia. Se quiser passar outro
1699 assunto na frente e a gente volta daqui a pouco. A gente compartilha o *link*, porque é difícil a
1700 gente acompanhar várias coisas ao mesmo tempo. **IVONE:** Sobre a prestação de contas ou
1701 não, Mariana? **MARIANA:** Oi? **IVONE:** Sobre a prestação de contas? **MARIANA:** Vocês que
1702 sabem. **PRESIDENTE:** Só te respondendo aqui, Mariana, muitas vezes o CEAS delibera o

1703 conteúdo da matéria e a Secretaria Executiva minuta a resolução depois. Acho que a gente
1704 pode fazer de duas formas, ou a gente aprova o conteúdo e, depois, a minuta, faz a publicação
1705 da minuta, da resolução em si depois, ou deixa essa pauta mais para o final da tarde para já
1706 ter minuta deles liberarem em cima do conteúdo específico, da minuta de resolução. Mas é
1707 usual no conselho estadual a gente aprovar só o conteúdo e a minuta é elaborar depois. Eu
1708 acho que a gente pode jogar isso para depois. **IVONE:** Acho que essa proposta é boa.
1709 **MARIANA:** É. Por mim, seria melhor também. Nosso medo é a gente fazer às pressas e
1710 depois a redação não ficar clara. Porque é isso, a gente fez seguindo o mesmo que já foi
1711 publicado na CIB, então, a da CIB foi publicada e a gente também fez isso na CIB. A gente
1712 redigiu. Mandou por *e-mail*, pegamos as contribuições, juntamos e publicamos. Acho que fazer
1713 a redação também às pressas, a gente vai tomar muito tempo aqui e corre o risco ainda de
1714 passar alguma coisa despercebida. Se todos concordarem, a gente se compromete aqui,
1715 segunda-feira isso está enviado no *e-mail*, nos grupos e a gente valida a redação final.
1716 **DANIEL – CEAS:** Presidente, só como informação importante, a gente ainda não tem o
1717 *quórum* de 2/3, por enquanto ainda. **PRESIDENTE:** Faltam quantos conselheiros, Daniel?
1718 **ELDER:** Daniel, você contou comigo? Acabei de entrar. **DANIEL – CEAS:** contei, meu amigo.
1719 Você acabou de entrar, eu contei. A dona Anédia entrou. Vou contar a dona Anédia agora.
1720 Temos 11, Presidente. Precisamos de mais 2 pessoas. **PRESIDENTE:** Ok. Como a gente não
1721 tem *quórum* qualificado, de qualquer forma, a gente ainda não consegue deliberar essa pauta
1722 agora. Acho que podemos passar para a pauta do processo conferencial, de repente...
1723 **DANIEL – CEAS:** Ana Maria entrou. Deixa ver a Camila. Temos 12 já. **IVONE:** Patrícia, eu
1724 não sei se o Dr. Márcio vai poder ficar até mais tarde. Ele está presente na plenária.
1725 **PRESIDENTE:** Quem que está faltando que estava de manhã e que não entrou ainda? Vamos
1726 mobilizar. **IVONE:** Sávio está aí? **PRESIDENTE:** Élerson entrou agora. **DANIEL – CEAS:**
1727 Élerson entrou, deixa eu ver aqui. **MP-MÁRCIO:** Eu posso acompanhar até umas 16h30, eu
1728 consigo acompanhar aqui. **PRESIDENTE:** Acredito que a gente tem *quórum* agora. **DANIEL**
1729 **– CEAS:** Temos 15, Presidente. Podemos fazer a deliberação. **PRESIDENTE:** Ótimo. Eu vou
1730 pedir à Mariana para deixa a proposta de encaminhamento bem clara, até porque ontem não
1731 participei das discussões dessa pauta da reunião das comissões, para gente poder conduzir
1732 o processo de votação com o encaminhamento da forma mais clara possível. Mariana, te peço
1733 esse apoio. **MARIANA:** Ok. Vou focar nos critérios de elegibilidade que a gente vai aprovar
1734 aqui. Eu vou fazer a leitura. Se o Cris puder projetar aquele quadro, eu vou falando a forma
1735 como está, até inclusive o que a gente está colocando aqui na resolução, está da seguinte
1736 forma: são elegíveis para o recebimento do incentivo financeiro para os exercícios 2021 e
1737 2022, as seguintes unidades da rede socioassistencial: centro de referência de população em
1738 situação de rua, sendo, são elegíveis para o recebimento dos recursos dos centros de
1739 população de rua os 26 Centros Pop localizados em 24 municípios do estado. É a linha 2.

1740 Isso. 26 centros para pop valor de R\$ 115 mil cada um, valor total R\$ 2.990 milhões. Segundo
1741 público. Segunda modalidade: unidades governamentais e entidades de assistência social que
1742 ofertam serviço de acolhimento institucional que receberem crianças do Programa de
1743 Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM, quando
1744 desacompanhados dos responsáveis, e prioritariamente que tenham realizado aceite na
1745 Rodada de 2019. O do PPCAAM manteve a mesma redação que a gente tinha já na resolução
1746 que hoje está vigente, que a gente pactuou no semestre passado. São 6 unidades com valor
1747 R\$ 115 mil para cada uma, totalizando R\$ 690 mil. Têm 2 que são governamentais e 4 não
1748 governamentais. Outra modalidade de unidades a serem atendidas. Unidades
1749 governamentais e entidades de assistência social, que ofertam serviço de acolhimento
1750 institucional para pessoas idosas e pessoas com deficiência, que preencheram o Censo SUAS
1751 de 2019 e estão com o ID Acolhimento Insuficiente e não receberam os recursos na Rodada
1752 de 2017 e 2019. Essas unidades são 49 unidades, R\$ 115 mil para cada uma, totalizando R\$
1753 5.635 milhões. Agora, somente entidades de assistência social que ofertam acolhimento
1754 institucional para adultos e famílias e pessoas em situação de rua, ativas no CadSUAS, que
1755 não receberam recursos em 2017 e 2019, e nem estão nos outros critérios. Esse grupo é o
1756 que a gente tem 126 unidades. É um universo para atender de R\$ 115 mil para cada uma,
1757 totalizando R\$ 14.490 milhões. Esse que vai ter a alteração e a alteração será que: são
1758 elegíveis para o recebimento desse recurso até 126 unidades de acolhimento, independente
1759 do público, a serem convocadas por ordem crescente do resultado numérico do ID
1760 Acolhimento até o limite de R\$ 11.385 milhões. É o universo de 126. O valor limite de R\$
1761 11.385 milhões e a convocação considerando ordem crescente e o resultado numérico do ID.
1762 Quem tem o ID mais baixo vai ser chamado primeiro. E o outro público, entidades de
1763 assistência social que ofertam serviço de acolhimento institucional, independente do público
1764 atendido, ativas no CadSUAS, que preencheram o Censo SUAS 2019 e apresentam o ID
1765 Acolhimento Regular, com a Dimensão Insuficiente de Recursos Humanos no ID Acolhimento,
1766 que são essas 34. Eu pulei? **CRISTIANO:** Mariana? **MARIANA:** Oi? **CRISTIANO:** Inverteu.
1767 Você falou essa aqui. **MARIANA:** Essa que eu estou falando agora? **CRISTIANO:** Isso, que
1768 são as 34. Porque na ordem da resolução está diferente dessa tabela aqui. É só para você
1769 controlar aí. **MARIANA:** Então eu troquei. **CRISTIANO:** É. A que você falou agora é que são
1770 as 26, mas agora é essa 34 aqui, que atendem público de adultos e famílias, crianças e
1771 adolescentes, mulheres em situação de violência, com ID Insuficiente, não ter participado em
1772 2017/2019, que são as 34. **MARIANA:** Tá! Ok. Qual que é a correção? Essa do ID Regular e
1773 a Dimensão Insuficiente de Recursos Humanos que o universo é 126. **CRISTIANO:** Isso.
1774 **MARIANA:** Precisa repetir? A gente pode trocar na resolução e colocar na mesma ordem da
1775 apresentação porque é até bom ter o quadro junto com a resolução para depois não deixar
1776 dúvida. O acréscimo, eu passei todas, e o que vai ser acrescentado é entidades de assistência

1777 social. **CRISTIANO:** Proposta do COGEMAS. **MARIANA:** Unidades governamentais e
1778 entidades de assistência social. Qual que é esse inciso na resolução? Estou procurando ele.
1779 **CRISTIANO:** A do COGEMAS? **MARIANA:** (texto inaudível) [0:21:26] entidades de
1780 assistência social que ofertam serviço de acolhimento institucional adultos, famílias, pessoas
1781 em situação de rua, ativas no CadSUAS, não terem recursos nas rodadas 2017/2019 e não
1782 foram contempladas nos critérios (texto inaudível) [0:21:40]. **CRISTIANO:** (trecho
1783 incompreensível) [0:21:46]. **MARIANA:** Você está falando que está perdido porque eu estou
1784 (texto inaudível) [0:21:45] com o quadro por isso que eu acho que a gente tem que casar uma
1785 coisa com a outra. **CRISTIANO:** Posso complementar, Mariana? **MARIANA:** Sim. Eu acho
1786 que tem que clarear a minuta da resolução e o quadro. **CRISTIANO:** É. É porque a minuta
1787 está diferente da ordem da tabela, mas vai incluir a Família Acolhedora. A gente vai ter que
1788 limitar nessa modalidade aqui, que é uma modalidade que é para unidades de acolhimento
1789 para qualquer público, com ID Regular, mas que apresentam a Dimensão de Recursos
1790 Humanos Insuficiente, a natureza é não governamental. O critério é não ter participado das
1791 rodadas anteriores e não terem sido contempladas nas outras modalidades. E o número total
1792 é de 126. A proposta que a gente vai fazer na minuta é criar um critério de classificação a
1793 partir do número do ID, porque o ID a gente tem os níveis que são: Insuficiente, Regular. Aqui
1794 nesse caso é o ID Regular, mas como o ID Acolhimento tem também uma numeração de
1795 número 4,2; 1,3; 2,4; a ideia é priorizar as que têm o ID menor. Esse número de 126 é o limite,
1796 mas para conseguir atender o Família Acolhedora a gente vai fazer um critério de classificação
1797 chamando prioritariamente as que estão com pior resultado. E tem essa última modalidade,
1798 que essa não tem alteração que é a proposta que o COGEMAS apresentou. Que é de atender
1799 66 unidades de acolhimento para adultos e famílias, incluindo unidades para pessoas com
1800 deficiência, todas não governamentais, que não participaram das rodadas anteriores e nem
1801 foram contempladas nas modalidades anteriores. A base de dados vai ser o CadSUAS. São
1802 66 unidades, R\$ 115 mil. **DANIEL – CEAS:** Cris, posso te interromper um segundinho?
1803 **CRISTIANO:** Claro. **DANIEL – CEAS:** O Lucas fez uma inscrição. Lucas, você está querendo
1804 perguntar alguma coisa? **LUCAS:** Eu queria perguntar e também sugerir porque eu ainda
1805 estou meio confuso. Nessas 126, a gente vai reduzir o número também de entidades que
1806 serão atendidas, até mesmo para poder contemplar? E o nosso teto de orçamento para o
1807 encaminhamento de aporte de recurso para essas possíveis 126 é de R\$ 11.400 mil e alguma
1808 coisa? **MARIANA:** R\$ 11.385. A gente fez uma conta considerando os R\$ 115 mil por unidade.
1809 **LUCAS:** Entendi. Nessas 126, não é possível, como já foi definido o teto que vai ser gasto, o
1810 aporte que vai ser feito para essas instituições, dividir o valor igualmente entre as unidades
1811 que forem habilitadas? A gente facilita o critério. **MARIANA:** Veja bem, o universo desse
1812 critério é 126. O valor é R\$ 11.385 milhões. Com esse valor a gente atende 99 unidades.
1813 **LUCAS:** Isso. **MARIANA:** Então é isso. A gente colocou assim, são elegíveis até 126 porque

1814 é o universo máximo, independente do público, a serem convocadas por ordem crescente do
1815 resultado numérico do ID Acolhimento. Porque a gente vai pegar o ID dessas 126 e fazer o
1816 ranking. E a gente vai seguir na lista. Só que se uma dessas desistir, a gente vai passando
1817 para próxima, ou desiste ou não apresenta documentação, a gente tem as de baixo para
1818 chamar, entendeu? **LUCAS:** Entendi, mas, por exemplo, a que está na posição 100, ela não
1819 vai ser contemplada? **MARIANA:** Se alguma desistir, ela entra. **LUCAS:** Aí é que está. A
1820 minha proposta seria, como já foi delimitado o teto, a gente pegaria esse teto e manteria
1821 aquela distribuição que foi feita na 729. Não teria esse valor fixo de R\$ 115 mil, mas seria
1822 distribuído o valor que está fechado para aquelas que forem habilitadas. **MARIANA:** Igual para
1823 todo mundo. Então, qual que é a dificuldade? Eu entendi o que você falou agora. R\$ 11.385
1824 milhões dividido por 126, é isso que você está colocando? **LUCAS:** Isso. Em regra, é essa,
1825 mas como a gente sabe que não serão 126 habilitadas, a gente divide esse valor igualmente
1826 por todas que forem habilitadas. **MARIANA:** Está dando R\$ 90 mil e pouquinho. **LUCAS:** Isso.
1827 **MARIANA:** A nossa ideia, a gente pode colocar o valor máximo e dividir por todas. Não, a
1828 gente tem um problema. Se uma desiste agora, o que acontece? Eu vou chamar algumas
1829 agora e outras no ano que vem. Se no ano que vem eu tiver saldo, as que vão entrar no ano
1830 que vem vão receber mais das que vão entrar esse ano. Você entendeu? **LUCAS:** Mas faz a
1831 redistribuição com todas que foram habilitadas. **MARIANA:** Mas eu tenho de voltar e celebrar
1832 de novo, Lucas. **LUCAS:** Entendi. **MARIANA:** Quem vai celebrar agora, quando a gente
1833 pensou no valor fixo padronizado é porque quem vai celebrar agora, eu tenho um tanto que
1834 vai receber esse ano e um tanto que vai receber no ano que vem. Independentemente de
1835 quem entrar agora ou ano que vem o valor é o mesmo. Se eu fizer da forma que você está
1836 falando, na medida que as que vão desistindo, vai sobrando recurso. Só que só vou dividir
1837 para quem está lá frente, então, pode acontecer de quem ficar no final, ano que vem, se eu
1838 tiver um número muito grande de entidades que não vai entrar, ano que vem posso ter
1839 entidade recebendo até R\$ 200 mil e esse ano R\$ 90 mil. Você entendeu? É difícil explicar,
1840 mas é porque a celebração da parceria, ela tem um fluxo. Eles vão apresentar proposta de
1841 plano de trabalho e eles precisam de saber o valor que eles vão dimensionar o plano de
1842 trabalho deles. Então, eu vou falar com ela: "Vocês apresentam R\$ 90 mil." Só que, na medida
1843 em que for sobrando, quem ficar para depois vai ter plano de trabalho com valores maiores e
1844 eu vou ter uma diferenciação nesse ponto. **LUCAS:** Ou, então, a sobra de valor, pode ser
1845 distribuída para a Família Acolhedora, não? **MARIANA:** Eu vou correr o mesmo risco. Se eu
1846 não padronizar o valor, eu vou correr o risco de, em todas as modalidades, quem entrar
1847 primeiro vai receber menos. Quem está com a documentação em dia, têm várias entidades
1848 que têm documentação certinha, faz um plano de trabalho e manda. Aí eles vão receber um
1849 valor mais baixo. Se eu trabalhar com o saldo, o saldo vai ficar para quem entrar depois.
1850 **LUCAS:** Até porque o planejamento da Família Acolhedora é para poder atender um

1851 quantitativo menor do que aqueles 49, não é? **MARIANA:** Sim. É. **LUCAS:** Pois é, por
1852 exemplo, se a gente reduz o valor dos 126. Vamos supor que a gente feche nos R\$ 91 mil.
1853 Dividindo dá mais ou menos esse valor R\$ 91 mil, e coloca na resolução que a sobra vai ser
1854 distribuída para a Família Acolhedora, para contemplar aquelas que não entraram, daquele
1855 cadastro de 49, acho que facilitaria, não? Faria um ranqueamento com Família Acolhedora.
1856 **MARIANA:** Mas, se eu tiver, por exemplo, uma sobra só de R\$ 40 mil, R\$ 50 mil? É porque
1857 tem um custo também, é assim, eu estou pensando custo administrativo operacional, tanto
1858 para instituição quanto para a gente. Porque se eu tiver um valor pequeno no final para
1859 distribuir, eu vou ter planos de trabalho de valores muito pequenos, que não compensa. As
1860 coisas hoje estão caras! A gente já falou isso aqui. R\$ 50 mil não está comparando um carro.
1861 Tem entidade que quer comprar um carro, instituição que compra muito lavanderia, máquina
1862 industrial, tudo tem valor caro. RH está caro, folha de pagamento das entidades está caro,
1863 então, trabalhar com valor pequeno e picado é ruim para todo mundo. É um pouco nesse
1864 sentido também que a gente queria até trabalhar com valores mais altos, para dar um tempo
1865 também, e um recurso que consiga realmente fazer diferença nos serviços. **ANÉDIA:** Posso
1866 fazer uma pergunta? **MARIANA:** Claro, dona Anédia. **ANÉDIA:** Curiosidade minha. Esse
1867 dinheiro está lá já? **MARIANA:** Ainda não. Não chegou para nós e nem... **ANÉDIA:** E quando
1868 ele entrar e for dividir, ele está lá e fica correndo juros. Ele fica sempre no mesmo valor? Não
1869 aumenta, não? Porque sempre que a gente deixa dinheiro lá assim, ele vai rendendo? Quero
1870 saber se existe essa possibilidade porque sempre é a mesma quantidade, mas vai dar para
1871 um e depois vai sobrar, vai ficar lá para o ano que vem. Vai continuar o mesmo valor? Não
1872 aumenta? Não tem juros? Não tem nada? **MARIANA:** Não tem, dona Anédia. **ANÉDIA:** Por
1873 que o dinheiro não está correndo? (texto incompreensível) [0:32:10]. **MARIANA:** É porque
1874 nesse momento a gente está trabalhando com valores orçamentários. A gente não está
1875 trabalhando com valores financeiros em conta bancária. A gente está trabalhando com
1876 orçamento do FEAS. **ANÉDIA:** Quem fica com esse dinheiro, então? Alguém fica, porque ele
1877 não para. O dinheiro não para, não, vai lá para o banco. Ele não para. Essa é uma curiosidade
1878 minha. Gente, desculpa a minha ignorância, mas (texto incompreensível) [0:32:44].
1879 **MARIANA:** Até ele chegar na nossa conta, ele (texto inaudível) [0:32:50]. **PRESIDENTE:** Eu
1880 acho que a Mariana estava falando, mas o áudio dela travou. Repete, Mariana, porque a gente
1881 não te escutou, não. **MARIANA:** Eu estava falando que a gente trabalhando agora, dona
1882 Anédia, com a previsão do orçamento. A gente não está falando do financeiro. Não está
1883 falando exatamente de dinheiro na conta do estado. A gente está falando do orçamento do
1884 estado. O dinheiro vai render quando ele chegar na conta da instituição. Ela tem que aplicar
1885 (texto inaudível) [0:33:39] para gastar. Vocês me ouviram? **PRESIDENTE:** Para mim, a fala
1886 da Mariana ficou picando muito. Deixa eu traduzir isso para dona Anédia. Tem uma diferença
1887 entre o orçamento e o financeiro. E isso é uma previsão orçamentária. É uma previsão de

1888 recurso que vai ser arrecadado. Boa parte da Rede Cuidar é um recurso da Vale, e vai entrar
1889 nas respectivas contas e, depois, quando chegar (texto incompreensível) [0:34:10] vai render
1890 esse dinheiro lá. Por enquanto a gente está tratando da previsão, uma estimativa de recurso
1891 (texto incompreensível) [0:34:16] que ainda não está na conta. Não sei se ficou claro assim,
1892 dona Anédia. Tem inscrição aqui também do Élerson. **ÉLERSON:** Boa tarde. Só ia
1893 compartilhar dessa fala da Mariana, não sei se no sentido do quanto que é dificultoso até para
1894 entidades, para gastar esse recurso da Rede Cuidar. Para vocês terem uma ideia, nós
1895 recebemos o recurso da última rodada, claro que a gente teve todo um contratempo por conta
1896 da pandemia, mas o recurso que recebemos em 2019 e era destinado, por exemplo, para
1897 reformas e para obras. Até hoje a gente não conseguiu gastar o recurso porque teve os
1898 percalços da pandemia, depois a gente tem toda documentação que precisa ser entregue. E
1899 quando você vai atualizar o orçamento, a gente tem que contar com isso agora porque a gente
1900 está tendo um problema de inflação. A gente está tendo um problema de inflação porque, às
1901 vezes, entre a cotação que é apresentada, a aprovação da documentação e o valor final, na
1902 hora que você vai executar, já é outro valor. Esses percalços que vão acontecendo ao longo
1903 do caminho, muitas vezes até inviabilizam a execução do programa quando ele diz respeito
1904 aquilo que mais pesa para as entidades, às vezes é a reforma da unidade, a compra de um bem
1905 permanente, um bem maior. Se é compra para itens pequenos sempre é mais fácil. Mas eu
1906 tenho visto que esse recurso tem potencializado muito as execuções para pagar aquilo que
1907 muitas vezes as parcerias com o poder municipal não cobrem, que são as manutenções do
1908 espaço e muitas vezes a qualificação da oferta. **PRESIDENTE:** Ok, Élerson. A próxima
1909 inscrição é da Conselheira Ivone. **IVONE:** Eu achei muito interessante essa tradução de
1910 trabalhar com o universo de 126 unidades, mas com valor inferior e que esse recurso
1911 continuaria para atender as entidades não governamentais. Aquilo mesmo que a gente tinha
1912 falado para que, tendo sobra, continuar atendendo até chegar no universo de 126 unidades.
1913 A pergunta é: “Aos outros públicos também pode ter quebra?” Também pode aparecer
1914 unidades que não vão fazer o termo de aceite. Eu acho que teria que manter o que a gente
1915 está querendo discutir. Nesse caso, vai priorizar Família Acolhedora? Mesmo que vá atender
1916 menos Família Acolhedora, vai continuar atendendo até chegar num universo das 49 Família
1917 Acolhedora? Seria esse raciocínio? De chegar ao universo de 126, de chegar ao universo das
1918 49 Família Acolhedora, com essas sobras que vão aparecer de cada grupo? Eu acho que nós
1919 temos que ter uma clareza para ver se a gente consegue pactuar. Se é isso, porque pelo que
1920 foi proposto, o valor retirado do recurso das 126 unidades não daria para pactuar as 49 Família
1921 Acolhedora, sendo esse universo de R\$ 115. Eu acho, também, esse universo R\$ 115 mil, foi
1922 uma ideia de padronizar todas as entidades com o mesmo valor. Agora, também, na discussão
1923 que o Lucas fez de baixar, poderia ser todas R\$ 113 mil, mas o universo de valores sobriaria,
1924 não sei se daria para complementar para Família Acolhedora. Vamos supor, se sobriaria R\$ 1

1925 milhão, com mais R\$ 3 milhões, daria R\$ 4 milhões. Não daria ainda, entendeu? Mesmo
1926 passando todas para um valor de R\$ 113 mil. Então eu acho que a pactuação na CIB foi R\$
1927 115 para cada unidade e a gente manteria a pactuação das 126 e traria esse universo da
1928 Família Acolhedora com esse, sei lá, quantos serviços? Vamos supor que não seja os 49, mas
1929 vai ser 20? Aí vai ficar 29, aí esses 29 a gente pactuaria aqui que na sobra de qualquer um
1930 desses grupos entraria mais uma Família Acolhedora? Seria nessa linha, ou Família
1931 Acolhedora ou a entidade não governamental das 126, para gente chegar num universo das
1932 126 atendidas e nas 49 de serviços de Família Acolhedora. E a gente teria uma pactuação
1933 para chegar nesse universo. **MARIANA:** Ivone, eu estou entendendo que você está
1934 concordando com a proposta da gente trabalhar com o universo maior, não é isso? Porque a
1935 nossa ideia é essa mesmo. É ter um universo para gente trabalhar, com tempo, fazendo as
1936 prioridades. Se eventualmente tiver saldo, sobra, lógico, se tiver algum problema, a gente vai
1937 voltar com o assunto para pactuar de novo igual a gente está fazendo agora. **SUZANNE:**
1938 Mariana, acho que a Ivone... **IVONE:** Pactuando os valores de R\$ 3 milhões para Família
1939 Acolhedora agora também? É isso que eu estou perguntando. Nós vamos pactuar com menor
1940 número de Família Acolhedora? **MARIANA:** Sim. **IVONE:** Com a possibilidade de chegar num
1941 universo de 49 Família Acolhedora ou mais e as 126 unidades não gov, se é isso. **MARIANA:**
1942 A gente está com um universo de 126 e o universo de 49. O valor que a gente está colocando,
1943 então a gente vai fazendo esse ranking, fazendo a lista em ordem crescente ou decrescente
1944 no caso dos ID's, do menor para o maior, a gente vai seguindo aquela lista até no valor que a
1945 gente vai trabalhar. **LUCAS:** Mariana, não há possibilidade de reduzir esse valor R\$ 115 mil e
1946 dividir esse valor igualmente para todas as unidades, não? A gente sabe que todo mundo
1947 precisa. **MARIANA:** Lucas, é isso que eu estou tentando te falar. Se eu reduzir o valor, eu vou
1948 correr o risco de ter valores diferenciados. Porque quando você fala em redução de valor,
1949 primeira coisa, a gente precisa de um valor fixo. Isso é uma coisa que a gente pontuou que é
1950 importante. Isso ficou claro? Porque se eu trabalhar sem o valor fixo, corre o risco de eu
1951 atender um com um valor agora e outra, no ano que vem, com outro valor. Isso acho que deu
1952 para entender? **PRESIDENTE:** Mariana, até lembrando para dar a título de exemplo, o que
1953 aconteceu na passada, que tiveram algumas entidades elegíveis e nem todas aceitaram e
1954 nem todas quiseram fazer esse aceite. Então sobrou recurso para ser repactuado. Foi
1955 basicamente isso que aconteceu, então se você reduz para contemplar todas as 126, há um
1956 risco de isso acontecer novamente. **MARIANA:** Exatamente, é isso que eu estou colocando.
1957 A gente pensou em padronizar o valor de R\$ 115 mil por vários motivos. Primeiro, porque a
1958 gente acha que R\$ 115 mil não é muito, não está dando para muita coisa porque tudo está
1959 com custo alto e a gente está falando de serviço de proteção especial, que todos têm o custo
1960 alto. Então, R\$ 115 mil a gente está considerando um valor razoável, tanto por valores
1961 inflacionados de (texto inaudível) [0:43:29] de custo de serviço, valor (texto inaudível) [0:43:39]

1962 não dá para fazer parcerias. Tem custo de elaboração de plano de trabalho aqui na SEDESE,
1963 as equipes são pequenas, não dão conta de fazer tantos planos, prestação de contas. A
1964 SEDESE também demora para analisar as prestações de contas. E para as entidades esse
1965 custo também é alto, de arrumar a documentação para receber pouco recurso. Eu estou
1966 chamando atenção para gente ter um recurso que a entidade queira também receber. Porque
1967 entidade, hoje, não está querendo ter tanta burocracia para receber R\$ 50 mil, que ela não
1968 está conseguindo fazer nada com esses R\$ 50 mil. Demora 3, 4, 5 anos para prestar contas.
1969 Tem muita dor de cabeça na fase de prestação de contas, tanto para nós quanto para as
1970 entidades. São vários fatores que a gente está levando em consideração para estabelecer um
1971 valor fixo aqui e razoável, a gente considerou R\$ 115 mil. (texto incompreensível) [0:44:45]
1972 não ter o valor fixo, na medida em que a gente vai começar a chamar as entidades e elas
1973 forem desistindo, eu vou ter que trabalhar com um valor inicial agora, mas quem ficar para o
1974 ano que vem, o valor já vai ser outro. É essa questão que eu quis colocar também de a gente
1975 fechar no valor fixo para ter todo mundo recebendo a mesma coisa para eu não ter
1976 diferenciação. **PRESIDENTE:** Obrigada, Mariana. A gente tem a inscrição da Suzanne agora.
1977 **SUZANNE:** É rapidinho. Eu tinha entendido o que a Ivone falou e era realmente o que a gente
1978 estava pensando mesmo. Num primeiro momento não vai dar para atender 126 e nem 49. Só
1979 que, na medida em que for ocorrendo desistências e unidades que não se habilitarem nas
1980 outras modalidades, a gente chama mais até atender todo mundo. É igual eu falei na parte da
1981 manhã, assim, pela experiência que a gente tem vai dar para atender muito mais do que a
1982 gente esperando porque, infelizmente, algumas (texto inaudível) [0:45:54]. **IVONE:** O áudio
1983 da Suzanne está muito ruim. **PRESIDENTE:** É, também picou para mim. Achei que era só
1984 para mim. Suzanne, está muito ruim. Não sei se você consegue repetir. **SUZANNE:** O Lucas
1985 até concordou aqui no *Chat*, é porque é assim, a gente mantém os R\$ 115 mil. Acho que isso
1986 todo mundo já meio que consensuou, que têm vários problemas em alterar esse valor. Mas o
1987 que ia falar é que 126 e o 49, é o teto. Num primeiro momento, talvez não dê para atender
1988 126 e 49. Só que, na medida em que houver desistências, em que houver entidades que não
1989 vão participar das outras modalidades, a gente chama mais. Acho que é isso que a Ivone está
1990 falando e o Lucas está concordando também. Por isso que a gente está falando que essas
1991 duas são diferentes das outras. Elas estão dependendo da sobra das outras modalidades,
1992 mas à medida em que sobrar das outras, a gente chama mais nesse universo de 126 (texto
1993 inaudível) [0:47:11] e 49 Família Acolhedora. **PRESIDENTE:** Sim. Entendido. Vou passar a
1994 palavra para o Dr. Márcio. **MP-MÁRCIO:** Obrigado, Patrícia. Eu estou acompanhando aqui e
1995 isso é verdade. Muitas vezes não se consegue, na execução, ter habilitação de entidades
1996 suficiente de acordo com a previsão inicial e acaba tendo um remanejamento de recursos. E
1997 é interessante, sim, ter essa ... eu acho que vai ter que manter mesmo o valor de R\$ 115 mil
1998 que já foi pactuado. Acho que isso não deve ser mexido mesmo. Mas se deixar em aberto

1999 essa possibilidade de remanejamento, por exemplo, dentro do acolhimento institucional e do
2000 acolhimento familiar, de não ter esse número fechado. Tem valor, mas, na medida em que,
2001 por exemplo, não tiver número suficiente de entidade de acolhimento institucional,
2002 eventualmente você pode contemplar um número maior, talvez, de programa de acolhimento
2003 familiar dentro dessa parcela, dessa reserva do recurso que é para o acolhimento de crianças
2004 e adolescentes, seja institucional ou familiar. Se puder deixar essa diretriz seria interessante
2005 porque aí você não fica com essa coisa fechada. E, mesmo dentro de outros públicos, dos
2006 outros perfis também, de que essa possibilidade, se fosse um orçamento seria um
2007 remanejamento de rubrica, mais ou menos, para fazer uma comparação, de maneira a
2008 aproveitar todo o recurso com aquelas instituições que estiverem em condições de se
2009 apresentar para serem contempladas e cumprirem os requisitos que forem estipulados.
2010 Parece ser bem sensato assim. **PRESIDENTE:** Sim. Acredito que a gente possa consensuar
2011 nessa proposta que a Mariana apresentou. O Lucas retirou a proposta dele. Não temos
2012 nenhuma inscrição agora. Queria verificar com os conselheiros se estão cientes dessa
2013 proposta de encaminhamento, se compreenderam, se querem fazer mais alguma discussão
2014 ou se a gente pode partir já para o regime de votação? **LUCAS:** Patrícia, eu só queria ponderar
2015 com relação aos critérios de elegibilidade, querendo ou não, eles têm que ser aprovados pelo
2016 conselho. Por exemplo, ao finalzinho da reunião passar quais os critérios pensados para essa
2017 elegibilidade, eu acho importante, até porque é competência do conselho, aprovar os próprios
2018 critérios não só essa pactuação dessa discussão que a gente está fazendo. Acho que é
2019 importante tentar, pelo menos trazer por alto, quais seriam esses critérios para gente poder
2020 aprovar nesse sentido. Obrigado. **PRESIDENTE:** Pelo que eu entendi, acho que a SUBAS fez
2021 um esforço nesse sentido de tentar trazer isso depois do almoço, mas que seria até um pouco
2022 mais complexo. Para não correr o risco de deliberar uma questão não tão bem formatada, a
2023 Mariana até pediu para gente tentar dar continuidade a essa discussão e sem ter já a minuta.
2024 Mas, de fato, têm alguns pontos que a gente precisa de deliberar e fiquei pensando muito na
2025 Rodada de 2019, que foi necessário inclusive que o CEAS fizesse duas resoluções ad
2026 referendum sobre a Rede Cuidar. Quem tem mais tempo aqui vai lembrar disso. Essa parte
2027 específica dos critérios de elegibilidade e partilha, que a gente não conseguir discutir aqui, que
2028 a gente discutiu aqui basicamente o público alvo e os valores, então, uma parte mais
2029 específica que é competência de deliberação do CEAS, a gente não conseguiu discutir. Nessa
2030 apresentação da Mariana, para gente ver que o conteúdo da resolução, de fato, o que foi
2031 apresentado não contempla isso. Eu acho que, até considerando os prazos e que a nossa
2032 próxima reunião ordinária vai ser no mês de novembro e, agora, no final do mês a gente tem
2033 a conferência estadual, eu avalio que seria necessário um *ad referendum* nesse sentido, *ad*
2034 *referendum* da Mesa Diretora. Mais algum conselheiro gostaria de alguma consideração?
2035 Ivone. **IVONE:** A própria Mariana, ao diminuir o recurso das 126, ela apresentou um pouco

2036 dos critérios, qual seria o escalonamento, que seria para atender as 126, mas contanto que
2037 algumas seriam prioritárias no início, aquelas com o menor ID na questão dos recursos
2038 humanos, tal, tal, ia ser por ordem. E essa questão da Família Acolhedora, eu acho que não
2039 ficou muito claro quais os critérios que seriam usados. Mas, os outros públicos, já foi até
2040 pactuado com o COGEMAS na CIB, os critérios. A única dificuldade é nas 126 porque alterou
2041 o critério. As 126 e a Família Acolhedora, esses dois grupos é que não estão claros na
2042 resolução, mas a Mariana colocou na questão das 126, eu acho que ela pode até formular,
2043 fazer a formulação disso para passar aí. **PRESIDENTE:** Em Minas Gerais, sim, Ivone, mas
2044 nessa parte específica da Família Acolhedora, na minuta que a SEDESE vai apresentar para
2045 a gente, se tiver alguma questão que a gente não consiga deliberar aqui (texto inaudível)
2046 [0:53:25] início do horário da tarde, talvez pudesse aparecer outra questão na redação da
2047 minuta e que se apresentasse até no fim da tarde de hoje, por exemplo, poderia estar faltando
2048 alguma coisa ou ser colocada alguma questão um pouco equivocada. Eu entendo que quando
2049 a gente tiver a minuta, a gente compartilha com o grupo e, o CEAS identificando que tem
2050 alguma questão que não foi deliberada, a gente submeteria a uma deliberação *ad referendum*
2051 da Mesa Diretora. A Mesa Diretora faria uma resolução *ad referendum* da plenária nesse
2052 sentido, mais de complementariedade mesmo. Acredito eu que mais nesse ponto específico
2053 da Família Acolhedora. Suzanne retirou a inscrição, mas se quiser trazer mais alguma questão
2054 aqui. Acho que não. Conselheiros, estamos entendidos em relação às discussões desse ponto
2055 de pauta? A gente pode entrar em regime de votação? Não temos nenhuma manifestação
2056 aqui no *Chat*. Então eu vou pedir ao Daniel para abrir a planilha de votação. A gente faz uma
2057 votação nominal. **SUZANNE:** Patrícia, desculpa, nem eu e nem a Mariana estamos
2058 conseguindo falar. Rolou um problema geral aqui de *Internet*, mas a gente estava pensando
2059 num critério para Família Acolhedora sim. Eu não sei, Patrícia, se a gente já apresenta porque
2060 já fecha essa questão e a gente não tem que voltar pela terceira vez nessa pauta? Eu peço
2061 desculpas porque você já estava entrando em regime de votação. Eu te pergunto se a gente
2062 pode falar um pouco dos critérios que a gente tinha pensado. Ou você acha melhor esperar e
2063 ler isso na minuta ou se a gente já pode falar aqui para ver se encerra esse assunto de uma
2064 vez? **PRESIDENTE:** Não. A gente não tinha aberto a planilha de votação, não, então é bom,
2065 sim, tentar esgotar aqui em plenária isso, se a SEDESE conseguiu trazer esses critérios de
2066 partilha. **SUZANNE:** Eu vou falar. Eu acho que o Cris estava mexendo um pouco com a
2067 minuta. **PRESIDENTE:** Mariana colocou aqui que pensou e discutiu, mas não redigiu.
2068 **SUZANNE:** Isso. É. Eu vou falar, mas se alguém tiver alguma dúvida, vou falar bem devagar
2069 aqui para ver se, vou até fechar minha câmera para minha *Internet* não falhar. Sobre Família
2070 Acolhedora que a gente está falando agora. Não tem nada com 126, nem nada. A gente está
2071 falando dos 49 municípios que possuem serviço de Família Acolhedora implantados. Eu não
2072 sei se vocês lembram, lá em 2017, quando o Programa Rede Cuidar foi criado. Ele nem

2073 deixava utilizar o recurso com despesa de recursos humanos. Ouvindo as entidades ao longo
2074 desse tempo, a gente conseguiu esse avanço de poder utilizar o recurso para custear recursos
2075 humanos. E, por exemplo, olhando para o critério das 126, a gente considerou quem tem o ID
2076 de Recursos Humanos - Insuficiente, que é um dos maiores gargalos da implantação e
2077 execução dos serviços. O que a gente pensou, a gente olhando nossas bases de dados, lá no
2078 censo da Família Acolhedora tem uma questão que é assim: “A equipe técnica que trabalha
2079 com serviço de Família Acolhedora é exclusiva desse serviço?” E têm algumas opções de
2080 respostas. São elas: “não há profissionais exclusivos do serviço; a minoria dos profissionais é
2081 exclusiva; a maioria dos profissionais é exclusiva e todos os profissionais são exclusivos.” Têm
2082 essas quatro opções e a gente encontrou um dado até alarmante. Dos 49 serviços de Família
2083 Acolhedora, 23 deles não possuem nenhum profissional exclusivo para esses serviços. Depois
2084 dessas, a gente tem mais 6 unidades que falam que a maioria dos profissionais é exclusiva.
2085 Completando as 49, 20 falaram que todos os profissionais são exclusivos. A gente está falando
2086 de 23 que inclusive que é um número que está bem dentro do valor que a gente estava
2087 pensando para o Família Acolhedora. Vinte e três não têm nenhum profissional exclusivo para
2088 esse serviço. A gente sempre fala que Família Acolhedora é a unidade na qual a criança e
2089 adolescente vão estar acolhidos, mas é imprescindível ter uma equipe exclusiva para
2090 atendimento da família, atendimento da criança, então, foi um dado que alarmou muito a
2091 gente. E, como a gente não tem um indicador, a gente pode até pensar depois. Eu estou
2092 fazendo a mea-culpa como diretora de vigilância para gente fazer uns indicadores para os
2093 outros serviços também. Mas na falta dele, a gente achou essa variável que mostra uma
2094 fragilidade muito grande relacionada à equipe técnica do serviço. A nossa proposta seria,
2095 primeiro, priorizar essas 23 que não tem nenhum profissional exclusivo para o serviço. E, logo
2096 depois, a gente já passa para aqueles que falaram que têm a maioria, mas não são todos. E,
2097 por fim, as 20 que têm todos os profissionais exclusivo que elas podem utilizar o recurso para
2098 outras finalidades. O critério que a gente tinha pensado foi esse, que eu acho que está super
2099 dentro dos critérios que a gente usa no ID Acolhimento de Recursos Humanos, de completar
2100 as equipes. É mais ou menos isso. Cris, eu falei certinho aqui? Era isso. **CRISTIANO:** Eu até
2101 coloquei no *Chat*. A gente fazer essa análise do censo para tentar encontrar um critério de
2102 priorização. Esse foi um que a gente encontrou. A gente até pensou outros como números de
2103 crianças acolhidas, mas esse dado do censo de 2019 pode estar muito desatualizado. A gente
2104 pensou nesse critério para priorizar, dentre as 49, as que seriam chamadas primeiro por ordem
2105 de prioridade. Primeiro essas que disseram lá não possuir profissionais exclusivos, que é a
2106 maioria, 23. Depois a maioria dos profissionais é exclusiva e o restante são aquelas que já
2107 falaram que possuem todos os profissionais exclusivos. A gente partiria das que estão em
2108 situação pior, vamos dizer assim, em relação a profissionais, para conseguir chegar nesse
2109 limite. A gente acredita que um valor que a gente tinha discutido aqui para o Família

2110 Acolhedora, que seria cerca de R\$ 3.100 milhões, alguma coisa assim, a gente atenderia pelo
2111 menos o critério 1 e o critério 2 totalmente. E teria uma forma de priorização para gente
2112 conseguir ficar dentro do limite desse valor que é de R\$ 3.105 milhões que a gente conversou
2113 de manhã para o Família Acolhedora. **PRESIDENTE:** Obrigada, Suzanne e Cristiano. Vou
2114 passar a palavra para o Dr. Márcio. **MP-MÁRCIO:** Obrigado. Acho que é um critério bastante
2115 justo e técnico. Uma pergunta apenas, se é possível estabelecer como condicionante para a
2116 destinação do recurso justamente a contratação dos profissionais para que se torne exclusivo
2117 da equipe de programa. É possível fazer essa vinculação? **CRISTIANO:** Eu acho que isso
2118 pode ir como uma recomendação, de repente, porque eu não sei, eu vejo mais como uma
2119 recomendação, como orientação de que esse recurso, que a despesa seja executada
2120 prioritariamente já que o critério foi em relação a recursos humanos, que seja prioritariamente
2121 alocada em relação a isso. Mas o recurso é uma parcela única. Ela não é um recurso
2122 continuado, então é só para registrar. **MP-MÁRCIO:** Depois, se a gente puder alinhar isso, na
2123 medida em que for ocorrendo a habilitação dos programas que forem contemplados para que
2124 a gente possa inclusive, pelos promotores, fazer essas recomendações também via Ministério
2125 Público. Principalmente não apenas dos não governamentais, mas dos governamentais que
2126 nessa situação, a maioria deva ser governamental e a gente poder acompanhar isso também
2127 de perto. **MÁBEL:** Doutor Márcio, nas tabelas, na pesquisa, na comparação que a gente fez,
2128 a gente também achou municípios que têm zero. Têm a legislação, mas têm zero RH. **MP-**
2129 **MÁRCIO:** Esses são aqueles que não foram implementados, Mábel. São programas que já
2130 deve ter a lei aprovada, talvez esteja até regulamentado (texto inaudível) [1:02:13]. **MÁBEL:**
2131 Tem a lei, mas não têm estrutura para funcionar. **MP-MÁRCIO:** Nesse caso já acharia um
2132 pouco arriscado aportar recurso se o programa sequer tem o funcionamento. É uma maneira
2133 de olhar. Por outro lado, pode olhar sim. **MÁBEL:** É uma forma de selecionar também. Esses
2134 que não têm RH... **MP-MÁRCIO:** Pode ser uma forma de incentivar o início do funcionamento.
2135 Por outro lado, eu fico preocupado de passar recurso para um programa que ainda não está
2136 em funcionamento. **PRESIDENTE:** Mas os termos de aceite são muito interessantes também,
2137 justamente para incentivar. **MP-MÁRCIO:** Sim. Mas muito bem pontuado, Mábel. **IVONE:** Mas,
2138 o que eu entendi é que essas 49 são as que estão regulamentadas. **MP-MÁRCIO** Sim. **IVONE:**
2139 Não entraram as outras que não estão com nenhuma norma regulamentando. **MP-MÁRCIO**
2140 Sim. **IVONE:** Não tem o decreto. Não tem a lei. Essas 49 são todas que são regulamentadas.
2141 **MP-MÁRCIO** Sim. **SUZANNE:** Provavelmente quem não implantou nem está nos sistemas,
2142 às vezes, nem cadastrou Família Acolhedora. A gente nem sabe onde estão, mas é uma coisa
2143 a se pensar para o futuro. **MP-MÁRCIO** Sim. Mas eu gostei dos critérios. **PRESIDENTE:** É
2144 uma demanda essa abertura de termo de aceites, não só para o programa de Família
2145 Acolhedora, mas para vários programas e serviços no âmbito da assistência. Tem muito tempo
2146 que a gente não tem novos termos de aceite sendo abertos. Deixa eu passar a inscrição do

2147 Lucas. **LUCAS:** Só quero concordar com o Cristiano com relação a esse critério da equipe,
2148 pode ser que seja uma recomendação pela própria resolução do CEAS, mas acho que não
2149 deve ser uma recomendação meio que forçosa (texto inaudível) [1:03:56]. **MP-MÁRCIO** Uma
2150 condicionante, né? **LUCAS:** É. Uma vez que isso fragiliza a gestão do recurso pelas entidades.
2151 Você não dá tanta liberdade para ela executar de acordo com aquilo que está previsto e até
2152 porque os encargos com pessoal são bem superior do que esse valor que vai ser aportado.
2153 Vou concordar plenamente com o Cristiano. **PRESIDENTE:** Sim, até em função
2154 principalmente para as que são governamentais, até em função da Lei Complementar nº 173,
2155 em relação a esse aumento de gasto com pessoal, enfim. O Cristiano complementou aqui que
2156 nessas 49, já estão as que são regulamentadas por lei ou decreto, ativas e com lei
2157 regulamentando. A gente não tem mais nenhuma inscrição no momento. Acredito que os
2158 conselheiros estejam de acordo com essa proposta de critérios apresentada pela Suzanne e
2159 pelo Cristiano, com base nos dados do Censo SUAS, em relação as que não possuem
2160 profissionais exclusivos no serviço de Família Acolhedora. A maioria dos profissionais é
2161 exclusiva. Em relação aos profissionais exclusivos que têm 20 unidades. Podemos colocar em
2162 regime de votação agora? **LUCAS:** Patrícia, antes de colocar em regime de votação, só queria
2163 sugerir, na hora da redação, que eu estava vendo o texto da atual minuta, faz a menção de
2164 entidades ou organizações de assistência social. O termo correto é entidade de assistência
2165 social, como é previsto na maioria dos documentos da assistência social. O termo
2166 organização, ele não deve ser utilizado, não, assim como foi feita a Resolução nº 729.
2167 **PRESIDENTE:** Lucas, concordo com você. Eu descobri a origem desse termo entidades e
2168 organizações de assistência social (texto inaudível) [1:06:06] com a equipe. Todos os
2169 documentos que eu estava corrigindo, que eu sempre vejo na SUBAS, eu falo “Gente, o termo
2170 (texto inaudível) [1:06:18] só que falando isso e também aqui para os assistentes sociais que
2171 uma das nossas (texto inaudível) [1:06:35]. **LUCAS:** Mariana, nós vamos ter que arrumar um
2172 chip para você. Não dá para escutar nada, Mariana. **PRESIDENTE:** Estou tentando traduzir
2173 aqui o pouco que eu ouvi, eu acho que da LOAS fala porque na Lei do CEAS também fala, na
2174 12.262. Era isso que a Mariana estava falando, não era, Cristiano? **CRISTIANO:** Era. Era sim.
2175 Mariana, *Internet*, aquela chuva que caiu. **PRESIDENTE:** É mais antigo, na Lei do CEAS
2176 12.262, ele fala que são organizações de assistência social e na LOAS também aquelas que
2177 prestam sem fins lucrativos o atendimento, assessoramento, enfim. Acredito que a gente
2178 possa colocar em regime de votação essa proposta de critério de partilha. Daniel, você abre
2179 a planilha para gente, por favor? Está chovendo na Cidade Administrativa, gente? **LÍGIA:** Está
2180 armando. **PRESIDENTE:** A *Internet* está ruim. Para o lado de cá não está chovendo, não.
2181 **LÍGIA:** A *Internet* está péssima aqui hoje. **SUZANNE:** Eu não estou na Cidade Administrativa,
2182 mas eu consigo ver a Cidade Administrativa da minha casa e a coisa está ficando feia aqui,
2183 está nublando muito. **PRESIDENTE:** Sai correndo daí, Mariana, porque se esperar a plenária

2184 acabar para sair daí, vai ficar alagado. **LÍGIA:** Gente, não fala assim, não. Eu estou aqui,
2185 gente. Eu estou aqui dentro. **PRESIDENTE:** A gente vai trabalhar para não terminar 20h30
2186 hoje. **LÍGIA:** Beleza. **PRESIDENTE:** Brincadeiras à parte, não repara, não, Dr. Márcio, Mábel.
2187 A gente dois dias inteiros de reunião e chega esse horário aqui a gente já fica descontraindo.
2188 Conselheiros, em regime de votação. O Daniel abriu a planilha. A gente vai fazer uma votação
2189 nominal por se tratar de critério de partilha, matéria orçamentária. Os conselheiros que
2190 concordam com a aprovação dos critérios de partilha apresentados pela SEDESE, com base
2191 nas discussões realizadas durante o dia de hoje, se manifestem. Representando o CRESS,
2192 eu voto pela aprovação. Como vota dona Anédia, do Fórum Municipal de Usuários? **ANÉDIA:**
2193 Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigada, dona Anédia. Como vota Élerson, pela Cáritas
2194 Brasileira? O Élerson não está on-line no momento. Luanda, pelo CRP? **LUANDA:** Pela
2195 aprovação. **PRESIDENTE:** Isaura, da ASQUIS? Ela votou no *Chat* pela aprovação. Márcio
2196 Caldeira, da ASSPROM, está presente? Acho que não está agora na parte da tarde. Lucas,
2197 do Conselho Central de Curvelo? **LUCAS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Natália, pela
2198 Federação das APAE's? Votou no *Chat* pela aprovação. CMAS/Campo Belo, Rosiane não
2199 está presente. CMAS/Juiz de Fora, Ana Maria? **ANA MARIA:** Pela aprovação, Presidente.
2200 **PRESIDENTE:** Mariana, pela SEDESE? Ela vota pela aprovação no *Chat*, enquanto ela tiver
2201 *Internet*. **ELDER:** Está cortando. Você me chamou, Patrícia? **PRESIDENTE:** Chamei, Elder.
2202 **ELDER:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Sávio, CMAS/BH? Acho que ele não está on-line
2203 agora. Lígia, pela Secretaria de Estado da Saúde? **LÍGIA:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:**
2204 Ivone, pelo COGEMAS? **IVONE:** Pela aprovação, Presidente. **PRESIDENTE:** João Victor,
2205 SEPLAG? **JOÃO VICTOR:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Márcio Evangelista,
2206 CMAS/Itabira? Está presente no momento? Acho que não. Silvestre, Secretaria de Estado da
2207 Fazenda? **SILVESTRE:** Pela aprovação, Presidente. **PRESIDENTE:** Thaís, da Secretaria de
2208 Estado da Educação, ela está presente ou seria a Suplente Sandra? **SANDRA:** Suplente
2209 Sandra, representando a Secretária de Estado da Educação, pela aprovação. **PRESIDENTE:**
2210 Ok. Pela SEAPA, João Bosco está presente? Acredito que não. Qual o total que tivemos? A
2211 planilha já somou. Foram 14 votos? Ok. Obrigada a todos. A gente teve uma rica discussão.
2212 Agradeço a proposta apresentada pelo Dr. Márcio. Acho que a gente teve um avanço
2213 importante nessa discussão da Família Acolhedora, essa alteração que a gente fez aqui hoje.
2214 Agradeço mais uma vez a sua participação, Dr. Márcio, à Mábel também, sempre apresenta
2215 aqui com a gente. A gente coloca o CEAS à disposição sempre que necessário discutir e
2216 articular as questões importantes na assistência social e as transversais também. Muito
2217 obrigada. O Conselheiro Lucas se inscreveu. **LUCAS:** Patrícia, vai ser bem rapidinho. Só para
2218 poder chamar atenção para construção da minuta, naquela que foi apresentada, o artigo 11º
2219 fala da revogação da 729. Contudo, o parágrafo 3º, do artigo 2º, menciona quesitos da 729. A
2220 gente vai ter que revogar a 729 parcialmente. É só para se atentar que não vai poder revogar

2221 ela toda porque teve instituições que foram habilitadas. A gente não pode revogar ela toda,
2222 mas, sim, parcialmente. Só para se atentar a isso. **PRESIDENTE:** Lucas, obrigada. Eu acho
2223 que a SUBAS vai dar um apoio também para Secretaria Executiva na elaboração dessa minuta
2224 e a gente vai ficar atento nesses pontos, sim. Obrigada, Lucas. Posso passar a palavra para
2225 o Dr. Márcio e para Mábel se despedirem aqui? **MP-MÁRCIO** Patrícia, estou até escrevendo
2226 a mensagem aqui, não gosto de ficar interferindo muito, foi aquilo que falei de manhã. Eu
2227 tenho respeito pelos conselhos de políticas públicas que é absoluto. É uma coisa que tenho
2228 desde quando virei promotor em 1992, que fui começar a trabalhar com o Estatuto da Criança.
2229 E sou muito entusiasta. Eu tive o privilégio de participar do Programa Minas de Bons
2230 Conselhos, na área da infância, e mobilizamos 600 municípios no estado, entre 2002 e 2006,
2231 para constituir os conselhos tutelares e os conselhos de direitos na ação adventista. Para mim,
2232 é sempre uma alegria ter a oportunidade de participar. E essa reunião de hoje aqui, para mim,
2233 pessoalmente foi uma experiência muito rica porque, com toda sinceridade, eu estou muito
2234 impressionado com a qualidade das discussões aqui. Não é uma novidade para mim. Eu já
2235 sabia que o Conselho Estadual de Assistência Social é um conselho muito qualificado. Sempre
2236 foi um conselho muito qualificado, muito atuante e muito correto. Mas eu tive poucas
2237 oportunidades de participar e hoje fiquei assim muito feliz e muito impressionado com a
2238 qualidade das discussões, com o respeito o tempo inteiro das manifestações, com a sua
2239 condução, Patrícia, sempre muito correta, também com a Mariana. Além de ficar muito
2240 agradecido por terem acolhido de última hora uma solicitação que trouxemos, preocupados
2241 não apenas em atender uma medida de legislação porque o que foi feito hoje, foi atender a
2242 legislação, quem prioriza o acolhimento familiar, como o Sávio bem lembrou de manhã, em
2243 busca de reduzir a institucionalização. Essa é uma diretriz nacional. Mas não só por ter
2244 acolhido isso de última hora, mas por ter acolhido de uma maneira tão generosa da parte de
2245 todas e todos, e por parte da Mesa também. Em nome do Ministério Público eu faço esse
2246 agradecimento e espero que possamos ter mais proximidade com esse conselho doravante e
2247 estaremos sempre à disposição para contribuir com essas construções. Patrícia, muito
2248 obrigado em nome do Ministério Público agradeço a todos na sua pessoa e também da
2249 Mariana. Agradeço também ao Cristiano que nos ajudou nessa interlocução e todos que nos
2250 ajudaram com essa pauta. **PRESIDENTE:** Obrigado, doutor. Até breve. Prosseguindo com a
2251 nossa pauta do dia, o Processo Conferencial. Nós temos vários subpontos de pauta dentro
2252 dele. Primeiro, vamos trazer alguns informes das nossas conferências regionais realizadas
2253 nas últimas semanas. O Daniel me passou agora há pouco alguns dados em relação aos
2254 delegados representando cada segmento nas conferências regionais. Nós tivemos 2.705
2255 delegados credenciados. Sendo: 459 de entidades; 724 trabalhadores; 396 usuários; 1.126
2256 representantes governamentais. A gente teve uma participação muito (texto inaudível)
2257 [1:18:30]. Na semana passada a gente já havia trazido um número 2.911 participantes. Porque

2258 entre os participantes, a gente tem além dos delegados e os convidados, que foram cerca de
2259 200 convidados. A gente teve uma participação muito expressiva apesar de todas as
2260 dificuldades do processo conferencial a distância, a gente lida com vários prós e contras. Num
2261 tempo em que a gente tem muitos usuários com as dificuldades de acesso à *Internet*, muitos
2262 municípios de área rural com dificuldades. A gente está aqui em Belo Horizonte e a Mariana
2263 com dificuldade de acesso à *Internet*, enfim. A gente teve que lidar com isso nesse processo
2264 conferencial, mas, por outro lado, a gente não teve o desafio do transporte. Minas Gerais tem
2265 uma extensão territorial tão grande, às vezes a gente tinha dificuldade que os municípios
2266 conseguissem trazer seus delegados para as regionais-polo onde eram realizadas as
2267 conferências. Eu acredito que a avaliação desse processo conferencial tenha sido bastante
2268 positivo e a gente conseguiu preencher um percentual grande de vagas para titulares.
2269 Sobraram poucas vagas de usuários, entidades, trabalhadores e representantes
2270 governamentais. E a gente discutiu isso ontem na reunião da Comissão Organizadora. E
2271 vamos apresentar aqui uma proposta de alteração da Resolução nº 727 para redistribuir essas
2272 vagas aqui. E também tivemos essa semana, falando bem rapidamente porque são muitos
2273 pontos de pauta, para gente não se delongar muito na (texto incompreensível) [1:20:17]. Eu
2274 queria propor para que já iniciasse com a revisão do Regimento Interno, que foi submetido à
2275 consulta pública até dia 8 de outubro, e que teve algumas colaborações. E, com base na
2276 experiência das conferências regionais, a Comissão Organizadora fez algumas sugestões de
2277 alteração também. Queria pedir para o Daniel apresentar a minuta. E eu vou fazer a leitura
2278 somente dos pontos de proposta de alteração. E a gente vai discutindo cada ponto e a
2279 metodologia que a gente havia discutindo. Vou passando artigo por artigo. A gente teve
2280 algumas alterações muito pontuais por meio virtual a ser virtualmente ao público via *Internet*.
2281 Isso não faz muita diferença no conteúdo na verdade. A conferência vai ser transmitida por
2282 meio virtual. No parágrafo 7º, esse capítulo das Plenárias Temáticas, no art. 7º tem mais
2283 algumas alterações. Ele fala: “que a Conferência Estadual vai contar com 5 Plenárias
2284 Temáticas, realizadas simultaneamente, de caráter analítico, propositivo de deliberativo,
2285 compostas pelas delegadas e convidadas da conferência.” No art. 8º ele falava que seriam
2286 divididas as Plenárias Temáticas, cada eixo seria dividido em duas salas. E a gente discutiu
2287 na comissão sobre essa situação, os prós e os contras de ter duas salas, até em relação a
2288 nossa experiência com a relatoria, se a gente teria profissionais novatos que não trabalharam
2289 nas conferências regionais, participando nessas 10 salas das Plenárias Temáticas. E gente
2290 fez uma revisão também do Informe nº 4, do Conselho Nacional, para entender qual que é a
2291 metodologia proposta pelo CNAS. E, com base nisso, a gente fez uma alteração no inciso III,
2292 do parágrafo único. São objetivos das Plenárias Temáticas “apresentar subsídios para
2293 qualificar os debates; apreciar e deliberar as propostas sistematizadas que vieram das
2294 conferências municipais.” E a gente sugere acrescentar no inciso III “apresentar, debater e

2295 deliberar propostas de cada eixo, sendo 10 propostas para o Estado e 10 propostas para a
2296 União, (conforme o Informe 4 do Conselho Nacional) considerando deliberações advindas dos
2297 municípios e novas propostas, observando, neste caso, o limite máximo de 2 novas
2298 propostas.” Quando a gente altera isso, a gente exclui o art. 8º, que dizia que “cada Plenária
2299 Temática seria subdividida em duas salas e cada uma teria 5 propostas para o Estado e 5
2300 para União, e, no máximo 1 proposta.” A sugestão seria retirar essa e ser o parágrafo único.
2301 Se alguém tiver alguma manifestação, se inscreva. Eu estou acompanhando aqui no *Chat*, e
2302 eu paro para gente discutir. No mais, vou seguindo a apresentação. O art. 9º, ele fala que as
2303 Plenárias Temáticas vão avaliar as propostas sistematizadas, se favorável; ou contrário; ou
2304 abstendo-se de votar. No parágrafo 1º, a gente colocou que cada delegado poderá votar
2305 apenas uma vez. No 2º, que serão consideradas aprovadas as 5 propostas que obtiverem o
2306 maior número de votos. No caso, sendo uma sala só, Daniel, que teria que ter alterado para
2307 10 propostas. Porque pelo Informe nº 4, são 10 propostas por eixo para o Estado e 10
2308 propostas por eixo para a União, que devem ir para plenária final. E tem uma sugestão de
2309 acréscimo aqui no parágrafo 6º, que a gente não havia previsto critério de desempate e na
2310 conferência regional a gente notou a necessidade. E a gente copiou e colou da forma que
2311 ficou o Regimento Interno das regionais. Parágrafo 6º “No caso das propostas novas, em caso
2312 de empate na votação, será escolhida a proposta feita respectivamente: usuários;
2313 trabalhadores; entidades; e governo. No parágrafo 7º “No caso de permanência do empate
2314 previsto nos parágrafos 5 e 6, deverá ser feita nova votação com as propostas empatadas.”
2315 No capítulo referente às moções, o art. 16º, ele fala que as moções devem ser elaboradas e
2316 votadas, encaminhadas por meio de formulário digital, encaminhado por meio da relatoria.
2317 Elas serão aprovadas na sala com a maioria simples (50% + 1).” A gente sugeriu acrescentar
2318 o parágrafo 1º “que as moções poderão ser aprovadas por maioria de manifestação via *Chat*”,
2319 o que a gente fez na regional, que a gente chamou de aclamação, para não ter necessidade
2320 de chamar aquele formulário de votação que às vezes pode ser um pouco mais demorado. Às
2321 vezes, meio por contraste, a gente consegue ver quantos são a favor ou contrários. E no
2322 capítulo da Plenária Final, no art. 18º, diz que a Plenária Final vai deliberar as propostas para
2323 o Estado e para União, que são oriundas das Plenárias Temáticas, e a moções, da seguinte
2324 forma: lembrando que para o Estado serão 3 para cada eixo, totalizando 15. E 2 para União,
2325 totalizando 10. No caso das propostas oriundas dos municípios, em caso de empate, vai ser
2326 excluída a proposta com maior incidência das conferências municipais. Essa é a proposta que
2327 a gente colocou. E no parágrafo 2º, a proposta aqui, no caso das propostas novas, em caso
2328 de empate na votação, vai ser escolhida também de acordo com a relatoria. a. usuários; b.
2329 trabalhadores; c. entidades; d. governo. E parágrafo 3º “No caso de permanência do empate
2330 previsto nos parágrafos 5º e 6º, deverá ser feita nova votação com as propostas empatadas.”
2331 Aí não vão ser parágrafos 5º e 6º, não. Vai ser parágrafos 1º e 2º, que são referentes ao art.

2332 19º. Ok? Acho que a gente não teve mais nenhuma alteração. As propostas de alteração no
2333 Regimento Interno são essas. Quando a gente alterou essa proposta, passando de 10 salas
2334 para 5 salas, a gente discutiu bastante até com receio do quantitativo de propostas oriundas
2335 das conferências municipais. A gente pediu para a equipe da relatoria passar para gente uma
2336 estimativa, mas até o momento a gente não obteve esse dado. E a gente pegou o Informe nº
2337 4, que diz que o Conselho Nacional coloca que poderão ser apresentados na plenária final 10
2338 propostas por eixo, compilado das propostas oriundas dos municípios, ou, então, até 20
2339 dependendo da deliberação do Conselho Estadual. Então a gente discutiu que seria
2340 interessante, até em respeito às deliberações oriundas dos municípios, que no instrumental
2341 que a gente vai encaminhar, das propostas, que a gente vai encaminhar por *e-mail* para os
2342 delegados, que constem todas as propostas e a gente coloque as 20 primeiras com maior
2343 incidência para serem lidas na Plenária Temática, orientando os delegados em relação a esse
2344 informe do Conselho Nacional, que traz essas orientações. Lembrando, por exemplo, só no
2345 eixo 2 a gente teve 923 propostas dos municípios. Então, deduzir, mas a gente ainda não tem
2346 uma previsão se a gente vai ter 100 propostas aglutinadas dos municípios para esse eixo, se
2347 a gente vai ter mais. É importante destacar isso, que a gente ainda não tem essa estimativa,
2348 mas, de qualquer forma, a gente não teria condição de ler todas. Por exemplo, muitas
2349 propostas com incidência 1, só para poder reforçar isso para o conhecimento dos
2350 conselheiros. A Rosa se inscreveu. **ROSALICE - CEAS:** Patrícia, me inscrevi. É só uma
2351 dúvida. No art. 9º, Daniel, no parágrafo 2º, quando fala “que serão consideradas aprovadas
2352 10 propostas que obtiverem o maior número de votos”. Nós estamos falando de 10 para o
2353 Estado, de 10 para a União. Certo? Só essa dúvida que estou porque quando você fala que
2354 cada delegado poderá votar apenas uma vez. Apenas uma vez, mas ele não tem que votar
2355 proposta para o Estado e votar proposta para União no mesmo eixo? Só para entender.
2356 **PRESIDENTE:** Acho que é bom colocar isso, né? **ROSALICE - CEAS:** É, porque eu acho que
2357 (texto inaudível) [1:32:10]. **DANIEL – CEAS:** (texto incompreensível) [1:32:12]. **PRESIDENTE:**
2358 Acho que pode colocar no final. É. 10 propostas para o Estado e 10 propostas para a União.
2359 Têm outros momentos em que isso aparece no texto do Regimento Interno, mas a gente pega
2360 só esse e pode ficar confuso mesmo. “Cada delegada poderá votar em apenas 1 proposta
2361 para o Estado e 1 proposta para a União.” E no parágrafo 2º “Serão consideradas aprovadas
2362 as 10 propostas para o Estado e as 10 propostas para a União, que obtiverem o maior número
2363 de votos.” Acho que no art. 7º fala que são, acho não. No art. 7º que fala “que serão aprovadas
2364 no máximo 2 propostas novas.” Então necessariamente 8 vão ser oriundas dos municípios e
2365 cada eixo, até 2 propostas novas. **ROSALICE - CEAS:** Mas, por exemplo, independe, 2
2366 propostas, independe se é para o Estado ou se é para União? É isso? Ou 2 para União ou 2
2367 para o Estado; ou é 1 para o Estado e 1 para União? Isso também não ficou muito definido,
2368 por isso que eu (texto inaudível) [1:33:26]. **PRESIDENTE:** 2 para o Estado e 2 para União.

2369 Depois eu vou pedir para o Daniel voltar no art. 7º, porque clareia um pouco mais. “apresentar,
2370 debater e deliberar propostas de cada eixo, sendo 10 propostas para o Estado e 10 propostas
2371 para a União, considerando deliberações advindas dos municípios e novas propostas,
2372 observando, neste caso, o limite máximo de 2 propostas.” Acho que é bom frisar, mesmo que
2373 seja redundante, acho que é bom frisar também. “O limite máximo de 2 novas propostas para
2374 a União e 2 novas propostas para o Estado.” Só colocar Estado antes de União. **LUCAS:** Ou
2375 para cada discussão. **PRESIDENTE:** Ou para cada ente federado, também. **LUCAS:** Isso, é
2376 melhor... **ROSALICE - CEAS:** Mas não tem para o município, então pode colocar (texto
2377 incompreensível) [1:34:36]. **PRESIDENTE:** Mas, como fala lá no início, eu acho fica dando a
2378 entender que é para os dois. “Sendo 10 propostas para o Estado e 10 propostas para a União,
2379 considerando deliberações advindas dos municípios e novas propostas, observando neste
2380 caso o limite de 2 novas propostas para os respectivos entes federados? Vocês acham que
2381 assim fica compreensível? **LUCAS:** Ou “para ambos”. **ROSALICE - CEAS:** É, eu acho que
2382 “para ambos” fica melhor. **PRESIDENTE:** Isso, “para ambos”. Ótimo! “Ambos entes
2383 federados.” Ok. Agora ficou mais claro, o inciso III, do art. 7º. E no art. 9º, também a gente
2384 colocou com base nessa observação da Rosa. 6º, no caso das propostas ... qual foi a parte
2385 mesmo que a Rosa pediu para alterar? É no caput? Agora me perdi num pedaço. **ROSALICE**
2386 **- CEAS:** Parágrafo 2º, art. 9º. **PRESIDENTE:** 2º, isso. Parágrafo 2º “Serão consideradas
2387 aprovadas as 10 propostas para o Estado e 10 propostas para a União que obtiverem o maior
2388 número de votos.” Acho que agora ficou mais claro. Os conselheiros têm alguma observação
2389 em relação ao Regimento Interno? Eu estou pensando aqui que a gente não colocou no
2390 Regimento Interno essa questão que vão ser lidas as 20 propostas. Na parte das Plenárias
2391 Temáticas, se a gente entrega um compilado com todas as propostas. Isso só está no Informe
2392 nº 4, a gente não cita aqui no Regimento Interno, a gente pode receber questionamento. Estou
2393 pensando o que seria interessante acrescentar. **SUZANNE:** É verdade, Patrícia.
2394 **PRESIDENTE:** Esse artigo desse estatuto, esse capítulo da Plenária Temática começa no art.
2395 7º? Eu acho que cabe no inciso II. O art. 7º fala sobre as 5 Plenárias Temáticas. E o parágrafo
2396 único “São objetivos das Plenárias Temáticas: II. apreciar e deliberar sobre as propostas
2397 sistematizadas, oriundas das conferências municipais, considerando o instrumental da
2398 Resolução CEAS nº 730/2021.” Eu acho que cabe colocar nesse inciso II a questão de serem
2399 lidas as 20 propostas com maior incidência. **ROSALICE - CEAS:** Ou, então, Patrícia, colocar
2400 o parágrafo 1º. Patrícia, ou então você pode colocar o parágrafo 1º falando que serão lidas as
2401 tantas propostas com maior incidência, e depois vem o parágrafo 2º falando dos objetivos.
2402 Não? **SUZANNE:** Acho que deixa os objetivos antes, não? **PRESIDENTE:** Vamos ver o que
2403 o Daniel está escrevendo. **SUZANNE:** Objetivos costumam ser a primeira. **PRESIDENTE:** Eu
2404 acho que dá para ficar nesse. O objetivo é apreciar e deliberar as propostas sistematizadas,
2405 oriundas das conferências municipais, sendo lidas as 20 propostas com maior incidência, em

2406 consonância com o Informe nº 4 do CNAS.” Acho que o Daniel pegou rápido a ideia. O que
2407 vocês acham, Rosa, Suzanne? **LUCAS:** Mas dá a entender que a gente só vai discutir aquelas
2408 20 mais. **PRESIDENTE:** Mas é isso mesmo. Vamos achar isso lá no Informe nº 4. **LUCAS:**
2409 Fala assim, cada sala vai discutir só 20 propostas? **PRESIDENTE:** Podem apresentar mais.
2410 É porque a gente vai ter uma quantidade grande de propostas. Às vezes a gente pode ter aí
2411 várias coincidências em um município, então a gente não tem condição de ler todas as
2412 propostas. O Informe nº 4, ele recomenda isso, que a gente pegue por incidência. Deixa eu
2413 ver na metodologia para poder ler essa parte, exatamente essa parte. **LUCAS:** É mais fácil a
2414 gente colocar “apreciar e deliberar sobre as 20 propostas com maior incidência
2415 sistematizadas”, já coloca logo no início. **PRESIDENTE:** Mas é porque os delegados, eles vão
2416 estar com o relatório todo. Eles podem apresentar assim “a proposta do meu município é essa,
2417 então (texto inaudível) [1:39:46] proposta.” Só que a coordenação não vai ler as 100 propostas
2418 pontuadas. Ela vai ler as 20 com maior incidência, mas não significa que os delegados vão
2419 pegar uma lá que está com menor incidência, mas fazer a defesa. E que também isso não é
2420 uma proposta nova, né? **ROSALICE - CEAS:** Mas isso vai dar confusão. **LUCAS:** Vai e muita!
2421 **ROSALICE - CEAS:** Ou você limita nas 20 com maior incidência ou vai ter que passar
2422 discussão de todas. Porque se deixar isso a cargo dos delegados, vai dar muita confusão.
2423 **LUCAS:** É claro que cada município vai defender a sua proposta. **ROSALICE - CEAS:** Com
2424 certeza. Ou limita conforme o informe do ministério que vai discutir as que tiveram maior
2425 incidência que, no caso, serão as 20 com maior incidência que serão discutidas ou vai ter que
2426 discutir todas. Porque se cada município for lá defender (texto inaudível) [1:40:49].
2427 **PRESIDENTE:** Mas está no inciso. Eu não vejo como impedir que as pessoas, mesmo que a
2428 gente não coloque aí um compilado para eles verem, eu não vejo como impedir que o
2429 município apresente uma proposta. (texto inaudível) [1:41:03] relatório. Se ela foi enviada para
2430 o CEAS no relatório, até em respeito aos municípios, aos delegados está nesse relatório e a
2431 partir da sistematização considerando que tem 100 propostas, você não tem tempo hábil para
2432 ler as 100, então com base na metodologia do Conselho Nacional você vai ler as 20 e, depois,
2433 se algum conselheiro quiser depois defender, não precisa nem ser como proposta nova na
2434 verdade, mas ele pode fazer a defesa. Você não vai ter lá 100 delegados fazendo a defesa de
2435 100 propostas de municípios. (texto inaudível) [1:41:40] a parte da sistematização. “Essa
2436 classificação deve resultar na identificação de 10 deliberações advindas dos municípios, mais
2437 frequentes para cada eixo, realizadas para o Estado e para a União. Conforme deliberação de
2438 cada CEAS esse número poderá crescer até o limite de 20 deliberações advindas dos
2439 municípios, as quais poderão ser registradas nas tabelas de apoio para a relatoria seguir.” A
2440 recomendação do ministério é nesse sentido. **SILVESTRE:** Patrícia, se porventura, dentre
2441 todas as propostas apresentadas, haja aquelas que são incidentes, as maiores incidentes,
2442 mas, por acaso, houver uma proposta de um determinado município com uma importância e

2443 uma relevância muito grande dentro daquilo que for levado para exame como sugestão, essa
2444 proposta entraria? **PRESIDENTE:** Silvestre, é um pouco nesse sentido que eu acho que é
2445 importante no relatório, no compilado das propostas por eixo, que a gente apresente todas.
2446 Sabe? Porque se a gente coloca no relatório só as 20 maiores com maior incidência, muitos
2447 municípios podem sentir “Nossa, a gente fez um trabalho aqui defendendo essa proposta e
2448 não aparece aqui no relatório.” **SILVESTRE:** Essa é a minha preocupação. Essa é a minha
2449 preocupação porque é claro que vai haver propostas incidentes. Mas, também é claro, no meu
2450 ponto de vista, que podem surgir propostas de extrema importância para a ação social dentre
2451 os municípios que não poderão ser desprezadas. **PRESIDENTE:** E a gente não consegue
2452 fazer essa análise. **SILVESTRE:** Exatamente. **PRESIDENTE:** É até um pouco subjetiva. Por
2453 mais que eu avalie que uma proposta é importante, a relatoria pode achar que a outra não é.
2454 Então, eu acho muito interessante constar no compilado todas as propostas, mas deixar no
2455 Regimento Interno que a gente vai seguir a recomendação do Informe nº 4, do ministério, de
2456 que o coordenador do grupo vai ler apenas as 20. E aí tem o município xis que acha que
2457 aquela proposta é muito importante, então ele vai fazer aquela defesa. E, sendo muito sincera,
2458 eu já até passei por isso na conferência de 2015. O Município de Nova Lima apresentou uma
2459 proposta e não estava na regional. A gente conseguiu ser eleito como delegado para estadual
2460 e a proposta não estava no compilado porque era uma proposta única de destinar parte do
2461 imposto de renda devido para o Fundo de Assistência Social, assim como já acontece nos
2462 fundos da criança e do adolescente, por exemplo, e nem estava no compilado e a gente se
2463 sentiu muito desrespeitado. A gente achava que era uma proposta importante. A gente
2464 apresentou como proposta nova. Tivemos todo um trabalho de articulação para poder
2465 conseguir aprovar essa proposta e, inclusive, for aprovada em nível nacional depois. Não foi
2466 implementada até o momento, mas chegou a ser aprovada na conferência nacional. Eu acho
2467 que mesmo que o município que fez a proposta, que ele não esteja lá para defender, é
2468 importante ter a proposta no compilado porque outros municípios que lerem, podem “Espera
2469 aí, essa aqui não teve incidência, mas ela é muito importante.” Então eu acho que a gente
2470 deve defender isso aqui e colocar para votar entre as prioridades, enfim, queria fazer essa
2471 reflexão. Deixa eu passar a fala para Luanda que se inscreveu. **LUANDA:** Boa tarde, pessoal.
2472 Eu estou só um pouquinho perdida. Minha memória falhou aqui. Eu esqueci que ontem, na
2473 reunião da comissão, nós conseguimos discutir algo sobre a metodologia dessa compilação.
2474 O CNAS respondeu como que eles estão compilando também, porque eu acho que essa é
2475 uma proposta importante. Só para lembrar isso porque também vai depender do trabalho da
2476 relatoria. **PRESIDENTE:** Só para resgatar, ontem a gente tentou, durante todo o dia, que a
2477 relatoria passasse essa estimativa. Hoje, inclusive, também troquei mensagem com a Nancy,
2478 mas, infelizmente, a relatoria não nos passou essa estimativa de propostas. Ontem, no final
2479 da tarde, eu vi no Informe nº 4 do CNAS, essa metodologia para a relatoria. No item 3.3.2 ele

2480 fala da sistematização das deliberações advindas dos municípios. Foi aquilo que li na alínea
2481 g. que a classificação deve resultar na identificação de 10 deliberações advindas dos
2482 municípios, as mais frequentes ou 20 conforme deliberação de cada CEAS. O que eu propus
2483 ontem na reunião da comissão, foi que o relatório final, no compilado de cada eixo constasse
2484 todas as propostas com o número de incidência. E eu estou propondo acrescentar isso aqui
2485 no Regimento Interno, de que serão lidas apenas as 20 com maior incidência. Porque se a
2486 gente tiver um número grande, por exemplo, no eixo 2 tem 900 propostas de financiamento.
2487 Se a gente tiver dessas 900, 100 propostas com maior incidência, a gente não consegue ler
2488 as 100 e discutir as 100. A proposta aqui é de que a gente acrescente no Regimento Interno
2489 que o objetivo da Plenária Temática “apreciar e deliberar as propostas sistematizadas
2490 oriundas das municipais, sendo lidas as 20 propostas com maior incidência, em consonância
2491 com o Informe nº 4”. Mas, apesar da gente ler as 20, a proposta do compilado é que a gente
2492 coloque todas para conhecimento dos delegados até em respeito das deliberações oriundas
2493 dos municípios. Há um risco de que os municípios queiram deliberar as propostas que estão
2494 lá, mas se for uma proposta importante, legítima, enfim, a gente vai ter votação na Plenária
2495 Temática também. Às vezes, vai aparecer lá 30 propostas e dessas 30, a gente vai votar nas
2496 10 principais que vão para plenária final, as 20 principais que vão para plenária final. E, na
2497 plenária final, vão ser tiradas 3 por eixo. Deixa eu ver aqui, a próxima inscrição é da Ivone.
2498 **IVONE:** Eu também estava pensando que ontem não ficou muito clara essa metodologia
2499 porque estava dependendo da relatoria da Nancy. Eu queria propor, conforme os outros anos,
2500 eu acredito que além de colocar as incidências, também estavam todas as propostas mesmo
2501 não tendo tanta incidência. Na relatoria, com certeza, várias propostas estão praticamente
2502 com o mesmo assunto, mas escritas de forma diferente. Eu tenho certeza de que o eixo que
2503 mais trouxe propostas, que foi o eixo 2, não é isso? Do financiamento? Eu tenho certeza...
2504 **PRESIDENTE:** É o eixo 2, sim. **IVONE:** É do financiamento, com certeza, todos os municípios
2505 tiraram (texto inaudível) [1:49:26] com relação à questão do financiamento. Com certeza, vai
2506 passar muito por essa questão do aumento, do regulado do financiamento está muito ligada
2507 às discussões do financiamento. Se fosse outro eixo poderia ter diversidade, mas o do
2508 financiamento eu acho que vai compilar muitas ideias comuns. Eu sugiro de manter essa
2509 proposta. Colocar as com mais incidência, talvez a gente tirar aqui um corte, não sei, as que
2510 têm 30 incidências, que a gente vai colocar. E não só 20, mas, talvez, ter um corte aqui de
2511 quantas incidências que a gente acha interessante o corte, se são 30 incidências, de 30 para
2512 cima, ou são 15, de 15 para cima. Não ficar preocupada só com 10, 20. **PRESIDENTE:** Ivone,
2513 só para esclarecer, esse número de 20, a gente está tirando as com maior incidência, não que
2514 tenha em mais de 20 municípios. **IVONE:** Isso eu entendi. **PRESIDENTE:** Mas a gente
2515 colocou as primeiras 20 com maior incidência. Não sei se na sua fala isso tinha ficado claro.
2516 **IVONE:** Eu entendi eu só estou dizendo que, por exemplo, têm 30 propostas com a mesma

2517 incidência. Vai ter que escolher só 20. **PRESIDENTE:** Entendi. Silvestre está inscrito.
2518 **SILVESTRE:** Patrícia, eu não sei se estou certo, perdoe a minha ignorância nessas
2519 proposições, mas eu acredito que deverão nessas incidências iguais, é bem provável que
2520 haja, sim, semelhanças muito grandes que podem ser todas discutidas, podem ser anexadas
2521 a uma só incidente. Vamos dizer que tenha 10 propostas semelhantes. Anexe as 9 a uma só
2522 e discute como um tema só. Você se abre um leque para discussão de forma mais justa para
2523 outras propostas. Me perdoe se eu estiver errado, mas, talvez seja uma sugestão.
2524 **PRESIDENTE:** Não, é por aí mesmo. É por aí mesmo, Silvestre. A relatoria pega as palavras-
2525 chave e vai fazendo algumas classificações. E as propostas semelhantes são compiladas, é
2526 feita uma junção, uma adaptação do texto, uma nova redação. E, com base nisso, as
2527 propostas são classificadas por um nível de incidência. Determinada proposta teve incidência
2528 em 100 municípios. A segunda proposta teve incidência em 50 municípios porque elas tinham
2529 texto semelhante, foram (texto incompreensível) [1:52:44] para poder contabilizar a incidência
2530 dela nos municípios. Aqui a gente está tratando que as propostas que tiverem incidência
2531 maior, as 20 propostas com maior incidência dentro dos municípios, elas seriam lidas. É
2532 basicamente isso. A próxima fala é do Sávio. **DOMINGOS SÁVIO:** Eu acho que é por isso que
2533 a gente tem que ter tempo para discutir isso aí porque, realmente, a coisa não pode se
2534 complicar. Eu acho que a questão da incidência é uma lógica tão normal que é muito difícil ser
2535 contestada. Muito difícil ser contestada. Você vai escolher e você está deixando o resto para
2536 trás? De melhor incidência? Estou. Estou porque é necessário. Não tem como. Você parte de
2537 uma deliberação de conferência municipal, mas na perspectiva de melhorar a gestão estadual
2538 e União. Por que não são propostas para o Estado e para União que a gente está fazendo?
2539 Então não é proposta para o município. A gente está fazendo proposta é para o Estado e para
2540 União, partindo do município. Não é proposta para ser viabilizada no município, a proposta
2541 feita para o Estado e para União. A proposta é feita pelo município para ser viabilizada no
2542 Estado e na União. Acho que a incidência é correta e quanto aos 853 municípios, se 600
2543 optarem por uma proposta no campo do trabalho pedindo, por exemplo, concurso público. Não
2544 tem como não prestigiar essa proposta no campo do trabalho. Não tem como. Agora, por
2545 exemplo, na questão relativa a financiamento, é como o Silvestre falou, a gente pode ajuntar
2546 e fazer uma proposta com relação ao eixo, bem robusta. Porque, realmente, é o financiamento,
2547 é a corresponsabilidade ao cofinanciamento, é a busca de outras fontes. Até e não sei se
2548 passou a hora, se a gente já discutiu a prestação de contas do 2º trimestre, se já aprovou, eu
2549 ia sugerir que a gente inventasse uma nova fonte para o Estado, que colocasse a fonte dos
2550 recursos do combate à miséria. Eu acho que tem que colocar essa fonte lá também. Já que
2551 tem a fonte até da emenda, fonte da loteria, fonte do governo federal e fonte do Estado, coloca
2552 uma quinta fonte lá. Mas é o seguinte, eu acho que tem que agrupar. Na verdade, as
2553 contribuições podem ser específicas, mas que elas terão que ser vistas num conjunto. Você

2554 pegar, por exemplo, o eixo 4, a importância da gestão na garantia da segurança
2555 socioassistenciais, gestão de acesso às seguranças socioassistenciais, articulação entre
2556 serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e
2557 proteção social. Eu acho que para o Estado elas viriam na mesma direção. Já tem gente
2558 compilando e tem parecer desse profissional que está compilando isso aí e, por acaso, que
2559 está enfrentando alguma dificuldade de compilar essas propostas? Fazer com que de 900
2560 retire 100? E depois 20? Eu sou a favor também de que nas 20, as 20 propostas, se for só do
2561 ponto de vista da incidência, você pode até eliminar algum eixo aqui. Esse que é o problema
2562 também. A qualidade da política e o seu desenvolvimento vão se dar em todos os aspectos.
2563 Não adianta a gente falar em financiamento se não tem profissional concursado, se não têm
2564 as URCMAS e os fóruns devidamente estruturados. Tudo é junto. Eu fico com medo e o único
2565 receio meu é que, na hora que for passar para 20, de acordo com o critério de incidência, você
2566 possa excluir até 2 eixos, mais ou menos. Imagina, você vai ter propostas pela incidência já
2567 que a do financiamento está tão enorme assim, pode ser que ela esteja, no frigir dos ovos,
2568 excluindo algum eixo importante. A gente sabe que é importante o eixo da política e não tenha
2569 nenhuma proposta desses eixos se for só por incidência. Eu acho que tem que ser por
2570 incidência, mas tentando contemplar todos os 5 eixos também em um número de propostas.
2571 No final das contas serão 10, que seja 2 de um eixo, 2 de outro, 2 de outro, aí já não está
2572 respeitando tanto a incidência. Mas é uma contribuição enorme que a conferência do Estado
2573 vai dar para o Estado e para União, compatibilizando todos os eixos num número de propostas
2574 iguais. **PRESIDENTE:** Sávio, obrigada. O Lucas está inscrito. **LUCAS:** Sendo o mais objetivo
2575 possível, Patrícia, obrigado pela palavra. Sugiro que seja convertido o parágrafo único em
2576 parágrafo 1º, mantendo a mesma redação que estava prevista. E incluir dois parágrafos. O
2577 parágrafo 2º dizendo “Serão apresentadas as 20 propostas com maior incidência temática,
2578 conforme o Informe nº 4 do CNAS.” E um 3º parágrafo falando que “os delegados poderão
2579 consultar a sistematização de propostas e submeter à apreciação e deliberação da Plenária
2580 Temática, as propostas que entenderem ser de relevância, devendo obter apoio da maioria
2581 dos delegados presentes na plenária”. E a gente consegue que aquelas que tiverem apoio ter
2582 relevância temática, serem discutidas sem excluir boas propostas. Obrigado. **DOMINGOS**
2583 **SÁVIO:** Eu não concordo com esse último parágrafo de ter relevância temática, não. Eu acho
2584 que os delegados vão estar doidos para ver uma boa sistematização porque não há quem
2585 agente essa consulta. E você pensar dessa consulta algo que tenha incidência baixa. Não
2586 tem condição de fazer isso, não. É você se gabar muito. Se ninguém fez igual, a necessidade
2587 deve ser até do seu conselho e não ... a proposta para o Estado tem que ter incidência. É igual
2588 voto. Voto para vereador. Voto para deputado federal. Voto tem que ter incidência, tem que
2589 ter volume. **LUCAS:** É preciso o apoio da maioria, Sávio. **DOMINGOS SÁVIO:** Não, isso é
2590 democracia. **LUCAS:** Então, votar na democracia não, Sávio? **DOMINGOS SÁVIO:** O que foi

2591 que você falou? **LUCAS:** Votar na democracia, não? Apoio da maioria? **DOMINGOS SÁVIO:**
2592 Não, mas a incidência já é o voto, meu caro. Eu estou falando com você que a incidência é o
2593 voto. Se todo mundo prestigia aqui, se 400 municípios votam numa proposta de concurso
2594 público, já foi votado. Que isso? Agora, você vai pensar lá num negócio que teve incidência
2595 de 2 municípios que fizeram. Não. Não tem relevância, não. Você vai me desculpar, para o
2596 estado, não. Para o estado é a proposta que tiver mais incidência. Aí não tem jeito, não.
2597 **PRESIDENTE:** Eu acho que é importante a gente deixar claro isso de serem apresentadas as
2598 20 propostas com maior incidência, mas eu também acho respeitoso a gente deixar todas no
2599 instrumental, caso as pessoas queiram consultar e até apresentar como proposta nova. Eu
2600 acho que teria que ter essa liberdade. Mas eu discordo dessa proposta do parágrafo 3º, Lucas,
2601 no sentido de que o finalzinho “devendo obter apoio da maioria dos delegados presentes na
2602 plenária”, porque seria uma eleição, uma votação a mais. E, na verdade, os delegados podem
2603 apresentar propostas novas, então, pode ser que apareçam lá 50 propostas novas, sendo que
2604 as duas com mais votos que vão ser levadas para plenária. Isso aqui de ser uma votação a
2605 mais, eu acho que não seria o caso. Eu entendo que é interessante a gente manter aqui que
2606 serão apresentadas as 20 propostas com maior incidência. E a gente passa o ... a Suzanne,
2607 “essas que estão fora das 20 vão entrar no limite de 2 novas?” Eu acredito que sim. O que a
2608 gente está considerando como as propostas oriundas dos municípios são aquelas com maior
2609 incidência temática. As 20 propostas pelo Estado e as 20 propostas para União com maior
2610 incidência. Lucas está colocando que não é proposta nova. A gente pode ter esse
2611 entendimento também. Mas, lembrando que a gente não vai ler se tiver 100 propostas, a gente
2612 pode ter 100 propostas aglutinadas, as 100 estarão no relatório final, mas só 20 serão lidas.
2613 Considerando que a gente não tem tempo suficiente para ler e discutir todas. Se algum
2614 delegado quiser defender lá a proposta nº 21, talvez ela pode até entrar na votação, não como
2615 proposta nova, no bojo daquelas 8, mas não acho que seria o caso de obter o apoio da maioria
2616 dos delegados presentes porque a gente teria 21 propostas, por exemplo, que irão ser
2617 votadas. E as 10 que tiverem maior número de votos irão para plenária final. Eu acho que não
2618 é preciso colocar isso aqui “de devendo obter apoio da maioria”, se não a gente cria mais um
2619 critério de votação. Quem é a próxima inscrição, Lucas? **LUCAS:** Sim. Eu acho que se não
2620 tiver um limite, nós vamos ter... **PRESIDENTE:** Não é o Lucas, a próxima inscrição é do Daniel.
2621 **DANIEL – CEAS:** Obrigado. Eu só queria falar que, seguindo esse caminho, eu vou retirar a
2622 última parte do inciso II dessa sendo lidas que vai virar um parágrafo 2º. Se for o caso, eu
2623 retiro essa última parte do parágrafo 3º. Só avisando para gente ir avançando. **PRESIDENTE:**
2624 Ok. Lucas, por favor. **LUCAS:** Eu acho que se a gente não colocar um limite, nós vamos ter
2625 70 propostas para serem discutidas. Se a gente não colocar um limite dessa apresentação,
2626 porque é direito do município, querendo ou não, submeter sua proposta para ser apreciada
2627 porque ele vai entender que ela é relevante. Se ele submete sem (texto inaudível) [2:04:48].

2628 **DOMINGOS SÁVIO:** Mas não teve incidência. O município vai reconhecer. **LUCAS:** Mas a
2629 Patrícia está propondo que o município, se ele entender que ele pode fazer a defesa
2630 independente de incidência ou não. **DOMINGOS SÁVIO:** Não concordo com isso, não.
2631 **LUCAS:** Então, tem que ter um limite. **DOMINGOS SÁVIO:** Tem que ter um limite, 80% das
2632 pessoas que estão na plenária, estão a favor das 20 porque teve a maior incidência. **LUCAS:**
2633 Sim. **DOMINGOS SÁVIO:** Não vai ter brecha para o resto, não, gente. **LUCAS:** Veja, Sávio,
2634 a minha proposta é nesse sentido. Têm 20 incidentes, que são as que têm o apoio de 80% da
2635 plenária da nossa conferência. Têm 20 incidentes. Seria um critério para além das incidências,
2636 para ter um limite para essas que não tiveram incidência. Se a gente deixar aberto para que
2637 todo mundo vá lá e defenda, não vai ter isso que você está falando, representatividade, por
2638 isso, da questão do apoio da maioria da Plenária Temática. Seria um filtro. **DOMINGOS**
2639 **SÁVIO:** Ela entra como proposta nova, só se for. **LUCAS:** Não, ela não entra como proposta
2640 nova porque ela veio do município. Ela já está no compilado. O município vai questionar o
2641 porquê ela não foi apresentada. A gente precisa pôr um limite. **DOMINGOS SÁVIO:** Eu acho
2642 o seguinte, eu aceito tudo que seja lógico, que tenha bom-senso e que seja simples também,
2643 porque se a gente complica, a gente sabe que é uma conferência, Lucas, ela pode se
2644 complicar, entendeu? Eu já participei de uma conferência uma vez, que ela acabou 4h da
2645 manhã. Não teve como conduzir porque a estrutura dela não permitia que ela andasse a
2646 passos largos para o final. Na verdade, é sempre culpa da gente. Se essa questão de escolher
2647 100, depois 20 pela incidência que é um método, que é uma proposta, se tiver algum
2648 problema, o problema não vai ser tão grande quanto o tempo que a gente vai ter para discutir
2649 uma proposta pinçada e vai confundir as pessoas. Se você chegar para as pessoas lá, 80% das
2650 pessoas e falar assim: "Pessoal, essas propostas aqui, o que vocês acham? As 20 propostas
2651 tiveram a incidência de 30% a 60% das pessoas dos municípios que apoiaram isso aqui." Nós
2652 colocamos as 20 propostas lá, eles vão reconhecer. Não vai caber mais análise de uma coisa
2653 que não teve incidência, entendeu? O próprio público respalda isso aí. **LUCAS:** Eu concordo
2654 plenamente com você, Sávio. **DOMINGOS SÁVIO:** A incidência é o voto, Lucas, do ponto de
2655 vista da democracia. **LUCAS:** Por isso sou a favor de serem apreciadas não somente as 20.
2656 **PRESIDENTE:** Só seguindo a ordem de inscrição aqui, a Luanda é a próxima inscrita.
2657 **LUANDA:** Eu estou entendendo e acho que está todo mundo falando a mesma coisa, e cada
2658 um propondo basicamente as mesmas coisas e não se compreendendo. Eu entendi que
2659 vamos ter 20 propostas que vão aparecer lá como propostas a serem discutidas. O que tiver
2660 fora dessas 20 são propostas novas. As pessoas vão poder acessar as propostas vindas dos
2661 municípios? Vão. Por quê? Isso é dado público. Isso pode ser disponibilizado no material que
2662 eles receberem, na pastinha. Mas não significa que aquela proposta lá do município deles vai
2663 ser votada lá. Não, se ele quiser continuar defendendo, ele vai colocar como uma proposta
2664 nova. Eu acho que é simples. É isso. É isso que estamos falando aqui. Até nessa onda (texto

2665 incompreensível) [2:09:00], Sávio, eu acho que a gente coloca 20 deliberações advindas dos
2666 municípios que vão ser discutidas e votadas. E a gente tem a possibilidade de mais 2 novas
2667 propostas. E as outras propostas que ficaram de fora dessas 20, entram na disputa dentro
2668 dessas 2. E aí é disputa, é processo democrático, é votação, discussão, enfim. Eu acho que
2669 está resolvido. Está todo mundo falando a mesma coisa. **DOMINGOS SÁVIO:** Posso falar?
2670 Só que essas 2 propostas novas vão receber, elas vão competir com as 20, para tirar 10. Não
2671 é isso? Elas vão ser defendidas ao vivo e a cores. As outras não foram. A não ser que você
2672 dê oportunidade para que elas se defendam também. Essas 20, apesar de elas terem
2673 incidência maior, apesar de elas serem escolhidas, na hora da votação elas não vão ser
2674 lembradas, não. Elas vão lembrar das 2 que não tiveram a incidência devida e que receberam
2675 ali, talvez, uma defesa violenta. Então, muito provavelmente as 10 escolhidas vão ser as 2
2676 que se apresentaram naquele momento e que tiveram o direito da defesa, mais 8. Aí eu acho
2677 injusto. **PRESIDENTE:** Ok, Sávio. A Suzanne está inscrita. **SUZANNE:** Eu me senti
2678 contemplada na fala da Luanda. E, a partir da fala da Luanda, na proposta que o Lucas fez aí
2679 para o parágrafo 3º. **PRESIDENTE:** Obrigada, Suzanne. A Ana Maria está inscrita. **ANA**
2680 **MARIA:** Vou falar uma coisa para vocês, o meu cabelo está mais branco do que já estava.
2681 Agora, tem uma coisa, Sávio, eu sou uma aqui de Juiz de Fora, que estamos com uma galera
2682 que está indo para o conselho e vamos defender as nossas propostas. E tem uma coisa, o
2683 que está me deixando mais invocada é que ainda não consegui entender, por mais que tenha
2684 prestado atenção, já foram encaminhadas propostas dos municípios, quantas propostas são
2685 por eixo novas que vão surgir? É isso que preciso saber. Porque quando me perguntam aqui
2686 no conselho como é que vai ser a questão, eu não estou sabendo responder. Hoje eu estou
2687 aqui com essa discussão e gostaria de ter mais clareza. Porque agora, nesse momento, eu
2688 estou igual a dona Anédia, meus Tico e Teco não conseguiram acompanhar vocês, não. São
2689 quantas propostas a mais além do que a gente já tem dentro das conferências municipais e
2690 dentro da conferência regional, que foram encaminhadas para o Estado, para conferência
2691 estadual, na qual estaremos defendendo essas propostas. Quantas mais serão colocadas por
2692 eixo? Alguém pode me dar uma explicação nesse sentido? Não adianta ficar falando muito
2693 difícil porque às vezes a gente não consegue entender muito bem e dessa vez não consegui
2694 acompanhar, infelizmente. Vocês podem me explicar? Me dar uma explicação melhor?
2695 Quantas propostas virão dentro da conferência por cada eixo, fora as propostas que já estão
2696 aí para serem com consultadas, votadas, defendidas por todos os conselhos que fizeram suas
2697 conferências e os conselhos regionais? **PRESIDENTE:** Ana Maria, a gente teve um impasse
2698 muito grande ontem na reunião da Comissão Organizadora porque a gente não conseguiu
2699 que a relatoria enviasse para gente uma estimativa de quantas propostas que a gente teria
2700 glutinadas dos municípios por eixo. A gente ainda não tem esse dado. Mas, por exemplo, no
2701 eixo 2, a gente sabe que tiveram 923 propostas para o Estado. Quando for aglutinar pode ser

2702 que essas 923 propostas virem 20, virem 15, porque a maioria lá era a mesma coisa. A maioria
2703 falava sobre o Fundo de Erradicação da Miséria (texto inaudível) [2:13:30] financiamento. **ANA**
2704 **MARIA:** Isso, pode contemplar. **PRESIDENTE:** Pode ser que não saia nem incidência de 20,
2705 que não tenha 20 propostas, que tenha 10 propostas com incidência em 90 municípios cada
2706 um, aí foram 900. Primeiro lugar, das oriundas dos municípios a gente não tem esse dado
2707 ainda. Um outro ponto é que nos painéis temáticos, os delegados podem apresentar propostas
2708 novas. Vão ser lidas as propostas, o compilado de propostas oriundas dos municípios, as 20
2709 e as pessoas podem apresentar propostas novas. Pode ser que apareçam 50 propostas
2710 novas, aí a gente vai abrir a planilha de votação, mas só as duas mais votadas é que vão para
2711 plenária final. Cada eixo para o Estado a gente vai ter 8 propostas mais votadas oriundas dos
2712 municípios e 2 propostas novas mais votadas, que são 10 para o Estado e 10 para União por
2713 eixo. Essas 20 serão lidas na plenária final. Entre as 10 do Estado, as 3 mais votadas na
2714 plenária final vão ser aprovadas para o Estado. E as duas mais votadas na plenária final vão
2715 ser aprovadas para União por eixo. A gente vai mandar 20 para o Estado e 20 para União, por
2716 eixo. E vão ser aprovadas 3 para o Estado e 2 para União, por eixo. Basicamente é isso. Da
2717 estadual, elas serão lidas. Das regionais, elas serão lidas na plenária final, mas já foram
2718 aprovadas. Elas vão direto para o Estado. Elas não entram lá na competição entre as
2719 propostas. É basicamente isso. **ANA MARIA:** Agora sim. Agora entendi. **PRESIDENTE:** Deixa
2720 eu ver se tem mais alguma inscrição. **ANA MARIA:** Agora, uma coisa que eu queria falar com
2721 você. Eu concordo com o que foi dito, acho que o Sávio e Lucas, não sei, vai ter que colocar
2722 um limite, sim, Presidente. Já pensou se têm 50, 100 propostas? Como que vai ser feito isso?
2723 **DOMINGOS SÁVIO:** Ana Maria, entendeu o que a Patrícia falou (texto inaudível) [2:15:49]?
2724 **PRESIDENTE:** (texto inaudível) [2:15:50]. **ANA MARIA:** Oi, Sávio? **DOMINGOS SÁVIO:** Você
2725 entendeu o que a Patrícia falou? **ANA MARIA:** Entendi. Agora eu entendi. Só que tem uma
2726 coisa, eu concordo com o que eu acho que você que falou, vai ter que por um limite aí
2727 também? **DOMINGOS SÁVIO:** Você, agora, passou a entender e agora eu não estou
2728 entendendo. **PRESIDENTE:** O que a gente está colocando são as 20. **ANA MARIA:** Como é
2729 que é? **DOMINGOS SÁVIO:** Eu estou falando com você o seguinte, estou brincando com
2730 você. Agora você está entendendo, mas o que a Patrícia falou, eu não entendi. Agora, você
2731 está entendendo e eu não estou. É assim mesmo por isso que a gente está discutindo. **ANA**
2732 **MARIA:** Pelo menos, agora, eu entendi o que vamos fazer, está entendendo? A minha
2733 preocupação era essa, gente, nós temos propostas, de repente aquilo embolou tudo, um falou,
2734 outro falou, outro falou. Por Deus, gente, pela primeira vez eu não consegui acompanhar. Não
2735 sei se é a cabeça que já está cansada. Eu não consegui acompanhar mesmo, principalmente
2736 porque trabalhei hoje desde às 4h da manhã que eu estou de pé. Patrícia, só para eu não me
2737 perder mais, para fechar a minha participação. A minha preocupação, é igual me perguntaram
2738 hoje, a mesa ampliada aqui em Juiz de Fora, como é que a gente vai se inscrever para os

2739 eixos. Eu não participei disso. Eu não estou sabendo disso. **PRESIDENTE:** No
2740 credenciamento vai ser aberto um momento para pessoas se inscreverem e a gente vai ter
2741 um limite para não ficar muita gente numa sala só, a gente vai dividir. Tipo assim, são 700
2742 delegados, 140 por sala, então vai ser no momento do credenciamento. (texto inaudível)
2743 [2:17:43] esse ponto, eu acho que a Luanda resumiu bem. Todo mundo está dizendo a mesma
2744 coisa. Já, apresentar as 20 propostas com maior incidência temática conforme o Informe nº 4
2745 do CNAS, mas, no relatório final, de a gente colocar todas. E o Lucas colocou aqui uma
2746 proposta de redação no art. 3º “Os delegados poderão consultar a sistematização de
2747 propostas e submeter à apreciação e deliberação da Plenária Temática as propostas que
2748 entenderem ser de relevância, devendo ser apresentadas como proposta nova.” **DOMINGOS**
2749 **SÁVIO:** Olha aqui. É como se a gente tivesse começando a discussão. O Lucas colocou uma
2750 coisa, Patrícia. É o que ele colocou desde o início. Ele não arreda o pé. Isso é completamente
2751 diferente do que a Luanda falou. A Luanda falou que as propostas podem ser, vão colocar
2752 todas as propostas lá para que todo mundo perceba o que foi feito, mas elas não entram para
2753 votação. Agora, ele fala o seguinte. Elas submeteram à apreciação e deliberação da plenária
2754 propostas que entenderem ser de relevância, quer dizer, pode ser tudo. Que isso? Não adianta
2755 a gente ficar discutindo aqui. Eu tenho de arredar o pé um pouquinho. O Lucas tem que arredar
2756 outro pé. É assim, a busca de consenso, quem não ceder, aí não tem jeito. Vai ficar com a
2757 proposta dele. Essa proposta sua, Lucas, é a proposta do início. Já tem meia hora que
2758 estamos discutindo a proposta final. **LUCAS:** Sávio, não seja leviano dessa forma, não. Eu
2759 tentei traduzir o que o pessoal mencionou. Até a Luanda falou da questão proposta nova.
2760 **DOMINGOS SÁVIO:** A Luanda está concordando com isso? **LUCAS:** O limite é de duas
2761 propostas. Eu só traduzi aquilo que o pessoal mencionou. **DOMINGOS SÁVIO:** Não. A
2762 Luanda, acho que não concorda com essa proposta sua. Ela falou o seguinte, as propostas
2763 vão estar à disposição porque a questão é democrática e tudo mais, mas ninguém vai mexer
2764 nelas, nas que já foram derrotadas pelas outras que tiveram maior incidência. **LUCAS:** A
2765 Patrícia mencionou agora falando sobre isso, que todos vão ter acesso e podem apresentar
2766 como propostas novas, Sávio. **LUANDA:** Eu acho que facilita se tirar o parágrafo porque todo
2767 mundo vai ver o material e, se alguém quiser ver o material, “Eu quero ver essa proposta aqui.”
2768 Entra como proposta nova. Quem estiver no eixo coordenando já orienta assim. Porque aí não
2769 causa nenhum tipo de má interpretação ou possibilidade de interpretar de um outro jeito. A
2770 gente coloca que serão as 20, **PRESIDENTE:** A gente coloca o parágrafo 2º “Serão
2771 apresentadas as 20 propostas de maior incidência temática, conforme o Informe nº 4.” E no
2772 compilado a gente coloca todas as propostas para todo mundo ver. E, se a pessoa “Não, eu
2773 quero defender essa proposta.” Aí ela entra como proposta nova. Na reunião de alinhamento
2774 com os coordenadores, a gente conversa nesse sentido. **DOMINGOS SÁVIO:** Tá bom.
2775 **PRESIDENTE:** Lucas, Sávio, concordam com essa proposta de ficar apenas o parágrafo 2º?

2776 **DOMINGOS SÁVIO:** Eu concordo. **LUCAS:** Para mim, tranquilo. A gente só está omitindo um
2777 procedimento que vai acontecer. **DOMINGOS SÁVIO:** Eu só estou dizendo que essas 2 que
2778 vão ser apresentadas, elas vão levar uma vantagem imensa porque elas vão ser defendidas.
2779 E na lembrança da pessoa ela não vai lembrar as 20. As 20 já foram compiladas com maior
2780 incidência numa situação normal, dentro de uma lógica normal, as 20 se transformariam em
2781 10 porque elas teriam, a não ser que você, que elas possam ser defendidas por alguém
2782 também, né? **LUANDA:** Sávio, então o que você propõe é não ter proposta nova? **DOMINGOS**
2783 **SÁVIO:** Não. Proposta nova tem que ter porque onde já se viu uma conferência sem proposta
2784 nova. Isso eu já entendi. Ela tem que haver, tanto é que a gente, eu já falei isso, a gente está
2785 lidando com 3 tipos de propostas, as advindas dos municípios, das conferências municipais;
2786 as advindas das conferências regionais; e as que são advindas da conferência estadual.
2787 Agora, eu não sei estipular o peso que cada uma vai ter na definição final, que eu nem vou
2788 querer entender muito não porque a Patrícia já explicou umas 10 vezes e eu não entendi. E
2789 eu nem quero também, não, Patrícia. Não vamos tomar muito tempo, não. Eu tenho uma
2790 semana para entender isso. Eu entendi que das 900 do financiamento vão virar 100, e depois
2791 vão virar 20. Tudo bem. Para mim, já está bom isso aí. E vão virar 10 junto com as novas. Eu
2792 só acho que a nova vai levar vantagem, mas não tem jeito, não. Tá bom! Ela vai ser
2793 apresentada, a pessoa vai apresentar 9 e vai defender. Ela pode ser que não tenha incidência
2794 nenhuma, até nem é bom ela ser pescada de proposta que não teve incidência, não, que ela
2795 já vai entrar com a derrota nas costas. Seria preferível que ela fosse absolutamente nova
2796 mesmo. Inventou uma proposta, mas, tudo bem. Para mim, está bom. **PRESIDENTE:** Eu estou
2797 achando que não tem inscrição aqui. O Lucas já falou nessa última inscrição dele? **LUCAS:**
2798 Falei não, Patrícia. Era só para poder questionar com relação ao empate de incidência, por
2799 exemplo. **PRESIDENTE:** Está anotado aqui. Eu vi que você colocou e anotei para gente
2800 discutir depois porque isso não entra em regimento. A relatoria, essa parte de análise de
2801 incidência, ela é anterior ao Regimento Interno. O regimento é do momento lá, então a gente
2802 pode ser que a gente veja lá que determinado eixo que só têm 5 propostas com incidência ou
2803 que têm 30 com a mesma quantidade de incidência. Isso é uma coisa que a gente vai ter que
2804 decidir, mas que é uma fase anterior ao regimento da conferência em si. Eu já tinha anotado
2805 aqui. **LUCAS:** A minha preocupação é porque no regimento a gente está estabelecendo que
2806 a gente só vai apresentar as 20 com maior incidência. Logo, por consequência, a gente
2807 também vai ter que apresentar o relatório de incidência de propostas para que os delegados
2808 também consigam verificar qual que tem mais incidência. Por exemplo, se a gente estabelece
2809 só 20 e tem alguma que tem empate ou a 21ª ou até 23ª, por exemplo, esse número vai dar
2810 divergência, e o pessoal pode questionar. A gente precisa pensar nisso também.
2811 **PRESIDENTE:** Eu acho que a gente tem que pensar isso com uma questão anterior junto à
2812 relatoria também. Porque o Regimento Interno não vai ser capaz de prever 5% dos casos. Se

2813 a gente entra num nível de detalhamento muito gigante também, eu acho que pode ficar até
2814 confuso. Então se acontecer de ter muitas propostas com empate na incidência para além das
2815 20 propostas, que a gente possa tratar até como um caso omissivo, até para deixar o regimento
2816 mais fluido assim. Acho que é arriscado a gente entrar num nível de detalhamento. Para você
2817 ver a discussão que gerou aqui, a gente está há quase uma hora discutindo essa questão da
2818 incidência dos 20. A cada coisa que a gente detalha mais, eu acho que é um risco de depois
2819 a gente ter uma discussão muito grande no momento da aprovação do regimento depois. Que
2820 é o que a Suzanne colocou, que o problema é que a gente não tem informação da relatoria.
2821 Quinta-feira a gente espera já ter, que eles ficaram de entregar na segunda esse relatório. Se
2822 tivesse essa informação, a gente economizaria duas horas de discussão hoje e duas horas
2823 ontem, né Suzanne? Enfim, não foi por falta da gente pedir. Eu queria consultar o plenário se
2824 a gente pactua dessa forma. “Serão apresentadas as 20 propostas com maior incidência
2825 temática conforme Informe nº 4, do Conselho Nacional. Quando a relatoria passar para gente
2826 e tiver lá com várias com empate, a gente leva para Comissão Organizadora, tenta rever o
2827 Regimento Interno, igual a gente fez nas conferências regionais, porque se a gente for quebrar
2828 a cabeça agora para poder pensar num empate que a gente nem sabe se vai existir, acho que
2829 a gente vai perder mais uma hora aqui de discussão, enfim. Realizadas essas discussões,
2830 nós podemos aprovar (texto inaudível) [2:27:03] aqui hoje? Não tem nenhuma inscrição aqui
2831 no *Chat*. Vou abrir regime de votação. Os conselheiros que concordam com as alterações
2832 apresentadas do Regimento Interno, por favor, permaneçam como estão. Os que discordam
2833 ou se abstêm, por favor, manifestem-se no *Chat*. Não havendo nenhuma manifestação
2834 contrária, aprovado. O Daniel registrou aqui que seria interessante uma reunião com a relatoria
2835 e Comissão Organizadora. Com certeza. Na próxima semana a gente terá que (texto
2836 inaudível) [2:27:31] já sim. O segundo ponto, dentro do processo conferencial, eu acredito que
2837 seja a alteração da Resolução nº 739, que trata do regulamento da conferência estadual. Nele
2838 tem a programação. E a gente discutiu ontem uma alteração da programação com base na
2839 experiência das conferências regionais. Eu queria pedir para Rosa fazer a apresentação dessa
2840 minuta. **ROSALICE - CEAS:** Patrícia, na realidade, essa resolução está alterando, tanto a 739
2841 quanto a 740. Então, em uma única resolução a gente vai alterar as duas resoluções. Ok?
2842 Vocês querem que aumente mais? **LUCAS:** Por favor, Rosa. **PRESIDENTE:** Pode aumentar
2843 mais, Rosa, por favor. Até é bom porque a gente só discutiu a 739. E hoje você alterou a 740
2844 junto. **ROSALICE - CEAS:** Por quê? Na Resolução nº 740 que dispõe sobre o processo de
2845 eleição para sociedade civil para o conselho estadual, ela determina datas. E essas datas
2846 estão sendo alteradas que também foram citadas na 739. Então, em uma única a gente está
2847 mudando a programação e o calendário de ações do processo de eleição também.
2848 **PRESIDENTE:** É porque na reunião da comissão ontem a gente discutiu só a alteração da
2849 739, mas depois você verificou que essa situação. **ROSALICE - CEAS:** Exatamente.

2850 **PRESIDENTE:** E também porque o prazo para análise dos recursos estava caindo no
2851 domingo. Hoje de manhã você me falou isso, que seria necessário alterar porque na 740 a
2852 gente não tinha se atentado para isso. Vou pedir para você fazer a leitura da minuta.

2853 **ROSALICE - CEAS:** Tá. “Resolução CEAS nº 744 altera o art. 6º da Resolução CEAS nº 739
2854 de 20 de setembro de 2021, e o art. 17, inciso V e o anexo IV da Resolução CEAS nº 740 de
2855 20 de setembro de 2021. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais –
2856 CEAS/MG, no uso das atribuições conferidas pela Lei Estadual nº 12.262, de 23 de julho de
2857 1996, e considerando a deliberação de sua 268ª Plenária Ordinária, ocorrida em 15 de outubro
2858 de 2021, resolve: Art. 1º. Alterar o art. 6º da Resolução CEAS nº 739/2021, que trata da
2859 Programação da Conferência Estadual que passa a vigorar conforme a seguir:” Que é o que
2860 foi discutido ontem na comissão. “12h – Início do credenciamento 13h às 14h – Painel de
2861 abertura.” Estava às 13h30 e passou para as 13h. “14h às 14h40 – Votação Regimento Interno
2862 14h40 às 15h20 – Ato de Conferir (retorno das deliberações da conferência anterior) 15h20
2863 às 16h – Palestra Magna ‘Assistência Social: direito do povo e dever do Estado, com
2864 financiamento público para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social.’ 16h às 17h
2865 – Debate 17h – Encerramento” Aqui estava o início do processo de eleição, Patrícia, foi tirado,
2866 foi passado para outro dia. No dia 26, continuaram todos os eixos temáticos como estavam
2867 na 739. Os 5 eixos temáticos serão discutidos em plenária simultânea. Isso não mudou. Teria
2868 o almoço de 12h às 13h. Também não mudou. De 13h às 16h continuação das plenárias
2869 temáticas simultâneas sobre os eixos. E dia 27. De 8h às 11h Processo eleitoral para
2870 composição do CEAS De 11h às 12h – Processo de eleição para a 12ª Conferência Nacional
2871 de Assistência Social De 12h às 13h – Almoço De 13h às 18h – Plenária 18h – Encerramento”
2872 Alguma consideração nesse artigo? **PRESIDENTE:** Não. (texto incompreensível) [2:32:33].

2873 **ROSALICE - CEAS:** “O art. 2º Alterar o inciso V, do art. 17 da Resolução CEAS/MG nº 740,
2874 de 20 de setembro de 2021, que dispõe que: Caberá à Comissão Eleitoral, inciso V – fazer a
2875 apresentação do processo de escolha na Conferência Estadual no dia 25/10, que passará a
2876 vigorar com a seguinte redação: V – fazer a apresentação do processo de escolha na
2877 Conferência Estadual no dia 27/10”. Foi só uma questão de data, que sai do dia 25 e passa
2878 para o dia 27. “Art. 3º Alterar o anexo IV da Resolução CEAS nº 740/2021, que trata do
2879 Calendário do Processo Eleitoral do CEAS – Gestão 2021-2023, que passará a vigorar
2880 conforme a seguir:” Isso aqui não mudou. “22/09 a 06/10/2021 – Período de Habilitação 08/10
2881 – Avaliação da Habilitação Até dia 13/10 – Publicação do resultado da Habilitação” Eles têm
2882 até 2 dias. Hoje é o dia que encerra o prazo de recurso daquelas que foram habilitadas. O que
2883 nós mudamos? No dia 17, que caiu no domingo, passou para até o dia 19/10 o prazo do
2884 julgamento dos recursos. As entidades, até hoje, têm o direito de entrar com recurso para
2885 aquelas que não foram habilitadas. E, até o dia 20/10 a publicação do resultado do recurso. O
2886 que mudou aqui também? Dia 27/10 é a eleição porque estava 25, 26 e 27. Eu tirei 25 e 26, e

2887 coloquei dia 27. Eleição, apuração e comunicado oficial à plenária final da 14ª Conferência. A
2888 Comissão Organizadora tem até o dia 5/10 para a publicação do resultado do processo de
2889 eleição. A comissão tem que fazer uma ata para vocês saberem. Oi, Patrícia. **PRESIDENTE:**
2890 É 5/11. Só para constar em ata. Você leu 5/10, mas é 5/11. **ROSALICE - CEAS:** Desculpa. É
2891 5/11 que é o prazo para publicação do resultado da eleição. A comissão tem que apresentar
2892 isso até em ata do processo de eleição. “9/11 – Prazo de recurso relativo ao resultado da
2893 eleição. Quem está concorrendo tem esse direito até dia 9/11 12/11 – A comissão tem um
2894 prazo para julgar o recurso 18/11 – Prazo para publicação do resultado do recurso 17/12 –
2895 Posse dos representantes eleitos na plenária do CEAS.” Isso que foi alterado nas duas
2896 resoluções. **PRESIDENTE:** Rosa, eu acho que já estava 19/12, que é a data prevista para
2897 plenária do Estado. Não. Não é 19. **ROSALICE - CEAS:** É 17. **PRESIDENTE:** 17 está certo.
2898 Eu coloquei 19 errado. O Lucas se inscreveu. **LUCAS:** Eu queria ver o artigo anterior. Rosa,
2899 por favor. O segundo. Só por questão de legística mesmo, a partir do 2021, corta até o “que
2900 passará a vigorar”. Não precisa disso tudo, não. **ROSALICE - CEAS:** Ah, tá. **LUCAS:** Que
2901 passa a vigorar com a seguinte redação. Esse mantém. Só esse meio da vírgula que você
2902 pode tirar. Isso. E com relação ao calendário, do art. 3º, eu acho que é importante colocar a
2903 data do dia 15 no prazo, que são 2 dias previstos na resolução. **ROSALICE - CEAS:** Ah, está.
2904 Aqui eu posso colocar assim: “até 15/10”? **LUCAS:** Isso. **ROSALICE - CEAS:** É? 15/10/2021.
2905 **LUCAS:** Isso. Eu não sei se ficaria mais claro se a gente colocasse “prazo final de”. Fica mais
2906 claro: Prazo final de recurso para Habilitação. Prazo final de recurso Porque pode ser que dê
2907 a entender que é o prazo inicial. É importante deixar o mais claro possível que é o prazo final.
2908 **ROSALICE - CEAS:** Isso. Prazo final de recurso. Então colocar nos outros também, né?
2909 **LUCAS:** Isso. **ROSALICE - CEAS:** Esse prazo de julgamento também coloca prazo final de
2910 julgamento? **LUCAS:** Isso. **ROSALICE - CEAS:** Porque... **LUCAS:** O prazo para publicação
2911 do julgamento ou a data do julgamento. **ROSALICE - CEAS:** A publicação está lá embaixo.
2912 Prazo final de julgamento. **LUCAS:** Então á a data do julgamento, né? A publicação é até
2913 20/10. **LUCAS:** Tá. Dia 19 é o dia que a comissão vai se reunir para poder julgar. **ROSALICE**
2914 **- CEAS:** Até dia 19 a comissão tem que está com o julgamento dos recursos. **LUCAS:** Ah, tá!
2915 É o prazo final para julgamento. **ROSALICE - CEAS:** Isso, prazo final do julgamento, apuração
2916 dos votos, prazo para publicação do resultado da eleição, prazo de recurso ... olha aqui, ela
2917 (texto inaudível) [2:38:15]. **LUCAS:** Prazo final de recurso **ROSALICE - CEAS:** Prazo final de
2918 recurso e o prazo final de julgamento. **LUCAS:** Isso. **ROSALICE - CEAS:** Prazo para
2919 publicação e a posse dos representantes. **LUCAS:** Isso. Só isso. Obrigado. **ROSALICE -**
2920 **CEAS:** Está tudo ok? **PRESIDENTE:** Em discussão. Não tem nenhuma inscrição no *Chat*.
2921 Podemos colocar em regime de votação? Não havendo nenhuma manifestação. Os
2922 conselheiros que concordam, permaneçam como estão. Os que discordam ou se abstêm,
2923 manifestem-se no *Chat*. Não havendo nenhum registro, aprovada a minuta da Resolução nº

2924 744/2021. Obrigada, Rosa. Saindo da pauta conferencial. A gente tem também uma
2925 Resolução nº 727, que é a que normatiza as conferências regionais de assistência social. O
2926 art. 13º, ele focava a distribuição das vagas ao final das conferências regionais, como seriam
2927 distribuídas as vagas (texto inaudível) [2:39:40] para os delegados a estadual. Vou pedir, para
2928 o Daniel ou a Rosa, para fazer a leitura da minuta, a 745, por favor. **DANIEL – CEAS:** Rosa,
2929 pode continuar, por favor. **ROSALICE - CEAS:** “Resolução nº 745/2021. Altera o art. 13 da
2930 Resolução CEAS nº 727 de 16 de abril de 2021. O Conselho Estadual de Assistência Social
2931 – CEAS, no usa das atribuições conferidas pela Lei Estadual nº12.262, de 23 de julho de 1996,
2932 e considerando a deliberação de sua 268ª Plenária Ordinária, ocorrida em 15 de outubro de
2933 2021 resolve: Art. 1º. Alterar o art. 13º da Resolução CEAS nº 727/2021 que trata das vagas
2934 de delegados (as) não preenchidas nas Conferências Regionais, que passam a ser
2935 disponibilizadas da seguinte forma entre os segmentos: Sociedade civil: Representantes dos
2936 Usuários: 10 vagas de titulares remanescentes para os delegados suplentes eleitos nas
2937 Conferências Regionais representantes de Usuários do SUAS, com maior idade, passando
2938 estes para a categoria de Delegado Titulares; Representantes dos Trabalhadores: 14 vagas
2939 de titulares remanescentes para o Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS de Minas
2940 Gerais (FET SUAS/MG); Representantes de Entidades: 20 vagas de titulares remanescentes
2941 para os delegados suplentes eleitos nas Conferências Regionais representantes das
2942 entidades, passando estes para a categoria de Delegados Titulares. II – Governo: 38 vagas
2943 remanescentes 50% para o COGEMAS 50% para a SEDESE, prioritariamente para as suas
2944 Diretorias Regionais. Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.” É
2945 isso que foi discutido ontem. Patrícia. **PRESIDENTE:** Rosa, obrigada. Essa alteração se deve
2946 porque na Resolução nº 727 as vagas remanescentes para entidades de usuários seriam
2947 destinadas ao Fórum Estadual de Usuários e Fórum Estadual de Entidades. Pelo que a gente
2948 tem conhecimento esses fóruns não estão em funcionamento. Com isso veio essa sugestão
2949 de que as vagas remanescentes fossem destinadas para os suplentes. E no caso do Fórum
2950 Estadual dos Trabalhadores que está em pleno funcionamento e das vagas governamentais,
2951 para o COGEMAS e para SEDESE, a sugestão é que se mantenham como está na Resolução
2952 nº 727. Não temos nenhuma inscrição no *Chat*. Podemos entrar em regime de votação ou
2953 algum conselheiro gostaria de se manifestar? **LUCAS:** Eu, Patrícia. Eu gostaria de sugerir que
2954 esse artigo fosse acoplado aquela resolução que a gente aprovou, até para poder economizar
2955 em publicação de resolução. Uma vez que a outra resolução trata também de alteração de
2956 resoluções passadas. Facilitaria mais. **PRESIDENTE:** Serão as nº 727, a nº 739 e a nº 740,
2957 todas numa resolução só? **LUCAS:** Isso. Aí seria o 5º artigo. **ROSALICE - CEAS:** Artigo 5º?
2958 **LUCAS:** É. **ROSALICE - CEAS:** É só pegar essa e colocar toda e colocar lá? **LUCAS:** É.
2959 **ROSALICE - CEAS:** E desconsiderar essa. Podemos aprovar assim? Aí a gente faz e...
2960 **PRESIDENTE:** A outra já havia sido deliberada, mas eu consulto a plenária. Acredito que os

2961 conselheiros concordam porque a gente não vai ter nenhuma alteração no texto dos demais.
2962 A gente só vai acrescentar esses artigos. Vou submeter à aprovação do plenário. Os
2963 conselheiros que concordam com a aprovação desses artigos todos incluídos na última
2964 Resolução nº 744/2021, já aprovada, que foi feita a leitura pela Rosa, por favor, permaneçam
2965 como estão. Os conselheiros que discordam, por favor, manifestem-se no *Chat*. Não havendo
2966 nenhuma manifestação contrária, aprovada. O próximo ponto, eu acho que seria um retorno
2967 sobre a composição dos painéis temáticos da Mesa de Abertura, enfim. A gente tem na súmula
2968 da reunião da Comissão Organizadora de ontem, surgiram alguns nomes. A gente já havia
2969 (texto inaudível) [2:44:43] na plenária a sugestão da Comissão Organizadora, que a Palestra
2970 Magna seja mediada pela Márcia Lopes, e o debate mediado pelo Leonardo Cury. Cinco salas,
2971 dos 5 eixos temáticos, sete nomes foram sugeridos. Daniel, apresente os nomes para gente,
2972 por favor. Não lembro os nomes de cor. Alguns foram remanescentes daquela lista que a
2973 gente já tinha aprovado na última reunião da plenária. A gente tinha 9 (texto inaudível)
2974 [2:45:26] mais 14 nomes. Alguns não puderam participar. A gente tem alguns nomes
2975 remanescentes: Rosilene Rocha, Simone Albuquerque e o Marcos Assis. Foram sugeridos
2976 também os nomes do Leonardo Cury, do Edvaldo de Belém, da Eleonora Schettini e da
2977 Aldaíza Sposati. A gente submete esses nomes à aprovação da plenária, lembrando que tem
2978 dia específico que vai ser no dia 26. Talvez, algum possa não ter disponibilidade, a sugestão
2979 é que a gente faça a consulta. Têm esses sete nomes e a gente faz a consulta. Tem que ver
2980 se é o mesmo critério da outra vez. Da outra vez o critério foi de fazer a consulta por ordem
2981 alfabética. Nesse caso, como a gente tem dois nomes que já foram palestrantes nas
2982 conferências regionais, o Leonardo Cury e a Eleonora Schettini, eu sugeriria a gente consultar
2983 primeiro os outros 5 que ainda não tiveram a oportunidade de colaborar na conferência. Caso
2984 algum não possa participar, a gente entraria em contato com os outros que já deram palestra
2985 nas conferências regionais. Eu faço essa sugestão e abro aqui para as falas, com inscrição
2986 da Suzanne. **SUZANNE:** É só lembrando que têm os 5 eixos temáticos. Não sei se na hora
2987 de fazer o contato com essas pessoas, se já apresenta os eixos temáticos. Eu acho que
2988 algumas pessoas terão preferência ou mais facilidade de falar sobre um ou sobre outro. Eu
2989 acho que pode seguir a ordem e, não sei, se a própria pessoa da ordem já escolher qual eixo
2990 temático. É só de lembrar que além do de salvar a data da conferência estadual, porque não
2991 vai falar sobre o tema geral, vai ser mais específico sobre os temas. Lembrar de consultar com
2992 essas pessoas qual o tema que elas teriam o desejo e mais facilidade de expor. Só isso.
2993 **PRESIDENTE:** Obrigada. Bem observado, Suzanne. Inclusive, a Rosilene Rocha, a Simone
2994 Albuquerque, o Leonardo Cury e a Eleonora Schettini, eles escreveram ou fizeram vídeo para
2995 aquele caderno de texto e para os vídeos que a gente publicou lá no início da organização do
2996 processo conferencial. A Ivone está inscrita. **IVONE:** Patrícia, eu gostei dessa ideia. Eu acho
2997 que dar oportunidade para aqueles que não participaram das conferências regionais e colocar

2998 em primeira consulta, entendeu? E, depois, se caso não tiver agenda para essas pessoas,
2999 consultar os outros. Até têm outros nomes, a Júlia Restori também escreveu no caderno. Eu
3000 não estava lá no dia, mas eu acho que ela também escreveu no caderno. Eu acho que (texto
3001 incompreensível) [2:48:30] muito bom. **PRESIDENTE:** Sim. Obrigada, Ivone. O Lucas havia
3002 se inscrito, mas retirou a inscrição. Gostaria de submeter à aprovação da plenária esses
3003 nomes que foram apresentados e essa proposta de critério para consulta, esses facilitadores
3004 que fariam as palestras dos 5 eixos. Os conselheiros que concordam com os nomes sugeridos
3005 pela Comissão Organizadora, permaneçam como estão. Não havendo nenhuma manifestação
3006 contrária, aprovados. Muito obrigada. A gente conseguiu agilizar bastante esse ponto de pauta
3007 do processo conferencial. A gente elaborou uma lista de quais colaboradores que a gente vai
3008 precisar. A gente precisaria de coordenador de apoio para 5 salas dos eixos temáticos. E
3009 breve a Secretaria Executiva vai mandar o *link* no grupo dos conselheiros. É importante vocês
3010 disponibilizarem seus nomes para poder colaborar enquanto coordenadores das salas de
3011 discussão dos eixos, do processo eleitoral também. Lembrando que a gente duas fases de
3012 processo eleitoral na estadual. Uma que é eleição dos novos conselheiros e a outra eleição
3013 dos delegados para Conferência Nacional. Um outro ponto aqui também, em relação à
3014 abertura que a gente traz aqui para plenária. A gente sugeriu que o painel de abertura seja
3015 composto por (texto inaudível) [2:50:12]. **DANIEL – CEAS:** Desculpa. É só para gente ter
3016 clareza aqui na nossa súmula, que a gente já vai começar o convite. Então, ficou definido que
3017 a gente vai convidar primeiro aqueles que não participaram das conferências regionais, não é
3018 isso? E aí a gente vai por ordem alfabética? **PRESIDENTE:** Isso. Essa foi a minha sugestão.
3019 A Rosilene, Simone, Marcos, Edvaldo e Aldaíza. Não havendo disponibilidade de agenda para
3020 eles, aí a gente consultaria o Leonardo Cury e Eleonora. Caso a gente não consiga completar
3021 os 5, eu acredito que a gente possa consultar outros nomes que colaboraram, como a Ivone
3022 colocou aqui, colaboraram com os cadernos, a Júlia Restori, dentre outros nomes. **DANIEL –**
3023 **CEAS:** E a questão do eixo, como a gente faz? **PRESIDENTE:** Eu vou ver com a Secretaria
3024 Executiva. Oi? **DANIEL – CEAS:** A questão do eixo, por exemplo, a primeira, a Rosilene. A
3025 gente apresenta os 5 eixos para ela e ela escolhe um, e depois a gente vai passando? Como
3026 que faz? **PRESIDENTE:** Eu tinha até citado que elas fizeram os cadernos. Por exemplo, a
3027 Simone, ela fez o vídeo do eixo 4. A Rosilene, eu acho que ela fez o texto do eixo 2. Eu
3028 acredito que a gente possa fazer assim, de acordo com a temática. Quando a gente escolheu
3029 as pessoas pela temática, tanto para o caderno quanto para os vídeos, a gente já pensou com
3030 base na experiência dessas pessoas. **DANIEL – CEAS:** Ok. Ótimo. Obrigado. **PRESIDENTE:**
3031 Mas a gente vai conversando também. Eu vou orientando a Secretaria Executiva nesse
3032 sentido. A gente precisa de ter essa aprovação também em relação à abertura. A comissão
3033 discutiu sobre a participação de 11 pessoas na mesa de abertura. Vou pedir para o Daniel
3034 projetar, acho que é o item 3. A abertura, a gente pensou em 2 minutos de fala para cada,

3035 sendo alguns com 4 minutos. No caso, eu, enquanto presidente, Mariana, enquanto vice-
3036 presidente, Elizabeth Jucá, Secretária de Estado, da SEDESE, e o representante do Conselho
3037 Nacional. O CNAS tem solicitado um convite, e a gente entendeu que para poder compor a
3038 mesa de abertura. Para além desses nomes, um representante da Assembleia Legislativa de
3039 Minas Gerais; representante do COGEMAS; representação de usuários. E a gente pediu que
3040 o segmento de usuários discutisse no grupo quem seria o representante: dona Anédia,
3041 Jéssica, Isaura ou Irajá. Representação de entidades a gente também pediu para o segmento
3042 discutir entre si. Eu já tive a informação de que as entidades indicaram de forma unânime o
3043 nome do Conselheiro Márcio Caldeira. Um representante do Fórum Estadual de
3044 Trabalhadores; um representante do Ministério Público e um representante da Associação
3045 Mineira dos Municípios. A gente queria consultar a plenária em relação a esse quantitativo de
3046 participantes no painel de abertura. E chamando atenção também que a gente da Comissão
3047 Organizadora propôs que no regulamento estava para iniciar a abertura às 13h30. E a gente
3048 já aprovou aqui a programação antecipando a abertura para as 13h. A proposta da Comissão
3049 Organizadora é de convidar o Grupo de Teatro MOBS, que é um grupo de teatro de Belo
3050 Horizonte, que fez a abertura da Conferência Nacional Democrática de 2019. Abertura da
3051 Conferência de Belo Horizonte esse ano também. É um cerimonial um pouco mais
3052 descontraído, digamos assim. Então a gente propõe que, em princípio, tenha uma espécie de
3053 microfone aberto com a fala no *Chat*, dando aproximadamente dois minutos de fala para cada
3054 um. E de 13h às 13h30 a gente ter esse momento em que os delegados pudessem ter um
3055 momento de fala. E, depois de 13h30 às 14h, essa parte da abertura mais oficial, digamos
3056 assim, e a gente oficiaria o MOBS fazendo esse convite. Os usuários chegaram a conversar
3057 sobre a indicação de um representante para a gente já referendar o nome aqui? Dona Anédia
3058 levou essa pauta para os usuários? **ANÉDIA:** Não. Não consegui ainda falar com todo mundo,
3059 mas a Luanda está aí. Luanda? Vamos resolver. O Irajá não tem participado, então sou eu ou
3060 a Luanda. Luanda? Eu ou você? **LUANDA:** Dona Anédia, eu sou representante de
3061 trabalhadores. É a Isaura. Acho que a Isaura está aqui também. **ANÉDIA:** Isaura, eu e você.
3062 **ANA MARIA:** Eu sou usuária também, dona Anédia. Esqueceu que eu sou representante de
3063 usuária também? **LUCAS:** Mas a senhora representa conselho municipal, Ana Maria. **ANA**
3064 **MARIA:** Aí é só representantes dos fóruns de usuários? **LUCAS:** Na cadeira de usuários. A
3065 senhora está na cadeira de CMAS. **ANA MARIA:** Entendi. **LUCAS:** Só por isso. **ANA MARIA:**
3066 Achei que era representante de usuário independentemente do que você esteja
3067 representando. Muito obrigada, Lucas. **LUANDA:** Ana, acredito que se caso as usuárias
3068 decidirem te indicar, não há problema. Você também está na condição de usuário. Tudo vai
3069 depender de uma conversa entre os usuários. **ANÉDIA:** Se concordarem eu fico, tá? **ANA**
3070 **MARIA:** Meu voto já é da dona Anédia. **PRESIDENTE:** Eu não sei se a Ana Maria está no
3071 grupo de usuários porque, às vezes, os CMAS ficam um pouco no limbo. É importante que

3072 CMAS Usuário estar junto do grupo de representantes de usuários. A gente sempre pegar
3073 representação, entidade, usuário, trabalhador, governo e CMAS a gente deixa de fora. Mas é
3074 importante que ressaltar aqui, o CMAS usuário tem que estar junto dos usuários e CMAS
3075 trabalhador junto com os trabalhadores. **ANA MARIA:** O CMAS fica ali no limbo mesmo.
3076 **PRESIDENTE:** É uma indicação. Eu já fui CMAS. Eu era CMAS trabalhador. Isaura, indicação
3077 é representar os usuários, uma fala na mesa de abertura. Se a gente conseguir aqui tirar um
3078 nome ou então se vocês acharem melhor discutir dentro do grupo dos usuários, a gente faz
3079 como vocês preferirem. Temos o nome da dona Anédia como indicada para fazer essa fala.
3080 **ANÉDIA:** Pode ser, Isaura? **LUCAS:** A Isaura está indicando para discutir no grupo. **IVONE:**
3081 Era bom (texto inaudível) [2:57:33] indicar, Patrícia, porque, normalmente a gente tem que ir
3082 formalizando isso. **PRESIDENTE:** A Isaura está aqui concordando com a representação da
3083 dona Anédia. A Isaura, a Ana Maria e dona Anédia manifestaram dando apoio à dona Anédia
3084 na Mesa de Abertura. Já têm 3. São 5 usuários. Já temos 3 votos favoráveis para dona Anédia.
3085 Acho que a gente pode já deixar feito o convite para dona Anédia fazer essa fala na abertura,
3086 representando a categoria de usuários, representando todos nós do CEAS, na verdade.
3087 Obrigada, gente. **ANÉDIA:** Obrigada. **PRESIDENTE:** Acho que dessa pauta da definição dos
3088 nomes, a gente já fechou, né Daniel? Tem mais alguma coisa da Comissão Organizadora, da
3089 súmula que a gente tenha que tratar? Fora isso, eu sei que a gente tinha a questão do
3090 instrumental de avaliação e das deliberações de 2019. Mas, como você está com a súmula
3091 aberta, só para gente verificar se está faltando alguma coisa. **DANIEL – CEAS:** É só uma
3092 questão que me veio à cabeça. Ontem, na Comissão Organizadora, a gente definiu que os
3093 vídeos dos candidatos ao CEAS, desculpa porque eu deveria ter até falado antes, mas lembrei
3094 agora, poderiam ser encaminhados nos grupos de *WhatsApp* que a Ana vai fazer. A Ana da
3095 SUBAS vai fazer. E eu estava em dúvida porque na Resolução nº 740, e eu estou falando isso
3096 agora porque, se for o caso a gente já muda agora naquela resolução lá, que já coloca lá, fala
3097 que os vídeos serão encaminhados para o *e-mail*. Os vídeos da eleição. Não sei se precisa
3098 colocar isso na resolução, mas, se sim, a gente já coloca na resolução que a gente vai mandar
3099 para publicar, que também pode ser encaminhado para outros meios a não ser *e-mail* também,
3100 os vídeos de candidatos ao CMG. **PRESIDENTE:** Daniel, esse artigo específico da 740, eu
3101 entendi que seria se o candidato não quisesse se apresentar lá durante a conferência, que ele
3102 enviasse um vídeo ou um texto para se apresentar. E isso da parte da apresentação, não é
3103 exatamente da parte da campanha. E a Resolução nº 740 acho que não normatiza quando
3104 que começa, quando que termina a campanha eleitoral, quais são as formas. O que a gente
3105 discutiu, na Comissão Eleitoral ontem, foi que deve ser criado um grupo de *WhatsApp* para
3106 cada segmento para facilitar a comunicação. E que os candidatos de cada segmento seriam
3107 incluídos nesses grupos de *WhatsApp* para poderem ser informados também, porque eles
3108 não são delegados, mas são convidados. E *WhatsApp*, na *Internet*, é aquela coisa que as

3109 pessoas poderiam fazer as suas campanhas, enviar vídeo, mandar texto da forma como
3110 preferir. Isso porque a gente não teve uma regulamentação específica dessa campanha. Eu
3111 acredito que não seja necessário alterar a Resolução nº 740 nesse sentido. Mas eu deixo
3112 aberto para os demais conselheiros se manifestarem sobre isso. Não teve nenhuma
3113 manifestação aqui no *Chat*. Eu acho que a gente pode permanecer com a resolução da forma
3114 como está. Mandar um *e-mail* para os candidatos informando sobre as datas. Oi, Ivone?
3115 **IVONE:** A própria dona Anédia, aquele dia, colocou dessa dificuldade. Acho que prefere mais
3116 falar no dia, não sei. Acho que quem quiser fazer vídeo ou deixar mais light. **DANIEL – CEAS:**
3117 Perfeito. **PRESIDENTE:** Sim. Obrigada, Ivone. **DANIEL – CEAS:** E tem a questão da
3118 avaliação também, Presidente. **LUCAS:** Antes de seguir, Daniel, só há uma dúvida com
3119 relação a essa questão da apresentação. Vai ter um momento também de apresentação na
3120 Conferência Estadual, além dessa possibilidade de apresentação nos grupos de *WhatsApp*?
3121 É isso? **DANIEL – CEAS:** Sim. **PRESIDENTE:** Na Resolução nº 740 está previsto 2 minutos
3122 de fala para os candidatos se apresentarem. **LUCAS:** Que pode ser a apresentação do vídeo
3123 ou mesmo a fala? **DANIEL – CEAS:** Exato. **LUCAS:** Show de bola. **PRESIDENTE:** Isso. O
3124 artigo prevê isso. Eu não sei se essa avaliação do serviço de relatoria, se seria necessário
3125 discutir aqui na plenária, Daniel, até em função do horário. **DANIEL – CEAS:** Avaliação do
3126 Informe CNAS nº 4, desculpa, eu coloquei aqui, mas é o modelo de avaliação da conferência
3127 que a gente discutiu, de utilizar do informe 4. **PRESIDENTE:** Sim. Dentro do processo
3128 conferencial a gente ainda tem 2 pontos. Um, é o instrumental de avaliação. A gente discutiu
3129 ontem na reunião Comissão Organizadora, da gente utilizar o instrumental que foi proposto
3130 pelo Conselho Nacional, até porque eles vão ter um sistema para gente lançar o relatório final
3131 da conferência estadual. E eu acredito que nesse sistema deles a gente tenha que lançar o
3132 resultado da avaliação conforme modelo de instrumental que eles nos forneceram. Não sei se
3133 a plenária gostaria que a gente fizesse a leitura do modelo ou se, simplesmente, a gente
3134 poderia deliberar por seguir o modelo proposto pelo Conselho Nacional. Vocês querem que
3135 faça a leitura? **LUCAS:** Acho que não precisa, Patrícia. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigada, Lucas.
3136 É o que está no Informe nº 4 do Conselho Nacional. Já está no *site* do CEAS, quem quiser
3137 visualizar. Só lembrando que a gente vai ter que fazer um relatório final e preencher (texto
3138 inaudível) [3:03:47] quantitativo de (texto incompreensível) [3:03:49] participando da
3139 organização, pessoas da relatoria, pessoas lá da plataforma. São muitos dados e só
3140 chamando a Secretaria Executiva para isso para gente tentar começar a compilar esses dados
3141 desde já, até dados da fase preparatória das conferências regionais. A gente tem visto que,
3142 tanto a relatoria quanto a empresa da plataforma, eles estão demorando para fornecer alguns
3143 dados. A gente ter essa atenção especial para os dados que vão ser pedidos no relatório final
3144 da conferência. A gente levantando, a gente já vai pedindo para essas empresas fornecerem
3145 para gente. E, terminando a conferência estadual, a gente já fica livre porque o prazo também

3146 é pequeno para poder lançar isso. Enfim, do processo conferencial nosso último ponto de
3147 pauta é a apresentação da análise das deliberações da conferência estadual de 2019. Não
3148 sei se a Luanda, Sávio, Ana, quem seria melhor para fazer a leitura, a apresentação?
3149 Lembrando que a parte do Ato de Conferir, geralmente, é feita pela presidente, mas,
3150 considerando toda a trajetória do Sávio e até como Coordenador da Comissão de
3151 Monitoramento, eu optei por dividir minha fala para o Sávio, na conferência apresentar essa
3152 análise da deliberação e até pelo acúmulo de conhecimento também em relação ao Plano
3153 Decenal, capacidade de análise crítica, enfim. Não sei se o Sávio está presente agora. Ele
3154 pode fazer a apresentação do relatório da Comissão Organizadora, ou se a Luanda faz.
3155 **LUANDA:** Sávio está aí? **PRESIDENTE:** Sávio está. **PRESIDENTE:** Eu fico sempre
3156 procurando no 'esse', mas é Domingos Sávio. Daniel, projeta para gente. **DANIEL – CEAS:** A
3157 Aninha mandou aqui e vou projetar agora mesmo. O Sávio está aí? Eu não consegui vê-lo.
3158 **PRESIDENTE:** O Sávio está presente? Ele não abriu o microfone. Às vezes ele pode estar
3159 conectado, mas não sei se está nos ouvindo. **DOMINGOS SÁVIO:** Eu estou sim. Estou aqui,
3160 pessoal. **LUANDA:** Sávio, acho que você podia apresentar porque a discussão foi muito legal,
3161 muito rica e você trouxe para gente a questão do Plano Decenal. Eu acho que é legal você
3162 apresentar a metodologia que a gente utilizou. A apresentação já está com o Daniel.
3163 **DOMINGOS SÁVIO:** “Conferência Estadual de Assistência Social 2021. Ato de Conferir:
3164 monitoramento das deliberações da 13ª Conferência Estadual de Assistência Social (2019).
3165 Eixos Temáticos. Eixo 1: Os desafios para a consolidação do SUAS frente aos impactos da
3166 crise financeira da União, do Estado e dos municípios, à Emenda Constitucional nº 95, à
3167 proposta de reforma previdenciária e à reforma trabalhista; Eixo 2: A Rede de Proteção Social
3168 do SUAS e a relação com os órgãos de garantia de direito; Eixo 3: Democracia participativa,
3169 controle social e protagonismo do usuário do SUAS – Rede sobre nós, sem nós. Quadro
3170 Síntese da 13ª Conferência Estadual de Assistência Social. Eixo 1. Estado: 12 propostas;
3171 União: 5 propostas Eixo 2. Estado: 7 propostas; União: 5 propostas Eixo 3. Estado: 15
3172 propostas; União 5 propostas Resolução nº 547/2016 – CEAS/MG. Competências da
3173 Comissão: I. Propor metodologia para ser utilizada em cada conferência estadual de
3174 assistência social como estratégia fundamental para o acompanhamento e monitoramento
3175 continuado das deliberações; II. Desenvolver a avaliação e o monitoramento das deliberações
3176 das Conferências Estaduais de Assistência Social; III. Recomendar aos Conselhos Municipais
3177 de Assistência Social orientações e instrumental de monitoramento e avaliação das
3178 deliberações das Conferências Municipais de Assistência Social; IV. Monitorar e avaliar as
3179 metas do Plano Decenal considerando as deliberações; V. Desempenhar outras atividades
3180 que lhe sejam designadas pela Plenária do CEAS. Metodologia Utilizada para Análise das
3181 Propostas para o Estado. . Análise das 34 deliberações para o Estado oriundas da 13ª
3182 Conferência Estadual de Assistência Social de 2019; . Divisão dos eixos por membro da

3183 comissão; Análise das informações acerca do cumprimento das deliberações pelo Órgão
3184 Gestor Estadual (SUBAS/SEDESE); Desmembramento de algumas deliberações, totalizando
3185 38 propostas;. Agrupamento das deliberações, de acordo com as Diretrizes do Plano Decenal:
3186 Diretriz 1 – A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para
3187 a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades = 3
3188 deliberações; Diretriz 2 – Financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de
3189 compromissos e responsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos
3190 socioassistenciais = 16 deliberações; Diretriz 3 – Controle social: o lugar da sociedade civil no
3191 SUAS e a importância da participação dos usuários = zero deliberação; Diretriz 4 – Gestão e
3192 acesso às seguranças socioassistenciais” Eu acho que tem alguma coisa errada aqui,
3193 pessoal. **SUZANNE:** É porque não está. Daniel, esses não são as diretrizes do Plano Decenal,
3194 não. Tem que trocar. Nesse estão os eixos da conferência deste ano. Eu vou te mandar no
3195 *WhatsApp*. **DANIEL – CEAS:** Esse foi o que me mandaram hoje. Me manda, por favor,
3196 Suzanne. **SUZANNE:** Daniel, eles te encaminharam a última versão? É que a gente ajudou a
3197 fazer a apresentação e a comissão fez algumas sugestões. Eu estou achando que essa não
3198 deve ser a última versão. Isso, a gente já tinha discutido. **LUANDA:** Suzanne, fui eu que
3199 encaminhei essa versão para o Daniel. E a última que eu tenho aqui nos registros. Eu até falei
3200 para ele “Eu acho que essa deve ser a última, mas eu não tenho certeza também.” A Delmira
3201 está de férias. Ela deve ter a última certinha. **SUZANNE:** Posso sugerir do Sávio continuar
3202 porque a correção era só nesse slide. Minha sugestão é o Sávio continuar e a gente volta
3203 nesse slide depois. O que você acha, Sávio? **DOMINGOS SÁVIO:** Pode ser também.
3204 **SUZANNE:** Tá. Estou mandando para o Daniel aqui. **DANIEL – CEAS:** Por favor. Tá bom.
3205 **DOMINGOS SÁVIO:** “Diretriz 4 - Gestão para acesso de Segurança Socioassistencial e a
3206 articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos
3207 socioassistenciais e proteção social = 14 deliberações; Diretriz 5 – Atuação do SUAS em
3208 Situações de Calamidade Pública e Emergência = 5 deliberações. Análise da comissão
3209 identificando a situação de cumprimento de cada deliberação: Concluída;. Concluída
3210 parcialmente (quando há várias etapas e nem todas foram concluídas); Em andamento (já foi
3211 iniciada, mas há mais etapas para serem concluídas); Não iniciada. Da 13ª Conferência
3212 Estadual de Assistência Social (2019) Eixo 1. Total de propostas = 15; não iniciadas = 8; em
3213 andamento = 7; Cumprimento parcialmente = 0; cumpridas = 0 Eixo 2. Total de propostas = 8;
3214 não iniciadas = 1; em andamento = 5; Cumprimento parcialmente = 2; cumpridas = 0 Eixo 3.
3215 Total de propostas = 15; não iniciadas = 9; em andamento = 4; Cumprimento parcialmente =
3216 2; cumpridas = 0 TOTAL – Propostas 38; não iniciadas = 18; em andamento = 16; cumpridas
3217 parcialmente = 4; cumpridas = 0 Não iniciadas – 47,37%; em andamento – 42,12%; cumpridas
3218 parcialmente – 10%; cumpridas totalmente – 0% Da 13ª Conferência Estadual de Assistência
3219 Social (2019) Eixo 1. Os desafios para a consolidação do SUAS frente aos impactos da crise

3220 financeira da União, do Estado e dos municípios, à Emenda Constitucional nº 95, à proposta
3221 de reforma previdenciária e à reforma trabalhista. Cumpridas = 0; cumpridas parcialmente =
3222 0; em andamento = 7; não cumpridas = 8 Eixo 2. A Rede de Proteção Social do SUAS e a
3223 relação com os órgãos de garantia de direito. Cumpridas = 0; cumpridas parcialmente = 2; em
3224 andamento = 5; não cumpridas = 1 Eixo 3. Democracia participativa, controle social e
3225 protagonismo do usuário do SUAS – Nada sobre nós, sem nós. Cumpridas = 0; cumpridas
3226 parcialmente = 2; em andamento = 4; não cumpridas = 9 **DANIEL – CEAS:** É isso, Sávio. São
3227 7 slides. A Suzanne enviou a nova apresentação. Deixa eu ver a dela. **SUZANNE:** É só aquele
3228 slide do Plano Decenal que teve correção. Parece que está igualzinho. **DOMINGOS SÁVIO:**
3229 Pois é, tem que fazer uma análise. Tem que pegar esses dados, e queria que mandassem
3230 isso para eu já dar uma olhada. O fato da não cumprida e totalmente e nem parcialmente.
3231 Acho que com a questão do monitoramento e avaliação das deliberações das conferências no
3232 olhar mais crítico, com relação às prestações de contas e com relação às previsões
3233 orçamentárias, eu acho que a gente pode intensificar melhor isso aí. Porque o quadro, de uma
3234 forma geral, não é bom. Não é bom. Prazo de 2 anos, sendo que foi deliberado. O importante
3235 disso para o desenvolvimento da política é muito relevante. A novidade, na verdade, para
3236 Política de Assistência Social são as deliberações da conferência. É o que faz mudar. É o que
3237 faz com que você enfatize uma diretriz em detrimento de outra. A mudança é a prática da
3238 deliberação. Isso está sendo muito acentuado. Essa dissintonia, essa não sintonia com o fazer
3239 da política durante o período de 2 anos e as deliberações das conferências, eu acho que seria
3240 tremendamente prejudicial ao desenvolvimento do plano. É o comentário e análise dos dados
3241 que acho importante aí. **SUZANNE:** Sávio, gostaria de ratificar que a diretriz do Plano Decenal,
3242 que a comissão não encontrou deliberação, foi essa “Diretriz 3. Plena integração dos
3243 dispositivos de segurança de renda na gestão do SUAS, em âmbitos federal, estadual, do
3244 distrito federal e municipal.” É essa mesma. **DOMINGOS SÁVIO:** É isso mesmo. **SUZANNE:**
3245 Ok. **DOMINGOS SÁVIO:** É isso mesmo. Não era sobre participação. **SUZANNE:** Isso mesmo.
3246 **DOMINGOS SÁVIO:** Isso tinha muita deliberação. É isso mesmo. Mas o que vocês acham
3247 também? **PRESIDENTE:** Ok, Sávio. Esse foi o resultado do trabalho da Comissão de
3248 Monitoramento e Avaliação de Deliberações da Conferência. Esses dados, a partir desses
3249 dados, vai ser necessário fazer uma análise crítica apresentação sobre o cumprimento ou não
3250 dessas deliberações. Talvez o slide tenha ficado um pouquinho enxuto, talvez pudesse ser
3251 um pouquinho mais detalhado. **DOMINGOS SÁVIO:** É, mas primeiro tem que mostrar mesmo
3252 e depois a gente faz a análise, sobre que aspectos vai ser feita a análise. Por exemplo, na
3253 elaboração, na estruturação do plano? Do ponto de vista da estruturação do plano, da Política
3254 de Assistência Social no Estado, qual que foi a consideração que foi dada às deliberações da
3255 conferência. A gente sabe que no Brasil inteiro também, isso acontecia, pessoal. A gente está
3256 começando a olhar com mais detalhe agora, tentando compatibilizar deliberação da

3257 conferência com previsão orçamentária, com o plano, etc. É a consideração maior pelo que
3258 se delibera em conferência. A gente espera que tudo seja completamente trabalhado. Agora,
3259 a gente sabe também (texto inaudível) [3:20:22]. Pode falar. **LUANDA:** Pode terminar, Sávio.
3260 **DOMINGOS SÁVIO:** A gente sabe também que muitas coisas devem ser colocadas assim:
3261 qual que é o grau de dificuldade de você trabalhar essa deliberação? Aí a gente tem que ver.
3262 Qual que é o grau de dificuldade para o Estado? A máquina pública estatal, a sua estrutura
3263 está preparada para receber deliberação de conferência? Está preparada para viabilizar
3264 deliberação de conferência? Isso também é importante a gente saber porque não adianta,
3265 você pode deliberar o que você quiser e até coisas mais fáceis, mas a máquina pública está
3266 com estrutura suficiente para pegar essa deliberação e trabalha-la? E também tem a questão
3267 da vontade. É interesse também? Têm várias nuances que a gente tem que observar. A gente
3268 percebe, por exemplo, que do ponto de vista financiamento, essa busca por financiamento, a
3269 gente percebe isso mesmo no conselho. Hoje mesmo, nós discutimos recurso de emenda
3270 parlamentar, a gente está achando tudo muito importante, mas não é para bancar serviço de
3271 ação continuada. Esse que é o problema. A única fonte que é passível de ser utilizada e que
3272 banca serviço de ação continuada é a fonte do Fundo de Erradicação da Miséria. Esse, sim,
3273 tem lá sua fonte, os 2% de produtos fabricados em Minas Gerais de caráter supérfluo. É
3274 interessante porque você sabe que todo ano vai ter esse dinheiro. Eu acho interessante. Esse
3275 dinheiro é que está dando regularidade ao repasse do recurso do piso, mas, ao mesmo tempo,
3276 o recurso do piso já existia. Agora ele foi substituído por um recurso do Fundo de Erradicação
3277 da Miséria. O valor do recurso não se soma por isso que até fiz a proposta de brincadeira,
3278 mas é uma proposta interessante, fazer com que o Fundo de Erradicação da Miséria tenha
3279 um número, já que temos 4 fontes de recursos, que coloque mais uma então. Acho que essa
3280 é a busca constante. Acho que isso atrapalha bastante. É possível você, por exemplo, fazer
3281 uma proposta de estruturação de CREAS no Estado. Tem que ser numa velocidade muito
3282 grande. Nós temos quatro. Nós estamos precisando de quantos? Precisamos de 30, de 40?
3283 Mais ou menor esse é o número que necessitaria se você for redistribuir por toda Minas Gerais.
3284 Já tem que ir fazendo, que sejam 2, 3 CREAS, de dois em dois anos, por exemplo. A coisa
3285 tem que ter velocidade porque, daqui a pouco, a gente já vai começar a desenvolver o terceiro
3286 Plano Decenal. Um que prestigiou a universalidade. Um que prestigiou a qualificação. Esse
3287 outro vai prestigiar uma outra coisa. E a qualificação e a universalidade podem está ficando
3288 para trás, vai ficar atrasada. **LUANDA:** Eu queria só complementar em relação ao que foi
3289 discutido na comissão, inclusive em relação à fala da Patrícia, de que a gente fez a análise de
3290 ponto a ponto, de deliberação por deliberação. E o que a gente conversou é que a gente
3291 deveria fazer essa apresentação mais geral mesmo, trazer para o contexto do Plano Decenal,
3292 trazer para o contexto da conjuntura também. Mas nós temos uma planilha no Excel, na qual
3293 consta o detalhamento de cada uma das análises concluídas. Os termos que a gente usou,

3294 diferente um pouquinho, mas em andamento, parcialmente, concluído, então a gente fez
3295 planilha no Excel também na qual consta como foi o nosso processo dessa análise. Essa
3296 análise passou pela gestão, então o pessoal da SUBAS pegou todas essas propostas e enviou
3297 para gente também a sua própria constatação, análise a partir do que considerava concluído,
3298 não concluído. E a comissão, em cima disso, também pegou as concluídas, então, esse último
3299 slide, ele é o resumo daquilo que a gente tem tabelado no Excel. E, talvez, com a sua sugestão
3300 Patrícia, seja importante detalhar um pouquinho mais esse resumo. Eu gostaria de pedir
3301 licença porque daqui a pouco vou precisar sair. Na verdade, já estou numa outra agenda do
3302 sindicato, agenda de negociação. Eu não vou conseguir permanecer aqui nas duas reuniões
3303 ao mesmo tempo. **PRESIDENTE:** Obrigada, Luanda. Sávio. **DOMINGOS SÁVIO:** Luanda, eu
3304 acho que, do jeito que ficou, a gente tem que fazer a análise. Porque do jeito que está, está
3305 muito bom. Não tem problema, não. Por exemplo, eu acho que a recomendação que o Estado
3306 coloque do ponto de vista, vamos supor do trabalho. Do ponto de vista do trabalho, já se passa
3307 um primeiro Plano Decenal, que procura introduzir todas as determinações da NOBSUAS de
3308 Recursos Humanos de 2006. A partir de 2006, todos os municípios e todos os estados teriam
3309 que estar estruturando o que estava determinado na NOBSUAS de Recursos Humanos. O
3310 Eixo Trabalho é um eixo importante. E você vê toda a movimentação feita a partir de 2009,
3311 2010, com a própria existência do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS. O esforço, a
3312 nível nacional e ao nível dos municípios, para instituir a mesa de gestão do trabalho. Primeiro,
3313 uma discussão sobre mesa de negociação do trabalho, mesa de gestão do trabalho, vingou a
3314 mesa de gestão do trabalho, não é isso? Vingou a ideia de que os serviços permanentes
3315 requerem que os trabalhadores sejam concursados, todo esse movimento. Para quê? Para
3316 que esse lado ficasse disponível para que a política pudesse desenvolver. Você não
3317 desenvolve política pública, por exemplo, para trabalhador que não seja concursado. Isso é
3318 uma tese que não é difícil de provar. Você coloca, por exemplo, uma mesa de gestão do
3319 trabalho justamente porque quer defender aquela diretriz principal da Lei Orgânica que é a
3320 primazia do poder público na condução da política. São trabalhadores do SUAS, então você
3321 traz o trabalhador do campo privado, as suas condições de trabalho, as suas relações para
3322 serem discutidas em quem coordena a política que é o poder público. Isso tudo é tempo para
3323 se fazer. Ultimamente, o que é que se tem feito? Tem se estruturado a mesa de diálogo
3324 justamente trazer o sistema de justiça para dentro da gestão para que sejam discutidas as
3325 questões referentes à justiça dentro do poder público. Isso é democratizar a gestão. Ter um
3326 Núcleo de Educação Permanente que você leva a universidade para discutir processo de
3327 capacitação, etc., etc. Isso tudo foi pensado. Isso tudo são coisas que têm que fazer nessa
3328 esfera aí e assim por diante. Por exemplo, numa coisa avançada nós discutimos hoje, a
3329 questão da desinstitucionalização. Quanto mais você estrutura Família Acolhedora, PROFEG,
3330 que é a Família Extensa Guardiã, você está desinstitucionalizando. São programas

3331 importantíssimos para evolução da política porque assim a gente não sai do lugar. A gente só
3332 desenvolve a denominação, passa asilo para acolhimento institucional. Mas quero ver
3333 trabalhar a desinstitucionalização propriamente dita. É isso que a gente tem que atentar. Eu
3334 acho que essa é que a discussão importante. E, com relação a financiamento, são as novas
3335 fontes, saber utiliza-las é muito importante. Eu já disse aqui uma vez, o recurso em 2005, o
3336 governo federal tinha R\$ 4 bilhões na conta. O preço do Bolsa Família era de R\$ 20 bilhões.
3337 Não tinha a mínima possibilidade de fazer Bolsa Família. Ele foi lá, negociou um recurso de
3338 imposto de renda. Recurso do orçamento fiscal e não do orçamento da seguridade social. Eu
3339 acho que essa é a forma. Por isso fiquei muito motivado com esse negócio do Fundo de
3340 Erradicação da Miséria e é um recurso muito significativo. Só agora esse fundo passou a
3341 bancar o Piso Mineiro e é muito dinheiro que tem ali. Dá para gente reverter para assistência
3342 social. Dá para utilizar desse fundo. Inclusive o Estado tem utilizado, mas estou falando numa
3343 proporção mais considerável porque os repasses também são muito pequenos, pessoal. Há
3344 de convir que Belo Horizonte, eu vejo muito a comparação com Belo Horizonte é onde eu
3345 estou, mas a proporção deve ser igual para todos. O Piso Mineiro representa 1,2% do
3346 orçamento que Belo Horizonte utiliza, que é de R\$ 220 milhões. A ordem de grandeza desse
3347 recurso, do ponto de vista do cofinanciamento, é muito baixo. Cofinanciamento de governo
3348 federal era na faixa de 1/6. Agora é na faixa de bem menos porque o recurso do governo
3349 federal está congelado, a Emenda nº 96 não permite. Acho que discutir cofinanciamento em
3350 proporções numéricas estão baixas, é complicado também. É muito difícil? É muito difícil. Em
3351 Minas Gerais é muito município, isso sempre vai me espantar muito. Quando a gente pensa
3352 em 853 municípios é muita coisa. É muita coisa. Você vê que Rio de Janeiro são 70. Na hora
3353 que você vai falar a importância, o estado do Rio de Janeiro tem quase que a mesma
3354 importância de Minas Gerais. Mas, na hora que você vai ver, aqui são 853 municípios. Rio de
3355 Janeiro são 70. Paraná são 399, quer dizer, ninguém tem mais municípios do que Minas
3356 Gerais. Minas Gerais é diferenciado nisso aí. E como é que cuida disso tudo? Essa que é a
3357 preocupação mais geral. Eu acho que a gente teria que abordar esses aspectos do trabalho,
3358 do financiamento, da expansão dos programas e serviços, mais ou menos isso. Tem que
3359 pensar mais. **PRESIDENTE:** Sim. Vai ter um tempinho para complementar a apresentação
3360 também, Sávio. **DOMINGOS SÁVIO:** É. Lógico. **PRESIDENTE:** Eu tinha falado de fazer um
3361 pouco mais detalhado, o (texto incompreensível) [3:33:23] até pegou um pouco essa minha
3362 fala, mas, na verdade, eu falo um detalhamento na fala mesmo. Porque as regionais, elas
3363 foram apresentadas as deliberações das conferências regionais, eram poucos slides, muito
3364 objetivo também, então foi uma análise mais rápida. E agora (texto incompreensível) [3:33:43]
3365 na estadual acho que ele é até um pouco mais detalhado no sentido de fazer essa análise do
3366 Plano Decenal, que foi a orientação do Conselho Nacional para esse Processo Conferencial
3367 de 2021. No informe nº 4, eles sugerem que tenha apresentação do diagnóstico e do estágio

3368 de implementação do SUAS e do segundo Plano Decenal do Estado. A gente sempre vê, ao
3369 longo das discussões da conferência, trazendo isso e acho que foi importante essa definição
3370 da comissão de (texto incompreensível) [3:34:16] deliberação por deliberação, para além de
3371 serem muitas e também não serem tão significativas, analisando uma por uma, mas
3372 analisando por blocos pensando mesmo no Plano Decenal. A própria proposta mesmo para
3373 esse ano, do CNAS. Eu acho que vai ser possível você preparar uma apresentação muito boa
3374 para os delegados para poder ter esse panorama do Plano Decenal e dessa análise do Ato
3375 de Conferir desde 2019. **DOMINGOS SÁVIO:** Só para ficar mais completo, a gente teria que
3376 fazer referências, quais são as diretrizes que, tanto o estado quanto os municípios, teriam que
3377 seguir do ponto de vista do Plano Decenal. Isso é importante. Por exemplo, quando você fala
3378 “integralidade”. O que você está falando? Você está falando integralidade interna que é a
3379 relação entre serviços e benefícios, ou seja, toda pessoa que está no serviço teria que estar
3380 com benefício. Toda pessoa com benefício teria que estar no serviço. De forma bem simples
3381 é isso. E fala também da referência e contrarreferência de CRAS e CREAS, principalmente
3382 com relação com a violência, a violação de direitos, tanto criança e adolescente, trabalho
3383 infantil que é um grave problema. Esse problema tem que ser tratado de uma forma muito
3384 especial, mas isso se trata dessa forma, com relação à referência e contrarreferência. Por
3385 exemplo, o Estado, o CREAS, teria que encaminhar famílias para a convivência e
3386 fortalecimento de vínculos do CRAS. Essa é uma referência, sempre do maior para o menor.
3387 E a contrarreferência é o contrário, você detecta uma violação de direitos de uma família da
3388 convivência e fortalecimento de vínculo e vai ser atendida no CREAS. Como que está esse
3389 movimento do ponto de vista do município e do estado? Só para dar um exemplo. Peguei só
3390 uma diretriz. Qual que é a diretriz da participação popular que a gente teria que seguir, tanto
3391 no município quanto no estado? Eu acho que isso é importante também. A gente pode citar
3392 algumas diretrizes do Plano Decenal que são 5: o aperfeiçoamento institucional, a
3393 integralidade e a intersetorialidade, a participação popular, depois têm mais duas que eu
3394 esqueci. Financiamento. **PRESIDENTE:** Sávio, eu acho que é por essa linha mesmo. Se você
3395 precisar de apoio da Secretaria Executiva para fazer alguma alteração nos *slides*, Daniel pode
3396 solicitar alguém, algum técnico da Secretaria Executiva, para ajudar nessa complementação
3397 de slide e a gente vai conversando. **DOMINGOS SÁVIO:** Exatamente. **PRESIDENTE:** Teria
3398 que pactuar com a Secretaria Executiva também um prazo para eles (texto incompreensível)
3399 [3:37:24] para eles (texto incompreensível) a prestação de contas desse mandato, a
3400 apresentação e também até a síntese das conferências municipais e regionais. É importante a gente
3401 apresentar 1 ou 2 slides com os dados das conferências municipais e regionais. Essa
3402 prestação de contas que tem que ser dada na conferência estadual. Gostaria que a Secretaria
3403 Executiva me enviasse na semana que vem, porque na outra já é, na quarta, na quinta, que
3404 na outra segunda-feira já é a Conferência Estadual. Acho que a gente está aprovando o

3405 relatório da Comissão de Monitoramento e Avaliação das Deliberações da Conferência. E
3406 passar para o nosso próximo ponto de pauta. Já são 16h40. Agora a gente tem a pauta que é
3407 um retorno sobre uma (texto incompreensível) 3:38:12] em agosto. Eu não participei da
3408 plenária, mas me parece... sim, Cristiano. **CRISTIANO:** Desculpa. Não deixei você terminar
3409 de falar. Foi mal. **PRESIDENTE:** Pode falar. **CRISTIANO:** Não, eu ia propor 5 minutinhos de
3410 pausa para levantar, esticar os braços, desentortar o pescoço, tomar uma água e voltar, cinco
3411 minutinhos. **PRESIDENTE:** 16h43, então às 16h48 a gente retorna. Vamos tentar ser breve
3412 no retorno e objetivos porque a gente ainda tem duas pautas para vencer antes das 18h.
3413 **PRESIDENTE:** Deixa eu fazer a chamada. Cristiano, Lucas. Eu estava contextualizando o
3414 próximo ponto de pauta. Na plenária de agosto eu não estava presente, mas me parece que
3415 houve uma apresentação de parecer do Conselheiro Lucas, sobre atribuição de análise de
3416 classificação dos dados sigilosos com base na LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados. E a
3417 plenária deliberou enviar uma consulta jurídica e a gente obteve o retorno. Vou pedir para o
3418 Daniel fazer a leitura e a gente fazer a discussão. A gente retornou às 16h48 e eu pedi (texto
3419 inaudível) [3:40:48], mas eu acho que quando eu pedi para você apresentar você não tinha
3420 retornado ainda. **DANIEL – CEAS:** Vou fazer agora mesmo. **SUZANNE:** Engraçado, meu
3421 computador está 16h48 também aqui. **DANIEL – CEAS:** Pontual aqui, mas... **LUCAS:** Agora,
3422 isso. **PRESIDENTE:** Eu olhei no meu celular. Quando eu falei 14h42, para vocês devia de se
3423 16h40. Eu olhei aqui 16h43 que era no meu celular quando eu falei para gente retornar às
3424 16h48. **LUCAS:** Aqui era 16h41. **DANIEL – CEAS:** Eu vou ler o parecer aqui. A assessoria
3425 jurídica da SEDESE respondeu com esse parecer que vou ler agora para vocês. “Procedência:
3426 Conselho Estadual de Assistência Social Data: 17/09/2021 Classificação Temática: Consulta
3427 Jurídica Ementa: CONSULTA SOBRE COMPETÊNCIA PARA CLASSIFICAÇÃO DE
3428 DOCUMENTOS QUE ESTJEM SOB A POSSE DO CEAS. PUBLICIZAÇÃO DE DADOS.
3429 ORIENTAÇÕES GERAIS. I – Relatório A Subsecretária de Assistência Social encaminhou a
3430 essa Assessoria, por meio do Memorando SEDESE/CEAS nº 97/2021 (35075285), solicitação
3431 de análise jurídica com relação à competência da classificação de documentos que estejam
3432 sob posse do CEAS tendo em vista Lei Geral de Proteção de Dados. O expediente fora
3433 recebido com a seguinte documentação: É o relatório em síntese. II – Parecer II – 1. Do Âmbito
3434 de atuação Cumpre consignar que em face das disposições normativas da Lei Complementar
3435 Estadual nº 75/2004, da Lei Complementar Estadual nº 81/2004 e da Resolução AGE nº
3436 26/2017, está afeto às Assessorias Jurídicas e às Procuradorias prestar consultoria sob o
3437 ponto de vista estritamente jurídico, mesmo a de um ato decisório. A partir dos elementos
3438 técnicos, dos quais não se adentrará no mérito das razões e de seu conteúdo, é que o
3439 assessoramento analisará o arcabouço jurídico mais adequado ao caso concreto. Ainda, a
3440 manifestação opinativa não tem o condão de substituir a decisão da autoridade, porquanto
3441 não é vinculativa, sob pena de usurpar a competência da autoridade. Em artigo intitulado “A

3442 Lei 13.655/2018 e o dever de motivação pela Administração Pública da LINDB” (Lei de
3443 Introdução às Normas do Direito Brasileiro), a professora e também Procuradora do Estado
3444 de Minas Gerais, Raquel Melo Urbano de Carvalho, esclarece que: Um ato que não ostente
3445 as razões pelas quais foi praticado não atende a norma fundamental que consagrou o *due*
3446 *process of law* (não se limita às garantias formais, mas dele decorrem atualmente garantias
3447 substanciais, dentre as quais se destaca a motivação.)” Eles colocam o *link* do documento.
3448 “Ainda na lição do professor Juarez Freitas, tem-se: (...) em quarto lugar, o dever de motivação
3449 ampara as expectativas legítimas e se mostra útil à criação de ambiente seguro e confiável
3450 para as relações administrativas de longo prazo. Planejamento combina com racionalidade
3451 dialógica, não com pressões de imediato; motivação tende a assegurar a continuidade e
3452 estabilidade das políticas públicas. Motivação adequada estabelece postura pluralista,
3453 dialética e não-adversarial, em lugar da imposição odiosa e arbitrária, indiferente ao cidadão.
3454 Por tudo, a não-fundamentação, apesar da presunção (cada vez mais) relativa de legitimidade
3455 dos atos administrativos, traduz-se como erro suficiente a ensejar a anulação. FREITAS,
3456 Juarez. Discricionariade administrativa e o direito fundamental à boa administração pública.”
3457 E as páginas da obra. “Artigo 20 da LINDB reforça o poder-dever instrutório da Administração
3458 Pública: Art. 20. Nas esferas administrativas, controladora e judicial, não se decidirá com base
3459 em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da
3460 decisão. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018) Parágrafo único. A motivação demonstrará a
3461 necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste,
3462 processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas. (Incluído pela
3463 Lei nº 13.655, de 2018) Apesar de antiga, a decisão do STJ ainda se mantém resistente ao
3464 tempo para densificar o pressuposto da motivação em um caso concreto: não atende a
3465 exigência de devida motivação imposta aos atos administrativos a indicação de conceitos
3466 jurídicos indeterminados, em relação aos quais a Administração limitou-se a conceituar o
3467 desempenho de servidor em estágio probatório como bom, regular ou ruim, sem, todavia,
3468 apresentar os elementos que conduziram a esse conceito. Novamente na esteira da Dr.
3469 Raquel de Melo Urbano: De tal contexto, resulta que a motivação do ato deve narrar a situação
3470 fática que o viabiliza e demonstrar que o comportamento tem um amparo na ordem jurídica,
3471 inclusive no tocante aos meios utilizados, lugar de atuação e tempo de vigência dos efeitos. A
3472 boa e detalhada motivação revela-se verdadeiro escudo de proteção à atuação do gestor
3473 público por tornar sua atuação o mais transparente possível, livrando-o de futuros
3474 questionamentos de órgãos de controle. II – 3. Das Considerações Jurídicas Esclarecidas
3475 essas premissas iniciais, passa-se à análise da consulta, o que se faz sob o prisma exclusivo
3476 da juridicidade. Trata-se de pedido para esclarecimentos sobre a competência da classificação
3477 de documentos que estejam sob posse do CEAS. Segundo Parecer do Conselheiro Lucas
3478 Estevão foi apresentado na 266ª Plenária Ordinária, em 20 de agosto de 2021, é a autoridade

3479 competente para realizar a classificação do sigilo dos dados dos documentos. Das Diretrizes
3480 Gerais da Lei de Proteção de Dados Insta estabelecer que a Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei
3481 de Acesso à Informação (LAI) – tem como objetivo tornar a Administração Pública mais
3482 transparente e disponibilizar, aos cidadãos, informações de caráter público, instituindo para
3483 tanto, obrigações, prazos e procedimentos para a divulgação de dados. A principal diretriz que
3484 rege a disponibilização de informações é: a publicidade e a transparência das informações
3485 são a regra e o sigilo é a exceção. Portanto, a informação sob a guarda do Estado é sempre
3486 pública, devendo o acesso a ela ser restrito apenas em casos específicos e por período
3487 determinado. O procedimento para classificar determinada informação em grau de sigilo foi
3488 especificado no Capítulo IV do Decreto Estadual nº 45.969/2012 que determina: Art. 28. A
3489 informação em poder dos órgãos e entidades, observando o seu teor e em razão de sua
3490 imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada no grau
3491 ultrassecreto, secreto ou reservado. Art. 29. Para a classificação da informação em grau de
3492 sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos
3493 restritivo possível considerados: I – a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e
3494 do Estado; e II – o prazo máximo de classificação em grau de sigilo ou o evento que defina
3495 seu termo final. Assim, cabe às autoridades competentes, listadas no Decreto Estadual, com
3496 auxílio da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, especificar se as informações
3497 contidas nas denúncias dos Planos de Assistência Social para as populações atingidas por
3498 construções de barragens são classificadas ou não como sigilosas, e se for, qual o grau de
3499 sigilo. Em relação aos dados pessoais produzidos no âmbito do PAS/BARRAGEM, é
3500 necessário se ater a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei de Proteção de Dados Pessoais (LGPD),
3501 que regula toda operação realizada com o uso de dados pessoais, inclusive nos meios digitais,
3502 por pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado. O normativo detalha como
3503 ocorrerá o tratamento dos dados pessoais, *in verbis*: Art. 7º. O tratamento de dados pessoais
3504 somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: I – mediante o fornecimento de
3505 consentimento pelo titular; II – para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo
3506 controlador; III – pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados
3507 necessário na execução de políticas públicas previstas em lei e regulamentos ou respaldadas
3508 em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo
3509 IV desta lei; IV – para a realização de estudos por órgãos de pesquisa, garantida, sempre que
3510 possível, a anonimização dos dados pessoais; V – quando necessário para a execução de
3511 contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular,
3512 a pedido do titular dos dados; VI – para o exercício regular de direitos em processo judicial,
3513 administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996
3514 (Lei de Arbitragem); VII – para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de
3515 terceiros; VIII – para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por

3516 profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; IX – quando necessário
3517 para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de
3518 prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados
3519 pessoais; ou X – para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação
3520 pertinente. § 3º. O tratamento de dados pessoais, cujo acesso é público, deve considerar a
3521 finalidade, a boa-fé e o interesse público que justificaram sua disponibilização. § 4º. É
3522 dispensada a exigência do consentimento previsto no caput deste artigo para os dados
3523 tornados manifestamente públicos pelo titular, resguardados os direitos do titular e os
3524 princípios previstos nesta lei. § 5º. O controlador que obteve o consentimento referido no inciso
3525 I do *caput* deste artigo que necessitar comunicar ou compartilhar dados pessoais com outros
3526 controladores, deverá obter consentimento específico do titular para esse fim, ressalvadas as
3527 hipóteses de dispensas do consentimento previstas nesta Lei. § 6º. A eventual dispensa da
3528 exigência do consentimento não desobriga os agentes de tratamento das demais obrigações
3529 previstas nesta Lei, especialmente da observância dos princípios gerais e da garantia dos
3530 direitos do titular. § 7º. O tratamento posterior dos dados pessoais a que se referem os §§ 3º
3531 e 4º deste artigo poderá ser realizado para novas finalidades, desde que observados os
3532 propósitos legítimos e específicos para o novo tratamento e a preservação dos direitos do
3533 titular, assim como os fundamentos e os princípios previstos nesta Lei. Assim, importante
3534 definir se as informações produzidas no PAS/BARRAGEM são públicas ou sigilosas e, a partir
3535 da classificação, estabelecer a forma de tratamento dos dados pessoais. Acrescenta-se que,
3536 conforme Parecer aprovado pelo Advogado-Geral 16.248, de 23/07/2020 é: Imperioso
3537 destacar que da aplicação de regras direcionadas à transparência no trato da coisa pública
3538 não deverá decorrer, necessariamente, a lesão a direitos e interesses de terceiros. E,
3539 eventualmente, se de um decorrer o outro, caberá à Administração Pública adotar via diversa
3540 em que haja, senão a extirpação, a mitigação de eventuais efeitos gravosos sobre o direito
3541 protegido. Exigindo-se, caso assim seja, a presença de elementos de razoabilidade entre o
3542 dano causado e o benefício gerado pelo “ato de transgressão”. DA COMPETÊNCIA DA
3543 AUTORIDADE ADMINISTRATIVA DO CONSELHO Conforme art. 1º do Regimento Interno, o
3544 Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/MG, é um órgão autônomo, instituído nos
3545 termos da Lei Estadual nº 12.262/1996, com competência de elaborar, alterar, aprovar e
3546 publicar normas administrativas para orientar seu funcionamento, veja-se: Regimento Interno
3547 Art. 2º. Compete ao CEAS-MG: IV – normatizar as ações e regular a prestação de serviços de
3548 natureza pública e privada no campo da assistência social; XXV – elaborar, alterar, aprovar e
3549 publicar o seu Regimento Interno e normas administrativas para orientar seu funcionamento;
3550 No que tange à competência para elaboração da classificação do sigilo de dados dos
3551 documentos, entende-se, por força do que dispõe o próprio Regimento Interno, que se trata
3552 de competência do presidente, já que atua como autoridade administrativa do conselho. *In*

3553 *verbis*: Art. 21. Compete ao presidente do CEAS-MG, sem prejuízo de outras atribuições
3554 previstas em lei ou regulamento: VII – praticar os atos necessários ao exercício das tarefas
3555 administrativas e os decorrentes das deliberações da Plenária. Porém, para tanto, faz-se
3556 necessário esclarecer que compete à Mesa Diretora apresentar a normativa para a
3557 classificação do sigilo, uma vez que se trata de normas relativas ao funcionamento
3558 administrativo do conselho. Art. 20. Compete à Mesa Diretora, na condição de coordenadora
3559 das ações político-administrativas do CEAS-MG: I – dispor sobre as normas e atos relativos
3560 ao funcionamento administrativo do Conselho; Cabe mencionar que por se tratar da edição de
3561 atos de caráter normativo, não se admite delegação, nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei nº
3562 9.784/1999. Com efeito, cabe ao Conselho, por meio da autoridade administrativa competente
3563 para o caso concreto, realizar acurado cotejo se os dados a serem fornecidos estão
3564 classificados em grau de sigilo ou se envolver o tratamento da informação pessoal com
3565 respeito às liberdades e garantias individuais à intimidade, vida privada, honra e imagem das
3566 pessoas. Lembramos, ainda, que a divulgação ou permissão de acesso indevido à informação
3567 sigilosa ou informação pessoal constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do
3568 agente público ou militar (art. 32 da Lei Federal nº 12. 527/2011). **CONCLUSÃO** - Concluimos,
3569 do ponto de vista exclusivamente jurídica, que compete à Presidência do Conselho a
3570 elaboração da classificação do sigilo de dados dos documentos, uma vez fixadas as balizas
3571 pela Mesa Diretora, nos termos da competência emanada do próprio Regimento Interno do
3572 órgão. Portanto, sob o ponto de vista jurídico, estas são as ponderações que julgamos
3573 pertinentes salientar para a consulta formulada. Finalizando, lembramos, por oportuno, que o
3574 juízo para o fornecimento das informações solicitadas deve ser realizado pela autoridade
3575 administrativa responsável diretamente pelo órgão consultado, devendo orienta-se pelos
3576 princípios da Administração Pública, observadas as diretrizes do respeito à publicidade como
3577 preceito geral e do sigilo como exceção. (Art. 3º do mesmo Decreto). À superior consideração.
3578 Carolina Leal Ribas - Assessor Jurídico - Vitor Ramos Mangualde – Procurador do Estado -
3579 Chefe da Assessoria Jurídica” **PRESIDENTE**: Daniel, obrigada. Esse Parecer foi assinado por
3580 quem? Eu estava achando que era da Advocacia Geral do Estado. **DANIEL – CEAS**: Ele é
3581 pelo Procurador-Chefe. **PRESIDENTE**: Pelo Procurador-Chefe? É da AGE? Eu não entendo
3582 essas terminologias, esses cargos. É um parecer da AGE ou um parecer jurídico da SEDESE?
3583 **DANIEL – CEAS**: É um parecer jurídico da SEDESE. **PRESIDENTE**: Ah, tá. Eu queria até
3584 colocar em discussão para o plenário. Porque esse parecer coloca meio que é uma decisão
3585 monocrática. E isso implica pessoalmente a figura dos presidentes. Pensando como uma
3586 responsabilidade para os conselhos estaduais, municipais, porque a Lei Geral de Proteção de
3587 Dados, ela, Brasil, né! Fico pensando até que ponto que isso é, de fato, uma atribuição do
3588 controle social. O quanto que esse parecer também, ele não fez uma análise isolada em cima
3589 de determinado aspecto sem levar em conta as outras normativas afetas ao controle social.

3590 Lembrando que o próprio Regimento Interno diz que compete ao presidente cumprir as
3591 decisões da plenária. Não compete ao presidente uma decisão monocrática, por exemplo,
3592 uma classificação de sigilo. E também coloca atribuições à Mesa Diretora que eu não sei até
3593 que ponto também são. Todo parecer a gente sempre tem visões que podem ser
3594 diferenciadas. Vide até aquele parecer no início do ano que falava que o CEAS estava sem
3595 previsão legal da composição. E recentemente a AGE deu um outro parecer contrariando esse
3596 parecer inicial que a gente tinha. Queria trazer essas reflexões e dizer que a gente fez um
3597 ofício para o Conselho Nacional de Assistência Social pedindo apoio técnico porque se isso é
3598 uma atribuição do CEAS-MG, então outros estados também devem estar com a mesma
3599 dificuldade. A gente solicitou apoio técnico. Ontem, na reunião da Mesa Diretora, a gente
3600 discutiu um pouco sobre isso. E até apareceu uma sugestão de levar para o Ministério Público
3601 para gente ampliar essa discussão e o entendimento em cima disso. Deixa eu ver se tem
3602 alguma inscrição aqui para tratar sobre essa pauta. A primeira inscrição é do Élerson. **LUCAS:**
3603 Tem a minha inscrição antes, Patrícia. **PRESIDENTE:** Perdão. Eu não tinha visto. **LUCAS:** Eu
3604 só queria pedir para que fosse projetado o parecer que eu apresentei e que foi encaminhado
3605 para o jurídico, para que fosse verificado se tinha razão no meu parecer ou não. Se fosse
3606 possível projetar também para ver se foi na mesma linha ou se foi numa linha divergente. Eu
3607 não lembro mais do parecer. Daniel ou Rosa. **DANIEL – CEAS:** Pode deixar, Lucas. **LUCAS:**
3608 E queria também saber se esse documento pode ser disponibilizado para nós conselheiros.
3609 **ROSALICE - CEAS:** Daniel, você quer que exiba aqui? **DANIEL – CEAS:** Pode sim. Você
3610 está com o parecer do Lucas fácil aí Rosa? Pode publicar, sim. **ROSALICE - CEAS:** Ele está
3611 salvo aqui na pasta de (texto incompreensível) [4:00:30]. **DANIEL – CEAS:** Sim, mas se tiver
3612 difícil, eu acho aqui. **ROSALICE - CEAS:** Está aqui. Achei. É esse, Lucas? Retorno de Vista.
3613 **LUCAS:** Isso. Pode ir para o final. No finalzinho. “Diante disso.” Está pequeno para ler. Se
3614 você puder ler para gente. O parecer foi no seguinte sentido “Conclui-se que a Mesa Diretora
3615 deverá apresentar normativa para classificação do sigilo, com a devida discussão com Mesa
3616 Diretora Ampliada, submete-la à apreciação a plenária, por se tratar de matéria
3617 exclusivamente administrativa, não podendo ser delegada tal responsabilidade aos demais
3618 conselheiros por ser competência privativa (conforme o art. 20). E a classificação do sigilo se
3619 dará pela autoridade direta dos processos. No caso dos processos de barragens encerrados
3620 que estão em responsabilidade administrativa, deve ser feita pela presidente do conselho. Nos
3621 demais processos em andamento, a classificação deve ser feita pelos respectivos relatores
3622 dos processos.” Então, eu tinha razão no meu parecer, de acordo com o parecer exposto pela
3623 Procuradoria da SEDESE. É só isso mesmo. Só pedir para que parecer seja disponibilizado
3624 para todos os conselheiros. Obrigado. **DANIEL – CEAS:** O parecer da procuradoria já foi
3625 disponibilizado, Lucas. **PRESIDENTE:** Obrigada, Lucas. Obrigada, Daniel. A próxima
3626 inscrição é do Élerson. **ÉLERTON:** Eu vou falar com muita tranquilidade porque, desde o

3627 início, quando esse assunto surgiu em pauta, só para contextualizar aqueles que agora estão
3628 chegando. Eu fui um dos primeiros a falar que a regra, para qualquer tipo de (texto inaudível)
3629 [4:04:00] a gente precisa... **PRESIDENTE:** Falar um pouco mais alto. Picou até “a regra”.
3630 **ÉLERTON:** (texto inaudível) [4:04:26] à época não foi no sentido de estabelecer como que se
3631 faria a classificação desses documentos. Eu vejo esse parecer com muita ressalva, tanto da
3632 procuradoria e peço vênia ao Lucas, mas eu também não concordo com esse parecer porque,
3633 pelo que eu entendo, existe uma normativa. Por exemplo, em relação à classificação de
3634 documentos, você não pode simplesmente deduzir ou chegar à conclusão de que isso é uma
3635 deliberação da Mesa Diretora ou deliberação da presidente, se isso não está explicitamente
3636 determinado. Tudo que é ato público precisa estar explicitamente determinado e regido. E não
3637 há nenhuma norma que diga explicitamente, por exemplo, que a Mesa Diretora precisa fazer
3638 a classificação; que a classificação tenha que ser dada pelo conselheiro, por exemplo, que
3639 está acompanhando um processo. Se isso precisa ser feito, eu acho que isso precisa estar
3640 explícito. Eu estou falando isso não só para esse processo, mas em relação a outros
3641 processos também. Eu acho que a partir disso a gente precisa criar uma norma mais explícita.
3642 A sugestão que eu dei, porque parecer é parecer. São posições. Tendo em vista que têm
3643 questões muito importantes aí, no seguinte sentido, quando eu falei lá no início que a gente
3644 deveria publicizar e garantir o acesso do jornalista, a grande questão foi: “Olha, se a gente
3645 liberar o acesso e tiver dados sigilosos, a gente pode responder criminalmente.” Só que, pelos
3646 pareceres que têm chegado, os questionamentos que também têm chegado, não liberar o
3647 acesso é também passível de responder criminalmente porque você está violando um direito.
3648 Está violando o direito do acesso à informação. Eu sugeri a Mesa Diretora para gente sair
3649 desse impasse e não ficar através de posicionamentos de um lado, posicionamento de outro,
3650 e eu falei isso para Patrícia: “Patrícia, se sou eu o presidente, eu não tomaria esse ato
3651 deliberado em nome pessoal. Eu levaria isso para o Ministério Público e falaria: “Olha, a gente
3652 tem esse impasse aqui.” Levaria para o Ministério Público e deixaria o MP ajuizar a ação.
3653 Ajuizar ação, por exemplo, para uma decisão judicial “Olha, é obrigação de vocês liberar
3654 mesmo e tal.” Aí, sim, a gente faz. Ou, então, que se fizesse isso uma decisão coletiva, mas,
3655 pelo que eu estou percebendo aqui e pelo parecer também que foi lido pela procuradoria, é
3656 preciso classificar. O documento não está classificado. E o esforço e o hercúleo que vai ser
3657 feito para fazer a classificação, e depois tomar a decisão. Se não tem isso claro, eu levaria
3658 para outras instâncias para que isso pudesse ser decidido. Eu estou aqui agora. Eu sou da
3659 Mesa Diretora. Tem esse parecer da procuradoria. Tem esse parecer do Lucas. Eu não tenho
3660 segurança nenhuma para sentar, para fazer qualquer tipo de classificação e para dar um
3661 parecer. Fico imaginando Patrícia sozinha também o que ela vai fazer. E nós aqui, enquanto
3662 conselho, vou jogar a bomba para que ela decida. Vai ser uma responsabilidade da presidente.
3663 Você se vira aí e você decida. Não acho que é por aí também. Eu acho que a gente precisa

3664 tomar uma decisão legalmente fundamentada e também legalmente articulada. Eu levaria
3665 para instância do Ministério Público para que isso fosse decidido lá ou que ele também desse
3666 um parecer. **PRESIDENTE:** Ok, Élerson. Concordo muito com o que você disse e o que você
3667 vem dizendo desde o início dessas discussões. Mas eu fico muito tranquila em relação a isso
3668 porque, enquanto presidente, eu tomo as decisões que são deliberadas pela plenária. Não
3669 sou eu Patrícia. Não é o presidente que vai fazer isso. Mas é importante e está muito claro até
3670 para o próximo mandato, nossa penúltima reunião, para nós é a última e teremos um novo
3671 presidente, no caso, (texto incompreensível) [4:09:08] do governo. E não tem nada que
3672 determine que essa classificação tem que ser feita pela Mesa. E como (texto incompreensível)
3673 [4:09:18] classificação também, então é uma classificação ao nível do Estado que o
3674 governador tem que fazer. É o governador que vai lá, senta, pega a documentação. “Olha,
3675 tem um parecer técnico, tem toda uma equipe que faz essa análise. Então, essa atribuição
3676 seria quem que organiza administrativamente o trabalho do conselho é a Secretaria Executiva.
3677 Então, a Secretaria Executiva que tem que fazer a classificação, passar para Mesa Diretora,
3678 passar para plenária, para presidente assinar a resolução? Como que é o fluxo disso? Até por
3679 isso é importante também a gente conversar com o conselho nacional para entender melhor.
3680 Eu acho que essa proposta de encaminhamento que o Élerson traz, para o Ministério Público,
3681 ela também é fundamental. A próxima inscrita é a Ivone. **IVONE:** Me assusta essa situação
3682 até porque o Lucas está afirmando que está no regimento, mas quem aprova o regimento são
3683 os conselheiros. Eu acho que o conselho tem uma legislação superior ao regimento. E eu acho
3684 importante que a gente tenha a clareza de que o órgão do conselho, principalmente há uma
3685 diferença do Conselho Tutelar, mas o órgão conselho, ele tem uma deliberação autônoma das
3686 suas ações como deliberador. Mas, na parte administrativa, ele pertence a um órgão público,
3687 a uma secretaria específica, que é a parte administrativa desse conselho. Eu vejo que não é
3688 momento nosso agora, ah, a bomba sai de mim e eu vou jogar para o outro. E o outro joga
3689 para o outro. Eu acho que não. A gente tem que saber qual que é realmente a capacidade
3690 legal de fornecer dados sigilosos de algum órgão, independente se é do conselho, se é da
3691 secretaria da SEDESE, se é da assistência, de onde for, qual que é. É isso que está colocado.
3692 Não é a presidente que tem que decidir. Não. É o que impacta legalmente você colocar dados
3693 sigilosos, tanto de você fornecer e como de você não fornecer. Eu acho que essa parte até
3694 agora a gente não conseguiu adquirir, de fato, essa posição legal, técnica. É possível não
3695 fornecer os dados sigilosos? Dizer que não vamos fornecer? É isso? É possível? É possível
3696 dizer que sim, que é possível e que o conselho tem que abrir todos os seus dados e apresentar
3697 isso tudo para qualquer solicitação de quem for? Eu sei que pela lei da quebra de sigilo é só
3698 a justiça. Não sei até que ponto que, de fato, a gente está tendo as respostas conforme estão
3699 sendo solicitadas. E eu acho que a consulta ao Conselho Nacional e a busca do Ministério
3700 Público é caminho também. Eu percebo que é possível, mas eu sempre entendo que o

3701 conselho, ele está vinculado administrativamente a um órgão público que seria aqui a
3702 SEDESE, no caso da assistência social. No caso da saúde, o Conselho de Saúde, a Secretaria
3703 de Saúde. Ele está locado numa secretaria que responde, sim, administrativamente por esse
3704 conselho. **PRESIDENTE:** Obrigada, Ivone. O Élerson até colocou aqui no *Chat*: “Que o
3705 regimento, ele versa sobre os seus atos. É um regulamento interno.” E a classificação dos
3706 documentos públicos, sigilosos ou não, está fora da nossa esfera de decisão. A LGPD é uma
3707 coisa acima de uma outra esfera do que um regimento interno. Em cima da fala da Ivone,
3708 fiquei até pensando aqui como que seria essa classificação de sigilo no Conselho Estadual de
3709 Saúde, enfim. Deixa eu passar para próxima inscrição, Suzanne. **SUZANNE:** Eu vou ser breve
3710 porque o Élerson e a Patrícia já meio que falaram alguma coisa que eu ia falar. Patrícia,
3711 também fico com essa dúvida José Roberto até colocou no *Chat* e explicou. O procurador da
3712 SEDESE, ele é servidor da AGE, ocupa o cargo na AGE para assessorar a secretaria de
3713 estado, no caso, a SEDESE. Ele é o procurador da SEDESE, mas é um servidor da AGE.
3714 Cada secretaria vai ter um procurador da AGE para assessora-la. Só para explicar essa parte.
3715 **PRESIDENTE:** (texto incompreensível) [4:14:58]. **SUZANNE:** É, eu também não entendo
3716 nada. A outra coisa que eu ia falar é que a gente pode procurar outras instâncias e tal. E uma
3717 coisa, é óbvio que quando o parecer fala que é competência da Mesa Diretora, é óbvio que
3718 não é a Patrícia, a Mariana e a Ivone, que vão sentar uma do lado da outra, olhar documento
3719 por documento e classificar, não. Elas podem ter um parecer técnico de uma equipe, poder
3720 ser (texto incompreensível) [4:15:25] pela plenária. Eles não estão se referindo à presidência
3721 e à Mesa diretora pessoalmente, as pessoas que ocupam esses cargos, não. Elas que têm
3722 que fazer a ação. A questão é de responsabilidade delas e é óbvio que elas podem ter uma
3723 equipe igual toda secretaria tem. Mariana é ordenadora de despesas, não é ela que analisa
3724 (texto inaudível) [4:15:45] dá o parecer para ela que tal despesa pode ser executada. Isso
3725 (texto inaudível) [4:15:53]. Não acho que está escrito que ela pessoalmente elas têm que fazer
3726 (texto inaudível) [4:15:55], não. O que eu ia dizer, é assim, a Patrícia falou que eu tive uma
3727 ideia, que por mais que a gente faça consultas, eu acho que seria prudente a gente começar
3728 a pensar em como isso seria organizado. Igual eu falei, quem seria essa equipe que iria ajudar
3729 a fazer esses pareceres técnicos. Acho que a gente pode entrar em contato (texto inaudível)
3730 [4:16:20] Conselho de Saúde, vamos procurar a secretaria executiva deles. Vamos saber o
3731 que é feito lá para ajudar a gente a fazer um fluxo interno nosso. Em outro momento a gente
3732 pedir parecer para a, b e c, e todos falarem a mesma coisa. Enquanto isso a gente está sendo
3733 cobrado e agora a gente tem um parecer público falando que é competência nossa. Eu
3734 concordo, se não estamos esclarecidos, podemos pedir esclarecimento para outros órgãos
3735 (texto incompreensível) [4:16:43] para outros órgãos? Mas eu acho que seria prudente a gente
3736 (texto inaudível) [4:16:50] a situação ficou mais séria porque tem um parecer dizendo que é
3737 competência da Mesa Diretora, enfim. Eu acho que seria mais prudente a gente já começar a

3738 pensar numa forma de organização. A gente estava falando ontem. A gente não falou da
3739 prestação de contas ainda, mas bora prever uma capacitação sobre isso (texto inaudível)
3740 [4:17:08] não sei da ação do controle social, vamos pedir uma capacitação para isso. Vamos
3741 procurar a própria SEDESE tem pessoas (texto incompreensível) [4:17:17] documentos que
3742 estão de posse da SEDESE, que seria mais prudente a gente já começar alguns movimentos
3743 para se preparar para isso. Porque é isso, pode ser que a gente vá pedir 10 pareceres e todos
3744 eles vão falar a mesma coisa. E tem essa questão do prazo, enfim, pode ser que chegue uma
3745 hora e a gente não consiga dilação de prazo e internamente a gente nem organizou para
3746 responder, para classificar, enfim, eu fico com medo disso, diante de 10 pareceres e todos
3747 falarem a mesma coisa. E, no final disso, a gente ter feito o que internamente? Minha
3748 preocupação é essa. **PRESIDENTE:** Obrigada, Suzanne. Muito na linha do que você diz, em
3749 cima de um parecer desse, o que a gente pensa? Se é uma competência da Mesa Diretora,
3750 se é uma competência da presidência? Qual que é o fluxo? A Secretaria Executiva vai analisar.
3751 Vai emitir um parecer técnico. E a gente vai trazer para plenária para poder deliberar? Isso,
3752 de fato, é uma atribuição da Secretaria Executiva? De um órgão de controle social? Achei
3753 muito prudente também você falar sobre isso, dessa conversa com outros conselhos estaduais
3754 também, como o de saúde, por exemplo. A gente já solicitou esse apoio técnico para o
3755 Conselho Nacional também. Em conversa com alguns presidentes de CEAS todos ficaram
3756 assustados, penso assim. É uma enorme novidade, pelo menos, consegui consultar e
3757 ninguém está ciente dessa atribuição para o controle social, não, enfim. A próxima inscrição é
3758 do Lucas. **LUCAS:** Obrigado, Patrícia. Eu vou fazer uma citação parafraseando “Debaixo de
3759 qualquer torneira o grão de açúcar vai derreter.” A gente pode mandar para qualquer órgão
3760 que vai falar a mesma coisa que foi dita por esse parecer. Porque foi estritamente técnico e
3761 embasado nas normativas colocadas. A gente precisa traçar as estratégias de fazer cumprir
3762 isso. O Ministério Público não vai nos responder porque não é um órgão consultivo. Pode ser
3763 que o CNAS dê esse suporte para nós no apoio jurídico que eles tenham, mas eu tenho para
3764 mim que a resposta vai ser a mesma porque não vai mudar a leitura de algo que está está
3765 claro porque é tarefa administrativa. E a titularidade, a autoridade maior administrativo do
3766 nosso conselho é a presidência. É nesse sentido, mas a gente precisa construir esses fluxos.
3767 A Mesa Diretora propor esses fluxos e o cumprimento da classificação ou não do sigilo, pela
3768 presidência, claro que com o auxílio técnico pertinente. É aquilo que Suzanne estava falando.
3769 A gente tem a distribuição das competências de quem tem o dever de caneta. É o dever de
3770 assinar. Mas isso não impede que tenha um assessoramento para tal. O que eu queria dizer,
3771 independente da torneira que a gente botar um grão de açúcar debaixo dela, ele vai derreter.
3772 É só para poder contribuir nesse sentido e dizer que todos nós, conselheiros, também temos
3773 possibilidades para poder auxiliar nisso. A gente sabe que nós, enquanto conselheiros, temos
3774 que defender a institucionalidade. Nós sabíamos da responsabilidade quando assumimos os

3775 nossos cargos ou no conselho enquanto coordenadores das comissões, ou mesmo na
3776 diretoria, na presidência, vice e secretaria, primeira e segunda, na própria Comissão de Ética.
3777 A gente sabia desses encargos que poderiam vir. A gente não sabia o tamanho do encargo,
3778 mas a gente sabia que teria encargo vinculado a esses cargos. É importante que a gente se
3779 atenha a isso. E só uma consideração final, acho que vai ser a minha última manifestação
3780 nesse ponto, eu fiquei muito chateado. Muito chateado mesmo com a fala do Conselheiro
3781 Élerson, principalmente no que diz respeito ao parecer apresentado. Eu me coloco na
3782 condição também de atuante no jurídico e também de realizador parecer jurídico. A gente não
3783 faz parecer jurídico e de realizador também de parecer jurídico. A gente não faz parecer
3784 jurídico pensando em algo que seja político. A gente faz parecer com base naquilo que é e
3785 está colocado pela legislação. Me atingiu também, não pelo meu parecer porque o parecer
3786 que apresentei foi enquanto conselheiro. Não poderia apresentar um parecer técnico, mas
3787 aqui faço as honras de defender os pareceristas do jurídico da SUBAS e também da AGE.
3788 Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigada, Lucas. No início da sua fala você disse que a gente pode
3789 consultar e que os pareceres serão iguais. Eu sempre me recordo do início do ano quando a
3790 gente recebeu um parecer jurídico da SEDESE dizendo que o CEAS tem uma composição
3791 legal, com a revogação da lei delegada 180 e, depois, do parecer da AGE, agora em agosto,
3792 setembro, mais ou menos, contradizendo esse parecer e afirmando que (texto
3793 incompreensível) [4:23:12] iria fazer o processo eleitoral porque o entendimento delegada 180
3794 (texto inaudível) [4:23:20] revogou não revogou o artigo que estava, então a gente teve dois
3795 pareceres diferentes. Acho que isso é comum no mundo jurídico e no mundo afora. Deixa eu
3796 passar a inscrição para o Élerson. **ÉLERSON:** Em primeiro lugar, pedir desculpa para o Lucas
3797 se ele se sentiu ofendido porque a minha fala, em nenhum momento, eu quis dar a entender
3798 ou quis dizer, que você fez um parecer (texto inaudível) [4:23:54] Patrícia, nesse alguma coisa
3799 nesse sentido. (texto inaudível) [4:23:58] seu em relação posicionamento seu, técnico
3800 embasado juridicamente (texto inaudível) [4:24:13] em relação ao (texto inaudível) [4:24:14].
3801 Mas que eu discordava (texto inaudível) [4:24:16] por conta disso. Eu acho que o seu parecer
3802 é o seu posicionamento dos conhecimentos que você tem acerca do tema. Eu acho que eu
3803 falar da minha formação aqui também, acho que a questão não é essa, mas só para dizer que
3804 há, mesmo embasado juridicamente, tecnicamente, tal, tal, tal, há posicionamentos diferentes.
3805 E eu tenho um posicionamento diferente em relação a isso, tanto em relação a você quanto
3806 em relação ao parecer que foi colocado pela procuradoria. Lembrando que, quer dizer, a nossa
3807 questão aqui e eu estou vendo as colocações que o Daniel está colocando no *Chat*, isso
3808 também me preocupa porque no primeiro debate, Daniel, quando isso chegou em pauta aqui,
3809 esses foram os encaminhamentos. Os encaminhamentos que a gente tirou quando a gente
3810 passou uma tarde inteira conversando acerca desse tema, foi justamente isso gente nós
3811 precisamos criar fluxos. Nós precisamos criar procedimentos para classificação desses

3812 documentos. Se nós, se isso é uma deliberação a ser feita pelo CEAS, então, que nós criemos
3813 essa comissão, que a gente estabeleça fluxos e que a gente seja capacitado para fazer essa
3814 classificação. E aí encaminhamos que a Secretaria Executiva se consultaria os órgãos
3815 responsáveis para que eles pudessem dar parecer, quer dizer, e a gente passou todo esse
3816 tempo e estamos nos mesmos lugares também. E gostaria de frisar de novo, por exemplo,
3817 nós temos um prazo. Eu sou muito pragmático e muito objetivo. Nós temos um prazo e,
3818 segundo você colocou na reunião ontem da Mesa Diretora, nós estamos sendo cobrados para
3819 dar uma resposta. Quando o Lucas fala, por exemplo, que não adianta consultar o Ministério
3820 Público, que o Ministério Público não é órgão consultivo, pelo contrário, o Ministério Público é
3821 um órgão que faz a defesa coletiva de direitos fundamentais. Esse tema que a gente está
3822 tratando aqui, não é um caso de Daniel com o fulano de tal. Não. O que a gente está tratando
3823 aqui é a solicitação de um jornalista, por exemplo, o acesso à informação é um direito
3824 fundamental, direito coletivo e também a resposta que a gente precisa dar à luz da lei de
3825 proteção de dados porque, segundo a Secretaria Executiva, as técnicas que estavam
3826 acompanhando o processo, há dados pessoais de várias pessoas ali, por isso que é preciso
3827 fazer a classificação. Quando falei de se levar ao Ministério Público, seria justamente porque
3828 daqui a um mês - eu acho que o nosso prazo é 30 dias -, daqui a um mês a gente recebe outra
3829 cobrança, em relação ao nosso posicionamento, e a coisa não saiu da nossa esfera. Se a
3830 coisa vai para um outro órgão de garantia de direitos, querendo ou não, por mais que vá para
3831 a SEDESE, por mais que vá para AGE, não sei o que, por mais que rode aqui dentro, está
3832 dentro do Estado ainda. Toda essa discussão ainda está dentro do Estado. Eu falo de levar
3833 para o Ministério Público porque a gente está levando para um outro órgão, está dentro do
3834 Estado também, mas já é um outro órgão para ele emitir um parecer acerca disso e, por
3835 exemplo, se a gente recebe uma cobrança e não tem a resposta do Ministério Público, a gente
3836 pode dizer, eu diria, pelo menos: "Olha, nós não temos segurança jurídica para tomar uma
3837 decisão, nem para liberar e não temos procedimentos ainda para classificar." Fico imaginando,
3838 vamos montar uma comissão. Vamos sentar lá na comissão. Sentamos à Mesa Diretora e
3839 estou sendo muito operacional, gente. Desculpa ser longo. Sentamos à Mesa Diretora e as
3840 técnicas que acompanhavam o processo. Vamos fazer a classificação. Quem é que conhece?
3841 Nem a lei a gente conhece. O que vai sair disso? Acho que a gente precisa (texto inaudível)
3842 [4:28:53] eu levaria, por questão de segurança. (texto inaudível) [4:28:55] outro órgão, o
3843 Ministério Público (texto inaudível) [4:28:58], mas é só meu posicionamento. **PRESIDENTE:**
3844 Obrigada, Élerson. Eu acho que não tem inscrição. Têm várias mensagens. Estou tentando
3845 aqui identificar se tem alguma inscrição. O Daniel deu uma sugestão no *Chat*. Vou passar para
3846 o Daniel, enquanto Secretário Executivo. Ele, do ponto de vista, dá essa assessoria técnica
3847 aqui para o plenário nessa pauta. **DANIEL – CEAS:** Claro. Acho que é uma questão realmente
3848 sensível que, de fato, tem essa discussão. A questão que o Élerson falou é bem verdade, no

3849 sentido – eu estou vendo aqui várias, inicialmente a ideia seria construir uma metodologia
3850 como a gente faz com todas as outras questões. A gente operacionaliza e passa para plenário.
3851 Mas eu estou vendo aqui que os comentários são de que não teria de se fazer mais uma
3852 comissão, então, isso a gente pode já fechar de não ter mesmo. Eu só queria também deixar
3853 bem claro que o grupo de trabalho para resposta já definir o que vai ser encaminhado na
3854 resposta que nos foi solicitada. Foi definido que vão encaminhar as atas de plenárias, que já
3855 são públicas por natureza. Acho que isso ninguém discordaria, em tese. E o plano de
3856 assistência porque tinha uma resolução que fala que esse plano de assistência tem consulta
3857 pública, etc. e tal. O que teria que analisar no caso, seria só se vai tarjar os dados do plano
3858 de assistência ou não. Ou seja, o que a gente vai encaminhar já foi encaminhado, a resposta.
3859 A gente tem que mandar agora. Agora está em processo conferencial fica complicado, mas é
3860 isso. E veio outro pedido, com três pedidos e a Rosa está aqui e me lembrar depois, para pedir
3861 depois, é como se fosse um protocolo de envio para o Ministério Público das denúncias. A
3862 gente fala que não ia encaminhar porque já está em questão aí jurídica, e mais outros pedidos
3863 de informação. Em questão de prazo já foi decidido o que vai encaminhar, que é o PAS, que
3864 é o plano de assistência e as atas das plenárias. Só esclarecendo isso. No mais, eu acho que
3865 a questão, se for deliberar esse encaminhamento no Ministério Público, a gente pode
3866 encaminhar o ofício, não tem problema nenhum. Acho que isso não é o caso de ajuizar uma
3867 ação. Acho que isso não é o caso, não. Mas a gente pode, sim, encaminhar para o Ministério
3868 Público e, de toda forma, foi até solicitação da própria presidência que a gente encaminhasse
3869 um ofício para o CNAS para eles nos darem uma assessoria em relação a esse parecer
3870 jurídico da procuradoria do Estado. E, sim, a Roberta tem razão. É o parecer da SEDESE,
3871 mas vinculado à AGE. É exatamente isso. Acho que é isso. O caminho já foi traçado. A gente
3872 pode também já procurar a Secretaria Executiva dos SES também para já ir vendo a análise.
3873 Eu acho que as questões de prazo já estão estabelecidas porque já foi definido o que vai ser
3874 encaminhado. Deixando isso super claro. E que em questão do Ministério Público, caso seja,
3875 ou caso a gente pode, sim, pedir. Mas, já em paralelo, a gente pediu a orientação do CNAS
3876 também. E, eventualmente, a gente pode pedir orientação de outros órgãos também. Têm
3877 essas propostas aí de encaminhamento que algumas já estão até em andamento já. É isso.

3878 **PRESIDENTE:** Obrigada, Daniel. Nós temos dois pontos diferentes em cima dessa pauta.
3879 Uma, é a solicitação do jornalista para acesso a alguns dados do processo de Barragem. Há
3880 uma tratativa bem avançada. Houve uma solicitação de apresentação de dados e a gente
3881 pediu dilação de prazo porque a gente estava no meio das conferências regionais. Eles
3882 prorrogaram o prazo até o dia 29 de outubro. Nesse dia a gente tem que responder com o
3883 protocolo de que foi enviado a notificação do Ministério Público, o Plano de Assistência Social
3884 e as atas. Pelo que o Daniel está falando aqui, o que está pendente da classificação do sigilo
3885 é se vai tarjar ou não os nomes no Plano de Assistência Social. A gente tem que definir aqui

3886 as responsabilidades. Para fazer essa definição o conselho precisa de uma análise técnica
3887 em cima da normativa se nos informes se é necessário tarjar ou não. Eu acho que seria um
3888 pouco nesse sentido para poder ter essa resposta. A gente discutiu isso na reunião da Mesa
3889 Diretora ontem. Eu até cheguei a perguntar se a equipe da Secretaria Executiva estava
3890 completa, se conseguiria cumprir esse prazo. O Daniel até informou que tem 4 técnicos de
3891 nível superior, 4 de nível médio e está chegando mais um profissional administrativo durante
3892 esse mês, para poder contribuir com os trabalhos da Secretaria Executiva. Aí a gente vai ficar
3893 (texto inaudível) [4:35:04] RH em consonância com o decreto. O primeiro ponto, Daniel, sobre
3894 isso, quando você traz que tem que definir se vai tarjar ou não os nomes, então, a Secretaria
3895 Executiva vai analisar a LGPD, a LAI, e vai nos dar um parecer técnico nos orientando se é
3896 necessário tarjar ou não? Ou isso vai ser atribuição de quem, quando, como? Explica isso um
3897 pouco melhor para plenária. **DANIEL – CEAS:** Sim. Eu acho que a questão é a gente se reunir
3898 com um grupo de trabalho que já foi montado antes, que a gente já tem o nome, e discutir
3899 isso. Porque a operacionalização a Secretaria Executiva faz, sim, esse tarjar da
3900 personalização. A decisão de quais documentos encaminhar foi do grupo de trabalho. Eu acho
3901 que a gente pode resgatar quem que participou e só decidir esse ponto de pauta mesmo. A
3902 operacionalização a Secretaria Executiva faz, sim. **PRESIDENTE:** Como que a
3903 operacionalização seja do GT, como você está colocando? É importante ter esse parecer
3904 técnico da Secretaria Executiva, que faça uma análise da legislação vigente e que,
3905 tecnicamente emita um parecer favorável a tarjar os nomes lá no plano ou não. Porque os
3906 conselheiros aqui, eles não têm uma formação tão específicas e como o papel da Secretaria
3907 Executiva é analisar tecnicamente é importante emitir esse parecer técnico para assessorar
3908 os conselheiros, assessorar o que deve ser colocado na minuta. E o outro ponto é em relação
3909 a esse parecer em que foi apontado (texto inaudível) [4:36:48] apresentar metodologia para a
3910 presidência fazer a classificação do sigilo. Retomando uma mensagem aqui que o Élerson
3911 havia me mandado no *Chat* até em cima da fala da Suzanne, que ele concorda que a gente
3912 precisa criar procedimentos, que foi o encaminhamento lá no início. A gente tem que deliberar
3913 aqui quem vai analisar os documentos; quem vai ter o conhecimento técnico para classificar;
3914 e trazer para deliberação da plenária ou da Mesa Diretora. Eu queria até pedir essa orientação
3915 técnica também do nosso secretário executivo. Deixa eu passar aqui para frente, enquanto
3916 isso, para ver se tem mais alguma inscrição. A Suzanne está perguntando se o GT perdeu o
3917 efeito. Eu também não sei te responder. Vou pedir apoio do Daniel. **DANIEL – CEAS:** Sim, o
3918 GT perdeu o efeito. No caso, se fosse fazer, teria que fazer outro. A Secretaria Executiva
3919 gostaria bastante que isso fosse feito. A gente, sim, poderia emitir um parecer técnico, mas
3920 lembrando também que a gente não teve essa capacitação. É tudo muito novo. A gente
3921 também pode pedir auxílio e fazer um parecer técnico com auxílio da CGE para, digamos
3922 assim, apoiar a decisão que caberia, segundo o parecer, à plenária e à Mesa Diretora. Seria

3923 interessante a gente ter esse apoio a mais se fosse possível. Seria muito bom. **PRESIDENTE:**
3924 Eu fiquei em dúvida porque no início você tinha falado que o GT vai se reunir para poder
3925 responder essa outra parte que ficou pendente e que a gente tem prazo até dia 29. Agora
3926 você colocou que o GT já perdeu o efeito. Fiquei um pouco confusa em relação e a isso. A
3927 Suzanne está inscrita, às vezes é sobre isso também. **DANIEL – CEAS:** Sim, mas o GT seria
3928 para decidir sobre tarjar ou não. Essa que eu tinha perguntado. **PRESIDENTE:** Mas se o GT
3929 perdeu efeito como que ele vai decidir se vai tarjar ou não? **DANIEL – CEAS:** É isso que eu
3930 estou falando. Teria que fazer de novo, resgatar e ver a possibilidade de fazer outro, mas com
3931 as mesmas pessoas porque já sabem da questão. A gente gostaria bastante desse apoio até
3932 mesmo porque a Secretaria Executiva não foi capacitada para tal. Mas, realmente, seria um
3933 pedido de apoio. **PRESIDENTE:** Ok, Daniel. Deixa eu passar para Suzanne. **SUZANNE:** É
3934 obvio que agora a gente tem um prazo e tem uma situação muito específica, uma solicitação
3935 muito específica. Eu entendo que a gente tem que adotar algumas medidas mais
3936 emergenciais, enfim, fazer o GT e tal. Mas lembrando que é assim, isso é um processo
3937 administrativo contínuo. O CEAS tem outros documentos, enfim, então, talvez seria
3938 interessante também avaliar, dentro das competências de cada comissão que já existe, qual
3939 delas poderia realizar esse trabalho de forma contínua. Não precisa de a gente esperar alguém
3940 fazer uma solicitação para a gente classificar documento, se for isso que a gente vai fazer. O
3941 GT, ele não é permanente igual as comissões. Eu acho que, talvez, seria interessante fazer
3942 essa, não sei, ver dentro das competências da comissão, isso se for decidido que alguma
3943 comissão vai apoiar tecnicamente a Mesa Diretora. Aí eu não sei, só estou dizendo assim,
3944 que agora a gente tem uma situação específica para resolver, mas que isso são atos
3945 administrativos constantes, não é uma coisa que vai se esgotar agora. A gente pode receber
3946 outra solicitação amanhã, diferente. O CEAS tem um volume de documento sob a guarda dele
3947 muito grande, enfim. É só isso. Eu acho que é algo que a gente tem que resolver a situação
3948 de agora, mas já pensar em transformar isso num processo e que, inclusive, a gente vai ter
3949 tempo. Quem que for que vai ficar responsável por esse apoio técnico à Mesa Diretora,
3950 assessoramento técnico, vai ter um tempo para discutir as coisas sem a urgência de um prazo
3951 instituído por lei, inclusive. Só chamar atenção para isso, construir GT toda hora que chegar
3952 uma coisa dessa não vai resolver o problema. **PRESIDENTE:** Sim, Suzanne. Lembrando que
3953 o GT foi criado em cima de uma recomendação da Controladoria Geral do Estado. Então, é
3954 importante também que a Secretaria Executiva ajude a gente aqui a identificar no Regimento
3955 Interno de qual comissão seria essa competência. O Lucas está inscrito. **LUCAS:** Obrigado,
3956 Patrícia. Eu vou até pedir desculpas para todos os conselheiros pela franqueza porque é muito
3957 fácil passar a responsabilidade para as outras pessoas. Nós sabemos que a Secretaria
3958 Executiva não tem uma formação para isso, para nos auxiliar. Nós conselheiros também não
3959 temos. Falar que não é responsabilidade nem da Mesa Diretora, nem da presidência e passar

3960 isso para uma comissão, ou que seja um grupo de trabalho com o apoio da Secretaria
3961 Executiva que não tem nem formação para isso, eu acho que isso é faltar o censo da noção.
3962 Desculpa a franqueza, mas é isso. Obrigado. **PRESIDENTE:** Da mesma forma que a
3963 Secretaria Executiva não recebeu capacitação para isso, os conselheiros também não
3964 receberam. O decreto estadual da Secretaria Executiva diz que é atribuição da Secretaria
3965 Executiva assessorar tecnicamente os conselheiros. Mais cedo eu perguntei como que é
3966 quando o governador tem que classificar sigilo, como que ele faz? Ele vai lá e pega as caixas
3967 *box*, os documentos, ele senta e ele mesmo analisa? Não. Ele tem uma equipe. E a Suzanne
3968 trouxe muito bem disso, que a Mariana é ordenadora de despesa. A Marina não faz a análise
3969 de tudo. Tem uma análise técnica que é feita por uma equipe e que é apresentado um parecer
3970 favorável a isso, contrário àquilo, então, de repente, a gente pode até pegar aqui o decreto da
3971 Secretaria Executiva que fala “que é atribuição da Secretaria Executiva assessorar
3972 tecnicamente a decisão dos conselheiros”, isso é em todos os conselhos. Me admira esse seu
3973 comentário, Lucas. Deixa eu passar para a próxima inscrição que é da Ivone. **IVONE:** Eu me
3974 senti também um pouco quando o Lucas falou que o Ministério Público não tem esse papel de
3975 consulta. Acho que a Constituição de 88 foi um avanço nisso. Trouxe também essa mudança
3976 no Ministério Público. Eu acho que ele tem um papel, sim, importante até nessas áreas de
3977 defesa do bem coletivo. E o CEAS é um bem coletivo. Eu acho que a gente poderia pensar
3978 até uma ação civil pública, sei lá, alguma coisa que garanta também essa condição desse
3979 órgão. Eu não vejo problema em abrir uma ação civil pública ou de ... porque é dentro da
3980 estrutura do Ministério Público que tem esse papel de acompanhar essas ações coletivas,
3981 essas ações difusas que existem, mas, também, eu acho que caberia, sim, se o impasse é
3982 tão grande nesse sentido porque eu também não concordo que isso é um papel do presidente,
3983 um papel dos conselheiros, não. **PRESIDENTE:** Ok, Ivone. Obrigada. Deixa eu ver se mais
3984 alguma inscrição. Lucas. Não? O Lucas falou e depois a Ivone. Não tem nenhuma inscrição
3985 aqui no momento. O Élerson está colocando aqui no *Chat* que quem abre a ação é o Ministério
3986 Público, mas em caso de violação. Nesse caso, a gente quer consulta acerca desse impasse.
3987 Em primeiro lugar, eu sempre reafirmo que eu não entendo como sendo uma atribuição do
3988 controle social fazer essa classificação do sigilo. Caso o Conselho Nacional, o Ministério
3989 Público ou outros atores falem que, de fato, agora passa a ser uma atribuição do controle
3990 social, do Conselho Estadual de Assistência Social, do Conselho Estadual de Saúde, do
3991 Conselho Municipal de Assistência Social, enfim, caso a gente confirme essa atribuição, quem
3992 assessora a minha diretora, quem que assessora o presidente nisso? Primeiro ponto, a gente
3993 vai precisar solicitar capacitação nessa temática, tanto para Secretaria Executiva quanto para
3994 os conselheiros. Algum tempo atrás eu até pedi para o Daniel anotar uma lista de itens que a
3995 gente precisava ter capacitação. A gente falou sobre o MROSC, questão de emenda
3996 parlamentar. Eu acho que tem que ser um dos primeiros pontos na lista de demandas de

3997 solicitação. A outra coisa que a gente vai ter que definir então, se o GT foi extinto e ainda tem
3998 que fazer essa classificação do plano de assistência social, a gente precisa definir isso, quem
3999 que vai orientar tecnicamente o plenário, a Mesa Diretora e presidência, se tarja ou não tarja?
4000 **LUCAS:** O artigo 16º do regimento, ele é muito claro que pode ser solicitado apoio da
4001 consultoria jurídica da SEDESE quando for necessário. Nós temos o suporte regimental.
4002 **PRESIDENTE:** Então a gente faria uma consulta para a assessoria jurídica da SEDESE, se
4003 tarja ou não tarja os nomes das pessoas envolvidas que estão lá no plano de assistência
4004 social. Lembrando que a gente tem que ter essa resposta rapidamente para responder até dia
4005 29 de outubro à CGE. É por aí, Daniel? Mariana? **DANIEL – CEAS:** Eu acho que a gente pode
4006 pedir esse apoio mesmo e, também, a gente tem a controladoria aqui também da SEDESE,
4007 que a gente pode pedir apoio também. **MARIANA:** É porque eu estou no celular, gente. Meu
4008 problema de *Internet* hoje já tive vários apoios aqui, não resolveu ainda, não. (texto inaudível)
4009 [4:48:19] realmente tem que ser feito, acho, por equipes da SEDESE. A Secretaria Executiva
4010 é uma dessas equipes. Ela assessora o CEAS igual temos outras equipes de assessoramento
4011 de diretoria. Acho que não precisa de mais um parecer. A gente já tem pareceres suficientes.
4012 Acho que a gente precisa, de fato, partir para a execução do trabalho. E eu estou falando isso
4013 é a Secretaria Executiva, a gente tem que reunir, chamar outras equipes para além da SUBAS,
4014 o que a gente tiver de gente da SUBAS que pode ajudar. Mas não vejo necessidade de mais
4015 parecer. Eu estou vendo necessidade é de partir para a execução do trabalho em si. (texto
4016 inaudível) [4:49:16] SEDESE, a (texto incompreensível) [4:49:19], comissão (texto inaudível)
4017 [4:49:31] competência, atribuição de parecer (texto inaudível) [4:49:45] direcionar o trabalho
4018 que precisa ser feito. (texto inaudível) [4:50:00]. **LUCAS:** Mariana, não está dando para te
4019 ouvir, não. **MARIANA:** Ah, gente. É a *Internet*. Eu acho que a gente tem que já fazer, partir
4020 para o trabalho de análise da Secretaria Executiva junto com os outros setores da SEDESE.
4021 **LUCAS:** Eu concordo com você, Mariana, até porque se vier outro parecer, pode ser
4022 questionado como esse que veio hoje, então, é isso. **DANIEL – CEAS:** Sim. Aqui na Secretaria
4023 Executiva a gente pode auxiliar e conversar com a controladoria da SEDESE para fazer essa,
4024 perguntar sobre a questão do plano de assistência social e discutir com eles, ter uma reunião
4025 com eles, para ver e, a partir dessa reunião, a gente faz um parecer para assessorar a decisão
4026 da Mesa Diretora, Presidente. **PRESIDENTE:** Lembrando também que compete à Mesa
4027 Diretora, à presidência, fazer cumprir as deliberações da plenária. Essa classificação de sigilo,
4028 a gente tem uma situação, até o dia 29 de outubro a gente tem que responder encaminhando
4029 o (texto inaudível) [4:51:31] assistência social. Não sei quando ter essa tomada de decisão,
4030 de que se vai tarjar ou não. Eu estou em dúvida aqui como que a gente procede. **DANIEL –**
4031 **CEAS:** Aí é que está, é porque a questão do dia 29, é só a questão de responder aquele ofício
4032 e mandar o protocolo. Essa questão do tarjar, ela vai para o (texto incompreensível) [4:51:51],
4033 salvo engano. **PRESIDENTE:** (texto incompreensível) [4:51:49] ofício, Daniel. **DANIEL –**

4034 **CEAS:** Oi? **PRESIDENTE:** Eu estava achando tudo que era o prazo dia 29 de outubro. Eu
4035 estava entendendo que no dia 29 de outubro tinha que enviar o plano de assistência social.
4036 **DANIEL – CEAS:** Não. No dia 23 de agosto a gente pediu a prorrogação de prazo e deram 3
4037 meses, salvo engano, mas tenho quase certeza de que são 3 meses, então, seria 23 de
4038 novembro. **PRESIDENTE:** Agora, dia 29 de outubro, o que a gente tem que enviar para a
4039 CGE? **DANIEL – CEAS:** A gente tem que responder aquele ofício que eu te encaminhei
4040 mandando o protocolo e respondendo aquelas questões, de certa maneira, parece que o
4041 jornalista, de certa forma, aceitou que a gente vai encaminhar os documentos que a gente
4042 falou que ia encaminhar. Mas o prazo de agosto, depois até pedir a nossa equipe para
4043 confirmar lá, mas ele foi prorrogado por 3 meses. Tá! O encaminhamento desses documentos,
4044 ele foi pensado inclusive por causa dessas questões da conferência, etc., prorrogando 3
4045 meses. **PRESIDENTE:** Eu ainda fiquei em dúvida do que a gente tem que responder agora
4046 no dia 29. Porque vamos pensar como que são as comissões. Quando têm as comissões
4047 (texto incompreensível) [4:53:20] têm as pautas quando tem alguma coisa deliberativa. Um
4048 ofício para ser enviado. Uma resolução para ser emitida é deliberada na plenária. Sempre que
4049 tem encaminhamento, ofício, por exemplo, a plenária que delibera o envio do ofício. Nesse
4050 caso, a gente tem que enviar os dados que serão enviados, então, eles não são sigilosos, não
4051 precisam de classificação de sigilo? Ou a gente precisaria de fazer um ad referendum na
4052 plenária? Eu quero entender direitinho esse trâmite porque, depois, para a gente não correr o
4053 risco assim “Ah, a gente esqueceu de deliberar e agora como é que faz?” Em novembro, dá
4054 tempo de passar pela plenária de novembro também essa questão da classificação? Se o
4055 prazo é novembro, não sei quando que é a nossa próxima reunião de novembro. **DANIEL –**
4056 **CEAS:** Presidente, a resposta que a gente tem até o dia 29, o parecer, de todo o nosso
4057 entendimento é que não precisa de passar de plenária, não. Se quiser discutir isso na Mesa
4058 Diretora, a gente acha super válido, essa minuta de ofício, mas essa resposta do dia 29, a
4059 gente não entende que tem que passar em plenária, não. Na questão do dia 23, se for
4060 necessária a plenária, normalmente a plenária é na terceira semana, na sexta-feira que vai
4061 dar no dia 19. E o prazo seria, então, em tese, dia 23, se não me falha a memória. Daria tempo
4062 para passar na plenária a questão do PAS/BARRAGEM. Igual esse do dia 29, o nosso
4063 entendimento que pode ser discutido na Mesa Diretora. Discutindo inclusive o parecer do
4064 jurídico mesmo. **PRESIDENTE:** Ok. É porque eu fico um pouco confusa, enquanto presidente,
4065 se a minha atribuição é cumprir as decisões da plenária. Se não for deliberado na plenária, eu
4066 fico até um pouco insegura também com relação a isso. Então, deixar tudo bem claro e esse
4067 entendimento nivelado. Na parte da questão do parecer. Não sei se seria necessário solicitar
4068 esse parecer porque o Lucas tinha trazido uma consulta para o artigo 16, não é Lucas? Que
4069 você trouxe? Que era uma consulta para a SEDESE? Essa consulta seria em qual sentido
4070 mesmo? Eu lembro que o Daniel falou que não teve capacitação, então é uma coisa que a

4071 gente sempre fala que é uma prerrogativa do conselho solicitar esse apoio para outras
4072 instâncias. Até na Resolução nº 237, do Conselho Nacional, também fala isso. Nesse ponto
4073 de pauta, seria necessário a gente requisitar assessoria de algum órgão externo? Vamos
4074 fechar os encaminhamentos para não esquecer de nada aqui. **DANIEL – CEAS:** Eu acho que
4075 para essa resposta do dia 29, Presidente, a gente faz uma minuta de ofício. Inclusive a gente
4076 está até trabalhando e pode ser discutida na Mesa Diretora. E, para o dia 23, se fosse possível,
4077 e a Secretaria Executiva se propõe, no mês seguinte porque esse mês a gente está muito
4078 agarrado com muita coisa, procurar a CGE, mas a gente gostaria bastante mesmo de e que
4079 inclusive a gente levantou aqui as pessoas que participaram do antigo GT, para em novembro
4080 a gente discutir essa questão, fazer um relatório, a Secretaria Executiva, com eu disse, a gente
4081 vai tomar iniciativa para procurar à CGE, mas seria bem interessante fazer como foi feito
4082 anteriormente. Fazer um GT e fazer um relatório exatamente como foi feito da última vez. A
4083 gente gostaria que fosse feito dessa forma para o encaminhamento dos documentos do dia
4084 23 de novembro, dia 29 (texto incompreensível) [4:57:20]. **PRESIDENTE:** Dia 29 de
4085 novembro. **DANIEL – CEAS:** É, do dia 29 não tem necessidade. A gente faz uma minuta de
4086 ofício. **PRESIDENTE:** Ok. Eu estou entendendo que a recomendação da Secretaria Executiva
4087 é que seja composto um GT para fazer essa resposta que tem que ser enviada em novembro?
4088 É isso. **DANIEL – CEAS:** Isso. Se vai tarjar ou não. Só para a gente analisar se vai tarjar ou
4089 não o plano. Só isso. É claro que a Secretaria Executiva vai dar todo apoio, a personalização,
4090 etc. e tal. **PRESIDENTE:** A Suzanne e a Mariana tinham colocado do excesso de comissões
4091 e tal, e que seria interessante verificar se não seria atribuição já de alguma comissão
4092 específica. Acho que seria bom a gente resgatar isso no Regimento Interno antes de criar
4093 mais uma comissão, de mais um GT. **DANIEL – CEAS:** Imagino que a Comissão de Normas
4094 seja a que mais se aproxime pela própria natureza jurídica da questão. Se a gente puder
4095 discutir isso na Comissão de Normas, para a gente está ótimo assim também. **PRESIDENTE:**
4096 A Suzanne que é coordenadora da Comissão de Normas? Eu queria perguntar para os
4097 membros da comissão se o entendimento é esse, de que é uma atribuição da Comissão de
4098 Normas? **LUCAS:** Da outra vez, a Comissão de Normas não ficou como competente
4099 destinando as atribuições para o GT, por questão daquilo que já foi deliberado pela plenária e
4100 respeitando isso, eu entendo que não seja a Comissão de Normas. **MARIANA:** Gente, eu
4101 acho que a gente tem que focar, o trabalho tem que ser da Secretaria Executiva junto com a
4102 SEDESE. Não é trabalho da comissão. E também a gente não vai ter tempo, não vai ter
4103 condição de fazer reunião de comissão para ficar resolvendo isso. Eu estou achando que a
4104 gente tem que fazer a coisa mais operacional mesmo. É isso que estou colocando. Se tiver
4105 dúvida no processo operacional, aí, sim, traz para deliberar com o conselho, pode apresentar
4106 na comissão e a comissão tirar algum entendimento. Está faltando a gente fazer um trabalho
4107 mais operacional. Não é trabalho de comissão, não é trabalho de reunião. **DANIEL – CEAS:**

4108 Ok. A gente se reuni com a CGE, com a controladoria da SEDESE, e faz um parecer técnico
4109 para abalizar a decisão. **PRESIDENTE:** E apresenta esse parecer técnico na plenária de
4110 novembro para subsidiar a emissão desse ofício com a resposta para CGE. Seria isso?
4111 **DANIEL – CEAS:** Isso. A gente tenta até antes encaminhar no grupo de *WhatsApp*.
4112 **PRESIDENTE:** Ok. A outra proposta de encaminhamento é para o Ministério Público.
4113 Proposta do Élerson. Mantém a proposta de encaminhamento, Élerson? Retira? **ÉLERSON:**
4114 Patrícia, você falou muito baixo para mim. Você falou o meu nome, por favor? **PRESIDENTE:**
4115 Eu estou aqui resgatando as propostas de encaminhamento e você tinha proposto para o
4116 Ministério Público. Eu queria se você mantém essa proposta de encaminhamento. **ÉLERSON:**
4117 Eu penso que uma coisa não exclui a outra, Patrícia. Eu concordo muito com a Mariana no
4118 sentido de que a gente precisa operacionalizar. Eu tinha entendido que isso já foi deliberado
4119 lá atrás. A gente já definiu que a proposta era criar um fluxo de tratamento dessas
4120 documentações que estão conosco. A gente precisa mesmo operacionalizar como que a gente
4121 vai fazer isso porque eu estou entendendo que essas solicitações também vão ser fluxo
4122 contínuo, porém, eu acho que uma coisa não excluía a outra, eu mantenho a minha sugestão
4123 de ainda fazer a consulta. Manter a sugestão porque a gente pode fazer uma coisa paralela a
4124 outra. **PRESIDENTE:** Entendi, Élerson. Da mesma forma que a gente já consultou o Conselho
4125 Nacional, enquanto a gente vai já pensando na operacionalização desse caso que a gente já
4126 tem em mãos, que é a resposta do jornalista, a gente já faz essa consulta para o Ministério
4127 Público assim como já fizemos para o Conselho Nacional. Algum tempo atrás teve algumas
4128 questões de que foi levanto que o órgão não aceitava o encaminhamento do CEAS. Não
4129 entendi bem como que era isso. Eu queria até ver que essa orientação com o Daniel, com a
4130 Mariana, como que a gente procederia com esse encaminhamento. Se a gente passa para a
4131 SEDESE e a SEDESE passa para o Ministério Público, ou se a gente pode encaminhar direto?
4132 Me ajudem nessa parte dessa operacionalização no âmbito do estado porque nos municípios
4133 funciona diferente. **MARIANA:** Eu penso que a gente já discutiu aqui. O Ministério Público não
4134 é órgão consultivo. Nem vou entrar no mérito de entendimentos jurídicos, mas eu entendo que
4135 o Ministério Público não é órgão consultivo. Pode-se recusar. O jurídico da SEDESE,
4136 certamente, não vai concordar com esse encaminhamento. Essa questão de ter que passar
4137 pelos órgãos do estado foi muito em função exatamente da resposta do TCE. O TCE também
4138 falou que só responde consulta de órgão do Poder Executivo, de autoridade, enfim, eu vejo
4139 que isso seria um problema se mandasse para a SEDESE. No caso, a gente teria que falar
4140 com o nosso jurídico para fazer consulta para o Ministério Público porque ele ia responder
4141 para a gente que o Ministério Público não é órgão consultivo, que a AGE já tem
4142 posicionamento sobre o assunto, que foi o que aconteceu de uma outra vez. Nesse caso aí,
4143 já estou adiantando o que eu acho que a gente vai receber de resposta aqui, interno, se esse
4144 for o encaminhamento. Entendeu? Também acho e até falando um pouco para aliviar o que a

4145 Secretaria Executiva também está com muita sobrecarga de trabalho, não acho que essa
4146 consulta seria urgente. Acho que a gente tem que priorizar as outras coisas que são urgentes,
4147 tem a conferência na semana que vem, mais isso, então acho que a gente teria que jogar isso
4148 para depois da conferência porque a Secretaria Executiva tem pouca gente e a SEDESE
4149 também. O esforço é de todo mundo aqui para dar conta de fazer. **ÉLERTON:** Só para explicar
4150 melhor, por exemplo. Desculpa. Tem inscritos, Patrícia? **PRESIDENTE:** Não, pode falar,
4151 Élerton. **ÉLERTON:** Não vejo no que a gente pode perder, entendeu? Com toda sinceridade,
4152 eu não vejo onde que a gente vai perder porque o impasse está aí. Por exemplo, no meu caso,
4153 a gente tem dois pareceres nos quais eu tenho ressalva nos pareceres. Com toda vênua, com
4154 todo respeito, eu tenho ressalvas nesses pareceres. Se a gente consultar o Ministério Público
4155 e não for atribuição do Ministério Público, como já vi milhões de vezes, ele simplesmente vai
4156 dizer “Muito obrigado e tal, mas não é minha atribuição.” O Ministério Público recebe até
4157 denúncia anônima. Denúncia anônima de apuração, de um monte de coisa e tal. Nós mesmo
4158 recebemos uma solicitação de explicação, há pouco tempo, se não me engano foi até do
4159 Ministério Público em relação a nossa composição, e foi uma denúncia anônima. O Ministério
4160 Público é obrigado a se manifestar, a partir de qualquer demanda que ele receba. A gente vai
4161 levar uma demanda para ele e ele vai responder. Se for afeto a sua atribuição, ele vai dar uma
4162 resposta que a gente está querendo. Se não for, ele (texto inaudível) [5:06:14], simplesmente
4163 isso. Não estou vendo problema em consultar. **PRESIDENTE:** Eu também vejo muito por esse
4164 lado que o Élerton coloca. No Conselho Municipal a gente já encaminhou diversos (texto
4165 incompreensível) [5:06:29] para o Ministério Público e sempre obtivemos resposta. E até para
4166 o TCE também, já foram abertas várias tomadas de contas especiais no município com base
4167 no que foi encaminhado pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Eu entendo que, se
4168 não for atribuição do Ministério Público, eles vão responder que não é. Eu queria colocar aqui
4169 em votação essa proposta de encaminhamento, de oficiar o Ministério Público e, caso seja
4170 deliberado, pedir o apoio do Élerton, para a Secretaria Executiva, para minutar e, obviamente,
4171 depois da conferência estadual. A gente tem uma ordem de prioridades nos
4172 encaminhamentos. E agora, a nossa prioridade nº 1 é a conferência a partir do dia 25. A gente
4173 teria que chamar a planilha de votação ou a gente pode fazer aqui meio que por aclamação?
4174 O que vocês preferem em relação à consulta ao Ministério Público? **IVONE:** Eu acho que pode
4175 ser por aclamação, Patrícia. **MARIANA:** Eu vou votar contra. Eu já vou manifestar aqui que
4176 eu não vejo necessidade, competência. Acho que a questão é de entendimento mesmo, mas,
4177 tudo bem. Entendo o que vocês estão falando. Eu acho que abrir planilha de votação é melhor
4178 porque eu já estou manifestando o meu voto. **PRESIDENTE:** Beleza. Vou pedir para a
4179 Secretaria Executiva, para o Daniel abrir a planilha de votação para a gente deliberar pelo
4180 envio ou não do Ministério Público. Os conselheiros estão esclarecidos sobre as discussões?
4181 Agora a gente vai abrir a votação sobre o encaminhamento ou não para o Ministério Público,

4182 para tratar sobre essa competência do CEAS em relação à classificação do sigilo. Podemos
4183 iniciar o regime de votação? Não tem nenhuma manifestação contrária. Em regime de votação.
4184 Os conselheiros que concordam com o envio para o Ministério Público conforme as
4185 discussões. Patrícia, pelo CRESS, aprovo o envio. Como vota dona Anédia? **ANÉDIA:** Pelo
4186 envio. **PRESIDENTE:** Obrigada, dona Anédia. Como vota Éleron, Cáritas Brasileira?
4187 **ÉLERSON:** Voto pelo envio. **PRESIDENTE:** Luanda, pelo CRP? **LUANDA:** Pelo envio.
4188 **PRESIDENTE:** A Isaura ainda está presente? Acho que ela mandou mensagem dizendo que
4189 teria que sair. A Isaura está conectada. Ela votou aqui no *Chat*, pelo envio para o Ministério
4190 Público. Márcio Caldeira está presente? Agora, na parte da tarde, acho que ele não participou.
4191 Natália, Federação das APAE's? **NATÁLIA:** Pelo envio. **PRESIDENTE:** Rosiane não está
4192 presente. Ana Maria, CMAS/Juiz de Fora, está presente? Acho que foi ela quem sem ausentou
4193 aqui. Ela falou que tinha uma plenária do conselho de saúde. Mariana, pela SEDESE?
4194 **MARIANA:** Eu voto contra. Já manifestei. **PRESIDENTE:** Como vota Elder, pela SEDESE?
4195 **ELDER:** Contra o envio. **PRESIDENTE:** Eu pulei o Lucas. Desculpa. Agora que eu vi que pulei
4196 o Lucas. Está tão pequenininho. **LUCAS:** Manifestei no *Chat*, Patrícia. **PRESIDENTE:**
4197 Desculpa, Elder. Mas é preciso registrar o áudio e não te chamei. **LUCAS:** Contrário. Reprovo.
4198 **PRESIDENTE:** Registrando aqui o voto contra do Conselheiro Lucas, que eu havia pulado.
4199 Me desculpa. O Elder votou contra. **ELDER:** Isso. **PRESIDENTE:** Como vota o Sávio, pelo
4200 CMAS/BH? **DOMINGOS SÁVIO:** Voto pelo envio. **PRESIDENTE:** Ok, Sávio. Obrigada. Como
4201 vota Ivone, pelo COGEMAS? **IVONE:** Voto pelo envio. **PRESIDENTE:** Ok. João Victor, da
4202 SEPLAG? João Victor está presente? Acho que não. Suplente do João Victor, a Luana está
4203 presente? Acho que a Luana também não está presente, não. Márcio Evangelista,
4204 CMAS/Itabira, está presente? Estou consultando aqui na lista e também não. Silvestre, pela
4205 Secretaria Estadual da Fazenda? **SILVESTRE:** Voto contra, Patrícia. **PRESIDENTE:**
4206 Obrigada. A Thaís, da Secretaria de Estado da Educação não estava. A suplente Sandra.
4207 **SANDRA:** Voto contra o envio, Patrícia. **PRESIDENTE:** Obrigada. João Bosco, pela SEAPA?
4208 Acho que o João Bosco também não está. Tem algum conselheiro titular ou em exercício de
4209 titularidade que eu tenha chamado que não estava e retornou agora? **LÍGIA:** Sim, Patrícia.
4210 **PRESIDENTE:** Poderia proferir o seu voto? **LÍGIA:** Sim. Lígia, da Secretaria de Estado de
4211 Saúde. Minha *Internet* tinha caído. Voto contra o envio. **PRESIDENTE:** Eu acho que tinha te
4212 pulado, Lígia. É aquele negócio, essa planilha, o tamanho da letra me mata. Obrigada, Lígia.
4213 Vou pedir à Secretaria Executiva totalizar os votos. Oito pela aprovação, 6 pela reprovação.
4214 Foi aprovado o envio ao Ministério Público. Solicito aqui, assim que possível, que a Secretaria
4215 Executiva faça a minuta do ofício. E peço ajuda do Éleron no texto dessa minuta para fazer
4216 esse embasamento. Dentro dessa pauta, eu acho que a gente já venceu todas as discussões.
4217 Agora, 18h24, o próximo ponto de pauta é da prestação de contas do 2º semestre. Eu queria
4218 consultar a plenária se fazemos a apresentação agora. Primeiro, até queria perguntar à

4219 Secretaria Executiva se a gente tem o *quórum* qualificado que é de 2/3 e, também, se seria o
4220 caso de deixar essa pauta para a próxima plenária do mês de novembro. **MARIANA:** Patrícia,
4221 já não foi discutido ontem? Porque já é o segundo mês que a gente vai jogar isso para a frente
4222 e a gente conseguiu tirar uma súmula ontem. Então, assim, eu ia propor porque no mês que
4223 vem a gente já vai ter do outro trimestre. E vai chegar dezembro e a gente vai estar com mais
4224 uma. Eu também acho que a gente acumular demais não é legal para o trabalho do conselho
4225 porque vai ficando cada vez mais cansativo. Como teve a discussão ontem, a súmula está
4226 pronta, a gente pode partir direto para a súmula. Minha sugestão. **PRESIDENTE:** Sim. A
4227 primeira coisa é saber se tem *quórum* qualificado, necessário para deliberação nesse tipo de
4228 pauta. Tendo *quórum* qualificado. Oi? **DANIEL – CEAS:** Nós temos *quórum* qualificado, sim,
4229 Presidente. **PRESIDENTE:** Ótimo. E a plenária é soberana. Nesses meus quase 4 anos de
4230 CEAS, eu entendo que é um hábito do Conselho Estadual registrar em ata a apresentação.
4231 Mas eu sempre digo que a plenária é soberana. Se a plenária entender que não é necessário
4232 registrar em ata a apresentação da prestação de contas, é claro que a gente acata a
4233 deliberação plenária. Os conselheiros entendem que podemos partir para a súmula,
4234 excepcionalmente sem haver a apresentação da prestação de contas? Os conselheiros que
4235 concordam apenas com a leitura da súmula, por favor, permaneçam como estão. O que
4236 discordam, manifestem-se. Eu queria só registrar em ata que, em caráter excepcional, eu sou
4237 a favor, mas é importante registrar em ata as discussões porque, geralmente, as súmulas são
4238 resumidas. Eu fiz a deliberação aqui da plenária por apresentar apenas a súmula, mas
4239 lembrando da excepcionalidade dessa definição porque é essencial a gente ter o registro em
4240 ata da apresentação do conteúdo do que a gente está deliberando. Quem pode apresentar a
4241 súmula? O Elder? **LUANDA:** Eu também queria deixar registrada essa ponderação, Patrícia.
4242 **ELDER:** Posso apresentar a súmula, sim. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigada, Luanda. Obrigada,
4243 Elder. **ELDER:** Esta é a súmula da apresentação de contas do 2º Trimestre. Ontem, primeiro,
4244 houve uma apresentação da Assessoria do Fundo de Gestão do Fundo Estadual de
4245 Assistência Social e, depois, a apresentação e análise técnica do CEAS. Os pontos levantados
4246 na discussão sobre a prestação de contas do 2º Trimestre foram: Primeiro foi pontuado a
4247 importância de apresentação de acordo com o planejamento de agosto. A Patrícia justificou
4248 que a análise técnica da Secretaria Executiva estava pronta e em tempo hábil e foi
4249 encaminhada a todos por *e-mail*, mas, que devido à conferência, esse ponto foi adiado. Depois
4250 houve esclarecimento sobre o dado de 26x maior que o trimestre anterior. Foi feito também
4251 na apresentação. O Lucas trouxe uma discussão sobre a baixa execução do controle social e
4252 também falou sobre algumas estratégias para que esses recursos sejam executados, os
4253 recursos que não foram executados ainda. A Luanda pontuou sobre a reavaliação pessoal
4254 sobre a participação dos conselheiros, sobre o plano de aplicação e das propostas de novas
4255 ações. Mesmo diante dos desafios que a pandemia de Coronavírus trouxe. Enfatizou os

4256 prejuízos que o modelo virtual trouxe a participação dos conselheiros e a participação do
4257 controle social nas diversas atividades realizadas nesse ano. Diante da diversidade de
4258 representação no conselho, poderiam ter aproveitado melhor essas instâncias. Organização
4259 para participação popular, investimento de recursos para que haja reuniões, URCMAS, fóruns
4260 e etc. O Lucas pontuou novamente o fomento de participação. Houve uma pontuação sobre
4261 falta de planejamento em relação às ações de controle social identificando as demandas.
4262 Houve também a sugestão de seguir o fluxograma para execução. E sair apenas do
4263 planejamento e partir também para as ações. Também houve um ponto sobre a dificuldade
4264 da sociedade civil em participar de forma virtual das ações realizadas por questão de *Internet*,
4265 equipamentos, tecnologia. A importância de pensar em protocolos, fluxogramas,
4266 planejamento, pensando num todo. Essa pontuação foi da Ivone. Depois, outro ponto sobre a
4267 importância de reforçar o controle social, análise da conjuntura, a responsabilidade do órgão
4268 gestor em fazer esse planejamento. E não haver só a previsão no plano, e sim ter uma
4269 execução de fato. Destriçar as ações com prazos, o que poderia ser feito, estratégias, grupo
4270 de trabalho para essa construção. Subsidiar o Plano de Ação. Como encaminhamento, nós
4271 tivemos pela aprovação da prestação de contas do 2º trimestre, com indicação de elaboração
4272 de um plano estratégico de fortalecimento do controle social - Ação 4133. É isso. Podemos
4273 partir para a discussão. **PRESIDENTE:** Ok, Elder. Obrigada. Não temos nenhum conselheiro
4274 inscrito. Alguma consideração sobre a discussão realizada ontem na reunião conjunta das
4275 comissões sobre o parecer apresentado? **LUCAS:** Patrícia, só reafirmar o encaminhamento
4276 pela aprovação com a ressalva da construção de passos mais claros do fortalecimento do
4277 controle social. **PRESIDENTE:** Sim, Lucas. Mais algum conselheiro, em discussão a matéria
4278 ou podemos entrar em regime de votação? Ok. Não havendo nenhuma manifestação no *Chat*,
4279 vou pedir para o Daniel exibir a planilha de votação sobre a prestação de contas. Em regime
4280 de votação a Prestação de Contas referente ao 2º Trimestre de 2021. Os conselheiros que
4281 aprovam manifestem-se pela aprovação, abstenção ou reprovação. Como vota Patrícia, pelo
4282 CRESS? **PATRÍCIA:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Dona Anédia, do Fórum de Usuários de
4283 Belo Horizonte? **ANÉDIA:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Sim. Élerson, pela Cáritas
4284 Brasileira? Manifestou aqui no *Chat* pela aprovação. Luanda, do CRP? **LUANDA:** Pela
4285 aprovação. **PRESIDENTE:** Isaura, da ASQUIS - Associação da Comunidade Quilombola de
4286 Suassuí e Pitangueiras Ela postou no *chat* pela aprovação. Márcio Caldeira não está. Lucas,
4287 pelo Conselho Centrar de Curvelo? **LUCAS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Natália, pela
4288 Federação das APAE's? Ela postou aqui no *Chat* pela aprovação. CMAS/Campo Belo não
4289 está. Ana Maria já havia saído também. Mariana, pela SEDESE? **MARIANA:** Pela aprovação.
4290 **PRESIDENTE:** Desculpa, Elder. Elder, pela SEDESE? **ELDER:** Pela aprovação. Sem
4291 problemas. **PRESIDENTE:** Sávio, CMAS/BH? **DOMINGOS SÁVIO:** Pela aprovação.
4292 **PRESIDENTE:** Ok. Lígia, Secretaria de Saúde? Ivone, pelo COGEMAS? João Victor, pela

4293 SEPLAG? Silvestre, pela Secretaria de Fazenda? **SILVESTRE:** Pela aprovação, Presidente.

4294 **PRESIDENTE:** Sandra, pela Secretaria de Educação? **SANDRA:** Pela aprovação.

4295 **PRESIDENTE:** João Bosco, pela SEAPA? Só teve 12 votos. Teve algum conselheiro titular

4296 ou em exercício de titularidade que eu tenha chamado e que não proferiu o voto? Lembrando

4297 que é preciso de 2/3 para essa pauta. A gente precisa de 13 e a gente só tem 12. A Lígia

4298 retornou? Parece que ela caiu. Pelo menos, na última votação, a Lígia, da Secretaria de Saúde

4299 estava. **DANIEL – CEAS:** Sim. Na última votação a gente tinha *quórum*. **PRESIDENTE:** Antes

4300 de entrar na pauta eu até pedi para contabilizar o *quórum* e vocês confirmaram que tinha o

4301 *quórum*, os 13. **DANIEL – CEAS:** Foi questão de um minuto, a não ser que alguém caiu aqui.

4302 **PRESIDENTE:** Algum conselheiro titular ou em exercício de titularidade que não tenha

4303 votado? Ivone? Ivone não votou. Eu chamei e ela não falou. **IVONE:** Voltei. Eu estou aqui.

4304 **PRESIDENTE:** Muito bem, Ivone. Salvou o nosso *quórum*. **IVONE:** Meu Pai do céu. É telefone

4305 toda hora, toda hora. Eu estou caindo a ligação. **PRESIDENTE:** Ivone, a gente está em regime

4306 de votação em relação à prestação de contas do 2º Trimestre de 2021. Como você vota?

4307 **IVONE:** Aprovo com as ressalvas. **PRESIDENTE:** Obrigada. Sim. Aprovado com o *quórum*

4308 mínimo exigido. Cumprimos a nossa pauta do dia. Não foi às 18h, mas eu não tinha prometido

4309 isso para o Sávio, que a discussão ia ser mais rápida. E, de fato, a discussão do processo

4310 conferencial foram muitas pautas e foi mais rápido. A gente acabou demorando mais nessa

4311 última pauta da CGE. Antes de encerrar a reunião, eu queria desejar meus parabéns para os

4312 professores, pelo Dia do Professor, hoje, 15 de outubro. Esqueci de falar isso na minha fala

4313 inicial, hoje. E queria também registrar em ata que do dia 28 de outubro a 17 de novembro, eu

4314 estarei gozando férias, incomunicável. Encontrarei com vocês somente no dia 27, na

4315 conferencia estadual. A plenária no dia 19, se não me engano, 19 de novembro, retorno e

4316 estarei na plenária, mas do dia 28 de outubro a 17 de novembro, a Mariana assume a

4317 presidência interinamente. Queria desejar uma boa (texto inaudível) [5:29:58] para todos e até

4318 os próximos dias.

Nome	Representatividade	Assinatura
Alison Pereira Ramos	Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira	
Ana Maria Mezonato	Cmas Juiz de Fora	
Cristiano de Andrade	Sedese	
Domingos Sávio de Araújo	CMAS/BH	
Elder Gabrich Júnior	Sedese	

Elerson da Silva	Cáritas	
Isaura dos Santos Lopes	Asquis	
Ivone Pereira Castro Silva	Cogemas	
João Victor de Almeida Chaves	Seplag	
Laureci Alves	O Movimento Graal do Brasil	
Lígia Camargos da Silva	Secretaria de Estado de Saúde	
Luanda do Carmo Queiroga	CRP	
Lucas Estevão Ribeiro	Conselho Central de Curvelo	
Luciana Mara de Freitas	SES	
Márcio Alves Evangelista	Cmas Itabira	
Mariana de Resende Franco	Sedese	
Marinete da Silva Morais	Cogemas	
Natália Lisce Fioravante Diniz	Federação das Apae's	
Patrícia de Carvalho Gomes	Cress	
Sandra Januária da Silva	SEE	
Silvestre Dias	SEF	
Stella Samara de Paula Faria	Seapa	
Suzanne Horta	Sedese	
Thaís Correa Damasceno	SEE	

Vinícius de Queiroz Castanheira	SEF	
Warles Rodrigues	Fetsuas	

4319